

# JORNALISMO E O ESPÍRITO INTEMPESTIVO

Fantasmas na mediação  
jornalística da história,  
na história

*Nuno Manna*

TESE ¶



PPGCOM • UFMG

**Nuno Manna**

# **JORNALISMO E O ESPÍRITO INTEMPESTIVO**

**Fantasmas na mediação  
jornalística da história,  
na história**

1ª edição  
2016



PPGCOM • UFMG

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Reitor: Jaime Ramirez  
Vice-Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

## **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Orestes Diniz Neto  
Vice-Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Coordenador: Carlos Magno Camargos Mendonça  
Sub-Coordenadora: Geane Alzamora

## **SELO EDITORIAL PPGCOM**

Ângela Cristina Salgueiro Marques  
Bruno Guimarães Martins

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elisabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB   UFBA)	

---

[www.seloppgcom.fafich.ufmg.br](http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br)

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar  
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901  
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M266j Manna, Nuno.  
Jornalismo e o espírito impetivo [recurso eletrônico] :  
fantasmas na mediação jornalística da história, na história /  
Nuno Manna. - Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016.  
292p. : il.

Ebook formato pdf.  
Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader.  
Modo de acesso: World Wide Web.  
<[www.seloppgcom.fafich.ufmg.br](http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br)>  
Inclui Bibliografia.  
ISBN: 978-85-62707-81-0

1. Jornalismo. 2. Modernidade. 3. Tempo. 4. Narrativa.  
5. Mediação.  
I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Título.

CDD - 070  
CDU - 070

Elaborada pela Biblioteca Professor Manoel Lopes de Siqueira da UFMG.

**CRÉDITOS DO E-BOOK**

© PPGCOM UFMG, 2016.

**PROJETO GRÁFICO**

Bruno Menezes A. Guimarães  
Bruno Guimarães Martins

**DIAGRAMAÇÃO**

Bruno Menezes A. Guimarães

**CAPA**

Olívia Binotto  
Ana Cláudia Maiolini

Para vovô Edimur.

## AGRADECIMENTOS

OBRIGADO a todas aquelas pessoas cuja fundamental presença nos últimos quatro anos reverberam nas páginas deste trabalho.

À minha preciosa companheira Shymene, pela sustentação, inspiração e compreensão nas distâncias mais perversas impostas pelo espaço ou pelo espírito.

A meus pais, Maria Eugênia e Paulo César, minha irmã Uli e minha sobrinha Letícia, pela sempre renovada oportunidade de me reencontrar em vocês.

À minha segunda família, Iara, João, Sheyla e Ivan, Nininha e Bibi, pelo zelo e pela torcida.

A meu orientador Bruno Leal, pela inestimável parceria de longa data – e de tempos vindouros.

Aos parceiros do grupo de estudos Tramas Comunicacionais, em especial a Carlos Alberto de Carvalho, pela experiência viva de pesquisa em comunidade.

Aos queridos colegas Mari Souto e Herón Formiga, pela cumplicidade e aprendizado.

Aos professores do PPGCOM, pela interlocução generosa, particularmente a Geane Alzamora, Carlos d'Andreia e César Guimarães, leitores argutos do trabalho em processo.

À minha supervisora do sanduíche Dorothea von Mücke, e ao professor Michael Schudson, pela acolhida atenciosa e desafiadora.

A Itânia Gomes, Javier Uriarte, Junia Mortimer, Anna-Maria Valerius e Erin Moir, pela estimulante fraternidade em terras novaiorquinas.

A meus amigos Luiza Lages, Luiza Glória, Carol Abreu, Victor Guimarães, Carol do Espírito Santo, Julia Fagioli, Priscila Dionízio, Clarissa Vieira, Edgar Barbosa Neto, Flávio Valle, Felipe Borges, Prussiana Fernandes e, em especial, a Rafael José Azevedo, Phellipy Jácome e Igor Lage, pelo amor e amparo contínuo.

A Carlos “Bolívia” Jauregui, Bruna Araújo, Gabriela Terenzi, Alicianne de Oliveira, João da Mata, Manuela Barbosa, Cecília Lana e Marina Dias pelo atendimento solícito a chamados por ajuda.

...fazer 30 anos é como sair do espaço e penetrar no tempo.

— Affonso Romano Sant'Anna, "Fazer 30 anos"



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
---------------------	-----------

## **PARTE I • O JORNALISMO E OS FANTASMAS**

<b>1. CHAMADOS À HISTÓRIA</b>	<b>29</b>
-------------------------------	-----------

1.1 A “crise do jornalismo” e o problema do paradigma	32
---	----

1.2 Modernidade, tempo e intempetividade	51
--	----

<b>2. O FANTÁSTICO, O JORNALISMO E A DIALÉTICA NARRATIVA</b>	<b>69</b>
--	-----------

2.1 A mediação jornalística e os paradoxos do tempo	70
---	----

2.2 O outro histórico	90
-----------------------	----

2.3 Narrativa como mediação imperfeita	119
--	-----

## **PARTE II • OS FANTASMAS NO JORNALISMO**

<b>3. O MONUMENTO JORNALÍSTICO</b>	<b>132</b>
------------------------------------	------------

3.1 Passeio Nacional	135
----------------------	-----

3.2 Obra comum	154
----------------	-----

3.3 O véu negro	166
-----------------	-----

3.4 The New York Times, 11 de abril de 2008	178
---	-----

<b>4. O JORNAL DO FUTURO</b>	<b>200</b>
------------------------------	------------

4.1 Novíssima	202
---------------	-----

4.2 Tudo se transforma em alvorada	223
------------------------------------	-----

4.3 O país das quimeras	235
-------------------------	-----

4.4 Folha de S. Paulo, 23 de maio de 2010	252
---	-----

<b>NOTAS</b>	<b>269</b>
--------------	------------

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>271</b>
--------------------	------------

## APRESENTAÇÃO

QUE JORNALISMO É ESSE QUE, por suas intrigas teodiceias, ofereceria-nos diariamente a nossa oração laica da manhã que nos afugentaria o caos, chamaria-nos à razão e preservaria-nos a lucidez? Esse jornalismo que nos ampararia diante do caos, da dispersão dos acontecimentos, da fatalidade dos desvios, da alienação da verdade e da disjunção de um mundo em permanente mudança... Qual é esse jornalismo que, em sua atualidade, constituiria nossa obra comum, condição para a ordenação de nossa história em progresso?

Certamente são outros os jornais que temos tomado nas mãos, que, por suas notícias e reportagens, lançam-nos sempre aos embates de uma realidade fundamentalmente instável e conflituosa; que colocam constantemente nossos postos, marcos e estruturas mais familiares sob as provações do tempo; que nos oferecem, na emergência do atual, os impasses de um presente ameaçado por um passado e por um futuro sombrios; e que nos fazem sujeitos da história, ao mesmo tempo em que a ela nos sujeita, e que dela nos faz padecer.

Em nosso trabalho, uma concepção ideal de jornalismo e as evidências dos jornais abdicam de sua correspondência, para que possamos

encontrar, na conflituosa relação entre um e outro, uma possibilidade de refletir sobre nossas paradoxais maneiras de apreender e dar sentido ao mundo, em nossa condição de ser históricos. No processo, descobrimo-nos rodeados pelos fantasmas que assombram nossa história medida pelos jornais. Nos dedicamos, assim, a sustentar e desdobrar uma tese cujo núcleo pode ser formulado da seguinte maneira:

Partindo do princípio de que a narrativa é uma condição da experiência humana do tempo, podemos compreendê-la como mediação da história, na medida em que nos oferece experiências de realidades socialmente compartilhadas e orientadas pelas modulações do tempo histórico. Tal compreensão adquire implicações relevantes quando se desenvolve em relação a narrativas configuradas pelos jornais, considerando a legitimação do jornalismo como instituição moderna. Entendida como regime de historicidade, a modernidade se mostra baseada em um intenso conflito de temporalidades, ainda que possua na atualidade seu estatuto mais evidente. Indo ao encontro de tais conflitos, apreendemos o jornalismo em interlocução com um universo literário moderno, cujas maneiras de configurar narrativamente relações de alteridade constituem um modo de experiência da história fortemente marcada pela tensão entre atualidade e intempestividade. A tal modo nos referimos como fantástico. Tal interlocução nos permite perceber a emergência de paradoxos inerentes às dialéticas narrativas configuradas pelos jornais. Encontramos, assim, na leitura de jornais diários, aporias manifestas em relações problemáticas do presente com o passado e com o futuro, tecidas de diferentes modos em regimes específicos, e que são fundadoras das nossas experiências da história.

Nessa proposição se aglutinam uma série de implicações teóricas e metodológicas que enfrentamos pelos quatro capítulos que se seguem. Cabe aqui explicitar algumas delas, que são condições iniciais para a concepção do trabalho e sua arquitetura conceitual.

Em primeiro lugar, é importante marcar que a todo momento temos em mente o enfrentamento de uma questão geral, a de *como o jornalismo se oferece, por meio de narrativas e dispositivos, como mediação da história, na história*. Movidos essa questão, chamamos atenção, sobretudo, para uma compreensão da mediação jornalística fundada em sua dimensão temporal. Tal dimensão é absolutamente central para certas

concepções do jornalismo, mas parece ainda pouco problematizada no debate epistemológico no que se refere à sua dupla relação com o tempo histórico: o jornalismo atua na mediação da história sendo ele mesmo constituído historicamente.

Assim, por um lado, quando travamos um debate nos termos da temporalidade, deslocamos o foco de uma compreensão frequente do jornalismo como forma de saber, em favor de uma reflexão sobre suas experiências mediadas do tempo histórico. Esse deslocamento é sutil, mas fundamental para que possamos investigar o jornalismo nas condições dinâmicas e heterogêneas de nosso ser e agir no mundo, na busca pela apreensão e pela inteligibilidade dos fenômenos na perspectiva de uma hermenêutica histórica. Por outro lado, buscamos compreender tais dinâmicas constituídas em suas próprias condições de serem históricas, encarnadas nas emergências concretas do jornalismo em seus processos de institucionalização enquanto mediação da realidade.

Porém, é preciso, antes de mais nada, que se perceba que nossa questão geral é uma questão final dentro de um problema de pesquisa composto por questões interdependentes. Inflexionando nossa discussão subsiste a proposta de levar o jornalismo a uma encruzilhada, onde ele entra em contato com uma categoria conceitual que lhe ofereceria uma espécie de antítese. Temos, então, uma questão mediadora, a de *como a discussão sobre o fantástico nos ajuda a compreender aspectos e dinâmicas da mediação da história operada pelos jornais*.

Estas questões convocam um conjunto de outras questões de partida, a começar por *como apreendemos (logo, o quê entendemos por) fantástico e jornalismo*. Se em relação ao fantástico uma explanação do termo parece indispensável, sobretudo à pesquisa em comunicação, na qual o fantástico não constitui categoria conceitual forte – e especialmente à pesquisa do jornalismo, para a qual a relação com o fantástico poderia parecer impertinente –, é nossa tarefa aqui fazer com que o jornalismo, mais ainda, surja como categoria a ser devidamente cercada. Mas, antes de mais nada, devemos perceber como uma e outra categoria só podem ser compreendidas em nosso estudo em relação a outra questão de partida, a de *o que compreendemos por narrativa*.

Para nós, a narrativa surge, então, não como objeto de estudo, mera modalidade textual, mas como problema. Quando nos referimos

à mediação da história, temos em mente as contribuições de Paul Ricoeur (2010a, 2010b, 2010c), que concebe de maneira articulada a experiência temporal e a operação narrativa, em sua famosa proposição em *Tempo e narrativa*: o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa, ao passo em que a narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal. (RICOEUR, 2010a) É nesse sentido que a narratividade nos convoca para problemas das dinâmicas de mediação pelas quais reconfiguramos nossa experiência temporal.

Em Ricoeur, portanto, encontramos um importante marco para nossa discussão, uma vez que ele nos permite situar a discussão sobre a mediação no âmbito do caráter temporal e histórico da experiência humana – entendendo que, em nosso trabalho, o tempo surge não como noção inespecífica, mas naquilo que ela se desdobra na condição de uma temporalidade histórica. Lançando mão das palavras do historiador brasileiro Fernando Nicolazzi em texto dedicado a Ricoeur, tomamos proveito da filosofia ricoeuriana na medida em que ela se porta “diante das questões existenciais colocadas pelo *estar-no-mundo*, isto é, *a questão da historicidade humana no jogo tenso entre identidade e alteridade*.” (NICOLAZZI, 2014, p. 17)

Tudo isso significa que o desafio teórico-metodológico que a narrativa nos impõe, enquanto categoria heurística, é o de tratar as narrativas não como começo ou fim de um percurso de pesquisa, ou menos ainda como conjunto de recursos ou técnicas textuais demarcadas, mas como universo tanto simbólico quanto material em que as nossas questões têm suas condições de relevo e articulação. Nesse sentido, encontramos uma importante síntese nas reflexões de Bruno Leal acerca das narrativas configuradas pelos jornais:

Uma narrativa, dessa forma, não é uma simples modalidade textual. É um modo de apreender o mundo, de dar sentido à vida. Eventos, pessoas, sentimentos que se encontram dispersos espacial e temporalmente, que têm estatutos distintos (pois pertencem aos mundos dos sonhos, dos desejos, do passado, das expectativas de futuro etc.) podem ser reunidos, conectados em diferentes relações causais e, assim, apreciados, organizados, experimentados, comunicados. Dessa maneira, sabemos e experimentamos narrativamente o

que diz de nós e do que nos cerca e, sob essa perspectiva, ao invés de ser uma variação do interior dos textos e gêneros jornalísticos, a narrativa passa a ter no jornalismo uma de suas possibilidades. Não se trata, então, de perceber a notícia e/ou a reportagem como formas narrativas do jornalismo, mas, ao contrário, vê-lo como um modo peculiar dentre outros socialmente existentes, de conformar narrativas. (LEAL, 2013, p. 29)

Logo se nota que as análises dos textos jornalísticos são somente um dos momentos na discussão em que a narrativa deve se colocar como problema sobre a nossa experiência no tempo e na história.

É na própria condição narrativa que se baseia a importância do fantástico para a nossa discussão. Ao convocá-lo, remetemo-nos a um bastante conhecido universo da ficção ocidental dos últimos séculos, que tem na emergência do insólito por um mundo aparentemente ordinário apenas sua insígnia mais evidente. Das obras de escritores tão diversos como Edgar Allan Poe, Machado de Assis, Franz Kafka e Murilo Rubião – todos eles contribuindo para as reflexões que por aqui tecemos –, pelo signo do fantástico, retomamos uma compreensão à qual nos dedicamos em outros trabalhos (MANNA, 2012, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b). Neles tentamos conceber uma noção do fantástico não enquanto categoria textual, mas enquanto categoria heurística para a compreensão de processos comunicacionais. O que essa noção ela vem nos oferecer é a compreensão de certas condições e possibilidades paradoxais de experiência do mundo a partir de uma narratividade – condição de ser narrativo – e de uma historicidade – condição de ser histórico – particulares.

Para isso, não nos restringimos a uma compreensão do “fantástico” enquanto gênero – compreensão que, desde já, quando eventualmente convocada em nosso texto, vem indicada pelas aspas –, sobretudo uma acepção tão devedora do notório estudo de Tzvetan Todorov (2004). Afastamo-nos, com isso, de sua restrita demarcação da emergência do fantástico, e de pressupostos básicos da análise estrutural todoroviana, sobretudo pela objetificação e destemporalização que suas leituras promovem na compreensão da narrativa. Do autor, no entanto, é preciso que se lembre do investimento na percepção de que a literatura fantástica teria uma dimensão transgressiva, apontando-nos para as

maneiras como suas intrigas operam justamente na consciência de certos limites simbólicos, historicamente constituídos, da realidade.

Em vez de tentar compreender uma estrutura geral de um conjunto de obras demarcada por uma série de elementos recorrentes, interessa-nos apreender as relações tensas do ser humano moderno com o tempo histórico a partir de um universo heterogêneo de textos. Nesse sentido, valemo-nos da contribuição da pesquisadora da literatura e da estética da história Dorothea von Mücke (2003), para quem o fantástico é visto como a expressão de “um encontro com fenômenos enigmáticos que desenvolve a reação do observador em termos de fundamental incerteza e insegurança” (VON MÜCKE, 2003, p. 4, no original em inglês). E enquanto von Mücke se dedica à análise de emergências do fantástico na literatura do século XIX, as contribuições da autora não buscam fixá-lo no passado – como o faz o próprio Todorov. O que a autora nos oferece é a perspectiva de uma nova forma de relação com a realidade que caracteriza a modernidade, relação que passa justamente pelos modos de compreensão do tempo e da história.

A narrativa que se opera pelo fantástico, assim, coloca em ação a convocação de elementos e dinâmicas extemporâneas a uma suposta ordem do tempo. Nos termos da autora, o fantástico nos oferece a experiência da realidade mediante a aparição de um *outro histórico*. É por tais operações que o fantástico nos é estratégico enquanto operador para a compreensão da dialética entre a *atualidade*, propriedade de ser real e de se estabelecer em conformidade com uma ordem do tempo, e a *intempestividade*, propriedade de negação do real e de se estabelecer como extemporâneo na ordem do tempo. Os exemplos convocados da literatura abrem, assim, nossa vivência do presente à invasão de potências de um passado que deveria ter sido superado e de um futuro que nos escapa ao domínio – sendo então o fantasma uma de suas mais emblemáticas manifestações. O fantástico compreendido, enfim, *enquanto modo particular de relação do ser humano com o tempo histórico* que toma parte importante nas narrativas da modernidade, desafia qualquer concepção natural, linear, teleológica ou progressiva que possa sustentar nossos parâmetros de realidade.

Enquanto fenômeno moderno, a compreensão do fantástico nasce aqui relacionada a reflexões realizadas por certos autores que se dedi-

cam à apreensão dos conflitos da modernidade, à exploração de embates do humano em seu processo de engajamento com o presente e com a tarefa de elaborar-se a si mesmo (FOUCAULT, 1984), aos dilemas do questionamento de uma concepção natural da história por uma nova concepção temporal da história (KOSELLECK, 2006), e à ação do homem presente a si mesmo enquanto história (RICOEUR, 2007). O que tais reflexões nos oferecem no trabalho são concepções bem mais dinâmicas e heterogêneas da modernidade do que comumente se apreende pelas noções de ordem, razão e progresso – noções, inclusive, tão caras a discursos que tomam o jornalismo como seu divulgador e como sua evidência.

Em todos os momentos em que retomamos exemplares (que convém chamar de “literários”) de configuração do fantástico, eles nos oferecem indícios tanto de uma formulação geral de um regime de historicidade moderno quanto de aspectos e implicações específicas que se colocam nas diversas maneiras e circunstâncias em que o fantástico pode se constituir. No entanto, eles surgem aqui sempre convocados na medida em que incidem criticamente na compreensão do jornalismo, e nos mostram que os jornais não estão, absolutamente, alheios aos dilemas temporais que o fantástico coloca como motor de suas intrigas. Logo se nota que *a compreensão de fantástico e de jornalismo são indissociáveis no nosso trabalho, ainda que as duas categorias ocupem dimensões diferentes no problema de pesquisa.*

Nesse sentido, as provocações do fantástico se oferecem em benefício de nossas questões quando observamos seus conflitos em conexão com discursos sobre o jornalismo moderno e com as dinâmicas das notícias e reportagens dos jornais. Isso nos permite evidenciar questões comuns que impedem que a mediação jornalística seja concebida nos termos que são tão naturalizados, que a oferece como a reprodução de um espírito do tempo, ou, mais precisamente, como um *espelho do mundo*. Não se trata, assim, de realizar uma comparação, e menos ainda uma contraposição, portanto, mas do esforço de evidenciação de uma importante alteridade que é constituinte das experiências abertas por nossas mediações jornalísticas.

Muito se discute sobre a relevância e os problemas da configuração da ciência, do direito, da clínica, da política e do Estado como instituições



modernas. Entretanto, pouco se investiga, nesses debates, a constituição e a atuação do jornalismo como mediador fundamental dos processos da modernidade – talvez porque sua retórica institucional é baseada justamente na ideia de que a importância de sua mediação depende de certo apagamento de seus caracteres mediadores. Mas o que, afinal, entendemos por jornalismo? Esta é também uma pergunta que poucos efetivamente se fazem, pelo menos sem querer, com ela, desencadear uma discussão prescritiva. Durante todo o percurso da discussão, defrontamo-nos com concepções auto-evidentes do jornalismo, que fixam sua compreensão em parâmetros abstratos e por generalidades e que concebem um fenômeno que tende à destemporalização, visto que não raro transcendem a história e a narrativa. E se tais concepções do jornalismo moderno negligenciam a temporalidade como fator decisivo das mediações da história, elas passam por cima do aspecto que, como buscamos evidenciar, é definidor mesmo da experiência moderna da história, aquela de uma “temporalização da história”.

É nesse sentido que nos referimos a uma compreensão corrente do jornalismo na medida de uma função, compreensão que gera um mapa ético e epistemológico a partir de relações mais ou menos estáveis entre certas variáveis em relação de dependência. Tal maneira de conceber o jornalismo, como buscamos evidenciar, não é restrita às chamadas correntes funcionalistas – exemplarmente encontradas na sociologia de Harold Lasswell, Robert Merton e Paul Lazarsfeld – ainda que nelas a encontramos de maneira evidente e emblemática. Em nosso trabalho, encontramos suas reverberações diretas ou indiretas em autores como o estadunidense Robert Park, o português Jorge Pedro Sousa e o brasileiro Luiz Gonzaga Motta.

Pelos jornais, textualidades com corpo, sangue e história, podemos vislumbrar a presença do jornalismo, entidade desencarnada, transcendente, atemporal, que subsiste ali ora como demanda, ora como disciplina, ainda que o encontremos pelas notícias menos como evidência do que como sombra. É impossível ignorar, afinal, que o “ismo” se acrescenta ao jornal como operação de força, estabelece com ele uma relação de poder, buscando impor as recorrentes significações do sufixo: uma ideologia, um sistema, um conjunto de regras e crenças, uma doutrina. Com os rumores deste jornalismo lidamos por todo o

trabalho, ressoando por documentos, artefatos e corredores, e assombrando nossas experiências que nos são abertas quando percorremos as próprias páginas dos jornais.

Nesse sentido, em vez de simplesmente ir de encontro a tal concepção funcional do que aqui chamamos de jornalismo, convocamo-na como gesto consciente e estratégico. Trata-se não somente de denunciar seus limites, mas de assumir que ela é, de maneira significativa, constitutiva de nossa experiência com as narrativas que se configuram pelos jornais e, portanto, toma parte no problema que enfrentamos. Assim, a proposta de circunscrever um ou outro fenômeno jornalístico específico não é, de maneira geral, o que nos move. Isso porque, primeiro, interessa-nos compreender de que jornalismo se fala quando se fala em jornalismo, ou melhor, que representação de jornalismo orienta as notícias que lemos e que dinâmicas movem essa representação.

Isso implica em colocar a função e os mapas por ela constituídos em meio a nossas reflexões, reconhecendo o jornalismo nos lugares e nos termos pelos quais ele nos é oferecido por dispositivos que configuram instâncias de sua afirmação e institucionalização, em vez de simplesmente tomá-lo pelo que acreditamos ser – ou dever ser. Teorias, manuais, e – por que não? – museus e cadernos especiais, são todos exemplos de dispositivos jornalísticos pelos quais observamos como uma noção flutuante de modernidade se faz fortemente presente, carecendo de uma apreensão que lhes imprima valor crítico.

Quando aqui nos servimos da noção de *dispositivo*, aproximamo-nos da conhecida perspectiva foucaultiana, para a qual o dispositivo surge como categoria teórica decisiva na passagem de uma abordagem arqueológica (na qual a categoria de epistême tem importância central) para uma abordagem genealógica da história. Nesta perspectiva, o dispositivo surge como conceito operativo na compreensão de transformações históricas, na medida em que materializam mecanismos de poder e configurações de saber, materializações que, em Foucault, baseiam-se em aspectos discursivos e não-discursivos. O dispositivo é, segundo nos diz o autor,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos,

proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: os elementos do dispositivo pertencem tanto ao dito como ao não dito. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 1997, p. 244)

Encontrar o jornalismo materializado em certos dispositivos não significa, absolutamente, que prescindimos da evidência e da especificidade das mediações operadas pelos jornais e suas narrativas, ou, sequer, que subestimamos sua importância. Tampouco significa que sua aparição em nosso trabalho tem como propósito oferecer parâmetros indutivos para uma visão totalizante do jornalismo. Apontamos para a emergência de dispositivos como forma de perceber como nossas representações de jornalismo são historicamente constituídas, e para a maneira como, nos termos que Gilles Deleuze oferece à leitura do conceito (DELEUZE, 1990), os dispositivos operam uma distribuição do visível e do invisível. É na medida em que nos movemos entre tais dinâmicas de instituição de (in)visibilidade que podemos melhor compreender a conexão de tais dispositivos com os paradoxos de nossas experiências mediadas pelas narrativas.

Esse reconhecimento se torna um gesto importante, não para submeter a narrativa à determinação dos dispositivos, mas justamente para compreendê-la também pela possibilidade de seu tensionamento, uma vez que, como nos mostra Ricoeur, narrativas não são formadas por postos, mas por ações (RICOEUR, 2010a). Pelas narrativas configuradas pelas notícias, mesmo naquelas dos eventos mais prosaicos, podemos perceber dinâmicas bem mais heterogêneas, instáveis e particulares de mediação, que colocam em questão os ordenamentos operados por tais dispositivos em relação à realidade histórica ou ao próprio lugar do jornalismo dentro desta realidade. As intrigas das notícias traçam percursos muito mais irregulares, estabelecem relações muito mais problemáticas com o presente, o passado e o futuro do que aquelas ditadas por qualquer discurso teleológico que as oriente.

A convocação dos dispositivos jornalísticos nos ajuda, ainda, a operacionalizar aspectos da historicidade dos processos comunicacionais envolvidos na constituição das mediações jornalísticas. Como buscamos evidenciar, uma plena consciência de tais aspectos nem sempre se faz presente nas discussões a respeito do jornalismo. Assumir essa

consciência é muito mais do que fazer da história um mero pano de fundo no qual a discussão sobre a mediação narrativa se desdobra, mas colocá-la como problema constitutivo dessa mediação.

Toda essa discussão parte de uma inflexão teórica importante, o diagnóstico de uma suposta *crise do jornalismo* que estaria em curso nas últimas décadas. É tal discussão da crise que cria as condições para nosso exercício de “auto-historicização”, retomando o termo que a pesquisadora da literatura Luciana Villas Bôas (2014, p. 95) emprega, ao dizer do gesto koselleckiano de explicitação da situação concreta a partir da qual formulamos nossas perguntas e das categorias teóricas a partir das quais construímos nossa análise.

Diante disso, desdobramos nossas análises pelos lugares que mais fortemente são reconhecidos como formas fortemente institucionalizadas do jornalismo, e que, ao mesmo tempo, são os maiores focos onde incidem as pressões de tal crise: os diários impressos. Dentro deles, tomamos as textualidades das notícias e reportagens como lugares privilegiados para observar as dinâmicas temporais naqueles que são reconhecidos como gêneros nucleares do jornalismo. É pelo discurso da crise que nos voltamos a um universo jornalístico que possui no jornalismo estadunidense uma fundamental referência do jornalismo moderno, e que adquire, em seguida, uma série de implicações para que pensemos as dinâmicas de modernização do jornalismo brasileiro. É nesse sentido que nosso estudo desenvolve análises de notícias de dois grandes jornais de referência: o *New York Times* e a *Folha de S. Paulo*, buscando investigar como as narrativas configuradas por suas páginas se conectam com certos dispositivos jornalísticos.

Essa referência representada pelos dois principais jornais de nossa pesquisa tem em um e outro dimensões diferentes, diferença que é relevante para o estudo. Quando convocamos o diário novaiorquino, um dos mais relevantes e tradicionais periódicos da história, investimos na compreensão do processo de institucionalização de uma relação do jornalismo com a realidade a partir de discursos fundamentais para sua afirmação. E essa relação é ressaltada quando o investimento é desenvolvido pelo diário brasileiro, que é herdeiro de uma suposta matriz paradigmática, mas que em vez de ser tomado em uma linha de continuidade, abre caminho para dinâmicas de relação com a histórica que lhe são específicas.

Os dois jornais são convocados em nosso estudo em função de suas relações com dois dispositivos jornalísticos. O primeiro se constitui pelas textualidades do *Newseum*, museu do jornalismo inaugurado em Washington D.C. em 11 de abril de 2008. O segundo, pelo material promocional da reforma editorial da *Folha de S. Paulo* inaugurada em 23 de maio de 2010. Os dois exemplos são ricos de traços que tentam estabelecer e partilhar um conjunto de referências históricas que nos orientem no tempo, para as quais o jornalismo é o próprio eixo de organização dos discursos. Percorrer as textualidades do museu do jornalismo e do material da reforma editorial nos permite traçar, diante do seu esforço de legitimação, as referências que eles mesmos projetam, relações com os eventos, os valores, as formas e os indivíduos eleitos como representantes do que concebem como jornalismo e da história que tornam possíveis.

Nesse esforço, convocar a história colocada em operação a partir das textualidades dos dispositivos é mais do que buscar um recorte contextual; é uma oportunidade de fazer com que a historicidade seja compreendida de maneira fortemente encarnada nas mediações dos textos encontrados. Fugir da história que se revela de maneira abstrata é algo que qualquer estudo em comunicação deve enfrentar como importante tarefa do campo, e é esse exercício que buscamos realizar.

Nosso percurso reflexivo sobre a mediação jornalística delinea-se, assim, dentro de dois regimes de historicidade distintos que se abrem em relação à modernidade. E nesse sentido, a noção de regimes de historicidade nos é importante porque, como afirma o François Hartog (2013, p. 12), eles não se confundem com épocas, e não supõem realidades dadas nem diretamente observáveis. Eles podem dizer de relações macro ou micro-históricas. São construções, instrumentos compostos pelo estudioso como forma de engrenar, de maneira mista, as categorias de passado, presente e futuro em relações e condições particulares, que fazem com que determinados tipos de história sejam possíveis e outros não.

A maneira como tais categorias são engrenadas, portanto, são decisivas para a apreensão das experiências que se abrem em meio a certos ordenamentos históricos. Nos regimes de historicidade, podemos perceber a ação de certas ordens do tempo, ordens tão imperiosas que,

nas palavras de Hartog, “nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber” (p. 17). No entanto, enquanto regimes, eles são constituídos por relações heterogêneas e variáveis, são sempre provisórios e instáveis. Como nos diz Hartog, os regimes de historicidade nos ajudam a melhor apreender não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas os momentos de crise do tempo, quando justamente perdem sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. É nesses momentos, então, que a reflexão sobre nossas relações com a história mediadas pelo jornalismo nos parecem mais interessantes e urgentes.

Das análises que envolvem um e outro jornal, nesse sentido, percebemos que, além de serem eles individualmente importantes para o nosso estudo, acabam criando no conjunto uma possibilidade de comparação de condições distintas de experiência da realidade – uma vez que uma das maiores funções dos regimes de historicidades enquanto instrumentos teóricos é o de criar possibilidades comparativas. Essa distinção se dá não só entre os dois regimes analisados, mas em relação ao próprio regime da modernidade com o qual se cruzam em perspectiva.

E em meio a tudo isso, podemos, então, perceber as relações com o tempo que são fundantes dos dois regimes de historicidade configurados por nossas análises. No primeiro, observando os gestos que colocam a imprensa estadunidense – emblematicamente representado pelo *New York Times* – como protagonista da história do jornalismo moderno, destacamos as maneiras como se busca no passado um importante pilar de afirmação do jornalismo no presente; e, nesse aspecto, a fundação da “América” e sua mitologia política constituem importante monumentalidade de um *espaço de experiência* comum.

No segundo, destacamos a recorrente aposta do jornalismo brasileiro, atualizada pela *Folha*, na inauguração do futuro como forma de promover a afirmação de um ordenamento histórico; e o apelo à modernização do país surge como estratégia importante no *horizonte de expectativa jornalístico*. “O monumento jornalístico” e “O jornal do futuro” são os títulos dos respectivos ensaios.

Em ambos os casos, a evidenciação de certos paradoxos presentes no seio das dinâmicas constitutivas da história nos permitem ressaltar as problemáticas experiências que se abrem pelas narrativas configuradas

pelos jornais. E, se a dupla de ensaios tende à exploração dos temas do passado, no primeiro, e do futuro, no segundo, tais temas ganham dimensões efetivamente temporais na medida em que são compreendidos na complexa dinâmica das tramas históricas, na inseparável relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa – relação tal como a prevê Reinhart Koselleck (2006), quando cunha as categorias meta-históricas.

Lançar-se à experiência das tessituras da guerra, da economia, do esporte, da justiça, do crime e da morte pelas narrativas configuradas pelos jornais, percebendo seus embates temporais, é um passo importante para que compreendamos de maneira aprofundada nossa própria consciência histórica e as maneiras ambíguas ou mesmo paradoxais como somos animados e assombrados por ela. Isso implica também considerar as narrativas elas próprias como emergências históricas, e reconhecer que estas também são fundadas por processos ambíguos e paradoxais.

É nesse sentido que este trabalho, de maneira fundamental, justifica-se. Aprender a experiência dos jornais em perspectiva com os parâmetros temporais do fantástico é menos uma pretensão de apontar para relações necessárias do que nossa maneira de desnaturalizar e temporalizar o jornalismo. Por tal gesto, buscamos levar o jornalismo a considerar um universo de elementos que subsistem nas suas sombras, nos seus interstícios, elementos que por lá deveriam permanecer, mas que de alguma forma lhe escapam e se prenunciam. Investir na interlocução entre o jornalístico e o fantástico é uma oportunidade de abrir a mediação jornalística a uma alteridade que a tira de seus lugares próprios e habituais, assaltada pelo que seus discursos institucionais tanto colocam como seu outro: o irracional, o impossível, ou mesmo o ficcional, o literário. Assim, os jornais se desobrigam de uma representação e suas demandas deontológicas para se sujeitar a aspectos e dinâmicas menos convenientes. Ali, eles não se destituem dessas demandas, mas as deixam expostas, inevitavelmente artificiais e falíveis.

Tais motivações se fazem prementes frente a certas avaliações sobre o alcance dos nossos estudos do jornalismo. É o caso da observação de Afonso Albuquerque, que se coloca na forma de uma reivindicação:

A lógica especificamente acadêmica da pesquisa se apresenta nesta trajetória a partir da possibilidade (e, de fato, da obrigação)

de questionar e rever as interpretações consagradas sobre a história do jornalismo. Tal atitude é, porém, pouco desenvolvida entre os pesquisadores brasileiros. Pode-se mesmo dizer que ela é desestimulada pelo discurso que valoriza a continuidade, e o legado que os antecessores passam aos seus “dedicados discípulos”. O resultado é que a agenda da investigação brasileira sobre o assunto, acaba reproduzindo por tabela uma versão adaptada da interpretação progressista da história: evolucionista e com ênfase na superação da política pela técnica. Para superar este entrave, é preciso considerar o tema sob novos ângulos, que tenham em vista a especificidade do processo de modernização do jornalismo. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 104)

Portanto, é importante demarcar que, como a narrativa, tempo e história tampouco nos surgem como soluções aos problemas que nosso trabalho levanta, mas configuram problemas mesmo, ou seja, questões para as quais reivindicamos um lugar importante no pensamento sobre a mediação jornalística. Assim, não ambicionamos constituir qualquer empreendimento sistemático, tipológico ou categórico relativo a qualquer um dos três conceitos, *se* conceitos, considerando que eles se orientam dinamicamente pela rede de sentidos que são movidos e deslocados ao longo do texto. Menos ainda pretendemos lançar tais ambições sobre a compreensão do jornalismo, como quando Genro Filho (1987), inspirado em Otto Groth, busca se aproximar de uma “ciência jornalística”, compreendendo-a como uma disciplina independente. Abordagens como a sua incorrem na conseqüente análise do conhecimento produzido pelo jornalismo pelos termos de uma “natureza” e de uma “essência” de tal conhecimento. É tal caráter da reflexão que nos estimula, nesse sentido, a constituir um trabalho de caráter fortemente diagramático, a fim de tecer, a partir de um conjunto de conexões, uma compreensão ampla e composta sobre a mediação jornalística, compreensão esta que busca menos significados gerais do que possibilidades de significância.

É importante ressaltar, assim, que todos os movimentos de projeção ao passado – e ao futuro – que a discussão promove, seja de maneira mais dispersa na primeira parte ou de maneira mais direcionada na segunda, buscam, encontrar elementos que nos ajudem, em termos ricoeurianos, a “desfazer a abstração de que sofreram nossas tentativas



de definir a ‘realidade’ do passado, a abstração do passado como passado.” (RICOEUR, 2010c, p. 353) Assumir tal desafio significa levar em consideração, como aponta Ricoeur, o jogo complexo de intersignificações que se dá entre nossas expectativas dirigidas para o futuro e nossas interpretações orientadas para o passado.

Além disso, ainda que o trabalho não possua, a rigor, um caráter historiográfico, ele se utiliza de preceitos genealógicos, na medida em que se abre o passado como maneira de compreender questões que se impõem no presente. Além disso, como nos mostra Foucault (1997, p. 21), as análises de proveniência da genealogia não se confundem com a recomposição de uma história desde seu ponto de origem, tampouco buscam reencontrar as raízes de nossa identidade, mas se obstinar em dissipá-la. Em razão disso, a análise genealógica não cessa de multiplicar os riscos, de fazer nascerem os perigos, de abater as proteções ilusórias e de desfazer unidades.

Diante disso, a noção de intempestividade se mostra indispensável para a compreensão das dinâmicas temporais que modulam nossas leituras. Quando, no presente, reviramos o passado em busca de vestígios de vidas que foram por alguma razão relegados às trevas de nossa consciência histórica, podemos tirar verdadeiro proveito daquilo que a crise nos oferece: possibilidades não só de encontrar sentidos, mas também de abirmos para novos, ainda que intempestivos.

Podemos, enfim, sintetizar os movimentos gerais que estruturam nosso trabalho. Na primeira parte, pelos dois primeiros capítulos, dedicamos-nos a apresentar e discutir as questões e conceitos que nos mobilizam, convocando contribuições de um arsenal de textos distintos que possibilitam imprimir vida à reflexão. Buscamos fundamentalmente mostrar que, e de que maneiras, a interlocução entre fantástico e jornalismo é possível e heurísticamente pregnante para a caracterização – e como corolário, para a problematização – da mediação da experiência histórica operada pela narrativa jornalística. E todo este empreendimento é orientado por uma demanda pela historicidade de tal caracterização, demanda que emerge do contexto recente de “crise do jornalismo”.

Nosso *primeiro capítulo* tem como ponto de partida justamente uma reflexão em torno do diagnóstico da crise. Tal reflexão nos permite

chamar atenção para uma série de impasses relativos à compreensão da fundação do jornalismo moderno e da configuração da mediação jornalística, sobretudo no que se refere a um débito temporal das concepções que sustentam os discursos da crise. Mediante tais impasses, lançamo-nos em seguida a algumas perspectivas sobre a modernidade que nos permitem fundar um olhar crítico sobre a experiência da história, pelo qual o jornalismo pode ser compreendido na interlocução com o fantástico. Essas são discussões de fundo que nos permitem articular devidamente as problemáticas do trabalho, que alcançam no *segundo capítulo* um nível decisivo de formulação. É lá que desdobramos a interlocução entre o fantástico e o jornalismo, destrinchando dinâmicas e aspectos da mediação narrativa em relação aos paradoxos temporais da modernidade.

Primeiro e segundo capítulos constituem, assim, a primeira parte do trabalho, que, ainda que surja com uma aposta com caráter fortemente especulativo, propõe a constituição de fundamentos concretos para um olhar sobre as mediações narrativas configuradas pelos jornais. Trata-se pois de um empreendimento com objetivo efetivamente teórico-metodológico, cujos parâmetros se inflexionam e dão consequências diretas ao estudo nas análises subsequentes.

A segunda parte é composta, assim, por dois ensaios dedicados à compreensão das mediações da história a partir de jornais e dispositivos em regimes de historicidade específicos. No *terceiro capítulo*, exploramos as dinâmicas temporais constituídas nas textualidades do *Newseum* e nas narrativas configuradas pelas notícias e reportagens do *New York Times*, na edição do dia da inauguração do museu. No *quarto capítulo*, realizamos o mesmo exercício a partir do material da reforma editorial da *Folha* e das notícias e reportagens da edição de seu lançamento. Em ambos, convocamos ainda as referências que nos são oferecidas por obras da literatura fantástica, que propriamente se articulariam com cada regime de historicidade estudado, oferecendo-nos importantes inflexões para a leitura dos jornais.

Se há uma diferença significativa nos gestos argumentativos entre a primeira e a segunda parte, essa diferença marca também a maneira como a alteridade se estabelece em cada um dos empreendimentos: da proposição de interlocução em “Os jornais e os fantasmas” à relação

intrínseca em “Os fantasmas dos jornais”. Quando compreendidos dentro de tais movimentos, fantástico e jornalismo podem encontrar operativamente os termos analíticos que podem se mover entre um e outro – não sem com isso, é claro, transformar um e outro no processo. É na medida em que mergulhamos nos processos das mediações do tempo que se movem nas sombras das funções que orientam nossos ordenamentos históricos que podemos, enfim, desobrigar os nossos jornais de nossas supostas necessidades e por eles reconhecermos a nós mesmos como outros.

## PARTE I

# O JORNALISMO E OS FANTASMAS

O passado, conservando o sabor do fantasma, recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará presente.

— Charles Baudelaire, “Sobre a modernidade”

## capítulo 1

# CHAMADOS À HISTÓRIA

A HISTÓRIA PELA QUAL o jornalismo se conta se faz confundir com a história da modernidade. No entanto, ela raramente leva em consideração as diversas implicações de ser moderno, considerando o extenso e complexo debate em torno de tal noção. Menos do que tentar mapear os vários sentidos que o termo pode adquirir no discurso histórico jornalístico, aqui nos preocupamos em efetivamente submeter a mediação jornalística à modernidade, esta entendida de maneira circunscrita no âmbito das preocupações que nos movem: a modernidade enquanto regime de historicidade a partir da qual configuramos nossas experiências do tempo narrativamente.

Quando sai em busca dos aspectos que caracterizam os indícios de aceleração da modernização da imprensa no Brasil – a história dos nossos “[j]ornais antes de tudo modernos” (BARBOSA, 2011, p. 38) – Marialva Barbosa afirma que, no fim do século XIX, não apenas se repete em uníssono o discurso de que se vive a experiência de um novo tempo: “Era preciso, também, que os jornais se auto-construíssem como emblemas e, mais do que isso, ícones desses tempos modernos.” (p. 136) Que tempos novos são esses, afinal, que, como afirma Barbosa, abrem o ser humano a uma nova relação com o mundo?

Dizer do domínio da racionalidade instrumental a partir da qual o mundo passa a ser percebido é a saída mais rápida para se caracterizar uma dita Era Moderna. É por ela que tão comumente se chega à compreensão da mediação jornalística enquanto modalidade de comunicação tipicamente moderna. É também por ela que tanto se compreende o florescimento do fantástico na literatura, à maneira de uma reação insólita a esse domínio da razão. Sendo assim, estamos restritos a uma simplificação das questões que movem a história moderna, uma compreensão superficial e estabilizadora de nossas formas viver e narrar nossos tempos.

Tal compreensão se mostra especialmente insipiente se considerarmos com Ricoeur que a narrativa moderna é aquela pela qual a humanidade torna-se o sujeito de si mesma ao se dizer: “Narrativa e coisa narrada podem de novo coincidir, e as expressões ‘fazer a história’ e ‘fazer história’ se sobrepor. O fazer e o narrar tornaram-se a frente e o verso de um único processo.” (RICOEUR, 2010c, p. 361) Posto isso, buscamos por compreender algumas questões de fundo que se colocam à experiência da modernidade, de modo a constituir uma perspectiva sobre os dilemas temporais envolvidos nas narrativas que nos oferecemos como mediações da realidade histórica.

Por isso, damos partida ap nosso trabalho colocando em ação no presente capítulo dois movimentos de caráter distintos, mas que, juntos, constituem as bases gerais que criam as condições de possibilidade e de pertinência a partir das quais nossa reflexão se desenvolve. O primeiro deles se constrói ao modo de um breve diagnóstico contextual, exercício que nos permite vislumbrar em ação os primeiros indícios de uma concepção hegemônica sobre a mediação jornalística como uma instituição que orienta a vida e a história do ser humano moderno. Por esse exercício, tais indícios nos interpelam nos termos em que se apresentam inflexionados por circunstâncias que têm mobilizado os discursos de afirmação do jornalismo nas últimas décadas. São circunstâncias que têm nos obrigado a reavaliar o lugar que o jornalismo ocupa em nossas rotinas de apreensão e significação do mundo, o que tem levado muitos a compreendê-las por uma ideia de “crise do jornalismo” (JÁCOME, LEAL, MANNA, 2014).

Inaugurar nossa investigação de tal maneira nos permite, na emergência concreta de demandas por uma reflexão aprofundada sobre o

jornalismo e seu lugar na história, nos permite compreender um conjunto de implicações que sustentam hoje a mediação jornalística como problema teórico mesmo. Na discussão da crise observamos delinear-se a compreensão de um dito paradigma jornalístico e de chamados à história da qual o jornalismo é protagonista. Atualiza-se, nisso, uma evidente necessidade de legitimação do jornalismo – ou de certas práticas e de certas histórias de jornalismo – enquanto instituição da realidade, e uma noção restrita de imprensa moderna. Chamar atenção para tais aspectos e colocá-los em questão é o primeiro passo para que apontemos para a demanda por outros operadores heurísticos para a compreensão das nossas relações com a realidade histórica mediada pelos jornais, o que passa pela compreensão da história do jornalismo.

Então, nosso segundo movimento no capítulo aponta, antes de mais nada, para a urgência da demanda por outras formas de concepção da nossa própria historicidade e do que significa ser moderno. Assim, o capítulo se desdobra como espécie de resposta a nossas inquietações, que em vez de dar um passo adiante, permitem-nos dar ainda mais um passo adentro de alguns problemas de base que se anunciam. Buscamos, desse modo, perspectivas que recolocam a pertinência da modernidade enquanto possibilidade de compreensão dos fenômenos históricos e das relações que estabelecemos com a realidade. Se o discurso da crise, como observamos, insiste na naturalização de formas de compreender o jornalismo e a história, buscamos por condições de sua desnaturalização e de subsídio para que nossas reflexões possam se desenvolver. Assim, o jornalismo pode ressurgir, posteriormente, em meio a certos desafios que implicam em ser moderno, desafios que são próprios de um ser no tempo que vive e padece dos conflitos da diferença instaurada entre seus espaços de experiência e horizontes de expectativa.

É quando vamos ao encontro das tensões constitutivas da modernidade que percebemos a importância de romper com as ordens que se impõem perversamente sobre nossos modos de saber, e descobrir na intempestividade um fator fundamental da nossa relação com o mundo. Aqui, como buscamos apontar, a intempestividade vem nos dizer de uma importante consciência do ser humano em relação à realidade de seu tempo, e de uma postura reflexiva de se colocar em relação a ela e

contra ela. Tal noção nos estimula, então, a construir uma perspectiva que coloca em xeque um discurso sobre a modernidade como domínio da integração social e do progresso, discurso que é tão estratégico para a sustentação de certas diretrizes da história e para os dispositivos de legitimação do jornalismo que por elas se orientam.

Além disso, compreender as dinâmicas de um ser-moderno que contemple as dialéticas temporais constitutivas das nossas experiências é o que nos permite nos encontrarmos, no capítulo seguinte, com um jornalismo aberto a suas mais inconfessáveis alteridades. De tal sorte, ambos os movimentos nos levam a buscar no fantástico uma decisiva categoria no nosso estudo das narrativas configuradas pelos jornais, quando este se instala como importante catalisador de nossas relações problemáticas com a realidade histórica.

### **1.1 A “crise do jornalismo” e o problema do paradigma**

Nas últimas décadas, aprofundou-se uma noção de que o jornalismo estaria enfrentando uma crise. Diversos estudiosos da área mapearam algumas transformações que teriam configurado esse cenário geral, entre aspectos “qualitativos”, como a crescente “tabloidização” da imprensa e o enfraquecimento de valores consagrados da regulação profissional jornalística, e aspectos “quantitativos”, como a queda de tiragem de jornais impressos e da popularidade de telejornais, o abalo financeiro do mercado jornalístico com o conseqüente corte de quadros profissionais, a redução da receita de empresas jornalísticas e mesmo a descontinuação de publicações tradicionais (ZELIZER, 2009 e 2008; SANT’ANNA, 2008; ANDERSON, BELL & SHIRKY, 2012; entre outros). Muitos desses teóricos, mais do que analisar essas transformações, engajaram-se no debate da crise, seja de maneira otimista ou pessimista em relação ao futuro do jornalismo (MOTTA, 2002; ALMIRON, 2010; FULLER, 2010; SCHLESINGER, 2006; STARR, 2012; YOUNG, 2012; entre outros).

Em 31 de março de 2008, a revista *New Yorker* publica uma reportagem de Eric Alterman sobre o tema, tomando o jornal impresso como foco do problema do jornalismo nos EUA, sob o grave título: “Out of print: the death and life of American newspaper” [“Edição esgotada:



a morte e a vida do jornal americano”, em tradução livre] (ALTERMAN, 2008). No artigo, Alterman afirma: “Desde que o jornal *New England Courant*, de James Franklin, começou a ser impresso, o jornal diário, mais que qualquer outro meio, passou a fornecer as informações que a nação precisava para se manter fora do ‘escuro.” (2008, s/p, no original em inglês) Logo, surgem como absolutamente preocupantes uma série de dados que mostram um enfraquecimento do mercado jornalístico naquele país. Como símbolo disso, ele menciona a queda das ações da *New York Times Company*, queda de 54% desde 2004, e a recomendação, em 2008, do Deutsche Bank para que seus clientes vendessem suas ações do jornal novaiorquino. Alterman recupera ainda o diagnóstico realizado pelo pesquisador estadunidense de jornalismo Philip Meyer no livro de preocupante nome *Os jornais podem desaparecer?* (2004), que se arrisca a estimar o ano em que ocorrerá a derrocada final dos jornais – ano de 2043. Diante de tal cenário, Eric comenta:

Pode ser indelicado pontuar que todas essas tendências ameaçadoras coincidem com a abertura, nesta primavera, do *Newseum*, de 450 milhões de dólares, em Washington, mas, cada vez mais, o que Bill Keller chama de “um adorável e antiquado monte de tinta e celulose” está começando a parecer um artefato pronto para ser exibido sob vidro. (ALTERMAN, 2008, s/p, no original em inglês)

Em 08 de junho do mesmo ano, a *Folha de S. Paulo* republica o artigo de Alterman traduzido para o português. Com novo título, no entanto, a *Folha* ameniza a tônica grave e reposiciona a questão em uma nova perspectiva temporal: “O futuro dos jornais”. Em um texto introdutório, a editora-executiva do jornal, Eleonora de Lucena, marca a importância da história da imprensa dos EUA – “sempre referência nesse e em outros debates” (DE LUCENA, 2008, p. 4) – para a reflexão em torno do jornalismo no Brasil. “Lá e aqui não existem respostas definitivas sobre os caminhos para os jornais” (p. 4), comenta ela, concluindo o texto com um apelo à manutenção da função do jornalismo como “bússola para o leitor”: “[Os jornais t]êm a tarefa de fazer uma reflexão cotidiana sobre a realidade. É o seu papel e o seu futuro.” (p. 4)

No Brasil, uma ideia de crise do jornalismo nos coloca diante de questões particulares de nossa história. Recentemente, ela se tornou

uma preocupação instalada quando alguns dos mais importantes veículos da história do país viram-se evidentemente abalados. Devemos lembrar como o *JB* foi tomado, por seu surgimento em 1891, como emblema de uma modernidade que estaria nascendo junto da República brasileira (SODRÉ, 1966); a partir de 2010 ele seria tomado como evidência de crise quando encerrou sua circulação enquanto diário impresso e se tornou exclusivamente um portal online de notícias – ainda que seu slogan apostasse positivamente na novidade: *O primeiro jornal 100% digital do país!*. Se a princípio se falava apenas de uma crise do jornal impresso, não demoraria para se perceber que o que estava em xeque com a decadência do diário impresso abalava tudo aquilo que ele, aparentemente mais do que qualquer outra modalidade de jornalismo, representa. Em tempo seriam lembradas falas como a de Alberto Dines, ex-chefe do *JB*, responsável pela famosa reforma do jornal nos anos 60, que em 1974 escreve em *O papel do jornal*:

Um retrospecto da história do jornal, desde o seu surgimento em 1605, revela que ele resistiu, assim como o livro, a todos os embates da tecnologia e das mudanças sociais. O obscurantismo político, a revolução industrial, as invenções para vencer as distâncias, as guerras, as migrações, a recessão econômica, a TV, tudo, enfim, foi absorvido pelo veículo mais institucionalizado de todos, o jornal diário. (DINES, 1974, p. 78)

As frases de Dines retornam em um texto de 2015 no site do *Observatório da Imprensa* do jornalista Jota Alcides, sob o mesmo título do livro de Dines, na seção “Prestígio e influência”. Ali, Alcides declara: “Afim, está em curso a maior crise dos jornais no mundo em mais de 400 anos de história.” (ALCIDES, 2015, s/p). É interessante lembrar que Dines é o próprio criador do *Observatório*, que se tornou um dos mais emblemáticos espaços de discussão sobre o jornalismo no Brasil, e que, como aponta Afonso de Albuquerque, “é tanto um fórum de debates, quanto um espaço normativo, estruturado em torno da figura de Dines” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 108).

Se é inegável que o campo da comunicação social passa atualmente por uma efervescência cultural, tecnológica, política e econômica, o discurso da crise se mostra absolutamente simplista, ingênuo e

conveniente ao desconsiderar a complexidade histórica que funda os fenômenos jornalísticos. De partida, ele passa por cima de distintas conjunturas e de diferentes modos de “abalo” para reunir tudo sob um mesmo discurso. Todos os jornais que se submetem à crise (ou ao discurso dela), oferecem suas vidas e suas mortes a algo maior que cada um deles: não à crise, mas ao jornalismo. E logo se percebe a ambiguidade do discurso da crise. Cada abalo, atestado ou pressentido, supõe uma estabilidade que lhe serve de parâmetro. No entanto, é a própria percepção do abalo que cria o parâmetro e o faz visível, projetando uma existência do jornalismo na história, um ethos com um passado pacificado e de um futuro a ser previsto.

Há que se notar desde já que a moderna noção de crise é subsidiada pela mesma semântica conceitual da história que constitui a noção de progresso, e vem dizer justamente de um impasse a este, em uma lógica de continuidade e aprimoramento. Nesse sentido, nos debates da crise do jornalismo, ele se faz vítima da crise ao mesmo tempo em que faz dela sua oportunidade de afirmação na história.

Mas que jornalismo é esse, afinal, que na crise se anuncia? Se muitos sequer se preocupam em definir o que, exatamente, está em questão, outros oscilam entre a apreensão de práticas profissionais, de técnicas e plataformas, de modelos formais e de modelos de negócios. Entre aqueles que se preocupam efetivamente em caracterizar o que a crise estaria colocando em risco, frequentemente nos deparamos com a noção de um “paradigma” jornalístico, noção que se mostra importante ao nosso trabalho justamente por seu caráter problemático na compreensão da mediação jornalística.

Em artigo publicado em 2002 também no *Observatório da Imprensa*, intitulado “Crise nos paradigmas do jornalismo”, o estudioso do jornalismo Luiz Gonzaga Motta observa uma sintomática tendência de estudos do campo da comunicação. Segundo ele, nos anos anteriores foram publicadas uma série de sínteses sobre o estado em que se encontram os estudos do jornalismo. Para Motta, essa movimentação teórica se deve menos aos modismos da virada do milênio do que às próprias mudanças intensas que vêm fazendo com que o jornalismo seja repensado enquanto objeto de estudo. Isso porque, para o autor, um paradigma hegemônico do jornalismo vem se mostrando cada

vez mais insuficiente para oferecer parâmetros teóricos às práticas do jornalismo, paradigma que ele define da seguinte maneira:

*Este paradigma postula que a linguagem é uma cópia do real, que o mundo real das coisas (e dos acontecimentos) existe independentemente de nós, é um mundo prévio e autônomo em relação ao observador-intérprete. Os fatos, diz o paradigma, devem falar por si mesmos. Existe um realismo ingênuo e um realismo crítico, que não confia apenas na experiência, mas também na razão e no método, posição evidentemente mais comum hoje em dia nos círculos funcionalistas. Os fundamentos de ambos estão, entretanto, na mesma convicção de que a realidade existe independentemente de quem a observa e o jornalista, por uma atitude imparcial, é capaz de observar a realidade de forma neutra, sem julgamentos prévios, sendo capaz de transcrevê-los de forma objetiva, sem contaminar-se com opiniões. (MOTTA, 2002, s/p)*

O que Motta observa em curso não é necessariamente um profundo questionamento de tal paradigma, mas, muitas vezes, o contrário disso. Segundo ele, por mais que a prática jornalística tenha passado por mudanças em suas rotinas, ela continua operando pela retórica de tal paradigma. Além disso, a crença na primazia dos fatos foi reforçada com o advento do jornalismo online, que teria sacramentado a retórica da objetividade, da síntese e da imediaticidade com sua linguagem telegráfica. O jornalismo impresso tampouco teria feito qualquer ruptura radical nas repetidas maneiras de produzir a notícia. “Ao contrário, fizeram mais uma readaptação legitimadora de suas rotinas e linguagens para fazer frente às exigências da instantaneidade e da visualidade, em prejuízo da palavra.” (s/p) Não existiria, nesse sentido, um rompimento epistemológico nas novas práticas jornalísticas.

Curiosamente, Motta associa a fragilidade do jornalismo à própria intensificação da cultura do empiricismo e do imediatismo à qual seu paradigma estaria, contraditoriamente, servindo. Em seu texto, o autor se mostra incomodado com a maneira com que tal paradigma estaria ainda consolidado na área acadêmica, diretamente vinculada ao exercício profissional. “Este paradigma continua sendo abastecido e referenciado por pesquisas e artigos da academia, especialmente pela sociologia funcionalista dos Estados Unidos, mas não só lá.” (s/p) Logo

percebe-se que a reflexão de Motta é movida por uma preocupação ética, evidente no momento em que o autor reclama que mesmo estudos mais críticos ainda “não tiveram consistência nem continuidade para se constituir em paradigma alternativo” (s/p). Há, assim, em Motta, antes de tudo, um chamado à crise, uma orientação deontológica que clama por um novo paradigma que, em seus termos, consiga “expressar e debater em âmbitos mais coerentes e saudáveis as relações dos homens com outros homens e com a natureza.” (s/p)

Na esteira de Motta, podemos observar em que medida o discurso da crise acaba servindo para circunscrever o jornalismo dentro de um quadro estável, homogêneo e fundamentalmente não problemático. Motta depende dessa estabilidade justamente como condição para propor sua superação, e sua crítica é tão mais facilitada quanto menos rebelde for o fenômeno que quer superar. Em Motta, o paradigma “existe”, “postula”, “diz”, não enquanto positividade encarnada em dispositivos concretos, mas como transcendência. Estamos, pois, diante de um jornalismo, tomado aqui nos termos de um paradigma, que é abstrato e fora do tempo, o jornalismo de uma deontologia (ainda que em uma preliminar reivindicação negativa de um não-dever-ser em favor de um novo dever-ser) que passa por cima das fissuras, das ambiguidades e da heterogeneidade dos jornais. Passa-se ao largo do que têm a expressar as narrativas que por eles são configuradas, e que, afinal, insistiriam em resistir à pacificação epistemológica, e dos próprios dispositivos de legitimação do jornalismo que ele parece ter em mente, que são, de fato, muito menos homogêneos, coerentes e totalizantes do que seus dizeres sugerem.

Assim, é importante sublinhar que mesmo um desejo de superação paradigmática tampouco diz de uma ruptura radical se observamos em ação uma preocupação predominante que busca a todo momento salvaguardar algo que é decisivo na concepção do jornalismo enquanto mediação da história, ofertado às “relações do homem com os outros homens e com a natureza”. Em todo esse debate, há algo mais fundamental do que a manutenção ou a superação de valores como a objetividade ou a factualidade. O que a preocupação com a crise demonstra, com diferentes perspectivas normativas, é uma *necessidade de jornalismo*, um esforço de resguardar a função jornalística enquanto impres-

cindível instituição social da realidade. Nesse sentido, o texto de Motta, como o da maioria dos engajados com a crise, não deixa de constituir ele próprio um dispositivo de legitimação do jornalismo.

Encontramos essa função de maneira ainda mais expressa no texto do estudioso das relações entre mídia e democracia Peter Dahlgren. O autor faz menção a estudos que desde o início dos anos de 1990 tratam de uma suposta crise (ALTHEIDE & SNOW, 199 e HALLING, 1992), e mostra como ela não se refere exatamente aos fenômenos jornalísticos de uma maneira geral, mas ao que ele chama de “jornalismo clássico”. Tal jornalismo em crise, afirma Dahlgren, é aquele que tem como alvo uma população heterogênea que compartilha de uma mesma cultura pública. Para essa população, o jornalismo serviria como uma “força integrativa e como um fórum comum para debate” (DAHLGREN, 2009, p. 147, no original em inglês) Sendo assim, Dahlgren nos aponta, a crise do jornalismo abre um cenário onde, cada vez menos, o que as pessoas sabem sobre o mundo é resultado da relação direta com os jornais, e onde a própria noção do que é jornalismo parece turva.

Não por acaso, a comunidade jornalística e acadêmica nos EUA parece especialmente preocupada com tal cenário. Às vezes essa preocupação é tão literal quanto aquela manifesta na fundação do Committee of Concerned Journalists [Comitê dos Jornalistas Preocupados], que em 2011 interrompe suas atividades “após 14 anos dedicados a ajudar uma indústria em crise a encontrar soluções consistentes com os valores jornalísticos” (COMMITTEE, [201-], s/p, no original em inglês) Pois lá – mais do que em qualquer lugar, afinal – se trataria de salvaguardar o equilíbrio de uma realidade que tem no jornalismo um esteio aparentemente indispensável de sua fundação. Ao mesmo tempo, tratar-se-ia de salvaguardar um jornalismo que tem nos EUA um importante centro de referência, tão forte a ponto de se afirmar com frequência, como o faz o sociólogo inglês Jean K. Chalaby (1996), que o “jornalismo moderno”, orientado pela notícia e pela informação, é uma “invenção anglo-americana” – invenção que ganha os ares grandiloquentes de uma “revolução jornalística anglo-americana” (CHALABY, 1996, p. 304, no original em inglês).

Se nos atentamos para a maneira como a imprensa sempre serviu, na história dos EUA, como elemento central dentro do debate demo-

crático, podemos entender por quê lá um chamado ao jornalismo surge especialmente como um apelo à garantia da própria democracia. É o caso do texto de 2001 do sociólogo estadunidense Paul Starr, “An unexpected crisis” [“Uma crise inesperada”], no qual afirma que, se levamos a sério que a imprensa serve a uma função democrática essencial, “sua fragilidade institucional pode enfraquecer a própria democracia” (STARR, 2012, p. 21, no original em inglês).

Parece-nos significativo que enquanto o discurso da crise se faz circular, outra tendência se mostra significativa no cenário midiático. No fim dos anos 90, Ana Paula Goulart Ribeiro já observa uma crescente circulação na mídia de materiais que, de maneira especialmente intensa, buscam inscrever o jornalismo na história. Diz ela:

Nos últimos anos, os jornais têm feito constantemente apelo à história, tanto nos seus processos de legitimação social - nos seus lugares de auto-referenciação - como no seu enunciar cotidiano. E o têm feito de uma maneira cada vez mais constante e intensa. Quanto mais vamos nos aproximando do fim do século, mais o olhar da mídia se volta para trás. Estamos presenciando a uma verdadeira explosão do discurso da memória no jornalismo. (RIBEIRO, 1998, p. 1)

Se o fenômeno que Ribeiro observa não se deve necessária ou explicitamente a uma preocupação com a crise, ela tem sido cada vez mais indissociável de um chamado à história para o jornalismo. Tal fenômeno nos parece especialmente intrigante quando observamos a emergência recente de certos protocolos de legitimação do jornalismo que constituem complexos dispositivos jornalísticos, dispositivos esses que são ao mesmo tempo metajornalísticos e meta-históricos. Oferecidos ao público, eles configuram perspectivas da história - não só do passado, mas também do presente e do futuro - e afirmam um lugar (necessário) do jornalismo nela.

Precioso exemplo disso é a refundação, em Washington D.C., do *Newseum*. O museu do jornalismo foi criado pela fundação Freedom Forum em 1997 e teve sua primeira instalação em Rosslyn, Virginia - de onde se vê, à distância, os monumentos de Washington D.C. -, com dimensões bem mais discretas. Em 2008, o museu é reinaugurado

de maneira imponente em frente ao Passeio Nacional, com a função declarada de, com suas galerias de artefatos históricos, “sensibilizar o público para a importância do papel da imprensa livre em uma sociedade democrática” (no original em inglês). Entre seus patronos, estão gigantes midiáticas dos EUA – entre eles a Hearst Corporation, a Disney, a Time Warner, a NBC Universal, e a família Ochs, dona do *New York Times*, diário que “naturalmente” tem crucial destaque no museu.

No Brasil, particularmente expressiva é a recente reforma editorial da *Folha de S. Paulo*, em 2010, não coincidentemente o ano em que a *Folha* perdeu, pela primeira vez desde 1986, o posto de jornal mais vendido no Brasil – dando lugar a um tabloide popular, o belo-horizontino *Super Notícias*. A reforma é largamente divulgada por um conjunto de ações promovidas pelo jornal, entre elas, o caderno especial intitulado *Novíssima!* encartado na edição do dia da inauguração, e uma série de vídeos promocionais que anunciam: “Enquanto se discutia o futuro do jornal, a *Folha* fez o jornal do futuro” (JORNAL, 2010b). Com a reforma, “O jornal do futuro” se torna slogan do periódico.

Diante de tais ações, pelas quais as possibilidades do jornalismo se oferecer enquanto importante mediador de nossa experiência histórica vem sendo debatida, torna-se urgente a necessidade de nos voltarmos para as maneiras como o próprio jornalismo busca se afirmar historicamente como estratégia de legitimação. Posto que, por um lado, pelos protocolos mais evidentemente normativos do jornalismo – dos manuais e códigos do jornalismo a uma parcela significativa das chamadas “teorias do jornalismo” – nota-se a tendência de conceber um jornalismo de caráter fortemente a-histórico (LEAL, 2012). Por outro lado, não deixam de nos oferecer um conjunto de problemas significativos os momentos em que o jornalismo é fortemente subsidiado por certas concepções históricas, o que faz com que a própria história nos ofereça um problema.

Alguns achados recentes da pesquisa de Ribeiro, em seu sistemático esforço de se lançar ao registro e à análise das memórias do jornalismo no Brasil, revelam alguns aspectos delicados na lida com a história enquanto chave de compreensão dos fenômenos jornalísticos. Ao ouvir os relatos de um conjunto de jornalistas que foram e são figuras de referência na comunidade jornalística nacional (entre eles, Jânio



de Freitas, Carlos Lemos e o próprio Alberto Dines), a pesquisadora observa como uma história é tecida entre eles em grande medida pelo acionamento dos mesmos eventos, das mesmas anedotas, da versão mais ou menos idêntica a respeito de um passado do jornalismo e de sua importância no presente. Ela conta: “Uma das coisas que mais me impressionou nos relatos dos jornalistas foi perceber o quanto era homogênea, na superfície, a memória do grupo, como ela apresentava – à primeira vista – poucas fissuras.” (RIBEIRO, 2002, p. 3) Diante de tal memória, uma história do jornalismo se constitui nos termos de uma “história dos vencedores”, como afirma Ribeiro, pela configuração de parâmetros não somente formais ou éticos, mas históricos mesmo, que de tão legitimados, beiram a naturalização.

São muitos os que vêm tentando recentemente chamar atenção para a importância de se oferecer perspectivas históricas ao jornalismo, a partir da própria insatisfação declarada com aquilo que as pesquisas têm desenvolvido nesse sentido. Ribeiro reclama que, no Brasil, a análise histórica da mídia é relegada a um segundo plano, e que há poucos trabalhos acadêmicos relevantes e de fôlego teórico-metodológico sobre a história da imprensa (RIBEIRO, 2008). Também nos EUA, o já insigne estudioso dos processos históricos do jornalismo Michael Schudson critica o descaso dos historiadores e o “subdesenvolvimento” das pesquisas históricas sobre o jornalismo, e reivindica a história como maneira de compreender que o jornalismo “não é algo que flutuou platonicamente sobre o mundo e que foi copiado por cada país, moldando-o conforme sua gramática nacional” (SCHUDSON, 2008, p. 188, no original em inglês). Mas, acima de tudo, o que a maioria deles busca apontar é para a maneira como uma fragilidade da compreensão histórica em relação ao jornalismo não se deve apenas à escassez de discursos históricos, mas ao caráter das histórias que geralmente são produzidas.

Em seu diagnóstico sobre os discursos constitutivos da história do jornalismo, na esteira de Ribeiro, Albuquerque aponta também para a ubiquidade que certos elementos parecem adquirir no que se refere à história do jornalismo (ALBUQUERQUE, 2008 e 2010). Ele critica, ainda, o predomínio de concepções históricas que sequer possuem função historicista, mas mítica, por meio da qual se configuraram os mitos de origem do jornalismo moderno. Aqui, Albuquerque se ampara

nos estudos historicistas de Barbosa (2007), que também caracteriza como mítico o trabalho de memória de ilustres homens da imprensa no Brasil. E tal aspecto, como mostram os autores, se faz marcante também em parte considerável da historiografia e das discussões teóricas sobre o jornalismo.

Albuquerque chama-nos atenção para a simplificação do entendimento dos processos históricos quando se insiste em olhares essencialistas e evolucionistas da história. E tais apontamentos não se referem somente às concepções do jornalismo brasileiro, mas mesmo também às do jornalismo estadunidense que tanto é tomado como referência, frequentemente nos termos de um “modelo americano”: “Mas o que este ‘modelo americano’ significa exatamente?” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 102), ele questiona, e afirma:

A ausência de uma melhor compreensão do desenvolvimento histórico do jornalismo americano frequentemente tem levado os pesquisadores brasileiros a produzir inferências simplistas sobre a sua natureza e sua influência sobre o jornalismo brasileiro. (p. 102)

Se nossos processos jornalísticos têm importantes conexões com o jornalismo estadunidense, parecemos ainda longe de compreender as implicações envolvidos na historicidade desses processos lá e aqui, e de entender as questões que emergem quando se toma um pelos parâmetros do outro. Não é de se espantar que um recurso à história surge tantas vezes demandado por uma tendência de legitimação de formas de saber e de poder que se vêm desafiados pelo tempo, e que a retórica da necessidade se faz tão conveniente para isso.

A saturação de tal retórica se faz premente quando percebemos que estivemos passando ao largo da compreensão atenta de tensões históricas que têm nas mediações jornalísticas um lugar importante. Alguns desses problemas vêm sendo recentemente apontados por pesquisadores da história do jornalismo no Brasil. Em seus trabalhos sobre a história cultural da imprensa, Barbosa (2007) percebe, por exemplo, como a imprensa tem papel significativo na constituição do próprio mito da modernidade no Brasil. Fazendo-lhe coro, Albuquerque busca evidenciar o caráter autoritário que caracteriza os esforços de imposição de uma modernidade no país (2010). Ribeiro destaca ainda nos

processos de modernização as marcas da constante tensão entre a modernidade e o arcaísmo que é relativo à própria configuração do campo político brasileiro (2002).

Chalaby (1996), por sua vez, afirma que o jornalismo é tão naturalizado em nossas dinâmicas sociais que frequentemente se supõe sua universalidade e se ignora sua história, e sua origem (veja bem) na história dos Estados Unidos. Nesse caso, Chalaby não se dá conta que sua própria reivindicação de certos marcos de origem serve em favor de uma reafirmação e estabilização de concepções hegemônicas, em vez de contribuir para a exposição da historicidade complexa dos processos jornalísticos, do seu caráter contingente e arbitrário.

Percebe-se, assim, que concepções históricas que se constituem por uma lógica arborescente – como a denominam Deleuze e Guattari (2009), ao caracterizar um modelo de pensamento que por muito tempo dominou o pensamento ocidental – incorrem inevitavelmente na legitimação de algumas histórias e no silenciamento de outras que sequer podem ser concebidas, mesmo que em potência. Tal lógica se manifesta desde nas mais aparentemente objetivas concepções da história do jornalismo – como o faz José Marques de Melo (2006), ao levar a lógica arborescente à literalidade da noção de uma “árvore universal”, na qual o jornalismo teria raízes eurocêntricas, ramificações nacionais e frutos regionais – às mais evidentemente conciliadoras e edificantes, como é o caso da “Breve história do jornalismo no ocidente” do pesquisador português do jornalismo Jorge Pedro :

O jornalismo é, todo ele, um hino à liberdade e à capacidade de iniciativa, privada mas também pública. A história do jornalismo no Ocidente é, portanto, uma história de afirmação da liberdade individual e da liberdade de expressão, uma história de afirmação da legitimidade do confronto de ideias e de formas de fazer as coisas, uma história que relembra constantemente de que a melhor forma de nos protegermos da tirania e da ditadura reside na capacidade de vigiar e controlar os poderes, com actos e também com palavras, ou seja, com informação. (SOUSA, 2008, p. 270)

Por caracterizações como esta é possível perceber como a deontologia do jornalismo por vezes se estende a uma deontologia histórica, e à configuração de histórias necessárias.

Sob esse aspecto, devemos nos lembrar de formulações emblemáticas do sociólogo estadunidense Robert Park, no texto que dedica à história do jornalismo, sintomaticamente chamado “The natural history of the newspaper” [“A história natural do jornal”] (PARK, 1923). À sua época, no início da década de 1920, Park reclama de uma ausência de estudos sobre o jornalismo. Seu texto parte de uma interessante observação:

O jornal, como a cidade moderna, não é totalmente um produto racional. Ninguém procurou fazer dele apenas o que ele é. Apesar de todos os esforços de indivíduos e de gerações de pessoas para controlá-lo e para fazer dele algo baseado em seus desejos, o jornal continuou a crescer e a se transformar imprevisivelmente, do seu próprio jeito. (PARK, 1923, p. 273, no original em inglês)

No entanto, a introdução só serve para que Park empreenda suas análises evolucionistas, no sentido mais vulgar que a acepção pode adquirir, ao afirmar que a história natural da imprensa é “a história desta espécie sobrevivente” (p. 274, no original em inglês). E não há dúvidas, aqui, que é um certo jornalismo estadunidense a espécie mais evoluída, sobrevivente do processo de seleção natural:

O tipo de jornal que existe é o tipo que sobreviveu nas condições da vida moderna. Os homens a quem se credita o jornal moderno – James Gordon Bennett, Charles A. Dana, Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst – são os homens que descobriram o tipo de jornal que homens e mulheres leriam, e tiveram a coragem de publicá-los. (p. 274, no original em inglês)

Acima já encontramos alguns dos protagonistas que se institucionalizariam pela história, seguidos, em Park, pelos jornais que seriam os exemplares canônicos do jornalismo, *The New York Times*, *New York World*, *New York Gazette*, *New York Tribune*. Todos eles, então, são sustentados por monumental amparo na mitologia política estadunidense quando Park justifica a importância do jornalismo na história com grandes homens da chamada Revolução Americana:

Se a opinião pública continuar a governar no futuro como foi feito no passado, se nos propusermos a manter a democracia como

Jefferson a concebeu, o jornal *deve continuar a nos dizer sobre nós mesmos*. Devemos, de alguma forma, aprender a conhecer a nossa comunidade e seus assuntos da mesma maneira íntima que os conhecíamos nos povoados rurais. (p. 278, no original em inglês, grifos nossos)

E eis que encontramos a síntese de uma concepção da mediação jornalística amparada por um chamado à história de caráter absolutamente normativo, no qual referências de passado são produzidas para justificação no presente de um conjunto de fenômenos que buscam seu lugar no futuro.

Nesse sentido, quanto mais “natural” surge a história do jornalismo, mais imperiosamente ela serve à relação que Raymond Williams (1979) percebe entre tradição e hegemonia, essa entendida como uma versão deliberadamente seletiva de um passado modelador que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural. O passado, nesse sentido, vem para se ligar ao presente e ratificá-lo, oferecendo um senso daquilo que Williams chama de continuidade predisposta (WILLIAMS, 1979, p. 119). Logo, entende-se como a retórica da necessidade histórica atua como força hegemônica, uma vez que, como afirma Williams, a verdadeira condição da hegemonia é a auto-identificação efetiva com as formas hegemônicas: “uma socialização específica e internalizada que deve ser positiva, mas que, se isso não for possível terá como base um reconhecimento (resignado) do inevitável e necessário.” (p. 121)

Todavia não podemos nos esquecer de que quando Williams discute a força hegemônica de instituições na configuração selecionada de significados, valores e práticas sociais – e o autor menciona os grandes sistemas de comunicação como significativas instituições nas sociedades modernas – ele sublinha que não se pode supor a ordem de uma hegemonia orgânica. Ao contrário, ele nos diz, por ser um processo complexo, ele é, na prática, cheio de contradições e conflitos não-solucionados.

Sendo assim, como poderíamos aspirar compreender um (ainda) importante mediador da história como o jornalismo, se sequer conseguimos compreendê-lo em sua própria complexa condição de ser histórico? E como poderíamos compreender as dinâmicas das narrativas

configuradas pelos jornais para além de seus aspectos aparentemente ordenadores da experiência se a própria maneira que nos viemos nos permitindo conceber o jornalismo é aquela que lhe resguardam seus ordenamentos temporais? Assim, levantar tais questões levando em consideração grandes jornais de referência vinculada a dispositivos de legitimação é uma oportunidade para chamar atenção para nossa relação com um jornalismo que se coloca diante da história e diante de si mesmo, sob a ameaça de sua própria falência. Trata-se, pois, de revisitar uma história de vencedores, e encontrar nos seus esforços de afirmação uma abertura para reconduzi-los, frágeis, a um campo de conflito.

Em meio à discussão da crise, pois, de maneira tão ampla e evidente nosso jornalismo enfrenta seus fantasmas. E é em pleno ato, quando passado e futuro estão em vias de escapar ao domínio, que podemos melhor vislumbrar aspectos e dinâmicas que esconjuramos e que, no entanto – ou justamente por isso –, nos constituem como seres no tempo e de um tempo. Como nos sugere Williams, é nos pontos de conexões vitais, onde uma versão do passado é usada para ratificar o presente e indicar as direções para o futuro, que uma tradição seletiva é ao mesmo tempo poderosa e vulnerável:

Poderosa porque perfeitamente capaz de fazer conexões seletivas ativas, rejeitando como desatualizadas ou “nostálgicas” as que não lhe interessam, atacando as que não pode incorporar como “improcedentes” ou “estranhas”. Vulnerável porque o registro real é efetivamente recuperável, e muitas das continuidades práticas, alternativas ou opostas, ainda são possíveis. Vulnerável também, porque a versão seletiva de “uma tradição viva” está sempre ligada, embora com frequência de formas complexas e ocultas, a pressões e limites contemporâneos explícitos. Suas inclusões e práticas são seletivamente estimuladas e desestimuladas, com frequência de maneira tão efetiva que a seleção liberada se verifica a si mesma, na prática. Mas seus privilégios e interesses seletivos, materiais em sua substância, mas com frequência ideias na forma, incluindo complexos elementos de estilo e tom e de método básico, ainda podem ser reconhecidas, demonstrados e suspensos. (p. 120)

A observação de Williams adquire aqui implicação propriamente metodológica, uma vez que o contexto de “crise” cria condições

específicas para que nosso trabalho se desenvolva, e nos oferece matéria concreta sobre a qual podemos desdobrar nossas análises. Em tal contexto, localizando-nos no ponto de equilíbrio instável entre força e vulnerabilidade de tradições seletivas do jornalismo, e abre-se a uma demanda por temporalidade, aquela que move as dinâmicas da história e da narrativa. A essa demanda, no entanto, respondemos, não com parâmetros habituais, mas com aqueles que conjuramos para impedir que a história e a narrativa jornalística se fechem em si mesmas.

Mas isso significa, então, que é preciso ponderar em que medida podemos nos apoiar nos próprios estudos recentes da história do jornalismo que se fazem como que em resposta a abordagens tradicionais do tema. Quando Barbosa publica seu importante trabalho em dois volumes, *História cultural da imprensa – Brasil 1800-1900* (2010) e *Brasil 1900-2000* (2007) –, seu esforço historiográfico é comemorado: “Uma história da imprensa, enfim”, afirma Ribeiro no título da resenha que dedica aos livros (2008). Se isso significaria estar diante de uma reinauguração da compreensão da historicidade do jornalismo, esbarramos por ali com uma série de operações tão comuns aos chamados à história que tanto se critica. Ainda que se afirme no lugar dinâmico e concreto de uma “histórica cultural”, o trabalho de Barbosa também se presta a traçar linearidades, estabelecer periodizações e sustentar uma abordagem totalizante e teleológica da história.

Tais fragilidades ficam patentes quando Marques de Melo é convidado para abrir o estudo de Barbosa, e percebe tais aspectos justamente como virtudes. Melo elogia Barbosa por se afastar de uma tendência no campo de uma “obsessão pela micro-história” – em uma imprecisa menção a tal metodologia historiográfica – e de todos aqueles trabalhos que não contribuem para o estabelecimento de um “conhecimento integrado, em sintonia com projetos socialmente relevantes de interesse nacional” (MARQUES DE MELO, 2007, p. 7). Melo nos oferece, assim, seu diagnóstico sobre os estudos do jornalismo em relação à pesquisa histórica: “A historiografia brasileira encontra-se frente a um paradoxo, neste início de século. Cresce o volume de pesquisas sobre a imprensa, mas são raras as generalizações capazes de elucidar o seu desenvolvimento ou discernir melhor o seu futuro.” (p. 7) Melo compara Barbosa a Werneck Sodré, uma vez que, na presente obra, a autora

“sentou praça no quartel da memória nacional, explorando a riqueza das coleções de jornais microfilmados para separar o joio do trigo.” (p. 9); em seguida afirma que a autora emprega exemplarmente os princípios historiográficos de Agnes Heller: “explicitar o implícito; publicizar o secreto; buscar a coerência existente no que tem aparência de incoerente.” (p. 9).

Mas é a própria Barbosa que revela o caráter de sua perspectiva histórica quando explicita por diversas vezes ao longo do trabalho seu projeto de encontrar nos períodos analisados um “espírito do tempo”. É, inclusive, quando recorre à literatura e a coloca em interlocução com a história do jornalismo no Brasil que a autora revela tal caráter, tomando o texto literário pela mesma medida espectral que também toma o texto jornalístico:

Visualizar a literatura como registro de uma época significa considerar que o autor deixa *transparecer* na sua obra não apenas sua subjetividade, mas também *seu próprio tempo*. Significa também perceber o papel decisivo da linguagem nas descrições e concepções históricas. O texto literário – artefato de criação de um autor que constitui ambientes e valores nos seus relatos – *espelha a visão de mundo*, as representações, as ideias de um *dado* momento histórico-cultural, podendo ser lido como materialização de formas de pensar, das emoções e do imaginário de um dado período. (BARBOSA, 2007, p. 127, grifos nossos)

Diante disso, mostra-se urgente reconhecer as mediações jornalísticas não só em meio àquilo que uma função se coloca acima ou à parte – as circunstâncias concretas da história, seus jogos de saber e de poder e as próprias narrativas configuradas pelos jornais –, mas também tudo aquilo que supõe fora de seu domínio. Isso significa compreender a historicidade do jornalismo nos lugares onde menos se espera. Isso significa considerar, inclusive, todo um universo de aspectos que, como denuncia Foucault (1997), parece ser desprovido de história: os sentimentos, a consciência, os instintos. Significa também encontrar um mundo no que ele preserva de incoerência e de enigma, e considerá-lo como rico subsídio da matéria histórica *em sua condição incoerente e enigmática*. É nesse lugar, portanto, que encontramos a



emergência do jornalismo moderno, onde ele pretende se unificar e inventar para si uma identidade ou coerência.

Os processos que nos apontam para a historicidade da mediação jornalística nos obrigam a incluí-lo na rede institucional que constituiu nossa modernidade – ao lado da economia, da política, do direito, da filosofia... – e em meio a uma série de forças integrativas e corruptivas que as moveram – a ordem, a beleza, a higiene, a moral, a loucura, a morte, o diabo... Trata-se, assim, não de uma história que é própria ao jornalismo, mas exatamente daquela que permite tirar-lhe a propriedade. É em bem busca de alguns dos inumeráveis marcos originais do jornalismo moderno que partimos, na medida em que a análise de proveniência genealógica pode nos ajudar a conjurar as quimeras da origem. Como projeto de compreensão da história, afinal, a genealogia busca agitar o que se percebia imóvel, fragmentar o que se pensava unido e mostrar a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo (FOUCAULT, p. 1997).

É nesse sentido que a narrativa surge onde ela nada pode nos impor: se preciso, em momentos muito antes que estivéssemos por demais envolto nas definições que se nos impuseram; ou mesmo nos terrenos da ficção, cuja potência crítica, se nos lembramos dos dizeres de Paul Ricoeur (2010c), reside em seu caráter “quase histórico”, caracterização que em nada sugere sua carência, mas sua potência mesmo. Uma das funções da ficção, afirma o autor (p. 327), é liberar certas possibilidades não realizadas do passado.

Mas, se em Ricoeur a relação entre literatura e história integra-se por vezes a um projeto ético, e não são raras as vezes em que o filósofo delega à história o estatuto de função – aquela de nos “reconduzir aos momentos do passado em que o porvir ainda não estava decidido, em que o passado era ele mesmo um espaço de experiência aberto para um horizonte de expectativas” (p. 388) – aqui devemos nos situar um passo antes de tal ambição ética.

Mais interessante nos parece ser o gesto de perceber a literatura, na sua relação com a história, pelos felizes termos que Nicolau Sevcenko emprega no título de seu trabalho *Literatura como missão* (2003). Ali, Sevcenko diz, é claro, de uma empreitada levada adiante por escritores brasileiros na virada do século XIX; seu gesto enquanto historiador da

cultura, no entanto, confere à noção de missão um sentido de descoberta analítica. Não cabe, assim, a Sevcenko imputar um caráter documental à literatura, mas o que ela tem de mais importante a oferecer: o *impensado* e o *irrealizado* da história, o limite mais extremo do discurso que se expõe à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade e que diz de agrupamentos humanos que ficaram marginais ao sucesso dos fatos. É desse fundo humano de que se alimenta, para o autor, a literatura moderna.

A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda a realidade da história se resume aos fatos e ao seu sucesso? Felizmente, um filósofo bastante audacioso nos redimiou dessa compreensão tão estreita, condenando o “poder da história”, que, praticamente, se transforma, a todo instante, numa admiração nua do êxito que leva à idolatria dos fatos. (SEVCENKO, 2003, p. 30)

Aqui é possível reconhecer a referência a Nietzsche, a quem Sevcenko retoma por meio da leitura do escritor alemão Heinrich Mann em *O pensamento vivo de Nietzsche*:

Ora, aquele que aprendeu a dobrar a nuca e abaixar a cabeça em face poder da história terá sempre um gesto mecânico de aprovação, um gesto à chinesa, diante de qualquer espécie de poder, quer seja um governo, a opinião pública ou o maior número, movendo seus membros de acordo com o compasso de um poder qualquer. Se todo o sucesso traz consigo uma necessidade racional, se todo acontecimento é a vitória da lógica ou da “idéia”, não nos resta outra coisa senão nos ajoelharmos para percorrer assim todas as formas de “êxito”... Que escola de conveniência, semelhante maneira de considerar a história! (p. 67)

Assim, se buscamos apreender as dinâmicas paradoxais que movem a modernidade e que encontram nas mediações jornalísticas importantes inflexões, é imprescindível que nos desobriguemos momentaneamente de certas discussões (auto)legitimadoras do jornalismo, e que assumamos que nossas perspectivas sobre a modernidade nos permitam visualizar

as dinâmicas temporais que fundam nossas dinâmicas relações com o mundo. Por isso, como oportunidade de entrada em tal universo de questões, tomamos como porta de entrada certas questões levantadas em meio à produção intelectual do século XIX. Como nos lembra Peter Preuss em introdução a Nietzsche, tal século “havia descoberto a história, e toda investigação e educação posteriores carregaram o carimbo desta descoberta” (PREUSS, 1980, p. 1, no original em inglês) Em Nietzsche, afinal, encontramos uma importantíssima figura que nos instiga a convocar relações complexas do ser humano moderno com o tempo, sobretudo pela maneira como o autor inaugura na reflexão da história um senso de intempestividade para a experiência da realidade.

## 1.2 Modernidade, tempo e intempestividade

De 1873 a 1876, Nietzsche publica na Alemanha uma série de ensaios que chama de “Considerações intempestivas”, na qual se debruça sobre elementos e dinâmicas da cultura europeia de seu tempo. É em sua segunda consideração intempestiva, “Da utilidade e desvantagem da história para a vida” (2003), que Nietzsche demonstra sua preocupação com as diversas maneiras como certas demandas por história acabam por transformar o ser humano em sua própria sombra. Nietzsche defenderia uma história que gera a vida, em vez de preservá-la, apostando naquela que seria a chave de seu pensamento genealógico, o comprometimento com a ideia de que o presente deve animar e inspirar o passado, e não dobrá-lo a suas necessidades.

“até que grau a vida necessita em geral do auxílio da história?” é uma das perguntas e preocupações mais elevadas no que concerne à saúde de um homem, de um povo, de uma cultura. Pois, em meio a um certo excesso de história, a vida desmorona e se degenera, e, por fim, através desta degeneração, o mesmo se repete com a própria história. (NIETZSCHE, 2003, p. 17)

O autor se vê aqui rodeado de pessoas vagando por museus, num cego desejo por colecionar e preservar a história, cuja consequência é sua mumificação, e um insuportável odor de decadência. O homem moderno, afirma Nietzsche, busca em museus e bibliotecas as regras,

leis e relações de causalidade que regem o mundo, compondo suas enciclopédias, verdadeiros exemplares de um “manual de cultura interior para bárbaros exteriores” (p. 35). Toda essa consciência histórica não estaria fundada por uma sede legítima de história, mas movida por uma postura blasé em meio à ignorância e à indiferença frente aos cânones, na “subcultura barulhenta deste tempo” (p. 58). Assim Nietzsche nos desenha o quadro do jardim do conhecimento histórico da modernidade: “o homem moderno arrasta consigo por aí uma massa descomunal de pedras indigeríveis de saber que, então, como nos contos de fadas, podem ser às vezes ouvidas rolando ordenadamente no interior do corpo.” (p. 33)

À maneira inquieta, disruptiva e muitas vezes irônica que enfrenta questões da história, Nietzsche não se furta a se referir aos homens modernos chamando-os de padrões historicamente educados, abstrações concretas, compêndios incarnados, passividades reverberantes; e conclama: “Com que lanterna seria preciso, aqui, procurar por homens que fossem capazes de um mergulho interior e de um abandono puro ao gênio e tivessem a coragem e força suficientes para invocar demônios que fugiram de nosso tempo!” (NIETZSCHE, 1999, p. 271)

Nietzsche observa, assim, como um estatuto científico passa a reger o pensamento histórico, oferecendo-lhe os sentimentos de força e controle de que se investe a ciência moderna. Na ponta mais fina de uma trajetória histórica, no ápice da evolução humana, todo o passado, seus grandes indivíduos e suas glórias, que haviam trazido o ser humano até ali, culminavam na modernidade. Comprometido com uma antropologia metafísica do humano, ou hipnotizado por ela, dominado pelas diretrizes da teleologia, do progresso e da evolução, o pensamento moderno oferece, aos olhos de Nietzsche, toda a cultura e toda a história à descoberta de uma verdade histórica. O passado, nesse sentido, é reduzido a puro conhecimento. “O saber histórico irrompe, aqui e ali, sempre novamente a partir de fontes inesgotáveis, o estranho e incoerente impõem-se, a memória abre todas as suas portas e, ainda assim, nunca estão suficientemente abertas” (2003, p. 33).

Assim, a consciência histórica moderna que Nietzsche observa em ação é aquela que se coloca como herdeira e guardiã da história, mas sua tarefa se realiza na medida em que guardar *a história* significa não

deixar que nada saia dela além de *histórias*. O ser humano moderno padece de uma “doença histórica” (p. 94), afinal, para a qual Nietzsche prevê uma importante solução: ele se investe da ideia de que a própria história deve resolver o problema da história. E é por isso que sua crítica a seus contemporâneos é tão contundente, uma vez que ela deve deslocar o pensamento histórico para outras formas de ação. “Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber, por mais que este olhe certamente com desprezo para as nossas carências e penúrias rudes e sem graça” (p. 5). Em tal afirmação reverberam os desejos que movem o projeto genealógico de Nietzsche. Trata-se, pois, da busca por cultivar uma história que não é aquela dos salões ou das galerias em sua “higiene da vida”, mas a das oficinas, uma história que nasce com e em função da vida. E, para isso, Nietzsche convoca ao centro da reflexão todos aqueles elementos que a história enquanto fenômeno de conhecimento tenta expurgar, “todo o horizonte profano envolto em obscuridade daquele fenômeno, e, ao mesmo tempo, justamente aí o seu poder histórico.” (p. 17).

É patente, nesse sentido, que Nietzsche constrói seu pensamento filosófico em relação à história não apenas por meio de um abandono daquilo que lhe é contemporâneo, mas estabelecendo uma tensão com uma ordem do tempo. Em *Notas para uma filosofia contra o tempo*, a pesquisadora brasileira Ana Helena Amarante sintetiza a importância da noção de intempetividade ao pensamento histórico nietzschiano: “a ação intempetiva volta-se contra o tempo histórico, contra aquilo que é excessivamente contemporâneo, ou seja, aquilo que cabe no tempo, aquilo que nosso tempo permite, reifica e sustenta como sendo seu.” (AMARANTE, p. 13, 2009) O intempetivo, nesse sentido, é uma temporalidade que não se submete ao tempo, ou seja, não se encaixa no tempo, embora seja no tempo que ela aja. “Sua força reside no fato de que ele é extemporâneo, sem estar simultaneamente fora do tempo. É uma extemporaneidade no tempo, forçando o pensamento e a vida a sua mais íntima propriedade” (p. 13). É assim, como nos aponta Amarante, que Nietzsche se insere reflexivamente no tempo histórico, no desenrolar dos fatos aos quais nos conectamos, ao mesmo tempo em que, dentro dele, promove uma espécie de recusa em função de algo mais rico e abundante que ao tempo se insinua.

Sob tal aspecto, o título da coletânea de ensaios de Nietzsche nos projeta relevadoras interpretações pelas diversas maneiras como foi traduzido em outras línguas. Do original em alemão, “*Unzeitgemässe Betrachtungen*”, temos “*Considerações Intempestivas*”, bem como “*Considerações extemporâneas*” em português. Em francês e italiano, encontramos interpretações semelhantes entre si: “*Considérations inactuelles*” e “*Considerazioni inattuali*”. No inglês, é possível perceber uma enorme gama de apropriações: “*Untimely Meditations*”, “*Thoughts Out of Season*”, “*Untimely Reflections*”, “*Inopportune Speculations*”, “*Unfashionable Observations*” e mesmo “*Unmodern Observations*”. Em conjunto, elas abrem um leque de significações sobre certa inadequação ao tempo que marca a potência do pensamento nietzschiano. Se decomposmos mesmo a palavra *unzeitgemässe* em português, temos precisamente a negação (*un*) à adequação (*gemässe*) em relação ao tempo (*zeit*).

A herança de Nietzsche no debate intelectual, sobretudo nas discussões sobre a relação do ser humano com a experiência da história, evidenciam o vigor de sua noção de intempestividade para se conceber os processos da modernidade. No texto que dedica ao historiador Reinhard Koselleck, Luciana Villas Bôas (2014) inicia dizendo da importância da noção nietzschiana de intempestividade no pensamento histórico koselleckiano. A autora mostra que Koselleck retoma a noção quando escreve sobre Goethe, ou melhor, sobre “a história extemporânea de Goethe”, escritor que nunca acreditou na história do progresso ou no progresso da história. Nesse sentido, é importante a Koselleck mostrar como Goethe, tomado frequentemente como referência literária de seu tempo, na verdade deve ser compreendido pela maneira como renuncia à atualidade e destoa de sua época. Este é, como nos mostra Villas Bôas, um importante exemplo da maneira como elementos extemporâneos nos provocam a articular um modelo de análise histórica voltada para a *sincronia do assincrônico*, “a presença simultânea de tempos diferentes dentro de um mesmo tempo.” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 94) Segundo a autora, é por tal lógica que as análises de Koselleck permitem que o conflito seja flagrado antes de sua resolução.

Podemos, assim, perceber como convocar o intempestivo ao âmbito da compreensão da experiência da história implica em perceber a

relação conflituosa entre os elementos que compõem nosso tempo, não somente na dinâmica entre presente, passado e futuro, mas (e principalmente) na assincronia composta por diferentes possibilidades de se fazer presente. Implica também em compreender que a intempestividade diz tanto de um tipo de ação do pensamento sobre a história e de uma maneira de se posicionar nela, quanto da descoberta dos elementos que se fazem extemporâneos uns aos outros, na sua própria possibilidade de, ao mesmo tempo, guardarem alguma forma de simultaneidade.

Mas, então, devemos pontuar, é importante perceber que a noção de intempestividade, em Nietzsche, diz de sua postura filosófica – aquela que desloca a finalidade do pensamento de um “a que serve?” para um “a quem aflige?” (AMARANTE, 2013, p. 11) – cuja inadequação à ordem do tempo se abre para algo além dele. Sua nova concepção de história, que em momentos importantes se liga a suas reflexões sobre o “dever” e mesmo sobre o “pós-humano” e o “póstumo”, vem para se desvencilhar das categorias condicionantes de sua época e apontar para novas possibilidades históricas: agir de maneira intempestiva, *contra o tempo* e sobre o tempo, em favor de um tempo que virá. E, também sob tal aspecto, Nietzsche se mostra profundamente moderno, o que significa que as relações do pensador alemão com sua história nos obrigam a considerar a ambiguidade que funda a própria condição de ser moderno.

Como afirma Douglas Kellner em texto dedicado ao filósofo, com uma “vitalidade romântica” Nietzsche ataca o domínio de ideias arbitrárias e sem força criativa de seus contemporâneos, “o racionalismo excessivo, o individualismo egoísta, o otimismo raso, a homogeneização e a fragmentação que ele via como sendo características da cultura moderna.” (KELLNER, 2000, p. 17) Mas Kellner também nos chama atenção para uma posição importante que Nietzsche ocupa em relação ao que podemos compreender, de uma outra maneira, como modernidade: “Ao mesmo tempo em que Nietzsche é o maior crítico da modernidade ele também ilustra seu espírito”, afirma ele (p. 12). Perceber essa possibilidade ambígua do posicionamento de Nietzsche em relação à modernidade, na medida em que o filósofo nos oferece uma rica reflexão sobre sua relação com a história, nos permite compreender

tal modernidade como um composto regime de historicidade em sua potente relação entre o tempo e a intempestividade.

Pode-se, assim, compreender como Nietzsche pode ilustrar o espírito moderno, não nos sentidos em que o próprio autor convocava para dizer dos seus contemporâneos, mas na maneira como o filósofo se engaja com eles, com o presente e com a tarefa de refletir sobre sua própria historicidade. Kellner aponta, *grosso modo*, para esse gesto moderno encarnado no pensamento nietzschiano:

Um ímpeto pela inovação, envolvendo a negação do antigo e a criação do novo, é a base do complexo e, por vezes, enigmático trabalho teórico de Nietzsche, que, no espírito da modernidade, afirma o desenvolvimento e a transcendência dos valores antigos como sendo crucial para a sociedade e a individualidade contemporâneas. (p. 12-13)

Mas devemos, então, ir mais a fundo, se buscamos compreender a historicidade em jogo em certa noção de modernidade e encontrar nisso a condição de compreensão das mediações narrativas modernas. Nesse sentido, é vital que recuperemos contribuições de alguns dos estudos mais notáveis sobre a história moderna, em duas matrizes teóricas que de maneiras distintas são profundamente devedoras das reflexões nietzschianas e de sua maneira de inserir o intempestivo no pensamento sobre a história. Pela perspectiva koselleckiana, podemos conceber o moderno nos termos de uma temporalidade, enquanto, pela perspectiva foucaultiana, podemos caracterizar um *ethos* moderno – desdobrar a discussão nessa ordem nos permite caminhar justamente no sentido de uma compreensão da modernidade na medida problemática de um *ser no tempo*.

Em uma interlocução possível, para além da herança nietzschiana, as duas matrizes se conjugam em nossos interesses por meio daquilo a que Gumbrecht se refere como *modernidade epistemológica* (1998). Aqui buscamos, então, compreender como a modernidade se constitui na fundação de uma subjetividade observadora permanentemente auto-reflexiva, incapaz de deixar de se observar, ao mesmo tempo em que observa o mundo. E é nessa posição que encontramos o campo de batalha onde se configuram nossas mediações narrativas.



Compreender, com Koselleck, a relação da modernidade com a emergência de uma nova concepção de história é de fundamental importância porque, como nos mostra o autor, ela é a base para uma nova concepção de realidade bem como de uma concepção de reflexão (KOSELLECK, 2013, p. 128).

Desde a segunda metade do século XVIII se acumulam indícios que apontam enfaticamente para o conceito de um *novo tempo*. O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma *qualidade histórica*. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas *através do tempo*. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como *singular coletivo*, que a partir de mais ou menos 1780 pôde ser concebido como *história em si*, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado. (KOSELLECK, 2006, p. 282-283, grifos nossos)

Este parágrafo sintetiza uma série de particularidades da historicidade moderna, cujas características e implicações devemos levar em consideração, a começar pela própria evidência do tempo como fator fundamental da experiência da modernidade. É remetendo-se também a Kant que Koselleck aponta para a maneira como a filosofia moderna opõe-se a uma tradicional concepção teológica do tempo, plano providencial a que todas as histórias teriam que se ater. Nesse sentido, não é a cronologia que deveria se reger pela história, mas o contrário: “Kant exigia que se recorresse a critérios temporais inerentes à história, critérios que foram se manifestando de forma cada vez mais clara no debate histórico e teórico do Iluminismo tardio.” (p. 283)

É importante perceber com Koselleck o modo como a temporalização, que de início se inscreve no âmbito da moderna teoria da história, passa a penetrar profundamente a vida cotidiana. Temporalizados, antigos conceitos políticos são tomados por nova envergadura e tornam-se instrumentos de controle do movimento histórico. É curiosa a recuperação feita por Koselleck, notando que, entre 1770 e 1930, mais de cem novas expressões que qualificam o tempo historicamente são registradas na enciclopédia Grimm – entre elas, uma das mais difundidas e esconjuradas, a expressão “espírito do tempo” [*Zeitgeist*].

Koselleck mostra, ainda, como, a partir da Revolução Francesa, o “tempo” dá colorido a todo um vocabulário político e social, de maneira tal que nenhum conceito central na teoria política passe ao largo de um coeficiente de variação temporal que lhe confere força e argumentatividade no dia a dia da política. “O tempo passou a ser um título de legitimação utilizável para todos os fins”, diz Koselleck (p. 296). Os exemplos iniciam-se em uma longa série de conceitos terminados em “ismo” – republicanismo, liberalismo ou mesmo democratismo e, em seguida, socialismo e comunismo – que vêm superestimar a perspectiva da orientação histórica reivindicando para si, cada um deles, a gênese do futuro; e em um conjunto de conceitos antônimos, como aristocratismo, monarquismo e conservadorismo, cujos comportamentos e representantes a eles atrelados devem ser abandonados fundamentalmente no passado. Em todos os casos, há sempre um constrangimento temporal exercendo pressão ao movimento.

Ainda mais contundentes são grandes epítetos da modernidade. O *progresso* torna-se motor do desenvolvimento científico, técnico e econômico organizados pela experiência histórica, sendo o “primeiro conceito genuinamente histórico que aprendeu, em um único conceito, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (p. 320) Ao contrário do tempo da natureza, o progresso adquire qualidade histórica, cabendo ao ser humano promover sua aceleração. Da mesma maneira, a *revolução*, quando temporalizada e inserida na dicção da vida social, passa a compreender um processo contínuo de mudança permanente e de aceleração do tempo. Em Robespierre temos a figura chave que clama pela aceleração do tempo como tarefa do homem, como forma de introduzir os tempos da liberdade e da felicidade.

Por fim, a condução do próprio termo *modernidade* (*Neuzeit*) é a evidência de uma consciência de que novos tempos se inauguram – ou, mais precisamente, uma consciência que passa a vigorar ao longo do século XVIII de que “há três séculos se vivia um novo tempo que, não sem ênfase, se distingue dos anteriores como um novo período.” (p. 280). Mais importante do que uma divisão de eras históricas – consequência direta dessa guinada – é a consciência que se opera na compreensão do percurso histórico. O novo tempo, que marca inicialmente um momento de transformações, se torna uma reivindicação qualitativa,

que coloca em movimento experiências inéditas e fundamentalmente superiores ao tempo anterior, e que modifica radicalmente a relação do ser humano com seus espaços de experiência e horizontes de expectativa.

Assim, o moderno inaugura uma nova forma de olhar para o passado, que passa a ser dominado por uma qualidade de história universal. Esta, no entanto, precisa ser continuamente reescrita: “a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa em si mesma como nova reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história.” (p. 287) D’Alembert e Diderot, lembra Koselleck, conceberam, por meio da *Encyclopédie*, a totalidade da história dentro do espectro das condições únicas dos fenômenos. Uma consciência histórica altamente sensibilizada é o que possibilita que um modelo comum – guiado pelos novos parâmetros do progresso – possa ler os momentos, as durações e os prazos, segundo os quais toda a história pode ser interpretada universalmente.

Trata-se, pois, de uma aparente contradição, uma vez que a universalidade não determinava qualquer fundamento fixo. Ao contrário, os acontecimentos perdem seu caráter histórico estável. A enciclopédia moderna nasce convocando imediatamente sua reescritura, tornando possível que, com o correr do tempo, os mesmos processos sejam narrados de maneira diferente.

Os novos tempos inauguram, assim, uma nova história, que é agora singular coletivo, no qual os múltiplos caracteres podem ser experimentados não como casos individuais, mas como únicos em um todo. De aglomerado, a história passava a ser vista como sistema – particularmente na perspectiva da escola de Göttinger. As inúmeras teorias da história que daí nascem têm, assim, a missão de fornecer as categorias mais adequadas para ultrapassar os limites da experiência diária em direção ao seu contexto universal. Eventos, personagens, conceitos, tudo passa a ser assumido em diferentes perspectivas que, justamente pela demanda da universalização, requerem atribuições de sentidos independentemente das experiências concretas ou das expectativas que neles penetram: “Nasce assim uma disputa pela interpretação política autêntica, pelas técnicas de exclusão destinadas a impedir que o adversário utilize a mesma palavra para dizer ou querer coisa diferente do que se quer.” (p. 302).

A reapropriação do passado torna-se, é claro, estratégica em uma nova maneira de lidar com o futuro, campo de possibilidades finitas, ainda que abertas. Trata-se da luta por uma totalidade aberta para o futuro portador de progresso, luta que imediatamente seria assumida pelo Estado. Ao reprimir as previsões apocalípticas e astrológicas, explica Koselleck, o Estado mune-se da previsão racional materializada na figura do prognóstico, e apropria-se do monopólio da manipulação do futuro. Koselleck nos lembra que já Richelieu afirmara que nada era mais necessário a um governo do que a capacidade de prever os acontecimentos como única forma de antecipar os muitos males. Dominar o tempo, colocar a história à disposição da ação do ser humano impõe, cada vez mais, uma ênfase da experiência temporal moderna na expectativa do futuro. A aceleração do tempo como uma tarefa do planejamento temporal, roubou ao presente a possibilidade de se ser experimentado como tal.

Aqui um paradoxo se coloca verdadeiro e contundente. Uma também nova aporia histórica instala-se na diferença entre o presente e o futuro, entre a experiência adquirida e a expectativa do que está por vir. As experiências históricas novas passam a fazer do passado também um espaço móvel e fundamentalmente diferente. O futuro passa a ser marcado tanto por um movimento de aceleração quanto por seu caráter desconhecido, cada vez mais escapando em direção ao não experimentável, uma vez que a aceleração passou a abreviar cada vez mais o campo da experiência e rouba-lhe continuidade. Abre-se, assim, um fosso entre experiência e expectativa, cada vez mais que a época em que se vive é experimentada como tempo de ruptura e transição, sujeito continuamente à novidade e ao inesperado.

Se a ênfase metodológica da pesquisa histórica se deslocou sempre mais para a compreensão de um passado cada vez mais estranho e distante, do ponto de vista social e histórico isto era o resultado da experiência revolucionária das últimas décadas do século XVIII, quando as tradições desmoronaram. Mas, com isso, multiplicavam-se também as dificuldades para conhecer o tempo em que se vivia, pois ele se dirigia em uma direção que parecia não poder mais ser deduzida da história anterior. O futuro transformou-se em desafio, em enigma. (p. 290)

É Adolph Diesterweg quem atribui ao “ser temporal chamado homem”, como bem lembra Koselleck, os limites de sua capacidade para diagnosticar o presente, uma vez que o tempo se tornava a própria marca do movimento. Se Droysen e Marx são, para Koselleck, exemplos raros de pensadores que se dedicaram ao intensivo diagnóstico histórico do presente – muito em razão, é claro, do futuro que buscam influenciar – , segundo o autor, a historiografia que trata da atualidade deslizou para um gênero inferior, que continuou sendo colocado em prática, em grande medida, por jornalistas.

É nessa fórmula da estrutura temporal da modernidade que se situa uma das principais teses de Koselleck em “Futuro passado”: a de que a modernidade só pôde ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram – cada vez mais drasticamente – de todas as experiências anteriores. E é baseado nisso – aqui, talvez, o fundamental eixo de discordância entre as perspectivas koselleckiana e foucaultiana – , que Koselleck reivindica a superação da diferença entre experiência e expectativa por meio do reconhecimento das estruturas formais e de longo prazo da história: “A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam” (p. 327)

Isso posto, é preciso sublinhar em Koselleck a importância de suas categorias meta-históricas de um *espaço de experiência* e de um *horizonte de expectativa* na caracterização da experiência temporal moderna. Ambas nos dizem das possibilidades de engajamento com a história e de orientação das ações concretas no movimento social e político. Apreendidas na precisão dos termos empregados por Koselleck, elas revelam nossa indispensabilidade de metáforas espaciais para a compreensão do tempo. O espaço de experiência, assim, leva em consideração que a experiência do passado é espacial porque se aglomera para formar um “todo” em que muitos estratos e tempos anteriores estão simultaneamente presentes. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável, explica Koselleck, “porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida dos outros.” (p. 311) Ao passo que o horizonte de expectativas diz da linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, espaço que ainda não pode ser efetivamente

contemplado. “A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada.” (p. 311)

As duas categorias se revelam operatórias justamente na sua relação de interdependência. É na tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, como nos mostra Koselleck, que passado e futuro se entrelaçam de maneiras desiguais, e constituem uma diferença temporal no hoje. Tal aspecto é central no argumento de que é a diferença que torna a modernidade possível: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.” (p. 314)

Nas discussões de Gumbrecht sobre o que o autor chama de cascatas de modernidade, a “modernidade epistemológica” seria uma das etapas do processo de modernização, que tem como marcos anteriores a descoberta do novo mundo e a invenção da imprensa, e que culminaria na pós-modernidade iniciada no final do século XX. Não adentremos no pantanoso debate sobre os marcos definitivos da modernidade, e, menos ainda na dissensual caracterização de uma pós-modernidade. Sabe-se, inclusive, da resistência de Foucault em conceber a viabilidade deste conceito. Limitemo-nos a reconhecer a guinada conceitual do sujeito e do tempo operada na história pela modernidade como ponto de partida hermenêutico para a compreensão dos fenômenos a que aqui nos dedicamos, e que encontram, nessa inflexão, as possibilidades de compreensão de sua própria gênese – e mesmo, eventualmente, sua crise. O próprio Gumbrecht é cuidadoso o suficiente para valorizar a carga conceitual que cada modernidade convoca, em detrimento de uma divisão cronológica, e é nela que devemos nos ater, se nos afastamos de qualquer necessidade de periodizações em função da compreensão de regimes de historicidade compostos, móveis e abertos.

Ao longo de toda a obra de Foucault, encontramos a modernidade em complexo processo de invenção e tensionamento, nas práticas discursivas e não-discursivas que fundam tanto o poder disciplinar quanto o biopoder, mobilizando um repertório simbólico que coloca em um intrincado jogo elementos como verdade, sexualidade, vigilância, capitalismo e barbárie, dentre tantos outros fatores. Há, sem dúvida,

uma série de marcos cronológicos nos textos de Foucault, nos quais a modernidade evidencia-se fortemente na virada para o século XIX, nos grandes atos fundadores da ciência moderna e das ciências humanas, na formação de uma sociedade industrial e positivista, e na formulação de novos discursos de verdade que, da teoria do direito, passam a encontrar suporte e justificação também no saber sociológico, psicológico, médico e psiquiátrico. Mas, como se sabe, é como uma *postura* que a modernidade se firma nas reflexões tardias de Foucault, quando ele se assume tão moderno quanto é Kant, colocando-se a mesma questão que o filósofo prussiano se coloca exatamente dois séculos antes: “O que são as Luzes?” (FOUCAULT, 2005). Em tal gesto se funda a perspectiva de que o que ambos autores compartilham é de uma maneira particular de se relacionar com o presente.

Referindo-me ao texto de Kant, pergunto-me se não podemos encarar a modernidade mais como urna atitude do que como um período da história. Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. (FOUCAULT, 2005, p. 342)

Se nos escritos kantianos Foucault encontra o emblema da (também sua) modernidade é porque ali o saber passa a reconhecer fortemente sua condição histórica, interrogar-se sobre sua atualidade, e tomar sua própria subjetividade como objeto de elaboração. E se a ideia de representação torna-se problemática aos modernos – transformação que Foucault explora exaustivamente em *As palavras e as coisas* – é porque eles passam a enfrentar a tarefa cada vez mais auto-consciente de reproduzirem-se a si mesmos. O fim do fundamento absoluto do conhecimento e a analítica da finitude elaboram uma nova atitude sobre a história e sobre o saber. O uso da razão passa a ser legítimo na medida em que ela é acionada “para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar.” (p. 340)

Esse modo especificamente moderno de se questionar sobre o presente e de agir sobre ele, cujo diagnóstico das circunstâncias do seu

presente histórico são inerentes a uma razão centrada na subjetividade, constituem uma crítica permanente do nosso tempo e de nós mesmos. A vida se torna, assim, experimento cotidiano, permitindo inclusive a medida possível da liberdade, da autonomia e da transgressão – medida cujos limites passam também a ser inegáveis. Como bem coloca José Ternes ao ler Foucault, “[q]uando os modernos fundam o saber no finito, despertam de um longo *sono dogmático*. Ao se situarem na historicidade de seus objetos, engajam-se numa tarefa marcada pelo tempo, pela dispersão, pela destruição, pela morte.” (TERNES, 1995, p. 48, grifos do autor)

Trata-se, pois, de uma quebra com o *cógito* clássico cartesiano. O *cógito* moderno traz consigo a marca do impensado, o limite de todo o conhecimento possível e da capacidade de transposição do mundo e de si pela linguagem. Como o concebe Foucault, o ser humano é também o lugar do desconhecido, do desconhecimento que expõe sempre seu pensamento a ser transbordado e que lhe permite se interpelar a partir do que lhe escapa. O moderno se funda, assim, “na existência muda, prestes porém a falar e como que toda atravessada secretamente por um discurso virtual, desse não-conhecido a partir do qual o homem é incessantemente chamado ao conhecimento de si.” (FOUCAULT, 2000, p. 445)

Nesse sentido, é interessante notar como a modernidade é levada tão radicalmente adiante, de acordo com Foucault, pelas narrativas de Kafka, na medida em que a literatura pode se oferecer

como experiência da morte (e no elemento da morte), do pensamento impensável (e na sua presença inacessível), da repetição (da inocência originária, sempre lá, no extremo mais próximo da linguagem e sempre o mais afastado); como experiência da finitude (aprendida na abertura e na coerção dessa finitude). (FOUCAULT, 2000, p. 532)

Mas em “O que é o Iluminismo?”, é o tão importante ensaio de Baudelaire “Sobre a modernidade” – cuja primeira versão é publicada em 1864 – que surge mais uma vez como um dos mais lúcidos diagnósticos do florescimento da modernidade. Pelas palavras de Baudelaire, a modernidade emerge em suas mais obscuras e fascinantes



dinâmicas. Esta se constitui, para o poeta francês, justamente na beleza fugaz da vida presente, frequentemente estranha, violenta, excessiva.

O homem moderno, para Baudelaire, não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida: ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo. Essa modernidade não liberta o homem em seu ser próprio; ela lhe impõe a tarefa de elaborar a si mesmo. (FOUCAULT, 2005, p. 344)

Devemos nos lembrar de que, espírito tão afeito ao fascínio do sobrenatural e da morte, Baudelaire nota como a arrebatadora consciência da transitoriedade do tempo se dá acompanhada por uma vontade do poeta – representante moderno da arte de viver – de “heroificar” o presente, encontrar do presente o que este pode conter “de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório” (BAUDELAIRE, 1996, p. 24), sem com isso sacralizar o momento, furtar-lhe do fluxo da mudança. A consciência da descontinuidade do tempo, o rompimento com a tradição e a experiência da novidade e da transição, do efêmero e do contingente impelem o homem moderno a uma nova forma de se relacionar com a própria noção do belo: “O prazer que obtemos com a representação do presente deve-se não apenas à beleza de que ele pode estar revestido, mas também à sua qualidade essencial de presente.” (p. 8)

Não nos esqueçamos que Baudelaire diz ali, em particular, de certo pintor de costumes, a quem se referia como C. G.<sup>1</sup>, ilustrador que contribuía com jornais ingleses e franceses com seus croquis de viagens. Sua sensibilidade e habilidade ao pintar o circunstancial faziam-no, nas palavras de Baudelaire, diferente da maioria dos artistas de inteligência provinciana, “brutos muito hábeis”. Dominado por uma paixão insaciável de ver e de sentir, aquele era um homem do mundo, cidadão espiritual do universo, “homem que compreende o mundo e as razões misteriosas e legítimas de todos os seus costumes” (p. 16)

Para a maioria dentre nós, sobretudo para os homens de negócios, aos olhos de quem a natureza existe apenas em suas relações de utilidade com seus negócios, o fantástico real da vida acha-se singularmente embotado. G. absorve-o continuamente e dele tem a memória e os olhos repletos. (p. 29)

Baudelaire recorre também a Poe, cujos escritos se encarregara de traduzir para o idioma francês. *O homem da multidão* torna-se, assim, em menção no ensaio do poeta francês, imagem do homem que entra na multidão e encontra ali seu reservatório de eletricidade, e cuja “paixão e profissão é desposar a multidão” (p. 21). Pintor de costumes, observador, *flanêur*, cronista, filósofo, todos essas novas sensibilidades modernas, que se afastam daquelas dos pintores das coisas eternas.

Os modernos, assim, são seres que se lançam ao mundo e registram, depois, suas vibrações ao cair da noite, “hora estranha e ambígua em que se fecham as cortinas do céu e se iluminam as cidades” (p. 23)

A fantasmagoria foi extraída da natureza. Todos os materiais atravancados na memória classificam-se, ordenam-se, harmonizam-se e sofrem essa idealização forçada que é o resultado de uma percepção infantil, isto é, de uma percepção aguda, mágica à força de ser ingênua! (p. 24)

Dos croquis de C. G., Baudelaire destaca o esforço de memória resurrecionista e o furor do traço.

É o medo de não agir com suficiente rapidez, de deixar o fantasma escapar antes que sua síntese tenha sido extraída e captada; é o pavor terrível que se apodera de todos os grandes artistas e que os faz desejar tão ardentemente apropriarem-se de todos os meios de expressão para que jamais as ordens do espírito sejam alteradas pelas hesitações da mão; para que finalmente a execução, a execução ideal se torne tão inconsciente, tão fluente quanto a digestão para o cérebro do homem sadio que acabou de jantar. (p. 31)

Percebe-se, assim, a particularidade do sujeito moderno na relação sempre ambígua com a realidade que experiencia com tanta intensidade. Foucault aponta para tal relação premente na análise baudelairiana quando diz de uma extrema atenção para o que é real, confrontada com a prática de uma liberdade que, ao mesmo tempo, respeita-o e viola-o: “Para a atitude de modernidade, o alto valor do presente é indissociável da obstinação de imaginar, imaginá-lo de modo diferente do que ele não é, e transformá-lo não o destruindo, mas captando-o no que ele é” (FOUCAULT, 2005, p. 343-344).

Se o estatuto de uma experiência moderna do tempo já se faz aparente na perspectiva foucaultiana, na qual a história se torna operador da compreensão da subjetividade – pelo menos esse é o caminho pelo progresso dos escritos na carreira de Foucault, se ousamos lê-los com um quase indevido grau de sistematização –, Koselleck, por sua vez, promove um arranjo dos termos no qual a modernidade é caracterizada justamente pela inauguração da temporalização da história. Nesse sentido, é interessante recuperar ainda as contribuições de Gumbrecht, no que dizem respeito ao conhecimento que se produz com o nascimento de uma modernidade epistemológica – ou de um regime epistêmico moderno, se assim pudermos tirar melhor proveito da discussão. Para Gumbrecht, há três transformações epistemológicas importantes que advém do nascimento do observador moderno auto-reflexivo. Em primeiro lugar, ao se observar no ato de observação, o observador de segunda ordem torna-se consciente também de seu corpo como condição complexa de sua própria percepção do mundo, ao mesmo tempo em que as superfícies materiais do mundo passam por processo de reavaliação. Para Gumbrecht, o interesse do materialismo “pela anatomia, pelas funções e pelos objetos dos sentidos humanos, e seu crescente fascínio pela especificidade da experiência estética, parecem ser sintomas históricos que prefiguram um tal retorno de corpos e materialidades.” (GUMBRECHT, 1998, p. 13-14) O ser humano encontra-se, assim, mais intensamente do que nunca, consciente da percepção como ato físico e do mundo material como seu objeto, imerso no dilema da conciliação entre percepção física e experiência conceitual.

Em segundo lugar, amparando-se no diagnóstico foucaultiano de uma “crise da representabilidade”, Gumbrecht aponta para a consciência moderna de que “cada fenômeno particular pode produzir uma infinidade de percepções, formas de experiência a representações possíveis.” (p. 14) – conclusão contígua da evidência de um observador ciente de sua posição circunstancial e limitada diante da realidade.

Por fim, ao associar a noção koselleckiana de temporalização e de aceleração do tempo com uma crise da representabilidade, Gumbrecht afirma que toda representação nova passa a poder ser integrada em modelos cada vez mais complexos de evolução e relatos historiográficos. “Sob essa perspectiva”, afirma ele, “a historicização e a

narrativização aparecerão antes como meios de manipular um problema primordialmente perturbador da percepção do mundo e da experiência do que como ‘realizações evolutivas’” (p. 15) Assim, Gumbrecht reforça a ideia de que o que chamamos de “tempo histórico” é um cronótopo historicamente específico e recente, e que, desde o início do século XIX, atribui-se ao tempo a função de ser um agente absoluto de mudança. Sintetizando a relação entre a temporalização da história e da constituição do sujeito histórico modernos, o autor afirma:

...não é mais possível pensar o presente como um intervalo de continuidade. Para o cronótopo do tempo histórico, o presente transforma-se naquele “instante imperceptivelmente curto”, naquele lugar estrutural em que cada passado se torna futuro. Mas é também o lugar – e isso talvez seja a mais importante consequência da temporalização do século XIX – em que o papel do sujeito conecta-se ao tempo histórico. Em cada momento presente, o sujeito deve imaginar uma gama de situações futuras que têm de ser diferentes do passado e do presente e dentre as quais ele escolhe um futuro de sua preferência. Somente por meio dessa ligação com o tempo histórico e da função que ela cumpre nessa dimensão pode a subjetividade integrar o componente de ação na auto-imagem que ela oferece à humanidade. E é essa inter-relação entre tempo e ação que cria a impressão de que a humanidade é capaz de “fazer” sua própria história. (p. 16)

Por todos esses aspectos, a modernidade é destacada de sua condição discreta de contexto para nos oferecer condições ricas para a compreensão tanto do jornalismo enquanto fenômeno comunicacional quanto do fantástico enquanto categoria heurística. Ambos, compreendidos por meio deste arsenal conceitual, renascem em uma perspectiva cuja evidência de sua importância na regulação das experiências da realidade nos oferece operadores valiosos. Tal evidência, no entanto, deve ser tomada como ponto de partida, em vez de ponto de chegada. Buscar em suas narrativas a marca da experiência temporal moderna – não como fato, mas como problema – é buscar pela própria gênese da temporalização das experiências da história abertas pelas narrativas configuradas pelos nossos jornais de referência.

## capítulo 2

# O FANTÁSTICO, O JORNALISMO E A DIALÉTICA NARRATIVA

É AO MODO DE UMA PEQUENA PARÁBOLA que abrimos o presente capítulo, recuperando traços de um insólito conto de um célebre escritor mineiro. Nela encontramos formulações estratégicas que nos ajudam a perceber em jogo, na tessitura do fantástico, a ação dos paradoxos modernos do tempo, para, por meio deles, encontrarmos condições de elaboração sobre uma concepção hegemônica da mediação jornalística. Encontramos tal concepção sintetizada aqui pela noção de jornalismo como espelho do mundo e pela marca temporal da atualidade. Assim, vamos ao encontro de uma representação bastante familiar do jornalismo, concebido enquanto função, para revelar nela aspectos importantes que frequentemente são tomados como dados: o tempo e sua mediação constituída pela narrativa.

Além disso, essa parábola é importante porque, por meio dela, certas fronteiras podem ser atravessadas, e o jornalismo, como todos os outros elementos que movem a nossa reflexão, podem ser conjurados da maneira que o fantástico possibilita – no limite, mortos e vivos.

A relação entre o fantástico e o jornalismo pode, assim, ser devidamente enfrentada, na medida em que assumimos a interlocução entre as duas categorias como empreendimento teórico. E é na medida em que tal relação se aprofunda que uma compreensão atenta à condição narrativa da nossa experiência do mundo se torna premente, o que nos leva a uma discussão sobre as dinâmicas envolvidas na configuração das nossas narrativas modernas.

Aqui, então, associada à reflexão sobre o fantástico, a noção de intempestividade vem se fazer valer de modo a incidir efetivamente sobre os aspectos envolvidos nos modos de saber que marcam nossa relação diária com o mundo mediado pelos jornais. Nesse sentido, ela nos convoca à compreensão conjugada das dialéticas temporais que movem e marcam as experiências da modernidade – a dialética entre atualidade e intempestividade – e a aquela que funda as dinâmicas de configuração de toda narrativa – entre a concordância e a discordância. Ao cabo do capítulo, encontramos condições de sintetizar um conjunto de parâmetros teórico-metodológicos que dão consequências analíticas ao nosso estudo, quando a perspectiva que desenvolvemos sobre a mediação jornalística pode ser lançada à compreensão dos regimes de historicidade eleitos para a segunda parte do trabalho.

## **2.1 A mediação jornalística e os paradoxos do tempo**

Quando recorreu, mais de uma vez, às páginas de um jornal, o piro-técnico Zacariasurgia por informações que resolvessem o dilema que o afligia. Ocorria que, dias antes, ele fora acometido por um acidente fatal. Atropelaram-no enquanto caminhava à noite por uma estrada (a Estrada do Acaba Mundo). Tentaram ainda se livrar do seu cadáver. Mas enquanto discutiam sobre a melhor forma de fazê-lo, foram surpreendidos pelo morto, quando este negou que lhe tirassem o reconhecimento público do próprio falecimento. Conta Zacarias:

Não, eles não podiam roubar-me nem que fosse um pequeno necrológio no principal matutino da cidade. Precisava agir rápido e decidido:

— Alto lá! Também quero ser ouvido. (RUBIÃO, 2013, p. 17)

Desde então, nem aqueles que o rodeavam nem o próprio Zacarias entendiam como ele podia estar ainda de pé, caminhando como um vivo junto aos vivos, com a diferença de ser, agora, um defunto.

A esse respeito as opiniões são divergentes. Uns acham que estou vivo — o morto tinha apenas alguma semelhança comigo. Outros, mais supersticiosos, acreditam que a minha morte pertence ao rol dos fatos consumados e o indivíduo a quem andam chamando Zacarias não passa de uma alma penada, envolvida por um pobre invólucro humano. Ainda há os que afirmam de maneira categórica o meu falecimento e não aceitam o cidadão existente como sendo Zacarias, o artista pirotécnico, mas alguém muito parecido com o finado. (p. 14)

Se, como afirma Ricoeur, a morte é o “horizonte secreto de cada vida humana” (RICOEUR, 2010.c, p. 195), em Zacarias a morte se realiza ao ponto em que vida e morte passam a existir ao mesmo tempo, sem se sobreporem uma à outra. Morto e vivo, Zacarias se tornava, assim, extemporâneo de si mesmo. E não havia a seu redor quem estivesse disposto a lidar com a sua presença paradoxal. Assim que o avisavam, todos fugiam. Se pegos de surpresa, estarrecidos, não conseguiam articular uma palavra. A sua chegada evidenciava um paradoxo irresolúvel: “Em verdade morri, o que vem ao encontro da versão dos que crêem na minha morte. Por outro lado, também não estou morto, pois faço tudo o que antes fazia e, devo dizer, com mais agrado do que anteriormente” (RUBIÃO, 2013, p. 14).

Às vezes, Zacarias não podia se livrar de uma persistente interrogação sobre sua condição que viera instaurar um desequilíbrio entre ele e o mundo, ainda que ela o abrisse para uma nova e vibrante sensibilidade. Demandando por explicações, buscá-la nas narrativas jornalísticas surgiu quase como gesto instintivo: “Tinha ainda que lutar contra o desatino que, às vezes, se tornava senhor dos meus atos e obrigava-me a buscar, ansioso, nos jornais, qualquer notícia que elucidasse o mistério que cercava o meu falecimento.” (p. 20)

O conto “O pirotécnico Zacarias”, de Murilo Rubião – escritor que é a maior referência da literatura fantástica no Brasil –, foi publicado pela primeira vez em 03 de abril de 1943 (ainda não em um livro, mas

nas páginas da revista *O Cruzeiro*). Seu protagonista certamente não foi a primeira figura perturbada por desvarios do destino a procurar orientação nas instituições legitimadas da realidade. E não foi, como de costume, um homem da ciência, do direito ou qualquer outro cético racionalista quem veio ao seu socorro. Foi percorrendo as páginas de um jornal que Zacarias buscou condições para que se orientasse pelo mundo do que é e do que pode ser, com as instruções necessárias sobre viver e morrer. Pela notícia que elucidasse seu mistério, assim, o piro-técnico poderia restabelecer-se na atualidade que lhe fora contestada.

Ser atual, assim, significaria poder compartilhar uma experiência histórica com todas aquelas pessoas que com ele se assombravam, e que encontrariam também no jornal não somente as razões específicas para o fato em questão. Por meio de suas narrativas, eles encontrariam oportunidades de recompor um espaço de experiência e um horizonte de expectativa que os conectassem e os fizessem, em alguma medida, pessoas de um mesmo tempo, ou sob uma mesma ordem do tempo. Isso significaria, enfim, afastar a crise que se impusera nas condições de relação com o mundo, e permitir que todos pudessem encontrar nessas condições a possibilidade de viver uma mesma realidade.

Sob tal aspecto, o ordenamento operado pelas notícias parecem nos oferecer uma antítese dos paradoxos do tempo, o que nos chama atenção para um primeiro conjunto de sentidos que se abrem em relação a uma concepção das mediações jornalísticas. Pois aqui tocamos em uma função bastante familiar do jornalismo em nossas vidas, naturalizada a ponto de quase se perder de vista por nossa história. Cabe aqui lembrarmos de alguns aspectos significativos dessa função, para que se perceba por que termos tal antítese se torna possível e em que medida ela nos conduz a uma limitada compreensão das experiências do tempo histórico abertas pelos jornais.

Quando nos lembramos de alguns escritos caros ao pensamento sobre o jornalismo, encontramos traços dessa função já nos seminais estudos de Otto Groth. No início do século XX, a preocupação de Groth com a sistematização de uma nova ciência – a “ciência dos jornais” – e com a institucionalização de uma disciplina jornalística autônoma leva o estudioso alemão à sua busca por uma “essência” do jornalismo. Nesses esforços, Groth se nutre de uma percepção de que os jornais



são mediações fundamentais da cultura e que seu poder nem sempre é devidamente conhecido, o que torna imprescindível a compreensão dos jornais enquanto objeto de estudo. A partir disso, o objeto que concebe é um todo uniforme e imaterial, visto que é constituído com “a similaridade do seu sentido, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as ‘características’ e a estrutura desta unidade” (GROTH, 2011, p. 35).

Em seus textos, são notórios os aspectos levantados para a caracterização dessa essência jornalística: a periodicidade, a universalidade, a publicidade e a atualidade. Tais aspectos são aqueles que constituem o jornalismo, aos olhos do autor, enquanto forma de conhecimento específica. Nesse sentido, em uma vida em sociedade, os jornais ofereceriam aos indivíduos as condições de se relacionar com os outros, e constantemente orientá-los na construção de um mundo comum dentro de uma realidade do presente. Na perspectiva do autor, assim, o jornal é o mediador na comunicação de acontecimentos em todos os ramos da cultura e da vida ao indivíduo e à sociedade, na comunicação de bens imateriais que pertencem aos mundos presentes dos leitores de um modo público e coletivo (BELAU, 1966).

É notória também a herança que Groth deixa aos estudos do jornalismo no século XX, especialmente sua influência na sociologia estadunidense. E, sob tal aspecto, devemos também nos lembrar de como tal caracterização é levada adiante e adquire emblemática envergadura no famoso ensaio de Park, “A notícia como forma de conhecimento” (PARK, 1970), publicado originalmente em 1940. Em seu texto, Park afirma: “A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade” (p. 183)

Em Park, como já evidencia Adelmo Genro Filho em *O segredo da pirâmide* (1987), é patente uma concepção evidentemente funcionalista do jornalismo, tendência tão forte na cultura jornalística – sobretudo uma cultura estadunidense, como Genro Filho denuncia –, reduzindo fenômenos históricos concretos a um papel aparentemente orgânico no interior do sistema social movido por noções de progresso e normalidade. Como afirma Genro Filho, a compreensão do jornalismo que encontramos exemplarmente em Park vincula o jornalismo à

reprodução da realidade e à integração dos indivíduos nesse processo, passando por cima das diversidades e ambiguidades dos processos que compõem os fenômenos jornalísticos e das experiências de realidade por eles mediadas.

E se, neste texto específico de Park, de caráter iminente epistemológico, há uma clara negligência quanto à compreensão de tais fenômenos e dos conflitos – simbólicos, antes de tudo – que lhe são fundantes, o problema parece não se resolver quando, por exemplo, quase seis décadas depois, Jorge Pedro Sousa escreve sua história do jornalismo (2008). Ali encontramos função semelhante do jornalismo, explicitada quando Sousa aponta para um importante papel da mediação jornalística na sociedade desde, pelo menos, a circulação das folhas volantes do século XVI na Europa:

O jornalismo configurava-se, assim, como a actividade de contar histórias sobre a vida quotidiana. Muitas dessas histórias eram (*e são*) publicamente úteis, enquanto outras se destinavam (*e destinam*) essencialmente a satisfazer a curiosidade humana. Mesmo estas últimas notícias, porém, podem ser positivas para a vida de uma sociedade, já que as notícias, ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas e ao delimitarem o que é considerado desvio, ajudam a definir as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade. (SOUSA, 2008, p. 72, grifos nossos)

Essas concepções, que soam bastante familiares, logo se mostram extremamente simplistas. Suas afirmações sobre um jornalismo que atua na estabilização do mundo e na normalização da vida dos leitores negligenciam a própria arbitrariedade que essa função deposita na ordem do mundo, nas tentativas de apagamento de tudo aquilo que não cabe – ou não deve caber – nos parâmetros de normalidade aos quais o jornalismo serve. E tal negligência só é possível na medida em que supõem, de partida, uma mediação jornalística absolutamente destituída de caracteres mediadores, ou supõem caracteres mediadores que cumprem sua competência na medida em que operam por uma lógica transparente, ou por uma lógica do “duplo-clique”, utilizando a metáfora de Bruno Latour (2004), o que, a rigor, significa o mesmo que negar a própria mediação. O ordenamento e a integração promovidos

pelo jornalismo dar-se-iam por um caráter meramente especular de suas notícias. A própria noção de jornalismo como forma de conhecimento elaborada por Park, como nos aponta Genro Filho, se limita ao mesmo sentido vulgar de “reflexo” suposto pelas abordagens funcionalistas em geral, encontradas tão frequentemente nos manuais de redação jornalística. O jornal funcionaria, assim, como um reflexo da realidade, caracterização que é tão recorrentemente sintetizada na ideia de jornalismo como “espelho do mundo”.

Aliás, “Espelho do mundo” é o título do editorial da *Folha de S. Paulo* na edição de 23 de maio de 2010, em que inaugura seu novo projeto editorial, tão novo que se autoproclama “O jornal do futuro”. Remetendo-se nominalmente a ilustres apontamentos de Tocqueville sobre a imprensa nos meados do século XIX em *A democracia na América* para justificar o lugar do jornalismo em “sua *natural aptidão* para estimular e garantir um mínimo de espaço público” (ESPELHO, 2010, grifos nossos), a *Folha* concebe, novamente, uma representação de jornalismo para lhe servir como baluarte: “Um espelho do mundo que permita às pessoas vislumbrar o que têm em comum.” (2010) Impossível não reconhecer aí, com Genro Filho, a ação de um “funcionalismo espontâneo” dos chamados “jornalistas competentes” que se põem a teorizar com base no pragmatismo da profissão” (1987).

Ora, recorrer à nova metáfora do espelho é mesmo uma estratégia muito utilizada no início do século XIX nos EUA, muito antes que a objetividade se tornasse uma palavra de ordem no jornalismo, ou mesmo muito antes que a atividade periodística sequer se constituísse como um campo autônomo sob o epíteto do “ismo”. Como nos mostra Tim Vos (2001), ela é forte o suficiente para batizar vários diários que por ali emergem. *The mirror [O espelho]* é criado em 1804 em Massachusetts, seguido poucos anos depois pelo *Vermont Mirror* e pelo *Boston Mirror*. Neste, afirma-se o objetivo de “erguer um espelho confiável, que deve refletir os ‘hábitos e costumes existentes enquanto eles surgem’, para entregar aos nossos leitores as notícias mais importantes do dia e, da mesma forma, comentar acerca dos homens e ações públicas” (PROSPECTUS, 1808, p. 1, no original em inglês)

Aqui é, então, importante sublinhar que a metáfora do espelho, apesar de ter como núcleo uma lógica de reprodução, serve histori-

camente a discursos distintos. Como observa Vos, se em suas primeiras recorrências ela se conecta a uma proposta de refletir fortemente (ainda que não exclusivamente) ideias e valores de uma sociedade, a partir do século XX, inflexionada pela noção de objetividade, ela passa a dizer mais dos fatos ocorridos nessa sociedade, “friamente” apresentados pelas notícias. Se se mantém a lógica de um espelho da realidade, alteram-se os parâmetros que dizem onde a realidade se funda e por meio de que elementos ela se apresenta. A metáfora serve, inclusive, a jornalismo menos ou mais explicitamente engajados com pautas morais e políticas. Conectando diferentes discursos dentro da metáfora do espelho subiste a suposição de uma propriedade/um dever do jornalismo de se oferecer a seu conjunto de leitores e leitoras como possibilidade de ser contemporâneo, e se inserir, por meio do jornal, em uma mesma atualidade.

É nesse sentido que Vos encontra uma síntese certa quando percebe a metáfora do espelho nos termos de um *espelho do tempo*, fórmula oferecida logo no título de seu texto, *Mirror of the times*, usando a expressão que encontrou diversas vezes nos textos dos jornais que analisou. Devemos nos lembrar que o tempo também se faz insígnia no nome de tantos jornais de referência, evidentemente o *Times* britânico, batizado assim em 1788, e o *New York Times*, em 1851. Em um contexto mais próximo, podemos nos lembrar dos jornais mineiros *O tempo* ou mesmo do *Hoje em dia*, cujos nomes evidenciam uma conexão forte com uma experiência da história que se abre por suas notícias. Assim, inflexionando a metáfora do espelho, ainda que insista na problemática lógica especular, o significante *tempo* nos convida a considerar relações mais dinâmicas e complexas da mediação jornalística com nossas experiências no mundo.

É mesmo por meio de seus aspectos temporais que a mediação jornalística muitas vezes é concebida. Em seu estudo sobre representações do tempo e discursos de atualidade no jornalismo, Elton Antunes afirma não só que a notícia “é um dos sinais temporais utilizados pela sociedade para sua orientação” (ANTUNES, 2007, p. 287), mas que o jornalismo diário é uma das instituições sociais “que atua como quadro de referência para constituir aquilo que se entende por tempo.” (p. 287) Antunes compartilha de percepções como a do cientista da informação

francês André Vitalis que, analisa a importância do jornalismo para a constituição de uma noção moderna de atualidade:

A atualidade dá doravante forma à nossa experiência do tempo. O fato de viver permanentemente à escuta das notícias do mundo altera a nossa relação com os outros mas também a nossa própria percepção da trama temporal. É a imprensa diária que, desde meados do século XIX, introduziu uma nova maneira de fazer relação com os seus contemporâneos e que tem instalado uma temporalidade até então desconhecida. A leitura do jornal, “esta oração laica da manhã”, dá nascimento a cada dia à uma cerimônia de massa, cada comungante sabe apropriadamente que a cerimônia que realiza é repetida simultaneamente por milhares de outras pessoas da qual ele conhece perfeitamente a existência mesmo se ignora a identidade precisa. (VITALIS *et alii*, 2005, p.12, *apud* ANTUNES, 2007, p. 10)

Na formulação de Vitalis, a instituição jornalística da atualidade – modulando mesmo os presentes aspectos de universalidade, publicidade e periodicidade – coloca as relações de saber fundadas pelo jornalismo em uma perspectiva fundamentalmente temporal. Mais ainda, sugere que a força do ordenamento histórico operado pelo jornalístico não está simplesmente no engajamento individual do leitor com a atualidade configurada pelas notícias, mas, sobretudo, no senso de atualidade constituído pela institucionalização do jornalismo como mediação por excelência dos tempos modernos.

O tempo é definidor da concepção de jornalismo também nos escritos de Wilson Gomes. Nos termos de seus “Ensaio de teoria do jornalismo” (GOMES, 2009), o autor trata de uma atividade voltada para a produção e oferta de notícias, de informação sobre a atualidade, isto é, sobre estados temporalmente determinados do mundo. Sua definição se dá baseada ao seguinte diagnóstico:

Nas sociedades contemporâneas, a produção e a certificação das narrativas por onde se experimenta os quadros do mundo neste momento, a chamada atualidade, é função do jornalismo. Através das notícias o mundo deixa de ser o complexo das coisas e pessoas que formam o meu círculo existencial para tornar-se, para além deste, um horizonte; o horizonte que compreende todos os fatos

que podem ser chamados de reais neste momento. É o jornalismo e a sua teia de notícias que estabelecem para os que desfrutam de relatos sobre o mundo os contornos de horizonte da *mundanidade* ou atualidade, determinando os eventos e os objetos que dele fazem parte. (p. 15)

Em Gomes está um profundo incômodo com o que ele chama de “realismo ingênuo” para caracterizar os frágeis discursos de autolegitimação operados pelas indústrias da informação, aqueles que atestam a capacidade das notícias de reproduzirem para nós a realidade. Seu incômodo se dá justamente ao perceber que tal “realismo” passou a estabelecer em nossa época, “já no nível ‘gramatical’, a natureza e a essência dos discursos sobre o ‘estado das coisas’ no mundo.” (p. 14) Nesse sentido, não é de se espantar que mesmo as formulações mais extravagantes de Gomes sobre uma concepção do jornalismo nos pareçam, ao cabo, tão triviais: “Parafrazeando toscamente a tradição fenomenológica, poder-se-ia dizer que a notícia é a morada do ser e a sua epifania – tudo aquilo que é, é notícia.” (p. 15)

Mas que historicidade do jornalismo é essa, afinal, que supõe Gomes, em suas vagas ancoragens históricas em “nossa época” ou “nas sociedades contemporâneas”? E que capacidade é essa do jornalismo de engendrar discursos que surgem, mesmo nas formulações mais inquietas, em termos de uma “natureza” e uma “essência”? Mais uma vez, é importante que se perceba, se opera por um âmbito de uma função de jornalismo, que coloca todos os fenômenos jornalísticos à sua sombra. E se ela parece atravessar diversas compreensões da mediação jornalística, é porque o tempo não parece lhes oferecer resistência. Pode-se dizer mesmo que a maioria delas trata do tempo fora do tempo, inevitavelmente apontando mais para “estados” do mundo do que para o “estar” nele. Com isso, muito se perde das dinâmicas temporais que movem as experiências mediadas pelos jornais.

É curioso notar que o tempo, caractere fundamental para a compreensão de nossa relação com a história, é categoria tão corriqueira e tão pouco discutida quando se pensa o jornalismo. Antunes, ao justificar seu investimento no tema, chama a atenção para tal problema:

Por que o tempo? Porque de maneira geral, na prática jornalística, em grande parte das reflexões teóricas, e na percepção do senso

comum, a noção de tempo não apareceria como um aspecto problemático do discurso jornalístico, ainda que sempre invocada como central ao entendimento de noções como a de notícia. (...) A ideia do tempo, entretanto, menos explica do que justifica as condições atuais de organização do discurso jornalístico, e carece de ganhar mais precisão teórica e metodológica. (ANTUNES, 2007, p. 6)

Se trazemos, então, o tempo para o centro do debate sobre a mediação jornalística da história, que dinâmicas podemos encontrar implicadas em um senso moderno de atualidade, para além de seus aspectos integrativos e ordenadores? Afinal, é preciso que se evidencie relações colocadas, mas nem sempre tão prementes naquilo que comumente se entende por atual.

Ser atual, como bem entendemos, significa estar fundado no presente, ser vigente. Tais significações são herdadas mesmo do termo latino *actualis*, que caracteriza o que é ativo, pertencente à ação. Mas a atualidade implica dizer também da caracterização daquilo que está em adequação com o tempo, aquilo que é efetivo, o que convoca um sentido menos evidente, mas não menos importante, da atualidade. Ser atual não designa somente uma cronologia, mas também uma ontologia, a afirmação de uma existência efetiva, ou seja, ser real e verdadeiro.

Tal acepção fica ainda mais clara, por exemplo, no sentido da palavra inglesa *actual*, usada mais diretamente para assinalar o estado de ser real, aquilo que é de fato, o que é realmente; mas que não deixa de afirmar uma situação no presente, neste momento, as condições existentes. Tal concepção, que podemos então chamar de temporal-ontológica da atualidade, é fundamentalmente moderna – dicionários de etimologia (VICTORIA, 1963; ONIONS & FRIEDRICHSEN & BURCHFIELD, 1966; entre outros) apontam para as primeiras ocorrências ao uso da palavra *actual* nesses dois sentidos a partir de meados do século XVII – e ela se conecta a um regime no qual a realidade passa a ser compreendida por sua condição mesma de ser histórica. Ser atual é, assim, ser real, e algo somente é real se está em conexão histórica com o contemporâneo.

Logo, compreender uma ontologia temporal dentro de uma concepção moderna implica também observar que a atualidade não

fixa estados em um presente estático, um fragmento de realidade sem história – aliás, qualquer remissão nossa ao termo “realidade” só pode vir carregada de um sentido histórico. Ser atual significa, assim, colocar-se no eixo de uma trama histórica na qual o presente é visto como lugar de transição, como uma novidade que se abre sobre nosso espaço de experiência e que reconfigura nosso horizonte de expectativa. Tomar consciência de tal dimensão da atualidade é de grande importância para que compreendamos a mediação jornalística, no tempo, em seus esforços também tipicamente modernos de “autoavaliação e autoaperfeiçoamento” (VOS, 2011, p. 579, no original em inglês), gestos identificados por Vos como motores de uma função do jornalismo baseada na metáfora do espelho. É a atualidade, afinal, que nos permite, pela mediação jornalística, colocar em ação nossa história em progresso.

Dessa maneira, a atualidade pode ser percebida como uma dimensão ainda mais pregnante daquilo que se entende da relação entre jornalismo e nossa experiência do tempo. E se buscamos efetivamente apreendê-la em ação no tempo, não podemos deixar de considerar os aspectos mediadores que constituem a narratividade configurada pelos jornais. Pois nela encontramos não só a possibilidade de sua manifestação, mas a de sua constituição e seus tensionamentos. Afinal, é narrativamente que a atualidade é operada. É o que nos diz Hector Borrat:

*A atualidade não é puro instante efêmero. Ela dura. É presente histórico, de duração variável, contextualizável sincronicamente com aquilo que está acontecendo em outros lugares, e diacronicamente com passados e futuros diversos, de curta, média ou longa duração. Precisamente porque dura, a atualidade convoca o relato: precisa ser narrada para ser conhecida.* (BORRAT & FONTCUBERTA, 2006, p. 280, no original em espanhol, grifos do autor)

Antunes, em seu estudo, se debruça sobre aquilo que chama de “sistema temporal do jornal”, e percorre páginas e edições de jornais mostrando sentidos de atualidade abertos por diferentes representações de figuras do tempo. Seu esforço é valioso no sentido de evidenciar certos dilemas que problematizam a estabilidade de um quadro temporal que constitui e permite o reconhecimento do jornal, o que lhe



permite apreender a atualidade jornalística em meio ao atravessamento de complexas tramas temporais. O autor conclui a partir disso:

A mídia curto-circuita os tempos: ao mesmo tempo em que ela é padronizadora do tempo atual – ritmo e ordena cronologicamente o cotidiano –, ela põe também em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, a mídia dá visibilidade a tempos não contemporâneos. Daí que a mídia não apenas transporte o tempo; ela engendra relações temporais. (ANTUNES, 2007, p. 289)

Nesse sentido, se a mediação jornalística é fortemente conectada a uma concepção de atualidade, de que maneira tais conclusões poder incidir sobre nossa compreensão da experiência da história mediada pelas notícias? Temos aqui um convite para perceber nas narrativas jornalísticas, nosso campo de problema, a incidência de dinâmicas temporais que fazem da atualidade uma esfera de conflitos temporais. Mas talvez possamos levar adiante a ideia de Antunes de que o jornal promove um curto-circuito temporal a uma radicalidade que suas análises apenas sugerem, e estendê-las para além do recorte contextual circunscrito pelos periódicos analisados em seu trabalho – jornais diários brasileiros de referência em meados da década de 2000.

Assim, tomamos a provocação como oportunidade para apontar não somente para as maneiras complexas como diferentes temporalidades se cruzam na composição da atualidade, ou seja, agem por meio dela no tempo e em proveito dele; mas também aquelas que, em termos nietzschianos da intempestividade, agem sobre o tempo e contra o tempo, que configuram um embate entre o contemporâneo e o extemporâneo no qual as aporias temporais são insolúveis e fazem da atualidade uma dimensão parcial, descontínua e instável da experiência da história moderna. É à potência do intempestivo que reivindicamos um lugar na compreensão da constituição dessas experiências, uma vez que ele introduz forças de inadequação ao tempo, que em conflito com o atual, é sua própria possibilidade de irrealização. E é tal embate que encontramos, modulado de diferentes maneiras, inerente à historicidade

moderna, e levado a cabo pelas dialéticas constitutivas das narrativas configuradas pelos jornais.

Quando nos abrimos para as implicações e consequências dessa perspectiva, o jornalismo pode surgir de outras maneiras que aquela prevista por sua função. E é aqui, então, que devemos retomar a nossa parábola fantástica, e desdobrar um segundo conjunto de sentidos que ela ainda nos reserva.

Devemos notar que, no conto de Rubião, a relação entre um possível ordenamento jornalístico e os paradoxos do fantástico é fortemente ambígua. É preciso perceber que, quando o protagonista morto e vivo recorre às notícias, não age por uma demanda racional e razoável. Ele o faz movido por uma urgência incontrolável, quando é vencido pelo “desatino”. A partir do momento em que Zacarias assume para si mesmo o paradoxo ontológico como sua condição de estar no mundo, viver distintas e contraditórias temporalidades deixa de ser, na maior parte do tempo, um problema. Ao contrário, o insólito intrínseco à sua experiência de realidade faz dela mais potente do que antes. Então, para ele, é a “solução” jornalística que passa a ser o problema.

Assim não nos pareceria descabido pensar que as notícias talvez só pudessem ser agora perturbadoras para ele, uma vez que são as crônicas do mundo maldito dos vivos: “Só um pensamento me oprime: que acontecimentos o destino reservará a um morto se os vivos respiram uma vida agonizante?”, ele se pergunta; e complementa: “E a minha angústia cresce ao sentir, na sua plenitude, que a minha capacidade de amar, discernir as coisas, é bem superior à dos seres que por mim passam assustados.” (RUBIÃO, 2013, p. 20)

Ao nos oferecer o ponto de vista do seu protagonista, o conto de Rubião promove mais do que uma mera inversão. Inserindo a mediação jornalística em sua trama fantástica, ele não abandona a possibilidade de ordenamento da vida. No entanto, sugere-se que o mundo dos vivos, ontologicamente distinto da morte, vive assombrado por ela, na medida em que, a rigor, uma vida agonizante é justamente aquela que se coloca na transição entre vida e morte, aquela que padece da iminência de ultrapassar os limites que separam um mundo e o outro. Nesse conflito, a única solução efetiva é a fatalidade. Assim, a nós vivos, Zacarias é tão perturbador porque é, dentro do nosso mundo,

a dissolução impossível de um conflito que nos move. O que mais nos assombra, assim, é a naturalidade com a qual o personagem passa a tratar o que tomamos como inconcebível.

A morte, nesse sentido, não se limita a circunscrever o estado de óbito, mas se relaciona a tudo aquilo que não é, não existe, que não se faz presente no mundo comum dos que vivem, são e existem. Em termos temporais, então, a morte é justamente aquilo que está fora do tempo. Ela representa mais que a negação ontológica, mas a negação temporal-ontológica. A angústia de Zacarias se dá, assim, ao perceber que o mundo ao seu redor se consome pelo conflito entre a atualidade – afirmação de uma ordem do tempo – e a intempestividade – seu questionamento.

Se o jornal é, então, uma instituição da realidade dos vivos (expressão que beira a redundância), o que precisamente encontraríamos se também abríssemos as páginas de um jornal da manhã daquele mesmo 03 abril de 1943? Curiosamente, ao tomarmos nas mãos um exemplar do *Jornal do Brasil* deparamo-nos logo, por uma coluna editorialística, com um verdadeiro elogio à autonomia e à prosperidade, que, a princípio, não mostra qualquer sinal da agonia apontada por Zacarias:

O Brasil já conseguiu, por si mesmo, resolver o seu problema político. A sua Constituição não foi senão a formula brasileira pára a solução dum problema brasileiro. Na orbita economica. O Brasil procura, dentro da sua realidade, encontrar os meios de solucionar as questões essenciais, que lhe são peculiares. O país adquire a consciência de suas possibilidades e toma posse de seu destino. Sabe o que pode realizar e realiza-o sem se servir de modelos estranhos. Quer isto indicar que o país é agora realmente soberano e livre, porque só agora acentua os traços de sua personalidade. [...] Nada mais poderá deter a marcha do país para apoderar-se de seu próprio destino, para afirmar a sua personalidade, para ditar a sua mensagem ao mundo, moldado na civilização cristã. (PELA CULTURA, 3 abr. 1943, p.5)

O trecho do editorial é um pequeno exemplo de textos que atuam como dispositivos jornalísticos que se oferecem à proposição e ao compartilhamento de uma visão da história, tantas vezes lado a lado – ou acima – das notícias. Não há, aqui, uma menção direta à função do

jornalismo nesse processo de ordenação de uma história de progresso. Ele se presta, no entanto, como a própria evidência de uma função suposta e cumprida, no papel de promover e orientar seus leitores por uma marcha histórica dentro de certa ordem do tempo.

Mas não nos apressemos, movidos pela provocação de Zacarias, a invocar inúmeras oportunidades que o futuro do Brasil guardaria para frustrar tal projeto de história. Não precisamos nos afastar da suposta contemporaneidade circunscrita pelos textos daquele jornal para ir ao encontro de seus questionamentos. Quando nos lançamos ao mundo colocado em ação, no tempo, pelas narrativas configuradas pelas notícias do exemplar do *JB*, podemos perceber quão ricos são os conflitos temporais que por elas são tecidos.

Ainda que não encontrasse a notícia específica que buscava, Zacarias poderia ter sabido que, na Polônia, por amor à liberdade, muitas unidades da Marinha fizeram-se ao mar antes da feroz invasão do nazismo, “diante das ameaças e investidas da morte, que é uma das maiores forças da natureza, e a mais inexorável dentre todas” (POVOS, 3 abr. 1943, p. 7); e que tal caso é “uma demonstração plenamente satisfatória do vigor com que certas nações, graças à sua heroica obstinação em subsistir, resistem às piores vicissitudes da sorte” (p. 7). Ele poderia também ter tomado conhecimento de que, pela nona vez, uma exitosa exposição pecuária na Bahia realizava as profecias daqueles que, por conhecer a excelência do clima e do solo do estado, “lhe auguram esplêndido futuro no domínio da criação, uma vez que entrasse a desenvolve-la de forma racional e progressista.” (A PECUÁRIA, 3 abr. 1943, p. 5)

Percorrendo as páginas do jornal, Zacarias poderia ter descoberto que o São Cristóvão rescindira amigavelmente o contrato de Salim; que falecera Dr. Otavio Moraes, eminente homem público uruguaio; que Justino Anjos Ferreira fora condenado a um mês de prisão por ter aumentado o preço do carvão; e que os trabalhos da Bolsa do dia anterior haviam decorrido sem maior atividade, quando não se realizaram negócios de grande vulto. Zacarias poderia ter conhecido ainda o desvendamento do crime ocorrido na terça-feira de carnaval, à rua Marcilio Dias, 62, de que foi vítima o capitalista João Jacinto Vieira – fato que “[a]té a madrugada de ontem permanecia no mais

denso mistério” (DESVENDADO, 3 abr. 1943, p.7); o suspeito detido não dera explicações satisfatórias sobre a procedência dos 5 mil cruzeiros que depositara na Caixa Econômica, até se ver na contingência de confessar o crime: “Assim está, pois a policia carioca de parabéns” (p.7), Zacarias haveria de concordar. Assaltando Zacarias a figura de Candido de Moraes, “o criminoso”, exposto ao escrutínio e oferecido a uma memória que o sustentaria vivo, ainda que sua história fosse descartada na manhã seguinte.

<p>s de veículos. Nossa, re-equipada com nos depois dos glóde Fezzan, coopera-Royal Air Force no do exercito nassia.</p>	<p>vieira, fato este do qual tratamos oportunamente em todos os seus detalhes.</p>	<p>realizava um levanta progressa do indigit apurando que o mesmo naval pagara muitas depositara na Caixa saldo do 5.000 cruzei</p>
<p>(U. P.) — Urgentel general de Von não se encontra em a noticia, até o momento confirmada, foi transoite de hoje pela Marrocos.</p>	<p>Durante os primeiros quatro dias a policia do 11º distrito andou ás</p>	<p>Interrogado numeroso não deu explicação obre a procedencia or fim visivelmente as perguntas e em facoria contradicoes, Carontigencia de confessalhandando todos os seuirante e depois do ci</p>
<p>Titavo Exercto Britl da Tunisia 2 (U. cia-se que o general conferenciou na Quar o general Montgoos altos oficiais do</p>		<p>As suas declarações omadas por termo D. Martins Alonso, ataminhado a delegacia Assim está, pois a po parabens.</p>
<p>(R.) — Comentanidade de uma Dunianica na Tunisia, o te naval do “Daily a que o raide reali por cem “Fortale” centra o porto de Sardenha, é consi reulos desta capital cio que os elixis-</p>	<p>Candido de Moraes, o criminoso apalpadela procurando entre diversos individuos desclassificados o assassino; porem, como não tivesse che-</p>	<p><b>Caixa Ec</b> <b>Ri</b> <b>Carte</b> <b>L</b> Os leilões das de ABRIL, serão <b>Dia 8</b> —</p>

Figura 1: JB, “Desvendado pela D. G. I. o assassinato do capitalista”

Poucas colunas adiante, Zacarias poderia ter também se dado conta de um estranho fato verificado naquele mesmo dia no cemitério do Campo Santo: “O coveiro Aristoteles da Costa Leal, no momento que abriu um esquife duma criança sepultada no carneiro 1258, verificou que o corpo estava completamente intacto, apesar de inhumado a cerca de quatro anos.” (UM CASO, 3 abr. 1943, p.6) Elza Geon, natural da Libania e falecida com meses de idade a bordo de um navio que escalou

a porto em julho de 1939 apresentara a epiderme e a fisionomia em perfeito estado, intactas como a roupeta branca com que fora sepultada. Diante do enigma, o narrador afirmaria: “Na hora que passamos este telegrama, o professor de medicina legal, Dr. Estacio Lima, acha-se no local, a fim de examinar o estranho caso e encontrar a explicação científica do mesmo.” (p. 6)

Pelas notícias, debatemo-nos com nossas próprias condições de apreensão e inteligibilidade do mundo, enquanto buscamos elaborar uma história que nos escapa à determinação, em conflito com tudo aquilo que nos ameaça e coloca em cheque a nossa ordem do tempo. O jornal que temos em mãos nos oferece afirmações de uma atualidade sob a direta ameaça de um devir inatural, seja, por exemplo, no confronto entre o cadáver que resiste à decomposição e a busca por lhe restituir o ordenamento via explicação científica, seja na reafirmação do êxito do domínio da criação pecuária, diante da simples (mas não menos preocupante) possibilidade de perdê-lo para as contingências do destino. Mesmo aquelas notícias mais ordinárias, nas quais suas intrigas nos sugerem uma aparente regularidade cotidiana, são indícios de uma constante preocupação de se encontrar o ordenamento do mundo apesar do tempo e de tudo o que ele coloca contra si mesmo.

Diferente, assim, do discurso do editorial, que concebe uma imagem progressiva da história para seus leitores – o progresso, nesse caso, claramente diz de uma concepção valorativa de uma evolução histórica –, e mesmo diante da progressividade da tessitura de uma narrativa – que diz respeito à capacidade da intriga, em suas sucessões, de criar uma configuração causal e, logo, verossímil da história –, as notícias nos oferecem dinâmicas ricas em embates temporais que fundam nossas formas de apreensão do mundo e nossas condições de ação nele.

É interessante observar, também, que nossa distância histórica em relação à edição do *JB* nos conduz por certas formas de estranhamento. Nossa leitura é necessariamente mediada pela anacronia. No entanto, essa distância é o que nos força a desnaturalização e permite que nos conectemos com suas notícias de tal maneira opaca, fazendo saltar aos olhos a artificialidade da linguagem e a circunstancialidade das consciências que as fundam. Ali o mundo é familiar e estranho, um disparate

da modernidade que insistimos em buscar para nós mesmos. Ao mesmo tempo, a distância convida a nos percebermos hoje em nossos próprios artifícios e circunstâncias, nós, estranhas emergências históricas.

Por certo não sabemos que jornais Zacarias teve em mãos. Fomos, por nossa conta, às notícias do *Jornal do Brasil* daquela manhã, porque, como o *JB*, poucos diários foram tão longevos e encarnam de maneira tão representativa na história brasileira o que aqui, afinal, coloca-se em questão, o que costumamos chamar de *jornalismo de referência* – expressão que vem muito a dizer, uma vez que é fortemente sintomática do lugar que reservamos aos jornais que elegemos, ainda que tacitamente, para nos orientar cotidianamente. E é nesse lugar de referência que nossas preocupações incidem. Com Zacarias, sem prejuízo poderíamos ter aberto o *Diário Carioca*, a *Folha da Manhã* (precursor da *Folha de S. Paulo*), *O Globo*, *O Estado de Minas*, entre outros, como aqueles que Marialva Barbosa chama de “senhores do tempo” ao se referir aos grandes jornais no processo de modernização da imprensa no Brasil de meados do século XX (BARBOSA, 2007, p. 41).

E se o caráter etéreo do cenário oferecido pelo conto de Rubião não nos constrange, poderíamos até ter aberto as páginas de jornais de outros países nos quais desempenhariam semelhante função em lugar de referência. Poderíamos tê-lo feito à imagem daqueles homens e mulheres sentados em casa à mesa do café, recolhendo o jornal na soleira pela manhã, ou na pausa do trabalho, do alto de um edifício em construção enquanto a cidade nos rodeia; pessoas para quem o jornal se abre diariamente como mapa de um mundo comum. Tais cenas vêm emprestadas de um documentário lançado em 1948 pela produtora estadunidense RKO, *Democracy's Diary* [*Diário da democracia*]. Ali, nos idos de Zacarias, deparamo-nos com uma cultura em que o jornal encontraria, aparentemente mais que em qualquer outro lugar, sua importância em meio a uma ritualidade cotidiana:

Em nenhum outro lugar as pessoas são tão viciadas em informação e entretenimento via a palavra impressa. Todos os dias, o mundo chega batendo às portas americanas e nada do que acontece, onde quer que seja, permanece por muito tempo como um segredo para o americano leitor de jornais. (DEMOCRACY'S, 1948, no original em inglês)



Figura 2: RKO, Democracy's Diary

O título do filme é símbolo de certa importância da função jornalística, e, sobretudo, da grandiloquência que essa importância comumente adquire quando se trata do jornalismo estadunidense. É do *New York Times* que o documentário fala, afinal, aquele que se afirmaria como referência canônica para uma representação de jornalismo, tomado ali por sua relevância para a ideia de que, para que tenhamos condições de inteligibilidade e de ação no mundo, o jornal seria mais do que uma peça importante, ele seria indispensável.

Se a edição do *JB* tomada aqui como breve exemplo não realiza os ideais de certo modelo de jornalismo noticioso, seria um erro acreditar que ela simplesmente estaria aquém da modernidade que aguardaria a imprensa ao virar da esquina, alguns anos depois no Brasil, quando um “modelo americano” se instalaria no nosso país e nos colocaria no patamar das grandes civilizações ocidentais e suas modernas imprensas. Tomar qualquer jornal por sua representatividade de uma função, só é possível retirando-o tempo e do tempo: apesar da história, apesar das narrativas, apesar do jornalismo, enfim. Trata-se, inclusive, da mesma destemporalização operada quando um jornal é tomado



pela falta ou pelo revés quando suas características se mostram aquém das expectativas que uma suposta função lhe deposita. Nesse caso, costuma incidir sobre os jornais não sérios um débito pelo desserviço prestado à realidade, expulsando-os para além da fronteira que lhes condena: mau jornalismo, *se* jornalismo.

Diante, então, da aposta de que em nenhum lugar ou em nenhum momento um jornal pode ser tomado como materialização de um ideal de jornalismo, a pergunta que deve se seguir certamente não deve ser: onde foi que falhamos? De maneira mais fundamental, devemos nos indagar: como foi, e movidos pelo que passamos a acreditar que a história poderia ser concebida e regulada pelos jornais, em suas lógicas ordenadoras da realidade? E, como questão consequente, perguntaríamos-nos: não seria hora de assumir a evidência que tantas vezes evitamos, a de que, em vez de exorcizar as criaturas e os fenômenos que nos espreitam das sombras, tais crenças são justamente sua condição de possibilidade?

Por ora, é preciso que marquemos nossa posição, enquanto leitores de jornais, das possibilidades aqui abertas quando invocamos o fantástico para dizer de nossa relação com o tempo. Pois, afinal, não somos como Zacarias e não lemos um jornal como ele. Somos como os que, diante dele, se estarrecem, ou como todos os protagonistas, vivos, que hesitam diante dos paradoxos da realidade, que são assombrados quando suas histórias são tomadas pela intempestividade: quando o passado retorna para nos assombrar e nos lembrar de seus segredos esquecidos, não como forma atual, plena, mas em sua inatualidade mesma; ou quando o futuro se antecipa, não como realização, mas de maneira igualmente inatual, para nos mostrar que não o temos à disposição. É nesses personagens e em seus tempos que nos reconhecemos, que identificamos nossas próprias crenças e nossas próprias dúvidas, e é com eles que questionamos nossa própria lucidez quando perguntas tão banais de repente parecem tão disruptivas: “O que aconteceu?”, “Como pode isso acontecer?”, “O que acontecerá?”. Assim, diante da irrupção do insólito, diante de Zacarias, como da Casa de Usher ou do Homem de Areia, somos obrigados a nos portar como o personagem-narrador desse último, que Hoffmann nos oferece para com ele reconhecer os limites de nossos parâmetros habituais de narrar a realidade:

Talvez eu consiga rabiscar algumas figuras como um bom pintor de retratos, fazendo com que você ache parecido sem conhecer o original, sim, como se você tivesse a sensação de ter visto a pessoa muitas vezes com os próprios olhos. Talvez, então, o leitor acredite que nada é mais fantástico e louco do que a vida real, e que o escritor só poderia apreender tudo isso como um reflexo confuso de um espelho mal polido. (HOFFMANN, 2006, p. 89, grifo nosso)

É nesse sentido que, diante da perplexidade das experiências do mundo, não podemos retornar do contato com o fantástico de maneira que não suspeita quanto a nossas instituições familiares de realidade. E essa suspeita é tão mais inquietante quanto mais ela se aproxima dos lugares mais emblemáticos de uma representação naturalizada da mediação da experiência histórica. Se o jornalismo se oferece como nosso espelho do mundo, aqui, entre a metáfora e nós mesmos, o fantástico se oferece como um anteparo que nos obriga a não nos reconhecermos imediatamente ali refletidos, à maneira do dispositivo espectral montado por Maupassant em “O Horla”: foi só quando se olhou no espelho e não conseguiu se ver que o protagonista do conto soube que à sua frente se colocava a entidade invisível que o perseguia, influenciava seus ânimos e interferia no mundo à sua volta; entre ele e o espelho estava o Horla, espécie de transparência opaca “cujo corpo imperceptível devorara o meu reflexo.” (MAUPASSANT, 2009, p. 710)

Provocados pelo fantástico, tal função do jornalismo e semelhantes discursos de sua legitimação agora só podem surgir com estranhamento. No entanto, o mesmo não parece ocorrer no trabalho de um estudioso do jornalismo no Brasil quando investe justamente na leitura de notícias de jornais de referência em busca de suas possíveis conexões com o fantástico. É preciso, então, compreender a natureza de seu experimento, seus termos e suas contribuições, o que pode nos ajudar a delinear melhor nosso próprio empreendimento, se aspiramos fazer do fantástico uma categoria de fôlego teórico na investigação da mediação jornalística.

## 2.2 O outro histórico

Em 2005 Luiz Gonzaga Motta apresenta pela primeira vez seu texto intitulado “Notícias do fantástico” (MOTTA, 2005b), ampliado no

ano seguinte em um livro homônimo (MOTTA, 2006b). A partir de suas análises, Motta nos chama atenção para o papel que o jornalismo cumpriria perante uma vida que é “desconcertante demais para que o homem entenda de imediato as constantes contingências do mundo.” (MOTTA, 2006b, p. 256) Para o autor – que em outros trabalhos aposta na conhecida abordagem da narrativa jornalística pelo estatuto de “história do presente” (MOTTA, 2005a e 2006b) –, o jornalismo de referência se prestaria assim, “bem ou mal”, ao socorro de uma disjunção simbólica: “Do não-familiar ao familiar, as notícias dão conta de um trabalho simbólico fundamental: existem para fazer frente aos estragos da negatividade e reintegrar o todo significativo.” (MOTTA, 2006b, p. 264)

O trabalho de Motta, raro na interlocução que promove, é especialmente instigante para nós justamente quando chega a compreender nosso ser e agir no mundo orientado pelo jornalismo dentro de uma dimensão do tempo histórico. Segundo ele, essa ação estaria em conexão com uma disjunção existencial que é própria de um espírito do tempo moderno:

Nas sociedades contemporâneas que não oferecem ao homem uma utopia no horizonte onde o ser humano se encontra desamparado das tradições, inseguro frente ao caos cotidiano e fragilizado diante da realidade imediata e do seu próprio futuro, mais que nunca o homem necessita de significações teodicéicas que o amparem frente às contingências da vida moderna, precisa de significações que ordenem o caos, que evitem a desagregação e renovem as esperanças. (p. 263-264)

Como podemos observar, longe de com isso caracterizar processos conflituosos do jornalismo enquanto mediação da história, o diagnóstico de Motta acaba se aproximando de muitos daqueles que, prescindindo de qualquer recurso ao universo do fantástico, concluem com uma mesma caracterização da função jornalística e seu ordenamento da realidade. A que lhe serve, então, o cotejo entre jornalismo e fantástico, e de que maneira ele é movido? – devemos nos perguntar.

Em “Notícias do fantástico”, encontramos uma coleção de notícias de acontecimentos inexplicáveis, bizarros e grotescos que sucederam

pelo Brasil, retiradas de jornais de referência no país – jornais do início dos anos de 1990 (mais de dez anos antes do estudo), ainda que a circunstância pouco importe ao respectivo estudo. São elas que servem de material ao conjunto de análises que o compõe, matérias como as quatro exemplarmente reunidas no primeiro artigo sob as manchetes “Lobisomem apavora seringal no Acre” (*O Globo*, 11 de agosto de 1990), “Ladrão Misterioso Assusta Tocantins” (*Folha S. Paulo*, 14 de fevereiro de 1992), “Presente de Natal: filha enterrada volta ao lar” (*O Globo*, 09 de janeiro de 1992) e “Empregada doméstica tem dois velórios” (*Folha S. Paulo*, 03 de setembro de 1990).

As tais “notícias do fantástico”, afirma Motta, situar-se-iam em um limite de significações ao sugerir efeitos de espanto ou incredulidade, efeitos de sentido que não seriam habituais na experiência do jornalismo. Tomando, então, o insólito como mote, o autor busca, notícia a notícia, por desvios de uma retórica e de uma pragmática jornalística, uma vez que, em cada uma delas poderia ser possível “observar o jogo de linguagem entre racionalidade e imaginário e até onde o jornal investe na suspensão do real.” (MOTTA, 2005b, p. 5)

De fato, seja relatando um retorno da morte ou o ataque do lobisomem, tais notícias são compostas de maneiras um tanto diferentes daquelas *hardnews* típicas, que explorariam, digamos, as oscilações da cotação do dólar ou um escândalo de corrupção. As análises de Motta destacam uma série de recursos – do uso dos famigerados “narizes de cera” ao de linguagem fortemente metafórica, por exemplo – que particularizaram sua modulação dentro dos jornais, como se o insólito autorizasse uma liberdade incomum no tratamento da linguagem nas notícias. No entanto, como seria de se esperar, Motta nos mostra como o insólito possui nos jornais uma força efêmera e inócua. Em muitos dos casos, ele sequer se sustenta para além da manchete estrambólica. Acompanhamos Motta ao desvelar um jogo jornalístico que convoca o insólito para submetê-lo à explicação, à descrença, ao esvaziamento, à desqualificação, à ridicularização até. “O jogo permite desvios precisamente porque é um jogo, mas com regras que admitem o rompimento, até certos limites. Os desvios das normas não rompem as regras do jogo; ao contrário, as pressupõem e reforçam.” (p. 2)

Um disparate, afinal, esperar que o fantástico, “reino do imaginário” (nos termos de Motta), pudesse adquirir alguma força efetiva dentro dos jornais, “reino da razão”! Nas notícias selecionadas, o fantástico apenas insinua-se ao leitor, que é imediatamente reconduzido pela notícia “de volta para o mundo da ordem lógica das coisas, zombando do mundo noturno dos lobisomens que não é o mundo da razão, onde descansa o jornalismo objetivo.” (p. 7) – percebe-se que Motta trata da normatividade que rege o jornalismo de maneira intimamente conectada às normas sociais para as quais ela serviria.

A conclusão está longe de surpreender ao próprio Motta. Ao contrário, ela está prenunciada desde o início do trabalho e confirmada a cada análise. Mas a que fim vem, então, todo seu esforço, se sua aposta no fantástico, desde o início, parece condená-lo ao fracasso? Motta se mostra incumbido de sustentá-la até o final como forma de denunciar a dureza e o cinismo do jornalismo em relação a mundos que não cabem em seus parâmetros de verdade. “Os editores parecem querer correr os riscos do jogo,” diz ele, “possivelmente para reafirmar o lugar do jornalismo enquanto delimitação da realidade atual e predominante dos homens.” (p. 15)

A crítica de Motta revela uma importante preocupação que subsidia seu estudo, preocupação da qual compartilhamos. O autor se move o tempo todo a fim de evidenciar os problemas que emergem na ação do jornalismo em sua regulação da produção de sentidos e em sua constituição como instituição social da realidade. Ainda assim, os estudos de Motta só nos podem conduzir a certo ponto, uma vez que por eles nos esbarramos com alguns limites significativos, sobretudo em relação ao lugar que a narrativa ocupa em seu trabalho.

A montagem de “Notícias do fantástico” (MOTTA, 2006b) e o conjunto de convicções que a ampara possui expressiva evidência quando o estudo se oferece de partida por uma negativa. O primeiro parágrafo do livro sintetiza todo o seu movimento hermenêutico:

O fantástico não costuma habitar o jornalismo. Eventualmente, notícias sobre estranhos fenômenos como o aparecimento de imagens de santas nas vidraças das casas ou sobre os ETs de Varginha ganham algum espaço no jornalismo. Mas, na maioria dos casos, são tratados como acontecimentos paranormais, histerias ou alucinações

coletivas. As notícias se preocupam mais em explicar cientificamente tais fatos e amenizar os efeitos do fantástico. No máximo dedicam tempo ou espaço às repercussões sociais que certos acontecimentos causam, não aos fenômenos em si mesmos ou as experiências decorrentes de tais acontecimentos. (MOTTA, 2006, p. 9)

Se, mesmo diante da suposta incongruência entre o fantástico e o jornalismo, Motta promove seu cotejo é porque sugere que a presença do insólito na notícia *podaria* levar seu enunciado a um limite, fazê-lo “distanciar-se da objetividade e derrapar para as subjetividades” (p. 10). Tal sugestão leva em consideração que o jornalismo de referência seria atraído pelo inusitado porque não pode ficar alheio aos absurdos da realidade humana, que o insólito “é uma qualidade dos fenômenos da natureza e das relações humanas que atrai o olhar do jornalista e neste sentido se insere entre os valores-notícia.” (p. 9-10) Todavia, o que Motta imediatamente nos mostra é a maneira como aquelas notícias encontradas acabam se tornando oportunidades para que o jornalismo cumpra de maneira exemplar seu compromisso com a realidade; afinal, diz Motta, o jornalismo “é o lugar da racionalidade, da linguagem objetiva e referencial, não da imaginação. Na sua atitude de vigilantes da objetividade os jornalistas evitam o inefável. Quando cedem, é para ironizar e debochar dos disparates da realidade” (p. 9).

Ao cabo do trabalho, o autor chega a uma conclusão de maneira categórica: “Não encontramos nas notícias analisadas nenhuma intenção de produzir efeitos semelhantes ao fantástico literário, entretanto (nem tínhamos expectativa de encontrá-la).” (p. 256) Em seu último parágrafo, o autor retorna ao lugar de onde partiu:

Nos relatos do insólito jornalístico insinua-se a desordem para revelar onde está a ordem. Há uma ambivalência: expõe-se brevemente o mistério porque o incompreensível será logo explicado, o mundo da razão precisa prevalecer. Ou se debocha e ri dele porque a ordem está em outro lugar. (p. 264)

Há claramente uma circularidade no percurso de Motta que parece encerrar os limites de um território onde não há possibilidade para os paradoxos do fantástico – que ambivalência, afinal, resiste à imposição da ordem e da familiaridade sobre o mistério? Tal circularidade,

porém, é altamente significativa das convicções que fundam o estudo. Os papéis para a atuação nesse território, tanto do jornalismo quanto do fantástico, já parecem dados. Logo, não surpreendem quando os cumprem, seja na reafirmação de um ou no fracasso do outro, e fixam a relação jornalismo-fantástico na ordem de uma antítese.

Por isso, se aos olhos de Motta o fantástico não possui força alguma para o deslocamento do jornalismo tal como ele é comumente entendido, devemos entender, em primeiro lugar, que força o fantástico efetivamente adquire no seu próprio estudo enquanto categoria heurística e o que exatamente a categoria vem caracterizar quando confrontado com a notícia.

Já em *Introdução à literatura fantástica* (2004), obra de Tzvetan Todorov que é tão central aos estudos do fantástico desde sua publicação em 1970, o autor chama atenção, mesmo com toda a dureza de suas definições estruturais, para o fato de que, se o insólito é elemento de grande importância para as histórias fantásticas, elas definitivamente não encontram nele sua síntese. Segundo Todorov, o que faz o fantástico nascer em um texto não é a presença dos fantasmas modernos, do diabo e seus aliados ou da vida sobrenatural – principais ocorrências sobrenaturais mapeados na literatura por Doroty Scarborough no início do século XX (SCARBOROUGH, 1917) –, mas a função que eles constituem dentro de uma rede textual, o processo disruptivo que com eles se instaura. Motta chega a retomar Todorov, e constata que, mesmo que abordem casos insólitos, em nenhum momento as tais notícias do fantástico são notícias fantásticas. Isso não impede, no entanto, que Motta opte justamente por se deter na anormalidade evidente na superfície de casos como mote para compor seu estudo – escolha cuja consequência evidente é a frágil noção “notícias do fantástico”, substituível sem danos por “notícias do insólito”.

Além disso, as contribuições de Todorov não impedem que o insólito retorne em Motta nos termos de uma “qualidade da natureza e das relações humanas” e “fenômenos em si mesmos”. O experimento ali realizado toma como termo, afinal, um fantástico sob o risco de essencialização. E é de tal maneira que, quando cotejado frontalmente com o jornalismo, uma série de relações complexas escapam aos olhos do analista. Se eles são de partida fundamentalmente distintos ou mesmo

opostos, assim eles permanecerão por todo o trabalho: destemporalizados, enfim, uma vez que o fantástico só pode ganhar vida narrativa-mente, e que o insólito só tem força de disrupção no tempo.

Mas, afinal, de que pode dizer o fantástico? Ou melhor, que possibilidades heurísticas podem ser abertas quando ele é tomado como categoria de reflexão? Narrativas fantásticas, sobretudo na literatura, têm sido há tanto tempo motivo de fascínio a tantos pensadores que, diante de seus enigmas, decidiram convocá-las para com elas refletir sobre diversos temas, e encontrar nelas as marcas concretas dos embates da modernidade. Basta que lembremos de alguns casos célebres: Freud (1969) se debruça sobre contos de Hoffmann para formular sua célebre concepção da experiência do estranhamento sintetizada no *unheimlich*; Benjamin (1987) encontra nas parábolas de Kafka a própria natureza oscilante da experiência e a possibilidade de problematização da organização da vida na comunidade humana; Foucault (2000), fascinado pelos escritos de Borges, decide levantar a arqueologia da relação entre o mesmo e o outro, entre as palavras e as coisas; ou o próprio Todorov (2004), que coloca o fantástico no centro de suas preocupações, e que com as histórias de Cazotte a Lovecraft, de Poe a Maupassant encontra a má consciência de um ser positivista que vive problematicamente numa metafísica do real e do imaginário.

Em todos esses estudos, é notável a maneira como certas obras oferecem importantes chaves de sentidos, não para trancafiá-los, mas para abri-los em novas possibilidades de significância (MANNA, 2014a). E, mesmo assim, quantas vezes não vimos herdeiros da psicanálise ou do estruturalismo, por exemplo, utilizar de maneira tão engessada as formulações lançadas por seus mestres? O que devemos apreender de todos esses célebres estudos é a maneira como cada um ao seu modo percebe nos conflitos do fantástico por textos literários a possibilidade de constituir experiências desestabilizadoras, intempestivas mesmo, de pensamento.

Nesse sentido, a pesquisadora estadunidense Rosemary Jackson (1988), ao desenvolver seu trabalho sobre o fantástico na literatura, encontra uma bela síntese das questões que enfrenta quando concebe o fantástico como uma “figura de interrogação”. Para a autora, as recusas às unidades do tempo, espaço e indivíduo, e as transgressões à crono-



logia, à tridimensionalidade e às distinções rígidas entre o animado e o inanimado, o mesmo e o outro, a vida e a morte, manifesta um desejo de questionamento sobre algo excluído da ordem cultural.

Nesse sentido, a literatura fantástica aponta para, ou sugere, a base sobre a qual repousa a ordem cultural, pois ela abre, por um breve momento, para a desordem, para a ilegalidade, para aquilo que se encontra fora da lei, para aquilo que está fora dos sistemas de valores dominantes. O fantástico traça o não-dito e o não-visto da cultura: aquilo que tem sido silenciado, acobertado, tornado invisível e “ausente”. (JACKSON, 1988, p. 5, no original em inglês)

A autora reafirma, assim, a compreensão todoroviana de uma dimensão transgressiva – propriamente *subversiva*, nas palavras de Jackson – da literatura fantástica, na medida em que encontra condições de ação no nosso mundo familiar, produzindo deles algo estranho, aparentemente “novo” e “outro”.

A pesquisadora brasileira da literatura Maria Cristina Batalha (2003), por sua vez, chega a afirmar que é próprio da literatura fantástica um caráter teórico, uma vez que ela tematizaria o tempo todo a crise da representação inerente à modernidade. Tal leitura chama atenção para a maneira como, alimentando diversos debates de diferentes naturezas, obras marcadas pelo fantástico tendem a ser convocadas pelas operações reflexivas que colocam em jogo nossos modos de ser e agir no mundo.

Tais convocações, no entanto, nem sempre vêm acompanhadas de um profundo senso de historicidade, o que faz do estudo de Dorothea von Mücke uma leitura decisiva para nosso trabalho. Em *The seduction of the occult [A sedução do oculto]* (2003), a autora examina um conjunto de textos da literatura moderna europeia nos quais encontra exemplares da gênese do “fantástico” enquanto gênero literário. Sua abordagem, para além da discussão genérica, permite-nos consolidar um olhar para o fantástico nos termos de um modo moderno de relação com a realidade, na medida em que a autora coloca as operações do fantástico na direta conexão com nossos modos de apreensão e inteligibilidade do tempo e da história.

Von Mücke rejeita em seu trabalho as concepções que buscam caracterizar o fantástico como manifestação necessariamente subversiva, ou mesmo como manifestação conservadora, como é o caso do sociólogo José B. Monléon (2014), para quem o medo do fantástico diria de uma reação à transgressão e da necessidade de defesa do status quo. Uma ou outra abordagem significaria, segundo ela, unificar as manifestações do fantástico sob guarda-chuvas ideológicos. Assim, indo de encontro a qualquer abordagem do fantástico que o enclausura a uma função pautada por agendas pedagógicas, didáticas ou morais, von Mücke mostra que o mais significativo das narrativas fantásticas é justamente a maneira como elas desafiam tais alinhamentos. Mais importante, nesse sentido, seria perceber a maneira como suas intrigas nos revelam “*o encontro de um observador moderno com a alteridade*” (VON MÜCKE, 2003, p. 220, no original em inglês). Com isso, a autora nos aproxima dos processos que são condições de possibilidade e de ação do fantástico. As obras da literatura que analisa não só se inserem em um contexto histórico no qual se acentua a preocupação com a referência histórica, mas podem mesmo ser lidas como “*autorretratos históricos*” (p. 17, no original em inglês).

Particularmente quando explora contos do francês Prosper Mérimée, von Mücke nos chama atenção para as configurações de narrativas nas quais o elemento “*estrangeiro*” – “*o evento ou acontecimento irracional, incompreensível, que invade o universo diegético racionalista*” (p. 198, no original em inglês) – se instaura na narrativa como um *outro histórico*. No famoso conto de Mérimée “*A Vênus de Ille*”, por exemplo, o fascinante ídolo greco-romano encontrado por um antiquário francês do século XIX torna-se o epicentro da instauração de um clima de enigma e maldição quando este parece escapar à sua condição inanimada. Como mostra von Mücke, muitas vezes o fantástico está ligado a elementos como esse, que pertencem a uma diferente época, e aparece na forma de um arcaísmo ou de uma instanciação metonímica de uma tradição histórica, explorando a heterogeneidade e a assincronicidade da história.

Ainda que von Mücke perceba contos como esse como em um sub-grupo de contos fantásticos, é significativa a maneira como ela aponta para dinâmicas temporais em ação nas narrativas fantásticas de uma

maneira ampla. Segundo a autora, elas podem ser vistas como “uma reflexão sobre a mudança de um presente homogêneo, moderno, universalista e racionalista para uma contemporaneidade de múltiplas camadas e heterogênea, na qual as distinções entre passado, presente e futuro tornaram-se desestabilizadas” (p. 198-199, no original em inglês).

Se parece haver um consenso entre os estudiosos do fantástico de que é na virada do século XVIII para o século XIX que a literatura fantástica entra em ebulição na história da literatura ocidental (CAILLOIS, 1965; CESERANI, 2006; ROAS, 2011, TODOROV, 2004; entre outros), é preciso explicitar o que significa compreender o lugar do fantástico na história em sua condição de ser moderno. Sabemos, pois, que o século XIX é marcado pelo crescente interesse pela natureza da realidade e do tempo histórico. Von Mücke destaca que o fantástico encontra suas condições de possibilidades justamente em meio a uma intensa preocupação com o status de narrativas meta-históricas e a condição de possibilidade do progresso, da institucionalização e formalização de disciplinas de historiografia, arqueologia e filosofia da história, além do fortalecimento de tradições nacionalistas, que von Mücke compreende essa efervescência do fantástico.

Fortemente conectado às práticas no campo da literatura, da poesia e das belas artes modernas, o fantástico se revela em suas investigações de uma realidade historicamente constituída, particularmente, em um primeiro momento, em relação à redescoberta do passado e de tradições esquecidas por sua cultura. “É nesse contexto que a função do artista como um poderoso técnico do imaginário, assim como a tematização da mediatização do mundo dos sentidos, se torna um interesse norteador do conto fantástico” (VON MÜCKE, 2003, p. 16, no original em inglês) Isso significa, para a autora, que os poetas e escritores modernos não se limitam a um papel curatorial de colecionadores e preservadores do passado, uma vez que apostam em experiências conectadas à construção de novas formas de expressão.

Enquanto a produção poética, dramática e literária do Iluminismo era voltada para verdades universais e, por conseguinte, geralmente indiferente ao terreno da referência histórica, para muitos escritores e poetas do início do século XIX, os eventos passados e as tradições deixaram repentinamente de ser irrelevantes ou mortas.

Mas como e por que os eventos passados deveriam importar para o presente? Por que os fatos ou achados históricos não seriam apenas parte da história, em um passado seguro e distante? Por que eles, ao invés disso, deveriam ser incorporados como um integral, importante, surpreendente ou inspirador elemento do presente de agora? (p. 198, no original em inglês)

Mas é na medida em que von Mücke toca na maneira como o insólito abre o presente à experiência dos paradoxos do tempo que podemos perceber a potência da intempestividade na configuração das mediações da histórica configuradas pelas narrativas fantásticas. Como mostra a autora, o estatuto da própria atualidade é fundamentalmente alterado, na medida em que o ordenamento de uma modernidade presumidamente racionalista, iluminada e uniforme é confrontado com tudo aquilo que lhe é impertinente. É nesse sentido que representativos de tradições “irracionais”, práticas supersticiosas ou forças mágicas surgem como quebra da linearidade histórica e da homogeneidade do presente.

Tal percepção das dinâmicas temporais do fantástico nos parecem absolutamente relevantes, se atentamos para a recorrência do tempo como motivo central em narrativas fantásticas, figurado pela inversão na ordem temporal, pela viagem no tempo, pela fragmentação, supressão, distensão ou aceleração do tempo, ou pelas várias maneiras como a vida se expõe fantásticamente ao tempo, pela ressurreição, repetição ou duplicação. Todos esses jogos temporais fazem da história um campo de conflitos aberto a experiências que fogem a qualquer linearidade ou necessidade de um senso compartilhado de realidade, e evidenciam aos nossos olhos os desafios do fantástico a procedimentos naturalizadores e estabilizadores da realidade.

Perceber, então, que o fantástico se constitui pela possibilidade de invocação de um “outro histórico” é crucial para que entendamos por quê, como a própria von Mücke nos aponta, a maioria das tentativas de entender as ocorrências do fantástico em suas conexões históricas têm primariamente tentado situá-lo em relação a um outro, exprimindo desafios “extraliterários” que se colocam a modelos de realidade comumente aceitos (p. 13). E, nesse sentido, é compreensível que o fantástico surja como interessante instância de contraste ou mesmo de

contraposição a fortes instituições da realidade – a ciência, o direito, a clínica, a família –, sobre as quais o sobrenatural serviria como figura de corrupção.

É compreensível também, então, que o jornalismo poderia ocupar tal lugar importante no debate. No entanto, enquanto força de alteridade, o fantástico é significativo na medida em que nasce na relação com algo, uma vez que a alteridade se faz por um caráter relacional, e não opositivo. Do contato possível nasce a interlocução, portanto, o que faz com que os seus termos sejam reavaliados em sua nova e inevitável condição *em relação ao outro*, e não como reafirmação de si mesmos a partir daquele que lhe é absolutamente externo e distante.

De imediato, poderíamos nos lembrar de alguns casos notórios, quase que anedóticos, de momentos na história nos quais o fantástico e o jornalismo surgem em interseção. Maior exemplo nesse sentido é o caso da encenação radiofônica realizada por Orson Welles da *Guerra dos mundos*, clássico *sci-fi* do fim do século XIX de H. G. Wells. No especial de Halloween de 1938 da CBS Radio, Welles traduz a invasão alienígena do romance em uma sequência de boletins noticiosos. A repercussão do programa, ainda que comumente superestimada, não deixa de evidenciar de maneira interessante certo estatuto conferido à experiência do noticiário, na medida em que a invasão é relatada em seu perturbador senso de atualidade.

Caso menos evidente, mas não menos interessante, é aquele dos boatos que percorrem a cidade de Londres do fim dos anos de 1880, acusando o ator que protagoniza uma montagem teatral de “O médico e o monstro”, famoso romance de Robert Louis Stevenson, de ser o temido Jack, o Estripador (FLANDERS, [201-]). A figura fantasmagórica do suposto assassino em série que alimenta tanto as páginas dos jornais quanto dos *penny dreadfuls* que circulam de mão em mão pela cidade aparentemente se projeta no horror e na violência da peça. São os próprios jornais que frequentemente acabam se referindo ao assassino em série como “Mr. Hyde”.

No entanto, a inter-relação entre o fantástico e o jornalismo pode ser compreendida de uma maneira ainda bem mais íntima e constitutiva. Não é de se espantar, por exemplo, que durante o apogeu do fantástico no século XIX e dos empreendimentos racionalistas no ocidente, as

notícias já estão nas mãos de escritores, fornecendo por vezes explicitamente subsídios a suas histórias. Casos famosos como *Assassinatos na Rua Morgue* de Poe, *Wakefield* de Hawthorne, ou *Drácula* de Stoker são exemplos em que materiais jornalísticos têm papéis centrais na composição das tramas. Neles, são notícias de insólitos acontecimentos que deflagram ou potencializam as trevas no mundo dos personagens e na experiência do leitor. Já no século XX, não nos espanta também que, mesmo não dando protagonismo aos diários em suas histórias, Kafka é um ávido leitor de jornais, e encontra em suas narrativas terreno tão fértil para alimentar seu universo com o desatino.

Adentramos, assim, um universo que nos desafia a encontrar os parâmetros comuns para que narremos nossa experiência pela realidade. E pela vida dos sujeitos que habitam esse universo, o fantástico e o jornalismo se transformam em possibilidades de lidar com os dilemas históricos que a modernidade faz emergir. Mais uma vez, nesse sentido, Rubião pode nos servir de anfitrião de uma narratividade cujos aspectos realistas ou mesmo jornalísticos só podem ser compreendidos pela marca intransponível da alteridade.

É curioso perceber como, ainda hoje, o “fantástico” é um gênero menor dentro do cânone artístico brasileiro. Murilo Rubião, reconhecidamente um dos poucos expoentes do gênero no Brasil e exemplo raro de escritor no país que entrou via fantástico para o rol da grande literatura (reconhecimento amplo que só viria nos anos de 1970), é sempre visto como uma espécie de parêntese em uma forte tradição nacional de ambições realistas. Batalha identifica essa aparente discrepância da obra do autor em meio a uma produção literária brasileira orientada “majoritariamente para uma ficção voltada para o documento, o registro de fatos culturais e históricos, a denúncia de uma situação social injusta e perversa, que entrava e deforma o processo de desenvolvimento do país.” (BATALHA, 2003, p. 99) Além disso, também é curioso notar, junto de Batalha, que muito nos distanciamos em nosso percurso histórico dos parâmetros daquela literatura produzida por outros escritores na América Latina, como Gabriel García Márquez e Alejo Carpentier, que tão intensamente buscam compreender suas identidades e seus conflitos recorrendo ao mágico.

É significativo o registro do encontro de Rubião, geralmente incluído dentro da chamada “3ª geração modernista”, com Mário de Andrade, que, ao ler seus os contos comenta, mesmo que com cordialidade, sobre sua dificuldade em absorvê-los: “os elementos que você utiliza, cria, inventa, na sua fantasia, frequentemente não me convencem, não por serem irreais, mas por não serem suficientemente irreais, suficientemente inesperados, é melhor dizer”, escreve por carta (ANDRADE, 27 dez. 1943, s/p). Andrade compara a ficção de Rubião à de Kafka – comparação tão recorrente –, com a qual também não consegue se relacionar senão com desconcerto:

O próprio Kafka, confesso a você que frequentemente me deixa numa insatisfação danada. Si, como você também tem esse dom, ele consegue me impor o extra-natural de tal forma que, como já lhe falei na carta anterior, o problema do irreal, passada a surpresa inicial, deixa de existir, não raro me parece que a fantasia não é suficientemente fantasia, não corresponde ao total confisco da lógica realística (não é bem isto) que ela pressupõe, pra atingir uma ultra-lógica, dentro da qual, no entanto, interfere sempre uma lógica realista muito modesta e honesta. (1943, s/p)

São por leituras semelhantes a essa que costumam imputar aos escritos de Rubião a alcunha de um “realismo fantástico”, denominação tantas vezes vaga e escorregadia, e que pouco traz à mesa além da categorização sub-genérica. Reconheçamos no mínimo que, à sua maneira (“realista”, se insistem), os contos de Rubião nos levam sempre a experiências do limite de nossos ordenamentos cotidianos. Já em 1947, Drummond é um dos que bem compreendem o projeto que Rubião traça. Em suas palavras sobre o colega podemos encontrar, em grande medida, uma definição que pode ser expandida ao fantástico de maneira ampla: “Ele nos transporta para além de nossos limites, sem entretanto jamais perder pé no real e no cotidiano. Seu universo é igual ao de nós todos e, ao mesmo tempo, é um universo que se liberta das leis da circulação humana e da lógica formal” (ANDRADE, 9 nov. 1947, s/p).

Mas não percamos de vista suas especificidades. Observemos como o “trabalho meticuloso com a linguagem”, a “clareza do texto” e o “correto encadeamento dos fatos” – nas palavras do jornalista Humberto

Werneck, prefacista de uma das antologias de Rubião (WERNECK, 2013, p. 8) –, são características que marcam seus textos. E é justamente a consciência de que tais estratégias “realistas”, em favor das operações do fantástico que faz dele uma figura tão pregnante. Como evidencia Batalha, seu rigor e sua clareza nos dão sempre uma falsa sensação de segurança, o tempo todo ameaçados pela possibilidade do insólito: “Ao contrário do que possa parecer a princípio, a objetividade dessa linguagem acaba por intensificar o efeito fantástico” (p. 10)

Diante de tais marcas dos textos de Rubião, não nos pareceria precipitado sugerir que elas encontram lastros nos outros empreendimentos desenvolvidos por ele durante toda sua vida. Por certo, meticulosidade, clareza e correto encadeamento dos fatos são valores que nutre em seu ofício enquanto jornalista. Quando publica pela primeira vez o conto *O pirotécnico Zacarias* – que entraria no ano seguinte no seu primeiro livro, *O ex-mágico* – Rubião é redator da revista *Belo Horizonte*, e recém-nomeado Diretor da Associação dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Sua carreira no campo jornalístico está, a partir dali, sempre associada a lugares de distinção institucional, na regulação da ação de jornalistas da sua comunidade, inclusive daqueles nas diversas redações nas quais atuou como chefe. E se o trabalho com a burocracia seria tão recorrente na vida de Rubião, por sinal bacharel em Direito, atuando como diplomata e oficial de gabinete do governador Juscelino Kubitschek – aquele que, em seguida, na presidência, torna-se o símbolo da corrida modernizadora no Brasil dos anos 50 – talvez a mais significativa síntese da missão pública do jornalismo como peça na engrenagem democrática é seu trabalho na direção da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Aqui nos lembramos da sua fantástica história do mágico que tem seus poderes minados depois de se submeter às rotinas burocráticas do serviço administrativo. Mas o conto “O ex-mágico” é só o emblema mais evidente das questões diárias encaradas por Rubião em suas rotinas profissionais. É fascinante perceber como cada um de seus contos lidam intensamente com dilemas da legalidade cotidiana, dimensão que encontra na vida de outros grandes autores do fantástico o semelhante lastro concreto de entrecruzamento de ofícios. Hoffmann, por exemplo, sustenta notável carreira no magistrado, o que tem íntima re-



lação com suas histórias nas quais o fantástico é sintomático do limite percorrido pelos seus protagonistas entre a razão e a loucura. Mérimée é inspetor geral dos monumentos históricos da França, trabalho que transborda em sua ficção, que coloca a enigmática relação com a redescoberta do passado no centro das ações da intriga<sup>2</sup>.

Nathaniel Hawthorne trabalha na alfândega de Boston, ofício que ele mesmo relaciona, no prefácio de *A letra escarlata* (2011), com o germe de seus escritos. Ali, o autor entra em contato com os vestígios de histórias que subsistem às sombras da história da América puritana. Da seguinte maneira ele nos conta do velho pergaminho encontrado junto de um símbolo escarlata de pano, relativo ao caso de certa Esther Prynne, assinado pelo antigo inspetor da alfândega Jonathan Pue:

Com sua própria mão fantasmagórica, aquela figura que, apesar de majestosa, podia apenas ser vislumbrada obscuramente, entregou-me o símbolo escarlata e o pequeno rolo contendo o manuscrito que o explicava. Com sua própria voz fantasmagórica, exortou-me para que, por sagrada consideração ao respeito filial e reverente que lhe devia — a ele, que tinha certa razão em considerar-se meu ancestral de ofício —, desse a público aquelas suas elucubrações mofadas e comidas de traça. “Faz isso!”, disse o espectro do sr. inspetor Pue, com um enfático movimento da cabeça que, coberta por sua memorável peruca, parecia tão imponente, “faz isso, pois teu será todo o benefício! E logo terás necessidade; porque hoje não é como no meu tempo, quando um cargo era coisa vitalícia, muitas vezes uma herança. Mas fica responsável, nessa questão da velha senhora Prynne, por dares o devido crédito à memória deste teu antecessor!” E respondi ao fantasma do sr. inspetor Pue: “Eu o farei!” (HAWTHORNE, 2011, p. 28-29)

Por fim, o próprio Kafka é doutor em direito, autor cuja obra frequentemente é tomada como mero símbolo da absurdidade da burocracia formal. Não nos parece pouco significativo que o fantástico encontre terreno tão fértil para se constituir em meio aos embates de saber que fundam tais práticas normativas.

A ambivalência de tais vidas duplas, se assim as pudéssemos considerar, é uma oportunidade para que reconsideremos o espaço de experiência que buscamos como outras possibilidades de compreensão das

mediações jornalísticas. Em primeiro lugar, ela nos incita a desconstruir, no mínimo, duas convicções tão naturalizadas, ainda que tão frágeis, e tão significativas: a primeira delas trata da primária suposição de que o fantástico se constitui em oposição ao realismo; a outra, a de que as experiências abertas pela literatura fantástica e pelas notícias e reportagens de jornais são fundamentalmente incongruentes, inclusive (mas não somente) naquilo que remete à suposição anterior. Em segundo lugar, ela nos permite deslocar a compreensão da constituição histórica das mediações narrativas configuradas pelo jornalismo para além de uma questão estética ou genérica, considerando dinâmicas de institucionalização que são também significantes das relações de saber e de poder no jornalismo.

Sobre a primeira convicção, poderíamos nos convocar a obra de Kafka, e perceber nela a espécie de realismo de que fala Modesto Carone:

Para mim, Kafka é um autor realista que criou uma nova forma para dar conta de uma nova realidade, pois o mundo havia se tornado tão obscuro, tão insolúvel, que ele deveria fazer uma construção literária para dar conta literalmente daquilo. Ele inventou um narrador que não sabe, e esse narrador somos nós. (CARONE, set. 2014, p. 48)

Mas podemos então convocar alguns dos nomes mais representativos do cânone realista na literatura universal, cuja coerência das obras parece intocável a olhares mais precipitados: Balzac, Dickens e Flaubert. Não é preciso tanto esforço para lembrar que seus currículos não passam incólumes à marca maldita. Vivendo na França da primeira metade do século XIX, Balzac é amante do romance gótico e nutre um particular fascínio sobre o ocultismo, não sem um misto de interesse cientificista sobre fenômenos como a alquimia, a telepatia e fisiognomia. A primeira fase de sua obra é fortemente investida por tais interesses, dando origem, por exemplo, ao conto *O elixir da longa vida* – frequente em antologias do fantástico do século XIX – e o romance *A pele de onagro*. Fascínio semelhante pelo sobrenatural move Dickens, que é um dos fundadores do Ghost Club, grupo que investigava casos de assombrações ocorridos pela Inglaterra vitoriana. Durante muitos anos Dickens escreve contos

tais como *O sinaleiro*, *Para ser lido ao anoitecer* e *A história dos duendes que sequestraram um covheiro*, publicados em jornais e posteriormente reunidos na coletânea *Histórias de fantasmas*.

Ambos os autores são exemplos da maneira como, diferente do que afirma comumente uma visão sobre a modernidade na Europa ilustrada – inclusive aquela considerada largamente pela bibliografia que discute o fantástico –, o sobrenatural nunca é efetivamente rechaçado pelo racionalismo oitocentista. Ao contrário: mais do que nunca, o sobrenatural está no centro das pautas de pensadores intrigados com os enigmas que representava. O oculto, a monstruosidade e o delírio são figuras fundamentais para a constituição da epistemologia moderna, colocados em discurso, minuciosamente esmiuçados. É claro que, nesse movimento, muitas vezes se busca formular explicações que desvendem suas lógicas e disciplinem suas existências bárbaras. Mas o que o fantástico em Dickens e em Balzac nos apontam é para, justamente, os lugares onde a luz só consegue constituir novas sombras.

Com Flaubert – que, diga-se de passagem, é tutor de Maupassant, escritor realista e autor de obras fundantes do “fantástico” como *O Horla* – podemos alcançar, ainda, outras relações, sobretudo se nos lembramos do perspicaz texto que Foucault lhe dedica (2009), cujo título original é *La Bibliothèque Fantastique*. Conta-se que Flaubert, em 1849, joga os rascunhos de *As tentações de Santo Antônio* à lareira, após as críticas que recebe de amigos. O projeto, no entanto, retorna e assombra-o até sua publicação definitiva em 1874. Foucault destaca o lugar que o processo de escrita e reescrita de *As tentações* ocupa na vida de Flaubert, trabalho repetido antes de vários de seus grandes feitos realistas – “ritual, purificação, exercício, ‘tentação’ repelida?” (FOUCAULT, 2009, p. 76).

Ao lado dos outros textos, por trás deles, parece que *La tentation* constituiu uma prodigiosa reserva de violências, fantasmagorias, quimeras, pesadelos, perfis cômicos. [...] Sentimos que *La tentation* é, para Flaubert, o sonho de sua escrita: o que ele teria querido que ela fosse (dócil, suave, espontânea, harmoniosamente desfeita na embriaguez das frases, bela), mas também o que ela deveria deixar de ser para despertar enfim na forma atual. (p. 76)

E quão impactantes são os relatos de Flaubert sobre os calafrios e perturbações nervosas que o acometem enquanto pratica seu ritual. “Eu me lancei furioso em *Saint Antoine* e cheguei a gozar de uma exaltação assustadora... Jamais alguma coisa me subiu tanto à cabeça.” (FLAUBERT, Apud FOUCAULT, 2009, p. 77) *As tentações*, o sonho do realismo flaubertiano, salta aos olhos de Foucault como o protocolo de um devaneio liberado.

No entanto, nos diz Foucault, o excesso e a bestialidade (recalcados para que o resto da obra de Flaubert possa existir) são, naquele ritual narrativo, as marcas da genialidade e da paciência do saber, agindo por dimensões não usuais. Em *As tentações*, o escritor realiza um minucioso estudo dos deuses, demônios e devaneios encontrados pelas bibliotecas francesas, nas páginas de Tillemon, Breausobre, Reuss, Agostinho, Burnouf, Boasteu, Creuzer, Aquetil-Duperron, Herbelot e tantos outros, que ganham nova vida quando conectados por sua própria narrativa. Para Foucault, a fantasmagoria de *As tentações*, monumento de saber meticuloso, inaugura um novo lugar para os fantasmas. Não mais a noite, sono da razão, mas a vigília, atenção infatigável. O fantástico que Flaubert cria é um gesto singularmente moderno na medida em que descobre um espaço de imaginação cuja potência não nasce no coração ou nas incongruências da natureza: “Para sonhar, não é preciso fechar os olhos, é preciso ler.” (p. 80).

Eis o que Foucault chama de “fantástico de biblioteca”, no qual o quimérico nasce da superfície negra e branca dos signos impressos, acumulados nas prateleiras poeirentas, abrindo-se para um voo de palavras esquecidas: “São palavras já ditas, recensões exatas, massas de informações minúsculas, ínfimas parcelas de monumentos e reproduções de reproduções que sustentam na experiência moderna os poderes do impossível.” (p. 80) *As tentações* se constitui, nesse sentido, no primeiro livro que realizaria fundamentalmente a ficção dos livros, abrindo o espaço de uma literatura que só existe no e pelo cruzamento do já escrito. Temos, assim, uma dobra no fantástico pós-iluminista, que nasce na cultura ocidental civilizada em meio a efervescentes possibilidades de mediação. Dessa forma, a revolução gutemberguiana serve a processos que ainda hoje temos dificuldade de reconhecer.

Quando consideramos a literatura realista brasileira, encontramos as marcas das fortes contradições que constituíram nossa particular relação com os processos modernizadores. No final do século XIX, o representante maior do naturalismo no país, Aluísio Azevedo, publica *Demônios*, aquele que se tornaria um dos mais ilustres e sombrios contos a entrar em nossas antologias do “fantástico”. Em seu conto, um relato febril de um escritor que decide excepcionalmente se sentar para trabalhar durante a noite, o naturalismo é obrigado a sofrer as metamorfoses que acometem as criaturas das trevas.

Ora fica aí leitor paciente, nessa dúzia de capítulos desenxabidos, o que eu, naquela maldita noite de insônia, escrevi no meu quarto de rapaz solteiro, esperando que Sua Alteza, o Sol, se dignasse de abrir a sua audiência matutina com os pássaros e com as flores. (AZEVEDO, 2006, p. 628)

Como sabemos, no entanto, os pássaros e as flores de sua produção diurna estão longe de ser a imagem de um mundo iluminado. Pelos cortiços do Rio de Janeiro, diabos multiplicam-se à margem de uma humanidade emancipada.

E o que dizer do marco inaugural do realismo no Brasil, o clássico *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que faz de Machado de Assis seu representante maior? Não bastasse o próprio narrador do romance conduzir seu relato do além, sua história se desvela em um registro da realidade frequentemente permeada por complexos dilemas metafísicos desenhados por meio de cenas oníricas e absurdas, e por uma consciência que se recusa a se submeter à sensatez da progressão narrativa.

o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direita e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... (ASSIS, 1881, s/p)

Machado, apaixonado confesso por Hoffmann e Poe, é prova de como o realismo brasileiro, em vários momentos, mantém um eviden-

te canal de conexão com o romantismo – diferente do que acontece em Portugal, por exemplo, quando pouco antes explodia a polarização marcada na disputa da Questão Coimbrã. Por vários escritos machadianos, o fantástico se fez presente, de maneira sugerida ou central: *A segunda vida*, *A chinela turca*, *A igreja do diabo*, *O país das quimeras* e *Entre santos* são alguns belos exemplos dessa relação promíscua que Machado alimenta em sua ficção.

Tal lugar do insólito no seio do cânone realista brasileiro, afirmamos convictos, é indício de que, diferente do que se costumamos concluir, o fantástico não é nada estranho ao nosso imaginário narrativo. Sussurrado, dissimulado, ou simplesmente à vontade demais para se destacar como uma presença excêntrica, o fantástico vem atravessando nossas formas de narrar nossas histórias mesmo quando nos acreditávamos livres da influência das forças ocultas da desrazão.

Todos esses exemplos que operam por diferentes conexões e possuem consequências poéticas e históricas particulares, contrariam a oposição que mesmo Batalha leva a cabo quando, para afirmar as características do fantástico, compõe uma imagem do realismo por demais limpa e coerente:

o herói na literatura fantástica expõe a impotência do sujeito para reconstruir a desordem do mundo. [...] Se a literatura dita realista tenta dominar esse descompasso, apresentando uma realidade textual coesa e contínua, a estética fantástica, ao introduzir acontecimentos que incompatibilizam as ordens do natural e do sobrenatural, expõe as fissuras desse modelo de representação. (BATALHA, 2003, p. 102-103)

Por sua vez, quando promove a interlocução entre jornalismo e literatura, Cristina Ponte (2005) faz um importante trabalho de evidenciar a afirmação do realismo como forma de expressão concomitante com a expansão do jornalismo no século XIX. Em seu inventário de realistas dos primeiros tempos que têm forte influência sobre os modos de narrar do jornalismo, Ponte menciona Balzac, Flaubert, Stendhal, Émile Zola, Leon Tolstoi, Henry James, Mark Twain e Eça de Queiroz. Mas então, mais uma vez, deparamo-nos com a insustentável faceta de um suposto cânone realista. Além dos que já mencionamos, rapidamen-

te nos lembramos do fantástico em Eça de Queiroz, como no conto *O defunto*; ou, ainda mais evidentemente, nos vemos diante do fantástico de Henry James, um dos maiores inventores da história moderna de fantasmas. Se Ponte não explora tais dimensões, sua definição de realismo também se limita àquelas que parecem mais próximas à retórica jornalística hegemônica. Ela diz de um realismo que é ele próprio uma função, caracterizado por configurações arquetípicas e estruturas canônicas de relato, que se propõe a “descrever a vida tal como ela é, estimulando a percepção do mundo real” e que imprime “por uma observação desapaixonada e aparentemente desinvestida de emoções e preconceitos” (PONTE, 2005, p. 44)

Se o fantástico opera narrativamente dentro de um regime de saber altamente conflituoso e oferece sua maneira particular de falar da realidade, esses ilustres realistas nos mostram como suas vidas e obras em momento algum estão próximos de qualquer forma de pacificação e ordem. Além disso, é preciso ultrapassar a noção típica de que os realistas construiriam, por meio de suas obras, uma espécie de denúncia social, como se as perversidades das quais eles tratam fossem exteriores a seus olhares, e não inerentes ao próprio pensamento que move suas observações. Nesse sentido, seus escritos realistas e fantásticos não podem ser meros verso e reverso, consciência e subconsciência da modernidade, mas uma complexa rede por onde se configuram os sujeitos modernos, e por onde suas histórias são travadas.

Damos mais um passo, então, contra a segunda convicção, a que insiste em colocar fantástico e jornalismo como opostos. Muito se fala das influências do realismo e do naturalismo literários na constituição de textos noticiosos do jornalismo – se for mesmo possível pensar em termos de “influência” quando tratamos de literatura e jornalismo, duas modalidades que muito se insiste em distinguir, mas que historicamente se constituíram em relação absolutamente orgânica. No entanto, se o próprio realismo pode colocar em obra as perversidades da historicidade moderna, é impossível não suspeitar que dele se herda somente a face mais asséptica. Se somos ainda mais inconvenientes, insistimos em lembrar de alguns daqueles que, longe de constituir excepcionalidades, não se furtam a tecer, com as mãos de jornalistas, fora do cerco funcional, as mais fantásticas narrativas – e, por que não, também o contrário.

A começar por Daniel Defoe que, muito antes de Balzac ou Dickens, na Inglaterra do século XVIII, se empenha em seus levantamentos sobre fantasmas e magia negra, na mesma medida em que empreende suas explorações sobre a moral, a economia, a psicologia, a política e a religião. Mesmo famoso pelo sucesso de *Robson Crusoe*, Defoe é considerado por muitos de seus contemporâneos como medíocre e falsário. A polêmica muito se deve à sua exploração controversa do oculto em diversos escritos, como *The political history of the devil* [A história política do demônio], *A system of magick* [Um sistema de magia] e *An essay on the history and reality of apparitions* [Um ensaio sobre a história e realidade de aparições]. Em um dos seus mais famosos casos, narrado em *A aparição da Senhora Veal*, Defoe atesta: “Este relato é verdadeiro e cercado por muitas circunstâncias que podem induzir qualquer homem sensato a acreditar nele.” (DEFOE, 1997, p. 8) Ainda que muitos duvidassem da seriedade de suas narrativas, Defoe não deixa de argumentar em favor da realidade das aparições de que tomara conhecimento:

A coisa muito me impressionou, e nela acredito tanto quanto na história mais bem fundamentada. E parece-me estranho que tenhamos a tendência a negar a veracidade de fatos porque não podemos resolver coisas de que não possuímos noções certas ou demonstrativas. Em qualquer outro caso, a autoridade e a sinceridade da senhora Bargrave teriam bastado para confirmar o que contasse.  
(p. 12)

O modo peculiar de compor a verossimilhança de suas narrativas ajuda a garantir a Defoe um peculiar lugar na história, posto que o autor certamente não o previu. Quase três séculos depois, seu primeiro livro, *A tempestade*, no qual relata a história de uma destrutiva tormenta que acomete Londres durante uma semana ininterrupta – a maior tempestade já registrada, segundo ele – é redescoberto no *Wall Street Journal* como “o primeiro trabalho significativo de jornalismo moderno” (MILLER, 13 ago. 2011, s/p, no original em inglês). Para seu texto, Defoe recolhe pessoalmente ou por cartas uma série de relatos sobre o caso, justificando, inclusive, a sua falta de sofisticação literária pela tentativa de traduzir com fidelidade os testemunhos de suas fontes.



No livro *The journalistic imagination* [*A imaginação jornalística*], que tem em Defoe o primeiro capítulo de uma longa linhagem de escritores jornalistas – passando ainda por Dickens e Orwell – reconhece-se em seu texto características que seriam levadas adiante pelo jornalismo noticioso: “Ele perguntou, observou, contou, fez projeções a partir das estatísticas e repartiu a culpa.” (McKAY, 2007, p. 24, no original em inglês) Em uma biografia do autor, por causa de *A tempestade*, Defoe é tomado como “o primeiro mestre, senão o inventor, de quase todas as características dos jornais modernos” (WEST, 1998, p. XIII, no original em inglês). No entanto, quando retornamos ao livro, percebemos que a sua tempestade não é menos pesadelar que as aparições fantasmagóricas que Defoe perseguiria pela vida:

não consigo me lembrar de tê-lo ouvido trovejar, ou de ter visto qualquer Relâmpago, ou ouvido falar de algum em Londres ou seus arredores; entretanto, nos Distritos, o Ar foi visto repleto de Meteoros e Fogos vaporosos: e, em alguns lugares, também Trovoadas e incomuns Lampejos de Relâmpagos, para grande temor dos Habitantes. (DEFOE, 2014, s/p, no original em inglês)

No Brasil, encontramos tanto em Aluísio quanto em Machado, além do próprio Rubião, o ofício de jornalista – o que, como se sabe, não é absolutamente uma ocorrência incomum entre os literatos no Brasil<sup>3</sup>. Somam-se a eles, grandes ficcionistas como Bernardo Guimarães, Lima Barreto e Coelho Neto, que se não entraram para a história como jornalistas, tampouco são conhecidos por causa de suas narrativas fantásticas. No entanto, lá estão eles, por exemplo, na coletânea organizada por Batalha *O fantástico brasileiro – contos esquecidos* (2011), com *A dança dos ossos*, *O cemitério* e *A bola* respectivamente, à margem de qualquer cânone.

Por outro lado, temos ainda no Brasil uma das mais significativas figuras no que se refere à ambiguidade que a relação entre fantástico e jornalismo pode suscitar. Se na maioria das vezes afirma-se que o trabalho jornalístico dos grandes escritores funciona sempre como uma prática menor, mera tarefa diurna que garanta a possibilidade livre de sua arte, João do Rio é um dos raros casos em que seus escritos como repórter por vezes ofuscam seu trabalho como contista. Emergindo em

plena *belle époque* carioca, seus contos são fantásticamente povoados pelo insólito, vários deles antológicos, como *O bebê de tarlatana rosa*, *Dentro da noite* e *A mais estranha moléstia*. No entanto, em suas célebres crônicas urbanas, o repórter nos lança a uma exploração jornalística desconcertante das ruas em pleno vertiginoso processo de modernização da capital nacional.

Mas, a quem não fará sonhar a rua? A sua influência é fatal na palheta dos pintores, na alma dos poetas, no cérebro das multidões. Quem criou o reclamo? A rua! Quem inventou a caricatura! A rua! Onde a expansão de todos os sentimentos da cidade? Na rua! (JOÃO, 1910, s/p)

As reportagens de João do Rio são completamente afetadas por uma carga inquietante de alteridade, uma excitação diante de um mundo extraordinário e misterioso. São assim suas histórias sobre os feiticeiros, os espíritas e os satanistas nos textos de *As religiões do Rio*, e sobre os criminosos, os tatuadores, as mulheres mendigas em *A alma encantadora das ruas*. Neste último, de 1908, na reportagem *Visões d'Ópio*, João do Rio constrói muito mais do que o simples relato de um evento; ele envolve o leitor em uma experiência de profundo delírio e desconforto.

Sinto náuseas e ao mesmo tempo uma nevrose de crime. A treva da sala torna-se lívida, com tons azulados. Há na escuridão uma nuvem de fumo e as bolinhas pardas, queimadas à chama das candeias, põem uma tontura na furna, dão-me a imperiosa vontade de apertar todos aqueles pescoços nus e exangues, pescoços viscosos de cadáver onde o veneno gota a gota dessora. (s/p)

Com *A fome negra*, João do Rio percebe na vida de operários de minas na Ilha da Conceição a materialização do estranho e infernal sulco descrito pelas ficções científicas distópicas de Wells, narradas dez anos antes:

Dias inteiros de bote, estudando a engrenagem dessa vida esfalfante, saltando nos paióis ardentes navios e nas ilhas inúmeras, esses pobres entes fizeram-me pensar num pesadelo de Wells, a realidade da *História dos Tempos Futuros*, o pobre a trabalhar para os sindicatos, máquina incapaz de poder viver de outro modo, aproveitada e esgotada. (s/p)

A interseção do jornalismo e do fantástico encontra uma modulação ainda mais peculiar e autoconsciente na Itália de meados do século XX, quando o ficcionista e jornalista italiano Dino Buzzati inunda seus contos e romances de uma narratividade jornalística. Trata-se aqui de um momento em que a função jornalística já parece operar por esteios institucionais cada vez mais duros, e suas convenções narrativas já sugerem a naturalização. De maneira semelhante a Rubião – sendo semelhantemente comparado a Kafka –, o autor conta os mais insólitos casos de maneira fortemente “realista”. Mas Buzzati vai além, e se insere dentro dos dispositivos noticiosos para convocar deliberadamente as convenções narrativas do jornalismo como uma camada estratégica de mediação. Lawrence Venuti, no artigo *Dino Buzzati's fantastic journalism* [*O jornalismo fantástico de Dino Buzzati*], observa esse trabalho:

Tanto em estilo como em temática, a ficção de Buzzati frequentemente carrega a estampa do jornalismo. Para dar à sua fantasia um ar de verossimilhança, ele explora gêneros efetivamente jornalísticos: encontramos perfis e obituários de pessoas famosas ou incommuns, revelações de escândalos, relatos de guerras no estrangeiro, desastres e novos avanços científicos. Assim como os textos de jornais, suas histórias vez ou outra começam dizendo nome completo e idade do protagonista, bem como o evento no qual a trama vai se centrar, ainda que ela eventualmente sofra uma virada fantástica. (VENUTI, 1982, p. 84, no original em inglês)

Venuti chama atenção para o fato de que, diferente das parábolas de Kafka que, em geral, se passam por espaços pouco definidos, os contos de Buzzati exploram fortemente o detalhamento dos ambientes, situados frequentemente em cidades, endereços e marcos concretos. Além disso, Venuti vê na ficção buzzatiana uma alegoria da própria experiência bizarra e confusa de seu tempo, sobre o qual as melhores ferramentas hermenêuticas de que dispunha vêm do seu repertório fantástico.

Dino Buzzati era, sem dúvidas, um fantasista muito habilidoso. Ele se apropriou de uma vasta gama de gêneros fantásticos, incluindo o terror, o oculto e a ficção científica. Escrevendo dentro de uma tradição iniciada na Itália com Massimo Bontempelli, e explorando sua ampla experiência com o jornalismo, Buzzati adaptou esses

gêneros para representar alguns dos eventos que caracterizaram a cultura do pós-Segunda Guerra. (p. 90-91, no original em inglês)

As estratégias de composição das intrigas de Buzzati, ao mesmo tempo em que conferem verossimilhança às histórias, acabam intensificando nosso estranhamento com o verossímil. Naquelas histórias reconhecemos nosso mundo e, principalmente, reconhecemos nossas formas regulares de falar sobre ele, mas somos a todo tempo surpreendidos quando a regularidade se mostra corrompida, traídos pela realidade que vivíamos de maneira insuspeita. É emblemático, nesse sentido, seu conto *O bicho-papão*, sobre o monstro “feito daquela substância impalpável que geralmente se chama fábula ou ilusão: ainda que fosse verdadeiro” (BUZZATI, 2006, p. 585). Ali, menos importante do que encontrar exatamente uma retórica jornalística parodiada é reconhecer os tempos do jornalismo em ação:

Em menos de dois meses, o problema foi levado ao Conselho Municipal. É evidente que, para evitar o ridículo, na agenda do dia nada constava sobre o bicho-papão, mas o item 5 falava de “um deplorável fator de perturbação da calma noturna da cidade”. [...] O bicho-papão foi acusado de deixar uma marca nociva nas almas infantis, de suscitar, às vezes, pesadelos contrários aos princípios da correta pedagogia. Também foram discutidas questões de higiene: sim, é verdade, o mastodonte noturno não sujava a cidade nem espalhava nenhum tipo de excremento, mas quem poderia garantir que não fosse portador de germes e vírus? Também nada se sabia de positivo sobre seu credo político: como excluir o fato de que suas sugestões, aparentemente tão elementares, se não simplórias, escondessem insídias subversivas? (p. 583)

São evidentes as preocupações em questão, e é fácil perceber por que, para o jornalista Domenico Porzio, prefacista da coletânea *As noites difíceis*, o conto é uma crítica de Buzzati à higiene mental (PORZIO, 2004, p. 12). Isso não significa que os contos de Buzzati sejam um elogio ao fantasioso e uma transgressão do jornalismo. É o próprio autor que afirma: “o meu fantástico é um jogo ou talvez um esporte... ele me é útil como diversão e para apresentar, vistas um pouco de fora e de cima, muitas coisas da vida prática... o fantástico deve desabrochar numa forma

de realidade” (BUZZATI, apud PORZIO, 2004, p. 8). Buzzati, ele próprio, sempre afirma que o jornalismo nunca fora, para ele, um segundo ofício, mas um aspecto de seu ofício (BUZZATI apud VENUTTI, p. 83).

É assim que Buzzati logra executar narrativamente uma operação reflexiva pela qual fantástico e jornalismo incidem criticamente um sobre o outro, e, neste encontro, ganham vida renovada. E não é essa operação, executada hermeneuticamente, o nosso propósito aqui? É na intersecção onde fantástico e jornalismo coabitam, intersecção que não é estrutural, mas temporal, é que podemos, enfim, encontrar as possibilidades por onde desdobramos nosso estudo.

Se o fantástico se faz, como em Motta, heurísticamente impotente diante do jornalismo isso se dá quando ele não encontra ali um lugar forte de conexão, perdido em meio à comparação e à abstração. De certa maneira, o jornalismo lhe é inacessível, impenetrável. É à própria fragilidade da compreensão do jornalismo ali, pois, que devemos nos voltar. Por um lado, o estudo de Motta é bastante revelador de certas lógicas que regem o mundo do texto jornalístico, mas, por outro, ele parece não conseguir se desvencilhar de um imperativo de jornalismo que o próprio autor quer criticar.

Como em todos os momentos em o que jornalismo é foco de reflexão crítica acadêmica, havemos de nos perguntar, antes de tudo, como bem coloca Carlos Alberto de Carvalho (2012), se as reflexões em torno da notícia não se inserem nos limites da maneira como geralmente são propostas e debatidas pelas próprias mídias noticiosas ou por aqueles que em nome delas falam.

em que medida as teorias que buscam compreender o jornalismo estariam operando conceitualmente a partir das próprias dicotomias e simplificações dos processos de produção das notícias, ou melhor dizendo, da maneira como são elaborados e postos em circulação os muitos produtos jornalísticos, dos quais a notícia é apenas a parte mais visível? (CARVALHO, 2012, p. 18)

Quão potente, afinal, pode ser a crítica que se faz sob a regência das regras impostas pelo próprio dispositivo criticado se não as reconduzirmos contra ele mesmo? Se o trabalho de Motta certamente não se confunde com um vasto conjunto de estudos do jornalismo cujo

pensamento se move *em função* de suas cartilhas normativas, a hipótese de que o jornalismo, diante do insólito, poderia se “distanciar da objetividade” e “derrapar para as subjetividades” é uma das evidências de que, de partida, estamos reféns de uma polarização típica das lógicas dicotômicas e estratégicas da deontologia que regem o universo jornalístico.

Nesse sentido, é preciso que a própria força de significância do jornalismo seja reivindicada, não a do jornalismo objetificado oferecido enquanto função, mas a dos jornais historicamente encarnados e que se faz em ação em suas narrativas, por meio das quais se formulam as experiências do tempo. Quanto à sua historicidade, como já sabemos, ela não poderia mesmo ser uma questão, uma vez que, para Motta, o jornalismo surge menos enquanto fenômeno efetivamente histórico do que enquanto paradigma. Quanto à sua narratividade, ela tampouco poderia surgir como expressiva se continuamos a subestimá-la e tomá-la por um lugar de carência. “A notícia é um relato fragmentado, superficial, aborda os assuntos de forma objetiva e direta, pouco tem de expressividade literária”, afirma Motta (2005b, p. 4).

Aqui encontramos, novamente, ecos dos semelhantes dizeres de Park (1970), quando este atesta a fragilidade da notícia comparada não com a narrativa literária mas com a narrativa histórica. Para Park, afinal, “[n]a mais elementar de suas formas, o relato de uma notícia é um mero lampejo a anunciar que um acontecimento ocorreu” (PARK, 1970, p. 169). Em um e outro caso, parte-se do mesmo equívoco, o de conceber e apreender o jornalismo por sua incapacidade de se constituir como algo que ele, afinal, não pode ser.

Insistir em tal maneira destemporalizada de compreender os processos comunicacionais nos parece especialmente problemático quando percebemos, como nos mostra Barbie Zelizer em *Why journalism's changing faces matter [Por que as facetas mutáveis do jornalismo importam]* (2009), a persistência de uma dominante que há muito tempo se faz presente nos estudos do jornalismo. Zelizer afirma que as pesquisas sobre a notícia no mundo vêm se baseando na maior parte das vezes em noções uniformes, unidimensionais e unidirecionais, noções que acabaram por perder contato com as formas com que as notícias se difundiram.

De um modo típico, comum no compartilhamento de conhecimento, pesquisadores acadêmicos tenderam a privilegiar uma configuração intelectual para a compreensão da notícia que favorece ordem sobre confusão, coerência sobre contradição, estabilidade sobre fluxo, fluidez sobre desigualdade e previsibilidade sobre contingência. (ZELIZER, 2009, p. 3, no original em inglês)

É claro que a análise das notícias toma, *apesar de tudo*, significativa parte nos estudos de Motta. Mas é, então, a concepção de narrativa ali mobilizada que devemos observar. E, nesse movimento, as contribuições de Ricoeur para a compreensão da narrativa nos parecem absolutamente pregnantes, sobretudo se queremos chamar atenção para a experiência da temporalidade histórica mediada pela narrativa.

As contribuições de Paul Ricoeur aos estudos do jornalismo têm-se feito sentir em diversos trabalhos de autores do campo que vêm se apropriando de suas proposições para a compreensão das notícias (FARRÉ, 2004; MOTTA, 2007; CARVALHO, 2010, LEAL, 2013, RESENDE, 2009; entre outros), ainda que, nem sempre, a mediação da experiência do tempo seja a questão que os move. Aqui, mais ainda ela é crucial para nós, se buscamos reconhecer, com Ricoeur, a significação da narrativa na medida em que ela se torna condição da existência temporal humana, e em que o tempo se torna tempo humano na medida em que se articula de modo narrativo (RICOEUR, 2010a).

### 2.3 Narrativa como mediação imperfeita

Ainda que em sua obra, Motta afirme uma abordagem que chama de uma “pragmática da narrativa” (2007) e que, nessa proposição, entre outras referências, ele se coloque como leitor de Ricoeur, a narrativa que suas análises fazem precipitar é aquela que muito mais se aproxima das análises estruturais. Impossível não reconhecer nos percursos ordenadores das análises das notícias do fantástico a cristalização de um esquema (agora sim) profundamente todoroviano: “todo relato é movido entre dois equilíbrios semelhantes mas não idênticos”, afirma Todorov em *Introdução à literatura fantástica*, levando à análise do fantástico os postulados que firma em *As estruturas narrativas* (TODOROV, 1979). Devemos nos lembrar que, nessa obra, Todorov promove uma

compreensão de narrativa que se ampara mais em postos e regularidades do que se concebe nos processos.

A intriga mínima completa consiste na passagem de um equilíbrio a outro. Uma narrativa ideal começa por uma situação estável que uma força qualquer vem perturbar. Disso resulta um estado de desequilíbrio; pela ação de uma força dirigida em sentido inverso, o equilíbrio é restabelecido; o segundo equilíbrio é semelhante ao primeiro, mas os dois nunca são idênticos. (TODOROV, 1979, p. 138)

De tal concepção, que obviamente não é exclusiva a Todorov, é preciso que levemos aqui em consideração pelo menos duas implicações que o próprio autor prevê. A primeira é a motivação básica de sua análise estrutural, que parte da concretude da obra em busca da generalidade que ela carrega:

o objetivo de tal estudo nunca será a descrição de uma obra concreta. A obra será sempre considerada como a manifestação de uma estrutura abstrata, da qual ela é apenas uma das realizações possíveis; o conhecimento dessa estrutura será o verdadeiro objetivo da análise estrutural (p. 80)

A segunda é a maneira como os esquemas fundamentais das intrigas refletem estruturas simbólicas mais amplas, de caráter profundamente normativo:

Pode-se apresentar a intriga mínima completa como a passagem de um equilíbrio a outro. Esse termo equilíbrio, que tomo de empréstimo à psicologia genética, significa a existência de uma relação estável mas dinâmica entre os membros de uma sociedade: é uma lei social, uma regra do jogo, um sistema particular de troca. Os dois momentos de equilíbrio, semelhantes e diferentes, estão separados por um período de desequilíbrio que será constituído de um processo de degradação e um processo de melhora. (p. 88)

Pois não reconhecemos aqui os parâmetros poéticos e morais que em grande medida se encontram representados nas estruturas das notícias do fantástico? E não estaríamos, munidos deles, fadados a encontrar suas repetições nas mais variadas expressões narrativas,



nos mais diversos gêneros, ainda que retirando deles consequências particulares?

Em suas reflexões sobre a narrativa, Ricoeur estabelece um generoso diálogo, além de outras correntes teóricas, com o estruturalismo, apontando para a maneira como uma análise estrutural da narrativa inevitavelmente subordina “qualquer aspecto sintagmático, portanto, temporal, da narrativa, a um aspecto paradigmático, portanto, acrônico, correspondente.” (p. 59). Desse diálogo, no entanto, em vez de simplesmente abandonar o pensamento estrutural, Ricoeur desloca nossa compreensão da narrativa da estrutura para a *estruturação*. Trata-se, pois, da mesma injeção de temporalidade que marca todos os conceitos com os quais trabalha, imprimindo-lhes a marca dinâmica do pensamento sobre o agir humano.

Em suas reflexões sobre a narrativa como articulações constituintes da experiência do tempo, Ricoeur vê as intrigas tecidas pelo ser humano como o meio privilegiado mediante o qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda. Pela mediação narrativa, operamos memória e identidade, e constituímos condições de inteligibilidade para agir e padecer no mundo. São narrativas que nos ajudam a entender como o mundo se dá, como as coisas são possíveis, o que são e como acontecem. Assim, possibilidades, razoabilidades e causalidades são obras de uma inteligência narrativa.

Ricoeur nos diz: “...para mim, o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei” (p. 122). Por meio das narrativas, essas referências abertas se tornam a matéria do vivido que estabelecem dinâmicas que orientam nossa experiência. Assim, para além de uma dimensão que estabelece as dinâmicas do saber, a narrativa abre condições efetivas de uma experiência temporal da realidade:

O que um leitor recebe é não só o sentido da obra, mas, através de seu sentido, sua referência, isto é, a experiência que ela traz para a linguagem e, em última instância, o mundo e sua temporalidade que ela estende diante de si. (p. 134)

Isso significa também que é narrativamente que organizamos nossa experiência da história, na medida em que passado, presente e futuro

se tornam caracteres compostos e móveis dentro de uma dinâmica mais complexa e viva, aquela que constitui espaço de experiência e horizonte de expectativa – aqui é o próprio Ricoeur que se beneficia dos conceitos de Koselleck.

Mas então é preciso que retomemos o que uma noção de mediação implica na teoria ricoeuriana. Para isso, é importante perceber que sua compreensão da narrativa é fortemente baseada na relação entre a representação da ação e a dinâmica configurante da tessitura das intrigas, ou seja, respectivamente, o par *mimesis* e *muthos*.

Sendo a *mimesis*, para Ricoeur, a própria operação de mediação entre tempo e narrativa, é preciso chamar atenção para duas importantes características de sua compreensão dos processos miméticos. Em primeiro lugar, a compreensão ricoeuriana de *mimesis* é devedora de uma concepção aristotélica do termo, se afastando de uma noção de mera cópia ou imitação. Ricoeur chama atenção para o processo criador implicado na *mimesis*, que da ideia de imitação guarda, no máximo, o sentido de imitação da ação.

Em segundo lugar, Ricoeur percebe o processo mimético em uma dinâmica que envolve três dimensões, dentro da qual a configuração narrativa (*mimesis* II) se constitui como mediação entre a pré-figuração do mundo (*mimesis* I) e a refiguração na experiência da leitura (*mimesis* III). Por tal tríplice *mimesis*, toda narrativa opera um agenciamento de elementos em intriga pelo mundo do texto a partir da pré-compreensão familiar que temos da ordem da ação, suas estruturas inteligíveis, seus recursos simbólicos e seus aspectos temporais, adquirindo sua realização no ato da leitura, no qual a narrativa é restituída ao tempo do agir e do padecer.

Isso mostra que, para Ricoeur, a configuração narrativa possui um caráter mediador fundamental ao processo mimético. Além disso, mostra-nos ele, a configuração possui uma dimensão mediadora em sentidos ainda mais específicos. Internamente ao processo de *mimesis* II, a tessitura da intriga (*muthos*) é o que promove a mediação entre acontecimentos ou incidentes, extraindo de uma simples sucessão, uma configuração. Além disso, a tessitura da intriga é mediadora porque compõe juntos fatores heterogêneos, como agentes, fins, meios, interações, circunstâncias etc.. Por fim, ela promove a mediação entre

os caracteres temporais do contar e os tempos daquilo que é contado. Com essa composição dos caracteres temporais, segundo Ricoeur, a narrativa realiza uma síntese do heterogêneo. Assim, afirma o filósofo, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (p. 70)

Ora, nada disso nos autorizaria a concluir que a mediação narrativa, em qualquer sentido, possui qualquer capacidade resolutive dos paradoxos da experiência do mundo. A narrativa jamais se oferece como uma solução pacificadora dos dilemas do tempo e da história. Como afirma Ricoeur, as aporias se resolvem, pela narrativa, não no sentido teórico, mas no sentido poético do termo. Contra qualquer reivindicação de totalidade da consciência histórica, Ricoeur se manifesta: “Resta outra via, a da *mediação* aberta, inacabada, *imperfeita*, ou seja, uma rede de perspectivas cruzadas entre a expectativa do futuro, a recepção do passado, a vivência do presente”. Se as operações configurantes da mediação narrativa também se fazem sempre de tal maneira aberta, inacabada, imperfeita, isso se deve em grande medida à dialética que as rege, dialética sintetizada por Ricoeur a partir da articulação das análises agostiniana do tempo e aristotélica da arte poética.

Por um lado, temos a perplexidade provocada pelos paradoxos do tempo, pelas aporias, fontes de hesitação e dúvida, e pela própria corruptibilidade inevitável do tempo. Diz Agostinho: “Pois, por si mesmo, o tempo é antes causa de corrupção: porque ele é número do movimento, e o movimento abole o que existe” (Agostinho, 27.III, 1993). Em suas Confissões, nos termos de Ricoeur, Agostinho “geme sob a pressão existencial da discordância” (p. 56).

Por outro lado, está em Aristóteles a aposta na capacidade (ou no dever) de que toda intriga teria de fazer triunfar a ordem sobre a desordem. Uma série de estratégias de ordenamento viriam para compor o que Ricoeur chama de um *paradigma da concordância*. Completude, totalidade, lógica, coerência, causalidade, verossimilhança, são todas elas figuras cuja força integrativa deve prevalecer, no limite, sobre a figura extrema da discordância: o impossível. Assim, como afirma Nicolazzi sobre a articulação de Ricoeur dos dois pensadores, “é ao enigma da especulação sobre o tempo que responde o ato poético da tessitura da intriga” (NICOLAZZI, 2014, p. 17).

A concordância discordante foi, assim, a categoria que Ricoeur encontrou para compreender de maneira conjugada a consonância possível da intriga à dissonância inevitável da temporalidade. Ele encontra, assim, na narrativa a relação entre uma experiência viva em que a discordância dilacera a concordância e, ao mesmo tempo, uma atividade em que a concordância repara a discordância.

Isso implica, também, no caráter fundamentalmente dinâmico da construção da narrativa tal como Ricoeur a prevê. Nossas relações de apreensão e inteligibilidade do mundo historicamente constituído por meio da narrativa não podem ser compreendidas, assim, pela intriga, nas no *pôr em intriga* (*mise en intrigue*), a própria instância configuradora da mediação narrativa. E esta, afinal, não é regida por postos ou estados, mas por ações, em uma constante dialética entre a consonância possível da intriga à dissonância inevitável da temporalidade. Para o autor, se há algum “construto” na atividade de construção da narrativa, esse é a própria ação. Nesse sentido, o que a narrativa produz não é equilíbrio, não é totalização, não é a ordem, não é a simples concordância; mas a ação, a ordenação que provoca deslocamentos. É a discordância que move o deslocamento, a ruptura, a desestabilização no estado das coisas; e é a concordância que promove uma conexão entre os elementos dispostos em sequência, que promove uma espécie de identidade entre eles em uma intriga.

Mas, se toda narrativa é movida, assim, pela dialética concordante-discordante, é interessante lembrar que Ricoeur aponta para um rol de obras da literatura moderna cuja experiência de leitura “[...] torna-se ela própria um drama de concordância discordante” (RICOEUR, 2010c, p. 289). Se, como afirma Ricoeur, o anseio por concordância fundamenta nossa experiência temporal, e pela tessitura das intrigas buscaríamos alguma possibilidade de vivenciar essa concordância, a relação com as narrativas configuradas por certos textos se torna uma obra especialmente árdua. Ricoeur vislumbra nesse momento uma literatura “perigosa” que nasce com a modernidade. Ele nos fala da emergência de um narrador *não digno de confiança*, aquele que frustra uma expectativa de uma configuração imediatamente legível, e de suas narrativas que visam não a esclarecer, mas a obscurecer e dissimular. A intensa dialética aberta por tais narrativas implica uma negatividade, uma

vez que promovem a todo momento estratégias de despragmatização e desfamiliarização do mundo.

Não nos parece injusto ou incoerente vislumbrar ação semelhante em jogo na experiência das histórias extraordinárias de Poe, nas parábolas desconcertantes de Kafka, nas crônicas de um insólito ordinário de Cortázar. Ficamos tentados em dizer que o fantástico é constituído nessas obras por uma espécie de “poética da discordância”, ao inserir o insólito em suas intrigas e fazer dele estratégia fundamental de indeterminação e de intempestividade. O retorno de Madeline Usher, a metamorfose de Gregor Samsa em um inseto e o engarrafamento interminável da Auto-estrada do Sul compõem ecos de lacunas de significados, estratégias de frustração incorporada ao texto, em seu nível propriamente retórico.

Por tal perspectiva, poderíamos nos voltar ao universo textual das notícias e reportagens dos jornais, vislumbrando nele uma tendência à construção de uma “poética da concordância”, uma preocupação elementar na manutenção de uma “legalidade cotidiana”. A valiosa expressão vem emprestada de Roger Caillois (1965, p. 165), na tentativa de definir não o jornalismo, mas o habitat do fantástico no imaginário ocidental – todo fantástico, diz ele, é uma ruptura da ordem reconhecida, uma irrupção do inadmissível no seio da inalterável legalidade cotidiana. Nesse sentido, a manutenção dessa legalidade é uma preocupação claramente observável nas rotinas noticiosas, evidente em seu profundo interesse pelos desvios normativos, o crime e a corrupção, e pela ameaça do incontrolável, a morte e os ímpetus destrutivos da natureza. As notícias parecem frequentemente investidas na busca da aniquilação das trevas e da irrazoabilidade, do absurdo e da incomensurabilidade. A realidade projetada pelo jornalismo, por esse viés, aspiraria sempre um mundo transparente e desvendado – e, portanto, simbolicamente controlado.

No entanto, essa perspectiva somente se sustenta enquanto abdica da discordância como força constitutiva do jornalismo, nas instáveis e ansiosas dinâmicas de seus rituais de ordenamento do mundo. Se o fantástico pode surgir, assim, como oportunidade para perceber o jornalismo como outro, ele o faz se efetivamente lhe oferece problemas, em vez de outras oportunidades de afirmação. Compreender seus agen-

ciamentos ordenadores é, assim, condição para que possamos elaborar qualquer crítica sobre a qualidade da experiência da história mediada pelas narrativas configuradas pelos jornais; mas esse reconhecimento só pode nos servir como a própria possibilidade para seu consequente questionamento, se, ao exemplo de Ricoeur, reivindicamos um olhar vigoroso à narrativa. Concluir que a ordem se faz *apesar de tudo* seria supor que uma consonância narrativa pode, de fato, se impôr à dissonância temporal, e isso, nos diz Ricoeur, é uma verdadeira violência da interpretação (RICOEUR, 2010a, p. 125).

Por isso, aqui, é importante que retornemos ao nível fundamental da mediação do tempo, onde toda narrativa se faz pela dinâmica dos processos miméticos e onde a temporalidade instaura sua dialética. Ali, no âmbito da configuração, não há concordância que esteja livre ou que triunfe sobre a discordância. Por tal ponto de vista, então, a narrativa jornalística, como qualquer outra narrativa, expõe as tensões que lhe são inerentes e se revela muito mais frágil, instável e heterogênea do que seria possível pensar por seu nível simplesmente retórico. É nesse sentido que podemos levantar alguns pontos que levamos adiante em nosso trabalho como apostas.

Se podemos dizer, com Ricoeur, que toda narrativa é composta pela dialética concordante-discordante, também devemos nos apoiar nele para perceber que diferentes modulações dessa dialética, operando diferentes configurações, podem constituir experiências temporais bastante distintas. Algumas dessas experiências se tornam lugares privilegiados para que visualizemos a maneira como uma composição pode se orientar em meio a paradoxos temporais que lhes são sempre inescapáveis e configurar dimensões diretamente ligadas aos dilemas de nossas relações com a realidade histórica.

O fantástico e o jornalístico, enquanto categorias gerais, nos parecem interessantes, nesse sentido, porque podem facilmente ocupar em nosso imaginário os postos de uma polaridade que separaria a consonância da intriga da dissonância temporal. Mas essa polaridade é mais interessante para nós na medida em que ela mesma se revela como uma armadilha, e nos desafia a percebê-los de maneira dinâmica. Isso significa compreender as diferentes maneiras como as narrativas se constituem concretamente *pelos* dilemas do tempo e da história, nunca *contra* ou *apesar* deles.

O cotejo entre as duas categorias parece ganhar valor crítico significativo somente se ultrapassamos suas condições de categorias gerais, que prevêm a estabilidade dos termos em comparação. Ele, então, nos incita a buscar por uma alteridade, que não é externa a uma narrativa, mas interna a ela, ou seja, constituinte de seus processos temporais, narrativos e históricos. Nesse sentido, no âmbito da configuração, se a notícia coloca em ação qualquer forma de ordenamento, ela o faz em relação à possibilidade mesma do impossível, por causa dele. E, se a literatura fantástica coloca em ação qualquer manifestação do impossível, ela o faz pela possibilidade da ordem, e por causa dela. No entanto, uma e outra solução poética são sempre abertas, inacabadas e imperfeitas. Revelar essa imperfeição é o que o analista pode fazer para que as mediações das narrativas configuradas pelos textos que lemos e amamos nos surjam como verdadeiramente problemáticos, no melhor sentido da palavra.

Quando nos indagamos com Ricoeur sobre as relações comunicacionais que nascem com as experiências narrativas, livramo-nos da problemática ânsia por fixar, por meio da análise, uma ordem a suas mediações. Reduzi-las a um número finito de unidades diferenciais de base e estabelecer o conjunto combinatório das regras que regem todas as suas relações internas seria, inclusive, negar às experiências constituídas pelos textos literários e pelos textos jornalísticos sua própria possibilidade de preservar o que a narrativa nos oferece precisamente de instável e enigmático, sem que sua instabilidade e seus enigmas configurem aporias absolutas. Pela mediação narrativa encontramos, assim, a possibilidade de compreender cada texto não em sua generalidade, mas também e especialmente em sua especificidade. Com Ricoeur, cada conto, cada notícia, ganham renovado potencial para se oferecer poética e historicamente substantivos.

A narratividade se abre, então, a uma multiplicidade de possibilidades a serem exploradas para que possamos compreender, com elas, nosso agir e padecer no mundo. E atentar-se à especificidade dessas experiências mediadas pela narrativa não significa, em absoluto, compreendê-la de maneira isolada ou fragmentada, mas perceber, inclusive, como as referências que por ela se cruzam encontram nela sua própria condição de atualização e de questionamento. Pela perspectiva ricoeuriana, afinal,

qualquer que possa ser a força de inovação da composição poética no campo da nossa experiência, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação. Isso implica considerar, também, que a referencialidade que emerge narrativamente nunca é dada, mas construída e propositiva. Tais possibilidades de compreensão das narrativas enquanto mediações de nossas relações com o mundo colocam as suas dialéticas no centro de uma hermenêutica da consciência histórica.

Aqui encontramos nossas condições para interpelar a mediação jornalística de modo articulado com dilemas e poéticas específicas que diferentes textos em diferentes regimes de historicidade podem constituir. Isso implica, além de reconhecer as dinâmicas temporais da modernidade se desdobrando pela história, perceber que circunstâncias particulares criam condições diversas para tensionar a mediação da história. Nesse sentido, quando observamos hoje a emergência de jornais conectados a dispositivos de legitimação do jornalismo, podemos mergulhar nas dialéticas narrativas em tempos de “crise”, na medida em que o passado e o futuro abandonam seus lugares previstos numa ordem prevista da história e se tornam verdadeiras potências intempestivas na experiência do presente.

Devemos, então, ter clareza do que aqui se acumula e se projeta adiante sob a forma de diretrizes metodológicas, de tal maneira que uma alteridade histórica se faz operante na análise das nossas relações com o mundo mediadas pelos jornais. E nesse sentido, de maneira geral, é importante sublinhar que a interlocução entre jornalismo e fantástico aqui desenvolvida configura não um fim, mas um meio pelo qual a reflexão sobre o jornalismo é submetida a um deslocamento dos parâmetros temporais habituais. Com ela, é uma postura investigativa que se constitui, e dela um conjunto de consequências podem ser firmadas.

É por um sentido mediador mesmo que a ficção – concretamente convocada em textos da literatura fantástica, principalmente na forma de contos – pode se estabelecer como um articulador importante quando nos lançamos ao mapeamento de regimes de historicidade nos quais as narrativas jornalísticas emergem. Isso significa que ela não se oferece lado a lado do jornalismo, e menos ainda que entre



eles seja possível passar uma régua que os coloque em uma relação de igualdade de estatutos narrativos e históricos. Se ela pode inflexionar os elementos de um regime de historicidade, só o faz enquanto ficção mesmo, com suas próprias possibilidades, deslocando e ampliando as perspectivas traçadas por nossos ordenamentos do mundo com os quais ela se conecta. Quando oportunamente convocadas, quando as questões que movem o regime estiverem postas, ela invade as tensões e contradições que se abrem pela história e faz com que elas se instalem e se potencializem por caminhos não previstos pelas necessidades dos dispositivos.

É nossa tarefa, portanto, observar essas fissuras, revelando os dispositivos jornalísticos em suas textualidades, suas proposições discursivas e não-discursivas, na medida em que eles nos ajudam a compor significativos mapas dos regimes de formas de vida do jornalismo moderno em tempos de “crise”. Essas fissuras se fazem perceptíveis na medida em que olhamos com atenção para as contradições que seus traçados buscam apagar, e reconduzi-las ao centro do debate, de modo a torná-las inseparáveis do mundo habitado pelo leitor. Ao fazê-lo, podemos descobrir nas figuras do passado e do futuro aquilo que anima e assombra os nossos espaços de experiência e os horizontes de expectativa no presente.

Dessa maneira, a narrativa jornalística pode ser compreendida em meio a uma historicidade que tem a intempestividade como fator inerente de suas condições temporais de possibilidade. Quando nos beneficiamos dessa interlocução entre fantástico e jornalismo para a compreensão da mediação narrativa enquanto fenômeno moderno, o que fazemos não é uma demanda por uma outra concepção de modernidade, mas a submissão da narrativa jornalística à modernidade que não cabe em seus parâmetros mais iluminados e estabilizados. Nesse sentido, os dispositivos de legitimação do jornalismo se tornam oportunidades privilegiadas para ir ao encontro dos monumentos e das utopias modernas, em um gesto constante de reconhecimento e tensionamento. É, então, a partir desse jogo dialético que nossa leitura das notícias nasce.

Se a relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa é o que define nossas formas de ser no tempo, e se a diferença que

se instaura entre um e outro é justamente o que marca a experiência histórica moderna, os regimes de historicidade que buscamos compreender em nossas análises surgem ao presente trabalho como formas de evidenciar e explorar essa diferença quando ela se torna a marca mesmo das relações pressupostas entre o ser humano e o seu mundo. É nesse sentido que os dois ensaios são estrategicamente compostos para ir ao encontro de relações da mediação jornalística com dois contextos nos quais o passado, para um, e o futuro, para outro, funcionam como importantes ancoragens para a legitimação do jornalismo em processos de modernização para os quais ele serviria.

Munidos das contribuições encontradas nos movimentos pela realidade histórica – não uma história abstrata, que se conta por si mesma, mas aquela que nasce concretamente pelas mediações dos dispositivos e redimensionada pelas narrativas ficcionais –, podemos melhor compreender as dinâmicas temporais constitutivas das narrativas jornalísticas. Quando finalmente percorremos a configuração das notícias dos jornais, os processos de urbanização, burocratização, institucionalização e todos aqueles movimentos que marcam o progresso das sociedades modernas podem ser lidos criticamente de dentro dos conflitos das poéticas concordantes-discordantes que constituem nossas formas de apreender e dar sentido ao mundo.

Mas então é preciso que não percamos de vista o que move nossa leitura dos jornais, em nossa busca por narrativas que fazemos, nós mesmos, nascer na medida em que investimos nos textos do jornal. Se não nos interessa promover a reprodução das matérias do jornal “nelas mesmas”, tampouco as tomamos como meros sintomas da história – o que, afinal, seria reafirmar a próxima percepção do jornal como espelho do mundo. Nossa leitura das notícias e reportagens só pode ser guiada por um constante esforço de apreensão das dinâmicas e dialéticas configuradoras das narrativas e dos paradoxos temporais que ali se fazem presentes; no percurso de leitura, tais movimentos nos revelam o traçado da indissociável relação entre o narrar e o narrado de uma obra que nasce *na interlocução* entre mundo do texto e mundo do leitor. Tal obra, em grande medida, é a própria experiência do mundo vivido enquanto história que se abre pela leitura de um jornal.

PARTE II

OS FANTASMAS NO JORNALISMO

Não lhe importará a companhia de alguém tão instável?  
Respondi-lhe que não e fomos morar juntos.

— Murilo Rubião, “Teleco, o coelhinho”

## capítulo 3

# O MONUMENTO JORNALÍSTICO

A TRAJETÓRIA que percorremos neste capítulo parte da configuração de um terreno histórico particular: certo coração monumental dos EUA, configurado pelo desenho do Passeio Nacional, em Washington, D.C., quando por ali se eleva um significativo dispositivo de legitimação do jornalismo, o *Newseum*. É a partir de tal marco e das diretrizes que ali surgem que nos movemos por certos caminhos de certo mapa político e cultural do país.

Esse movimento se torna tão mais elucidativo na medida em que qualquer estrutura ou arquitetura se desloca aos termos de uma estruturação. E qualquer referência espacial pode ser compreendida pela perspectiva de uma espacialidade do tempo histórico que configura os espaços de experiência do regime de historicidade ao qual nos lançamos aqui. O exercício empresta sua significância a nosso trabalho justamente na medida em que tal regime de historicidade encontra nos espaços de experiência a âncora que modula a configuração temporal da realidade, inclusive por colocar o horizonte de expectativa em função de experiências do passado.

Para tanto, fazemos desse experimento cartográfico um empreendimento que nos permita constituir um mapa móvel, utilizando a expressão de Deleuze e Guattari (2009), como nos são todos os mapas que nos auxiliam à compreensão do mundo, e que aqui nos oferecem possibilidades particulares de leitura da narrativa jornalística. É preciso, então, reconhecer logo que o mundo mapeado não preexiste a nosso mapa e que sua cartografia comporta as possibilidades que nosso próprio mapa permite. E não seria essa justamente a condição de qualquer mapa? Quando tal processo se instala, podemos enfim fazer com que a narrativa jornalística nasça dali de dentro, e permitir que sua tessitura possa rasgar o mapa para além dele. E é às páginas de um grande jornal americano, o *New York Times*, que recorreremos para selecionar material para nossa leitura.

Em nosso mapeamento, o imaginário a que muitas vezes somos remetidos é, de certo modo, fundacional de uma memória da Revolução Americana, cujas referências se acumulam nos meados do século XIX. Não se trata, porém, de buscar os fatos que reconstituem um ponto de origem de um ou outro jornal ou mesmo de um modelo de jornalismo. Ali sequer encontramos a evidência de um jornalismo que se desenvolveria plenamente em uma tradição noticiosa e que encontraria, só no final do século, o seu emblema no *New York Times* – evidências já bastante mapeadas por uma grande variedade de estudos, destacando-se os bastante conhecidos de Michael Schudson (1978, 1995, 2003) e Michael Emery (1970, 1996). O que estará em jogo nesse exercício é a compreensão de certas possibilidades para tais emergências, e que fazem do jornalismo estadunidense uma chave de relações que ali se gestam.

Abdicamos da pretensão de resgatar aqui o decalque dos Estados Unidos e da árvore de sua política e sua imprensa. Das coordenadas que levantamos, emerge um universo simbólico que chamamos por aqui de “*América*”. Recorreremos ao título, mas não sem desconsiderar o incômodo que ele nos desperta, devido ao poder avassalador que por ele se opera. No entanto, insistir no termo nos é importante, porque nos ajuda justamente a caracterizar a lógica monumental que devemos destrinchar, e que possui, no nome, uma das suas maiores insígnias. E é adentrando o monumento que podemos resistir a ele, não antes que

ele nos permita compreender uma rede de forças à qual se conecta. Em última instância, a compreensão da monumentalidade americana – e uma possibilidade fundamentada de resistência – nos é muito importante quando as disputas pela América se travam mesmo em terras brasileiras, no capítulo seguinte.

Em síntese, ao longo do capítulo, atentamo-nos para a constituição de um regime de historicidade que se afirma na monumentalidade de certos esteios políticos e jornalísticos do passado para justificar a legitimidade dos jornais como mediadores de um espaço de experiência comum para seus indivíduos – os americanos, enfim, que se confundem com os próprios leitores de jornais – em suas relações com o presente e projeções para o futuro. Tal experiência se baseia na frequente reafirmação de uma circulação livre dos indivíduos por uma realidade sem sombras, e do acesso ao mundo totalmente exposto ao conhecimento e ao escrutínio público. No entanto, a monumentalidade desse regime depende do constante esforço de fundação e refundação de sua história e de seus supostos marcos originais, da pacificação do passado – o que, mais do que superá-lo, significa dominá-lo – e da consolidação de uma experiência comum e coerente. Além disso, depende de se supor o próprio apagamento dos gestos de reinvenção da história a partir das demandas do presente. E é em meio a esses esforços que podemos perceber uma experiência complexa e vulnerável, constantemente ameaçada pelos paradoxos da história, que escapam às ordens do tempo. Esses esforços criam, inevitavelmente, uma relação tensa com suas formas de apreender a realidade e se orientar pelo mundo.

O capítulo se estrutura em quatro etapas. Em primeiro lugar, destrinchamos a configuração do dispositivo e das relações temporais que ele nos suscita. Levamos adiante, então, nossas reflexões inflexionadas por leituras que nos permitem melhor qualificar a compreensão dos processos de mediação jornalística em relação a dilemas particulares do regime de historicidade em questão. Em seguida, colocamos a história em perspectiva com o acionamento de contribuições da literatura. Por fim, desdobramos nossa reflexão pelas dialéticas temporais configuradas na leitura das notícias do jornal.

### 3.1 Passeio Nacional

A até quase cento e setenta metros eleva-se o monumento primordial da América. Construído ao longo de quatro décadas (1840-1880) de um século conturbado na história nacional dos Estados Unidos, a estrutura de blocos superpostos independentes do Monumento a Washington, maior obelisco do mundo, mostrou sinais mais evidentes de fragilidade somente em situações catastróficas. As últimas investidas das forças da natureza – em 2011 o monumento foi atacado pelo terremoto Virgina e pelo furacão Irene – causaram-lhe fissuras e o ameaçaram de queda, mas seus reparos foram subsidiados por diversos chamados a um espírito patriótico que tem uma exorbitante capacidade de se inflar depois de tragédias. Tal espírito já é a pedra fundamental da construção do monumento, como bem traduz o pronunciamento oficial que deu partida ao projeto em 1834:

Propõe-se que o monumento contemplado deve ser como aquele em cuja honra ele será construído, sem paralelo no mundo e compatível com sua gratidão, generosidade e patriotismo pelo povo por quem ele será erguido... [Ele] deve combinar exuberância com elegância, e ser de tal magnitude e beleza que seja objeto de orgulho para o povo americano, e de admiração para todos que o vejam. Pretende-se que seu material seja completamente americano, que seja de mármore e granito trazido de cada estado, para que cada estado possa participar da glória de contribuir materialmente, bem como financeiramente, para sua construção. (CONSTRUCTION, s/p, no original em inglês)

No Passeio Nacional, – o “Jardim de Frente da América”, como é comumente referido – , o Monumento a Washington estabelece o eixo central em torno do qual um mapa mitológico dos EUA se distribui. Aos olhos de quem o rodeia do chão, ele aponta não somente para as casas mais importantes da política institucional do país – a Casa Branca, o Capitólio dos Estados Unidos e, pouco depois, a Suprema Corte – mas para um conjunto de memoriais cujos emblemas são reverenciados, seja como figuras das glórias americanas – Lincoln, Jefferson, a Declaração de Independência, a Segunda Guerra Mundial – seja de seu martírio – Martin Luther King Jr., a Guerra do Vietnã. Além

disso, reunido ali está um conjunto de outras casas que compõem uma herança histórica organizada por algumas de suas marcantes facetas: o Museu Nacional de História Americana, o prédio dos Arquivos Nacionais, a Galeria Nacional de Arte, o Museu Nacional de História Natural, o Museu do Ar e Espaço, o Museu Nacional do Índio Americano, o Museu Nacional de Arte Africana. Vai-se de um a outro sem que certos discursos fundadores jamais percam a aparente força e coerência. Pelo Passeio Nacional, não há fragilidade ou sutileza sobre a América que subsista na clareza de suas inúmeras afirmações.

As edificações do Passeio Nacional vêm sendo construídas e acumuladas desde a Revolução Americana. No entanto, é só na virada para o século XX que se formula o projeto do Passeio, criando um circuito formal que as conecta. Sua concepção inspira-se no City Beautiful Movement [Movimento da Cidade Bonita], que visa transformar espaços públicos dos Estados Unidos em cenários da virtude moral e cívica.

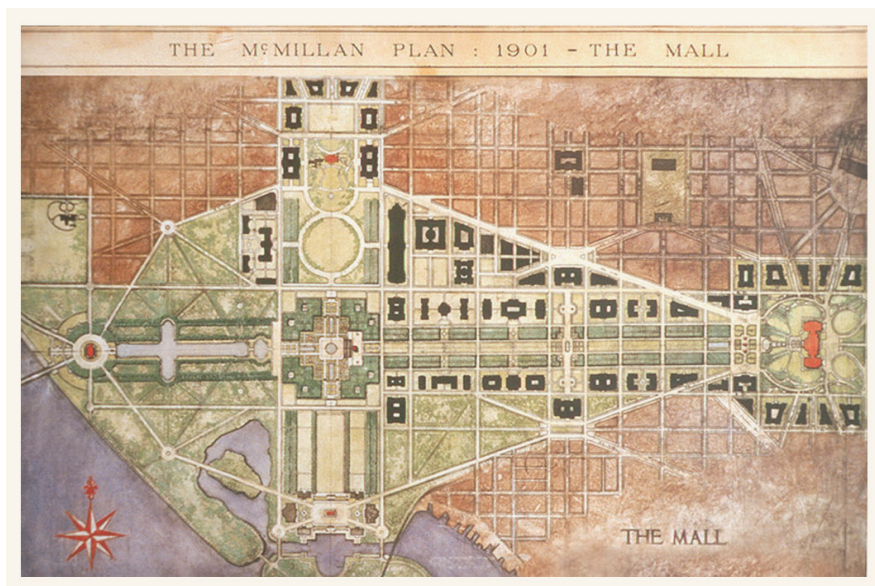


Figura 3: Ilustração do projeto original do Passeio Nacional

Em 1929, um brasileiro notável traduz a América que encontra em Washington. Por meio de seu personagem Mister Slang, Monteiro Lobato descreve o que observa a seu redor:



Tudo amplo, largo, claro, solido, arejado. Tudo historico, na pedra dos monumentos, no bronze das estatuas, nas incrições abundantissimas [...]. O magnificente Capitolio, bem como todos os mais monumentos da cidade, constituem Almojarifados da Fama, de tal forma com estatuas, bustos de bronze e marmore, inscrições, quadros e simbolos, os homens que construíram o país estão neles memorados. (LOBATO, 1964, p. 32-33)

Por ali, a reverência ao Pai Fundador George Washigton partilha do otimismo patriótico que inunda as páginas dos jornais nos entornos da Revolução Americana, época em que, como aponta o jornalista e pesquisador de história J. Herbert Altschull, “[um] papel dominante para a jovem imprensa era aparente: ela deveria servir como um braço de persuasão, como propagandista na causa da liberdade; ela era, em resumo, a ‘Voz do Povo’” (ALTSCHULL, 1990, p. 103, no original em inglês).

Todavia, não há pelo Passeio rastros dos ataques que o primeiro presidente dos EUA passaria a sofrer ao longo de suas gestões, razão pela qual, muito se sugere, George Washington teria se recusado a se candidatar a um terceiro mandato. Nas páginas do *Philadelphia Aurora*, o editor Benjamin Franklin Bache (neto de Benjamin Franklin), crítico feroz dos federalistas, ataca o presidente:

Se alguma vez uma nação foi debochada por um homem, a nação americana tem sido debochada por Washington. Se alguma vez uma nação sofreu com a influência indevida de um homem, a nação americana tem sofrido sob a influência de Washington. Se alguma vez uma nação foi enganada por um homem, a nação americana tem sido enganada por Washington. Deixe que sua conduta, então, seja um exemplo para gerações futuras [...] Deixe que a história do Governo Federal instrua a humanidade, que a máscara do patriotismo possa ser usada para esconder os mais vis projetos contra as liberdades de uma pessoa. (BACHE apud STEWART, 1969, p. 533, no original em inglês)

É também outro Pai Fundador, Thomas Paine, que, em um de seus panfletos, chama o antigo amigo Washington de “patrono da fraude”: “quanto a você, senhor, traiçoeiro na vida privada, e um hipócrita na

vida pública, o mundo encontrará dificuldade para decidir se és um apóstata ou um impostor.” (PAINE apud CHEETAM, 1817, p. 109, no original em inglês) Manifestações como essas se escondem nas sombras do obelisco.

No Passeio Nacional, não resta dúvidas sobre quão monumental deve ser a memória não só de Gorge Washington, mas de cada um dos pilares da América. A magnanimidade do primeiro presidente não é – não pode ser – posta em risco por qualquer tipo de provocação dissensual, uma vez que, como nota Lobato, é a coesão geral que está em jogo:

O filho de New England, que sempre olhou d’alto aos nativos dos estados do sul, bem como o homem do Kentucky, que torce o nariz aos filhos de Connecticut, recebem de Washington, por mil vias, a lição de que não ha New England, nem Kentucky, nem Connecticut, mas apenas a America que Washington forjou de fragmentos esparsos e Lincoln impediu que se quebrasse. (LOBATO, 1964, p. 33)

A referência, aqui, à composição federativa é importante, mas ela é somente um emblema de um espaço heterotópico, cujas diretrizes hegemônicas tentam incessantemente unificar, sempre em razão de uma nobre causa, a soberania de um senso que conecta a todos em um projeto comum.

Washington é um símbolo de pedra. A história americana está toda ali. Basta uma visita à cidade para que os fatos capitais da formação política da America se desenhem para sempre em nosso espírito. Daí a forte reamericanização que sofrem os americanos, mais exaltados na tremenda fé em si próprios que acima de tudo os caracteriza. Povo eleito para os mais altos destinos. Washigton é o crisol místico onde se sublima essa fé céga. *From Washington we go home better americans.* (p. 32)

É de um guia turístico impresso sobre a capital do país, carregado por todos que se orientam de um posto a outro da história que deveria ser a deles, que Lobato lê a frase de efeito:

Nós todos, da mesma forma, compartilhamos das tradições gloriosas de seu passado, todos nós sentimos prazer e orgulho das suas belezas exteriores, todos nós mantemos fidelidade aos ideais

que ela representa, e em meio a suas influências descobrimos tal fidelidade reforçada. De Washington vamos para casa americanos melhores. (REPORT, 1961, no original em inglês)

Funcionando, assim, como norte da vida comum, o Monumento a Washington prolonga sua sombra para toda a parte, não exatamente como centro, ponto de origem, mas como núcleo para onde as coisas convergem, cristalizam-se e tornam a irradiar. “Só Washington americaniza”, conclui Lobato em um misto de deslumbre e ironia.

George Washington e Lincoln – em que país dois homens subiram tanto? Já passaram de homens a semi-deuses. Pelo país inteiro não existem nomes mais popularizados em praças, ruas, pontes, esta-tuas, memoriais. Nas escolas tornam-se obsessão. Seus retratos nas paredes, nos livros, nos selos, nas reclamações comerciais, fizeram de ambos verdadeiros signos simbólicos, de uso e consumo diários. Consume-se Lincoln como se consume “hot-dog”. Consume-se George Washinton como se consume sorvete. Citações de seus discursos históricos, anedotas, ditos agudos, visões washingtonianas da política geral circulam no país como moeda de troco miudo. (p. 33)

O que diria Lobato, então, se encontrasse, quase um século depois, Lincoln retratado como herói do best-seller (imediatamente adaptado ao cinema por Hollywood) *Abraham Lincoln – Caçador de vampiro*<sup>4</sup>?

Havemos de ponderar que, se tomássemos tal mapa projetado pelo Passeio Nacional como a imagem a que ele próprio nos impele, cairíamos na armadilha que ela coloca desde aos mais integrados até aos mais críticos: a de superpor inescrupulosamente o mapa ao espaço mapeado. Por ora, limitemo-nos a tomar ciência da armadilha, e tentemos desmontá-la ao longo de nosso percurso, não antes de reconhecer ali a emergência de outro monumento.

Pois em 11 de abril de 2008, uma nova edificação é inaugurada na borda do Passeio Nacional. Não se trata de mais um empreendimento governamental, mas de uma casa cuja posição de proximidade e complementaridade não poderia ser melhor. O *Newseum*, museu do jornalismo, vem se oferecer como peça fundamental daquela composição simbólica de artefatos da história americana, ao mesmo





Figura 5: Passarelas do Newseum (imagem da matéria no *New York Times*)

Nos primeiros passos adentro do museu, acessa-se um amplo átrio de recepção. Na placa que nos recebe, eleva-se o título: “*The New York Times–Ochs-Sulzberger Family Great hall of news*” [“O Grande salão de notícias do *New York Times*-Família-Ochs-Sulzberger”]. Assim, o diário que há tanto tempo é o grande símbolo do jornalismo americano ganha seu devido protagonismo no monumento ao jornalismo.

A experiência nos remete ao relato de um ilustre jornalista estadunidense que em 1969 dedica um livro à história do jornal em que iniciara sua carreira. Em *O reino e o poder* (2009) – cujo subtítulo original é *Behind the scenes at The New York Times: the institution that influences the world* [Por trás das cenas no *New York Times: a instituição que influencia o mundo*] – Gay Talese não trata somente de um jornal monumental, mas daquilo que chega a chamar de “a bíblia do *establishment* americano” (TALESE, 2009, p. 71). Evidencia-se, pois, o papel fundamental que o jornal cumpre dentro de uma cultura hegemônica nos EUA.

Enquanto caminha pelo prédio do próprio *New York Times*, Gay Talese se depara com a figura do patrono Arthur Ochs, homem que adquire o jornal em 1896 e que teria seu legado seguido pelos herdeiros daquela que, “mais do que uma empresa, é uma dinastia” (p. 5):

Há uma fotografia de Ochs, grisalho e imperioso, na parede do escritório de Daniel, assim como na sala de todos os principais editores. Uma estátua de bronze de Ochs pode ser vista no saguão e também no 14º andar, onde os acionistas e os diretores se reúnem, e seu credo – “Dar as notícias com imparcialidade, sem medo ou favor” – está exposto em vários lugares do prédio e nos escritórios do *Times* de todo o país e do mundo inteiro. (p. 18)

Talese explora, assim, um conjunto de diretrizes que guiam as ordens de Ochs. Percorrendo aqueles corredores em busca da história do diário, o jornalista se refere às diretrizes que encontra frequentemente formuladas como sinais do “fantasma de Ochs”: “Às vezes parecia que Ochs estava dirigindo o jornal de seu túmulo” (p. 72), afirma, referindo-se a uma força espectral que organiza o cotidiano da redação, muitas vezes de maneira invisível. Quando nos conta da fase difícil enfrentada pelo periódico durante a crise dos anos de 1930, Talese aponta para uma política – ou a aparente falta de uma – de regimento da empresa:

Não havia política, havia uma quase ostensiva falta de política sobre muitas coisas no jornal, e isso levava a suposições que não eram verdadeiras, fazendo com que alguns *Timesmen* obedecessem a regras que não existiam e outros, os mais desinibidos, agissem com liberdade para descobrir subitamente que *existiam* regras, centenas delas, milhares. Todavia, não havia nada fixado no *Times*, apesar de todo o seu compromisso exterior com a tradição. (p. 71)

Tal compromisso reflete-se em uma monumentalidade que os próprios jornalistas do *New York Times* assumem para si. Como conta Talese, o prestígio e o privilégio que podem advir do fato de ser editor ou repórter daquele jornal acabam levando o profissional, ocasionalmente, “a achar que ele sozinho é o responsável por seu status, preferindo desvincular sua excelência do elevado alicerce sobre o qual se assenta – o pedestal construído por Adolph Ochs e mantido pelos guardiães de seu santuário.”(p. 7)

De certa maneira, a referência a *New York Times*–Família-Ochs-Sulzberger que se projeta ao átrio do museu faz dele uma oportunidade de experiência do santuário jornalístico de Ochs. Admiramos ali um enorme telão e os compridos letreiros por onde manchetes e imagens

do dia correm e se atualizam ininterruptamente aos nossos olhos. Na placa de recepção, lemos:

Olhe ao seu redor, acima de você, abaixo de você. No *Newseum*, você está cercado por um fluxo contínuo de notícias. Instantâneas, urgentes, históricas notícias que se dão sem censura, diversificadas e gratuitas. Notícias que irritam ou animam. Notícias que às vezes vem às custas da vida de um repórter. [...] Por meio de suas exposições e programas, o *Newseum* – o único museu interativo de notícias e o primeiro grande museu a contar a história das notícias – promete aos seus visitantes uma divertida, educativa e equilibrada visão através da sua *janela para o mundo*. (no original em inglês, grifos nossos)

É de partida que somos imersos na experiência de uma mediação da visibilidade total, que ao mesmo tempo vem nos sobressaltar com sua alvoroça ubiquidade e fazer de sua própria dinâmica espectral a aparição de um mundo aparentemente sem sombras. A experiência nos dá uma nova dimensão da relação estreita entre os americanos e sua imprensa, e da noção de que, como afirma também Altschull, “americanos podem estar entre as pessoas mais bem informadas no mundo.” (1990, p. 14, no original em inglês)

Se tudo isso poderia ser lido pelo viés recente de uma cultura da hipervisibilidade, não poderíamos nos esquecer do emblemático slogan que o *New York Times* carrega desde que Ochs assume o jornal no fim do século XIX: “All the news that’s fit to print” [“Todas as notícias que cabem<sup>5</sup> na impressão”] – e que, em tempos de adaptação ao digital, desdobra-se na versão online do jornal em “All the news that’s fit to click” [“Todas as notícias que cabem no clique”]. Encontramos expressivas ilustrações de tal slogan na reportagem de Talese, quando conta que, desde o início, Ochs queria que seu jornal “publicasse diariamente o registro de todos os incêndios da cidade, a hora da chegada de cada navio, o nome de cada visitante oficial da Casa Branca e a hora exata do pôr-do-sol e do nascimento da lua.” (2009, p. 6) A ambição que Ochs reivindica para seu jornal é relatada por Talese em um pequeno e interessante caso:

Há muitos anos, quando uma força-tarefa do *Times* se saíra muito bem em uma matéria difícil, os editores reuniram-se no dia

seguinte, congratulando-se mutuamente; Adolph Ochs, que estava sentado em silêncio, disse então que lera em outro jornal um fato que faltava na cobertura do *Times*. Um editor respondeu que se tratava de detalhe insignificante e que o *Times* dera vários fatos importantes que não tinham aparecido nos outros jornais. Ochs replicou, dardejando: “Eu quero *tudo*”. (p. 41, grifos nossos)

No *Newseum*, a totalidade do mundo ganha uma dimensão sensível e intensa, e nos interpela de maneira catártica. Em um de seus teatros, com óculos especiais, sob jatos de fumaça e bolhas de sabão, o filme introdutório em “4D” afirma, como que em uma paráfrase tosca da formulação de Wilson Gomes sobre a notícia como a morada do ser e a sua epifania: “Guerra é notícia, paz é notícia; amor é notícia, ódio é notícia; vida é notícia, morte é notícia. Nada não é notícia, e suas crônicas adquirem um estatuto heroico aqui.” (no original em inglês).

Com sete andares de galerias e teatros sobre a história da imprensa, de elogios a pilares discursivos do jornalismo e exposições de relíquias de momentos marcantes da história global recente – como blocos do muro de Berlim e a antena que pendia no alto do World Trade Center – é difícil dizer se se trata, de fato, de uma história do jornalismo ou dos acontecimentos jornalísticos. A indistinção, no entanto, é sintomática. Passando por incursões à aprovação do sufrágio universal nos EUA, ao assassinato de Kennedy, ao naufrágio do Titanic, ao pouso na Lua, o jornalismo mostra ali que deve ser tão mais importante quanto mais naturalmente incorporado à rotina de construção de um espaço de experiência. Sua força dentro das dinâmicas da história deve, ainda, ser tão maior quanto mais fluida puder ser sua atuação como seu fiel intermediário.

Não é de se espantar o predomínio da América e de sua imprensa na história que se percorre por aqueles corredores; uma importância que, como se nota, não é mera questão de localismo, mas um reconhecimento sem pudores de que é sobretudo a sua história e sua imprensa que se tem como referência, quando se pensa em uma noção universal de jornalismo. Uma coleção diariamente atualizada, que se inicia ainda do lado de fora do prédio, alcança o terraço e termina em um arquivo digital, exhibe centenas de primeiras páginas de jornais do dia de vários países, além de pelo menos um representante de cada estado da fede-



ração estadunidense. Enfileiradas aos olhares que por elas deslizam, essas capas não se prestam tanto a uma percepção da heterogeneidade – do jornalismo ou do mundo mediado pelo jornalismo, mas sim a uma percepção da universalidade que as une, apesar do heterogêneo: todos esses jornais, enfim, são manifestações de uma função, reunidos na casa do jornalismo monumental. E se o *Newseum*, enquanto instituição, não tem a legitimidade primária dos monumentos oficiais que o circundam, ele alimenta e se alimenta do espectro do Monumento a Washington para se estender pelo espaço nacional e para além dele.

Também do alto do terraço, tem-se uma vista privilegiada para o Capitólio. “Mas isso também significa que do Capitólio você tem uma vista clara da fachada de vidro do *Newseum*, o que faz parte da questão.” ROTHSTEIN, 3 abr. 2008, no original em inglês) – lemos na matéria do *New York Times*. Lá em cima, o percurso é encerrado por uma placa cujos dizeres sintetizam a caminhada pelo museu, trazendo uma série de epítetos ao jornalismo que historicamente se acumulam no senso comum que ampara a sua função:

A imprensa livre é a pedra angular da democracia. O povo tem uma *necessidade* de saber. Jornalistas têm o direito de contar. Encontrar os fatos pode ser difícil. Reportar a história pode ser perigoso. Liberdade inclui o direito de ser escandaloso. Responsabilidade inclui a obrigação de ser justo. Notícias são história em processo. Jornalistas oferecem o primeiro esboço da história. A imprensa livre, no seu auge, revela a verdade. (no original em inglês)

E se a imprensa livre é uma pedra angular da democracia, sua matéria-prima na América é, não se deixa dúvida, o texto perpetuado na Primeira Emenda à constituição dos EUA, instituída em 1791 pela Carta dos Direitos. Com sua promulgação, um dos seus principais autores, Thomas Madison, afirma que “a opinião pública era a verdadeira soberana nos Estados Unidos.” (MADISON apud ALTSCHULL, 1990, p. 113, no original em inglês) É o texto da Primeira Emenda que está gigantescamente estampado na fachada do *Newseum*, e ecoa imperante a cada passo que se dá dentro dele:

O Congresso não deverá criar qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou res-

tringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações de queixas. (FIRST, s/p, no original em inglês)

A cláusula número um da Carta dos Direitos, escrita no pós-revolução – que na realidade só alcança tal posto uma vez que as duas cláusulas anteriores a ela não são ratificadas –, é hoje a menina dos olhos da retórica jornalística nos EUA. Entretanto, ignora-se quase sempre que, quando ela é redigida, está longe de possuir a força e as significações que ganha historicamente.

Altschull chega a afirmar que, mesmo após tantos estudos, ainda é difícil ter certeza sobre o que se passava na mente dos Pais Fundadores quando firmaram os termos da Primeira Emenda (ALTSCHULL, 1990, p. 119). Ele se apoia nos diagnósticos do historiador Zechariah Chafee de que não se tinha mesmo uma ideia clara sobre o que se dizia ao se afirmar a liberdade de expressão ou de imprensa. Altschull comenta que ainda hoje profissionais e acadêmicos do jornalismo, da filosofia política e do direito continuam em debate sobre um suposto significado que originalmente se empregara, e chegam sempre a diferentes interpretações.

Como pondera o jurista estadunidense Akhil Reed Amar (1998) ao destrinchar as circunstâncias da criação da Carta de Direitos, é preciso notar, em primeiro lugar, que os interesses que guiam sua criação são fortemente majoritaristas. A expressão de minorias não populares, como os testemunhas de Jeová e os comunistas, não é bem-vinda em absoluto – destoando-se dos vários chamados à Primeira Emenda feitos posteriormente por grupos minoritários em busca de seus direitos frente a forças hegemônicas. Como aponta Altschull, o apelo à igualdade e à liberdade de expressão dos revolucionários tampouco se aplica, obviamente, aos negros, completamente desconsiderados. Muitos dos Pais são, inclusive, detentores de escravos.

Além disso, Amar destaca que a emenda trata das ações do Congresso Nacional, não criando qualquer veto aos governos dos estados. Em momento de recente independência, a Primeira Emenda é estratégica no sentido de preservar a liberdade dos estados diante de possíveis

restrições externas feitas pelo governo federal. Hoje, portanto, o aparente universalismo que ganhou o uso do texto original evidentemente apaga as razões que o motivaram.

Havemos de notar que o sistema jurídico estadunidense segue a tradição anglo-saxã de direito não codificado, também chamado de direito *costumeiro*, não *dogmático* ou *histórico* – diferentemente do Brasil, por exemplo, que segue a tradição romano-germânica. Assim, cabe aos cidadãos e às jurisprudências reconstruir, dia a dia, as bases para os julgamentos no país. Essa reconstrução não isenta mesmo o entendimento de princípios fundamentais, como os da Carta de Direitos. É só em 1971 que uma famosa jurisprudência em favor do *New York Times* e do *Washington Post* – caso conhecido como “*New York Times Co. versus EUA*”, no qual a empresa defende o direito de publicar informações que o governo Nixon classifica como confidenciais – passa a pautar uma série de argumentos subsequentes na cultura do país. Isso não significa, no entanto, que exista uma consciência histórica em pleno funcionamento, nem que a monumentalidade americana seja desafiada. Muitas vezes, como se vê, o dogmatismo é o motor das retóricas nas relações de poder. Novos monumentos são erguidos diariamente, reconstruindo os espaços de experiência comuns, cujas pedras fundamentais são modulações peculiares entre memória e esquecimento.

Em um dos teatros do *Newseum*, em reprodução contínua, está um documentário intitulado *45 words: a story of the First Amendment* [45 palavras: uma história da Primeira Emenda] (45 WORDS, [20--]). A locução, feita por Martin Sheen – que de 1999 a 2006 atua como presidente dos EUA na popular série televisiva *The West Wing* –, introduz:

Liberdade é uma das marcas que definem a América. Protegendo essa liberdade para todos nós está a Primeira Emenda. [...] Esta é a história de como conseguimos a Primeira Emenda, e quão rapidamente o governo virou-se contra ela. Esta também é a história de uma importante batalha entre políticos e a imprensa. Enquanto as palavras de nossos personagens históricos são citações diretas de escritos de seus dias, nos nossos tempos modernos nós podemos descobrir que suas questões e sua paixão nos são desconfortavelmente familiares. (45 WORDS, [20--], no original em inglês)

Logo percebemos que, a rigor, é sobre a Lei da Sedição que o documentário se debruça, lei que o presidente e Pai Fundador John Adams assina sete anos após a promulgação da Carta dos Direitos, buscando controlar os excessos da imprensa. Trata-se, como mostra o vídeo, de buscar a punição de qualquer um que escreva, profira ou publique material de teor falso, escandaloso ou malicioso contra o governo dos EUA, ou que estimule “o ódio do bom povo dos Estados Unidos, ou que provoque a sedição dentro dos Estados Unidos” (TRANSCRIPT, 1978, s/p, no original em inglês). A lei emerge em época de extrema conturbação política e militar, com um conflito anunciado contra a França e com o murmúrio sobre uma possível guerra civil no horizonte. Trata-se, pois, de se justificar a intervenção em nome da própria segurança nacional, medida que, ainda hoje, nos parece bastante familiar. No documentário, o professor de direito da New York Law School Richard Bernstein expõe a delicadeza daquele momento:

Todo este período é uma era de crise, e a crise divide a população. E a questão é: “Nós podemos combater essas coisas e ainda permanecer unidos?” Nós estamos acostumados com essa ideia. Mas eles não estavam. Eles tinham medo. E nós *nunca devemos nos esquecer de quão amedrontados eles estavam*. (45 WORDS, [20--], no original em inglês, grifos nossos)

Franklin Bache, por meio de seu *Aurora*, é um dos grandes motivadores da reação do governo e o primeiro a ser multado e preso. Sobre a malevolência de seu jornal, a primeira-dama Abigail Adams desabafa em correspondência ao marido:

Eu não irei, o quanto puder evitar, ceder a rumores os quais não tenho nenhuma razão para acreditar ser verdadeiros. No entanto, em um momento como esse, quando toda a Malícia de Satanás possuiu nossos inimigos, quando eles têm recorrido ao veneno secreto, ao assassinato e a toda a arte perversa que o Inferno pode Reunir, eu me vejo assustada e meus medos às vezes tomam conta de mim. (ABIGAIL, 1776, s/p, no original em inglês)

Mas são os tempos sombrios para a liberdade que devem ser superados, ponto no qual o filme se encerra. Assistimos à eleição presidencial

de outro Pai Fundador, Thommas Jefferson, na chamada “Revolução de 1800”, e o retorno da soberania da Primeira Emenda com fim da lei de Adams. Pela figura do editor do *USA Today* Ken Paulson, ouvimos:

Foi um momento ruim na nossa história. Parecia que havíamos perdido de vista a importância da liberdade de imprensa. Mas, pensando bem, Adams pode nos ter feito um favor. Porque ele estabeleceu desde muito cedo neste país por que precisávamos de uma Primeira Emenda. Então, alguns anos ruins na história americana podem ter pavimentado o caminho para os próximos 200 anos de respeito por estes princípios fundamentais. (45 WORDS, [20--], no original em inglês)

Thomas Jefferson é quem, em 1787, profere a famosa declaração: “Se coubesse a mim decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, eu não hesitaria por um momento em preferir o segundo.” Como afirma Altschull, as palavras de Jefferson, a essa altura indelevelmente escritas nos corações dos jornalistas americanos, estão exibidas em cartazes nas paredes de editores por todo o país.

Ao longo dos anos, Jefferson tem sido citado talvez mais frequentemente que qualquer outra figura política na história do país. Aquilo no que ele acreditava (ou, mais precisamente, o que se diz que ele acreditava) tem sido endossado pelos americanos por 200 anos, tanto por jornalistas quanto por qualquer outra pessoa. Se então Jefferson acreditava em tais coisas, assim como prega o dogma, nós também deveríamos acreditar. (Altschull, 1990, p. 116, no original em inglês)

Mais uma vez em busca de um sentido original coerente, Altschull se pergunta: no que exatamente Jefferson acreditava? O autor observa que a famosa declaração é escrita antes que Jefferson se torne presidente. É “o mesmo” Jefferson que depois de dois anos na presidência incitaria os estados a conduzir atos que freassem os licenciosos abusos da imprensa de oposição quando sua artilharia é armada contra a sua administração.

É importante notar que as preocupações gerais de todos os Pais Fundadores, quando formulam a Primeira Emenda, voltam-se para o conflito de uma nova nação contra uma autoridade externa, as forças

coloniais. Para eles, o apelo à liberdade e à livre expressão desempenha um papel político estratégico. Nas novas colônias, a imprensa tem como missão unificar os estados e lutar, por meio da palavra impressa, contra a censura, bem como contra qualquer outra forma de restrição advinda da Inglaterra.

Entre as figuras dos revolucionários, Benjamin Franklin é especialmente interessante pelo ofício que desempenha como homem da imprensa. Sobre Franklin, Altschull afirma: “é claro que Franklin possuía uma estatura heroica; e ninguém pode duvidar que a imagem de tão distinto cidadão como escritor e editor ajudou a estabelecer a autoimagem dos jornalistas como homens de estatura.” (p. 106, no original em inglês). Em sua conhecida carta de 1731, ele escreve aos demais editores da colônia:

Editores são instruídos na Crença de que quando Homens diferem em Opinião, ambos os Lados devem igualmente ter a Vantagem de serem ouvidos pelo Público; e que quando a Verdade e o Equívoco encontram-se em Jogo limpo, o primeiro sempre ganha do segundo: Portanto eles alegremente servem a todos os Escritores argumentadores que os paguem bem, sem considerar em qual lado eles estão da Questão em Disputa. (FRANKLIN, 27 mai, 1731, s/p, no original em inglês)

Na mesma carta, Franklin também dita que as contribuições dos jornais devem sempre exibir bom gosto e evitar difamação. Schudson (2001), para quem a carta de Franklin é uma “confusão de contradições” (SCHUDSON, 2001, p. 153, no original em inglês), destaca a maneira como o editor claramente exercita seus julgamentos, mesmo quando nega que o faz. Além disso, Schudson chama atenção para as determinações fortemente comerciais que perpassam todo o pensamento de Franklin, e não se surpreende que Ben tenha tão próxima relação com Adam Smith – para o pesquisador, Franklin é a própria personificação do espírito do capitalismo.

Enquanto isso, Altschull afirma que os jornalistas estadunidenses nunca deixaram de se amparar sobre o estandarte da verdade que Franklin levanta enquanto jovem, e que eles não hesitam, em seu nome, em acusar de inimigos da liberdade aqueles que ousaram lhes impor

quaisquer restrições: “[...] é como se o alcatrão e a pena estivessem agora em suas mãos. Fechar o cerco diante de qualquer ação que eles veem como uma restrição à sua busca pela verdade se tornou uma resposta automática para os jornalistas americanos” (ALTSCHULL, 1990, p. 108, no original em inglês)

Amparado nos grandes revolucionários, o estatuto grandioso do jornalismo parece ser afirmado, hoje, mesmo quando sua própria necessidade é colocada em xeque. Para a cerimônia de inauguração do *Newseum*, é produzida uma edição especial do programa humorístico *The Colbert Report*. Nele, o apresentador do falso telejornal, Steven Colbert, diz que o nome do museu deveria ser repensado. Diante da emergência de outras expressões midiáticas que passaram a concorrer recentemente com as notícias, ele sugere a troca para “Newssoleum”.

As coisas só vão parar em museus quando não há mais uso para elas. O Museu do Ar e Espaço é um exemplo perfeito: assim que pousamos na Lua, a corrida espacial acabou. Poderíamos até pendurar Neil Armstrong no teto. Por isso, a construção desse museu apropriadamente marca o fim das notícias. Nós não precisamos mais disso. (NEWSEUM, 2008, s/p, no original em inglês)

O chiste não parece tão engraçado se o levamos a sério. Todas os artefatos e nomes que ali dentro se aglomeram, sobretudo no grande salão que organiza a cronologia da história do jornalismo, dão suas vidas, urgências e motivações particulares ao expurgo público da teleologia. John Milton, Thomas Paine, John Locke, mesmo Aristóteles, fixados pelas paredes, são expostos em função de valores monumentais que devem representar: “FREEDOM OF SPEECH” [“LIBERDADE DE EXPRESSÃO”], “JUSTICE” [“JUSTIÇA”], “RIGHTS” [“DIREITOS”], “DISSENT” [“DISSIDÊNCIA”], todos eles taxidermizados e alinhavados entre si por uma coerência possível ou desejável. Além disso, se é impossível não compreender a elevação do museu do jornalismo como gesto estratégico no auge da suposta crise que se espraia implacável pelo coração da imprensa noticiosa supostamente universal, havemos de nos perguntar em que medida o empreendimento vem para revivê-lo ou para sepultá-lo. Talvez seja justamente mantido no limite entre a vida e a morte que ele se sustenta.

É importante observar que a lógica monumental, a rigor, não deposita na exploração do passado a chance de encontrar significações para a ação no presente. Em vez disso, ela submete, a partir das necessidades do presente, os sentidos que o passado deve representar. O espaço de experiência americano, nesse sentido, é tão mais monumental e imponente quanto menor for o risco que ele oferece ao presente, ou seja, quanto mais se garantir a passividade do passado como condição de preservação de uma configuração histórica.

De qualquer maneira, o gesto está longe de ser inédito dentro de uma cultura que convocou para si os monumentos da história e assumiu a missão de levar a cabo, como ninguém pôde antes, a instalação de um território excepcional. Em correspondência a John Hancock, o revolucionário George Washington afirma:

Os tesouros do conhecimento, adquiridos pelos trabalhos de filósofos, sábios e legisladores através de uma longa sucessão de anos estão à *disposição para o nosso uso*, e a coleção de sua sabedoria pode ser felizmente *aplicada* no estabelecimento de nossas formas de governo. (WASHINGTON apud ALTSCHULL, 1990, p. 33, no original em inglês, grifos nossos)

Mas com sua inauguração, o *Newseum* se torna um sucesso turístico, um dos monumentos mais visitados de Washington D.C. – na sua página na web, o museu se vangloria de estar entre as atrações mais populares da cidade, segundo o ranking do site *TripAdvisor*. Pouco importou, inclusive, que parte da imprensa tenha criticado duramente o empreendimento. Em vésperas de sua inauguração, um editor da *Slate Magazine* Jack Shafer chega a convocar, no artigo “Down with the *Newseum!*” [“Abaixo o *Newseum!*”], um boicote ao museu, que seria, de acordo com ele, o “monumento à vaidade jornalística” (SHAFER, 7 fev. 2008 s/p, no original em inglês). Muito se criticou, ainda, o investimento astronômico de 450 milhões de dólares em um prédio e uma coleção de mais de 6200 artefatos que, nos dizeres de Jack Shafer, pouco contam, efetivamente, sobre a história das notícias: “O *Newseum* teve que inventar categorias de artefatos noticiosos para preencher esse Taj Mahal para o jornalismo” (s/p, no original em inglês). Com isso, o editor recomenda: “Se você é genuinamente interessado na história da



imprensa, você pode encontrar melhor representação nos seus próprios produtos” (s/p, no original em inglês). Por sua vez, o *New York Times* conclui sua matéria sobre a inauguração do museu em tom complacente: “Aqui a imprensa pode ser vista pelo que ela é: um empreendimento muitas vezes nobre, *sempre necessário* e inevitavelmente falível.” (s/p, no original em inglês, grifos nossos)

O reclame de Shafer, no entanto, que deposita a genuinidade do jornalismo nos próprios jornais, negligencia o fato de que nenhum deles está livre das investidas éticas que são monumentalizadas nos artefatos do *Newseum* ou daquelas advindas de qualquer outro atravessamento histórico. É uma pureza utópica que ele reivindica à experiência jornalística, uma legitimidade que simplesmente não existe de maneira inerente. Além disso, reside em sua crítica o ideal de uma experiência dos jornais livre das determinações de certos grupos interessados, especificamente dos patrocinadores do museu, gigantes midiáticos dos EUA – entre outros, a Hearst Corporation, a Walt Disney, a Time Warner, a NBC Universal, e a família Ochs. Supor-se-ia, então, que as matérias “nelas mesmas” que tais corporações produzem estão despidas do investimento das mesmas ambições que as fazem erguer um monumento para si mesmas na capital americana?

E se o *Newseum* pode ser visto como uma muralha de autopreservação de um espaço de experiência supostamente enraizado em grandes feitos do passado, os elogios que por ali se desfia ao jornalismo de maneira alguma se restringem aos interesses dos gigantes midiáticos nos EUA. A crença de que os jornalistas realizam um trabalho essencial para o funcionamento da democracia é algo que está sempre intensamente conectado à fundação e constante refundação da América. Schudson aponta para esse lugar-comum que se repete em sua cultura:

O jornalismo em nossos dias é regularmente homenageado por sua importância para a democracia. Os maiores heróis do jornalismo, na imagem que o próprio campo produz de si mesmo e nos seus favoráveis retratos produzidos na cultura geral, trazem à tona informações difíceis ou perigosas ou mesmo fatais; eles se movem por lugares onde os anjos temem adentrar. (2013, p. 61, no original em inglês)

A essa altura, é bem possível perceber que toda a monumentalização a que se prestam tantos discursos edificantes sobre o jornalismo não pode servir simplesmente a atos de autopreservação corporativa, uma vez que esses discursos sequer se restringem propriamente à imprensa. Não há monumentalidade, e as lógicas ela que implica – o consenso, a totalidade, o universalismo, o majoritarismo, o silenciamento, a transparência, a verdade –, que sobreviva à prova da história – às constantes investidas do dissenso, da heterogeneidade, da contradição, do contrassenso, da sedição, da opacidade, da contingência, e da própria consciência histórica. No entanto, cá estamos diante da insistência em um ideal de jornalismo, que parece ser necessário apesar de sua inevitável falibilidade.

Nos situamos aqui em uma inflexão importante, que coloca o alcance do experimento americano à prova. O que faz da mitologia política e jornalística da América, afinal, tão significativa para além da política e da imprensa estadunidense, onde monumentos a Washignton ou Ochs seriam objetos tão anacrônicos? Destrinchemos relações mais delicadas que se tecem quando se afirma uma importância fundamental do jornalismo para o bom funcionamento de uma sociedade. Com a consciência da temporalidade discordante que resiste à acronia da monumentalidade, invertamos agora o gesto e desdobremos nosso mapeamento até aqui constituído a partir do olhar de críticos, como o próprio Schudson. A partir dele, podemos incluir no mapa nuances ainda mais reveladoras daquilo que tanto se quer preservar afinal.

### **3.2 Obra comum**

Em seus estudos, Schudson se incomoda frequentemente com a falta de escrúpulos com que as chamadas teorias do jornalismo tantas vezes são tecidas, em tom óbvio de celebração (2013, p. 64). Curiosamente, havemos de encontrar semelhante estatura honrosa do jornalismo no mesmo espaço em que habitam suas facetas mais vis, nesse caso, ficando reservado a ele um lugar de mal necessário na estrutura democrática. Ninguém tem mais consciência do projeto de experiência social e do lugar ali reservado à atuação do jornalismo do que os Pais Fundadores, mas poucos servem mais à divulgação de

sua América para o resto do mundo e para os próprios americanos do que um francês. Quando tenta chamar atenção para os problemas do imaginário edificante que hoje sustenta o jornalismo, Schudson retoma, em texto recente, a leitura de Alexis de Tocqueville, filósofo que guarda enorme admiração pelos pensadores do novo mundo – em especial por Jefferson, que considera “o mais poderoso apóstolo que já teve a democracia” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 305). Nesse sentido, para nós, o revisitar de Schudson à América tocquevilliana surge como importante oportunidade de encontrar certas contradições que constituem as convicções sobre a mediação jornalística nos processos de monumentalização de um espaço de experiência comum. E, para nós, tais convicções são mais significativas justamente na medida em que emergem criticamente pelos olhos do revisor, nosso contemporâneo.

Em sua reavaliação dos escritos de Tocqueville, intitulada curiosamente de “Tocqueville’s interesting error” [“O interessante erro de Tocqueville”] (2013), Schudson não lhe poupa elogios: “Alexis de Tocqueville é amplamente citado por uma série de observações brilhantes feitas sobre a sociedade americana. Nenhum outro trabalho tão perspicaz quanto o seu *Democracia na América* já foi escrito sobre os Estados Unidos” (SCHUDSON, 2013, p. 61, no original em inglês). No entanto, como se percebe, Schudson se preocupa menos com a obra do francês do que com a importância que Tocqueville imprime em uma compreensão comum do papel do jornalismo nas sociedades democráticas: “revisar Tocqueville nos ajuda a entender a complexa – e impura – tradição da qual a mídia contemporânea descende” (p. 70-71, no original em inglês).

De todos os pontos mapeados pelos escritos do filósofo francês, Schudson se fixa, principalmente, naquele que diz respeito à atuação da imprensa na integração de uma população geográfica e administrativamente fragmentada e dispersa. Schudson nos lembra de como Tocqueville se admira com a enorme quantidade de associações democráticas que se multiplicam pelo território americano. A viabilização do funcionamento dessas associações e sua conexão com um cenário político amplo só poderiam se dar e se alimentar pela ação da imprensa. “Nos Estados Unidos, quase não há cidadezinha que não tenha seu jornal” (2005, p. 213), diz Tocqueville chamando atenção para

uma relação que lhe parece muito orgânica no país em que existem, ao mesmo tempo, mais associações e mais jornais do que no restante do mundo. Dessa observação, logo surge a conclusão de que o número de jornais deve diminuir ou crescer num povo democrático à mesma proporção que a centralização administrativa for maior ou menor.

De fato, comprova Schudson, a quantidade de periódicos nos EUA dos oitocentos é impressionante. Quando da visita de Tocqueville, o número de jornais (entre diários, semanários e outros) que circula pelos EUA é três vezes e meia maior que o número de jornais britânicos. Quando comparados os números apenas dos jornais diários, essa quantidade sobe para cinco vezes mais. Pouco tempo depois, essa discrepância só se amplia. Uma estimativa sobre o cenário da imprensa estadunidense em 1840 mostra que a população de 17 milhões possui, por exemplo, mais jornais semanários do que toda a Europa, com seus 233 milhões de habitantes (2013, p. 62). Os números podem ser ainda mais tentadores para que se suponha que a difusão da imprensa americana se deve, desde sua “origem”, a uma resposta àquelas demandas aparentemente naturais que nascem na América, mais fortes ali do que em qualquer outro lugar: as demandas de informar a população sobre questões locais e conectá-la a seus grupos, as de colocar esses grupos também em conexão com grupos geograficamente distantes, as de compartilhar os informes dos vários níveis administrativos, e de fomentar, enfim, a consciência social, o olhar crítico e o engajamento da população na vida pública.

No entanto, amparado por um conjunto de informações que se registraram desde os estudos de Tocqueville, Schudson levanta dúvidas que questionam a elementaridade de tal suposição. Para ele, há outros importantes fatores que explicam o florescimento dos jornais nos EUA do século XIX, fatores esses que reconhecem os processos de institucionalização do jornalismo americano em um lugar bem menos grandiloquente. Em primeiro lugar, afirma ele, há ali um enorme número de jornais, basicamente porque há uma enorme quantidade de donos de jornais. Abrir seu próprio jornal é uma oportunidade de atrair anunciantes do comércio local e de estimular o crescimento econômico de suas comunidades. Nesse aspecto, afirma Schudson, os jornais são verdadeiras formas de “desenvolvimento imobiliário”, e

surtem não para responder a uma demanda, mas para *fabricá-la* – uma demanda econômica, particularmente. O caso anedótico que Schudson expõe brevemente é extremamente elucidativo: “Os dois primeiros jornais em Milwaukee foram criados em 1836 e 1838 pelos principais proprietários de terras em cada uma das margens do rio Milwaukee, cada um se gabando das vantagens do seu respectivo lado do rio” (p. 62, no original em inglês).

Em segundo lugar, se há uma conexão entre as várias unidades governamentais e a profusão de jornais, ela não se dá por cauda de uma demanda por conhecimento local, mas pela profusão de anúncios do governo, uma fonte de renda substancial e constante dos periódicos. Governos colocavam seus anúncios oficiais nos jornais, “especialmente naqueles jornais que se provaram fiéis ao partido no poder” (p. 62, no original em inglês).

Em terceiro lugar, Schudson nos mostra que, desde cedo, na república, são estabelecidas uma série de condições extremamente favoráveis para a ebulição da imprensa, mesmo daquelas empresas jornalísticas que possuem parca estrutura para a produção de conteúdo original. A orientação ideológica dos Pais Fundadores ajuda a formatar tais condições, iniciadas com a Lei Postal de 1792, por meio da qual o governo financia a abertura de casas de correio e a construção de estradas que as conectem, oferece subsídios especiais a jornais, barateia as taxas para sua circulação e torna gratuito o envio de exemplares entre jornais. Com isso, se a profusão de jornais se explica por uma elevada necessidade de criar uma população informada sobre a vida no país, essa necessidade é muito menos espontânea do que poderia sugerir qualquer história natural da imprensa – se nos lembramos dos termos de Park.

Além disso, há outra importante ponderação de Schudson a ser considerada. Um dos grandes problemas que permanecem em relação ao texto tocquevilliano, Schudson alerta, reside na maneira como ele tem sido lido: “nós presumimos que os jornais que ele louvava desempenhavam suas funções reportando notícias. Mas isso é verdade apenas no limite daquilo que ‘reportar notícias’ pode significar” (p. 63, no original em inglês). Schudson lembra que, nos idos de 1832, a maioria dos jornais são pequenas empresas cujos proprietários são

muito mais “impressores” do que qualquer outra coisa. Poucos jornais empregam qualquer pessoa que possa de fato “reportar” algo. Em vez disso, simplesmente recolhem notícias de diários maiores que recebem gratuitamente pelo correio, “reimprimindo deles o que consideravam de interesse (ou simplesmente o que preenchesse espaço)” (p. 63, no original em inglês).

Assim, diante da própria constatação de que os jornais na América não nascem necessariamente em resposta às demandas dos cidadãos por informações que lhes ofereçam as condições para colocar em prática seu experimento democrático, há uma conclusão inevitável em Schudson: “os jornais nem sempre foram, nem são hoje, necessariamente, algo que oferece as informações para o funcionamento da democracia nas comunidades às quais eles servem diretamente” (p. 64, no original em inglês). Se não podemos discordar em absoluto dessas conclusões, é preciso, porém, olhar atentamente para o que Schudson tem em mente:

Será que o jornalismo ajuda a fazer a democracia funcionar? Em particular, será que ele ajuda a fazer a democracia funcionar por meio de investigações destemidas e reportagens confiáveis que informam os cidadãos sobre o que seus representantes eleitos estão fazendo e como suas instituições políticas estão operando? Este é um pressuposto fundamental hoje e é neste ponto que os frequentemente citados escritos de Tocqueville sobre os jornais da América são enganosos (p. 61, no original em inglês).

Aqui, suas inquietações são semelhantes àquelas que o movem em seus outros estudos sobre a mediação do jornalismo nas sociedades alegadamente democráticas, sobretudo na estadunidense. É por estar sempre incomodado com a idealização dessa mediação que suas abordagens sociológicas tanto tentam desconstruí-la. Suas investidas, no entanto, não deixam de carregar um tom de lamento. Se Schudson insiste na crítica é porque, reconhecidamente, acredita na importância do jornalismo para o funcionamento da democracia, e vai sempre ao encontro dos momentos – ocultos ou evidentes – em que essa importância é traída, revelando suas irregularidades de percurso na história ou nas leituras que se recusam a reconhecê-las. O tempo todo, Schudson parece

impelido a resgatar o jornalismo de sua impossibilidade de existir à altura de sua missão. Por um lado, assim, o pesquisador não compartilha da complacência sobre as práticas jornalísticas, mas, por outro, seu lamento mira a necessidade de resguardo de ideais que não são tão diferentes daqueles pelos quais Tocqueville tanto preza.

Se suas ponderações são importantes, elas não são suficientes para abalar as condições de constituição de um espaço de experiência monumental no qual se baseia uma noção hegemônica do jornalismo. Tal espaço, afinal, não se constitui simplesmente de fatos históricos acontecidos no passado, mas da maneira como as convicções e desejos do presente os projetam e os tornam, ou não, necessários. E, nesse sentido, Schudson não se questiona sobre seu desejo por jornalismo, como tampouco considera o do viajante europeu do século XIX.

É importante perceber, assim, como os escritos de Tocqueville chegam ao “Novo Mundo” à procura do experimento social que coloca em prática os princípios revolucionários europeus. O filósofo observa a instalação de uma nova sociedade que se constitui livre de todo o acúmulo histórico que pesa sobre as sociedades europeias: seus traumas e suas ruínas, suas heranças bárbaras ou seus entraves aristocráticos que insistem em se perpetuar. Seu pensamento busca libertar-se de uma rota conturbada, sangrenta, errante, de um espaço de experiência que era por demais um fardo para que o progresso pudesse ser pleno. Se a América é, em geral, para os imigrantes, uma promessa de encontrar terras em abundância e uma comunidade livre dos privilégios oligárquicos, para muitos pensadores europeus, ela se constitui como um laboratório epistemológico, uma oportunidade de vislumbrar os ideais pelos quais lutam mas que são eles próprios incapazes de levar completamente a cabo.

Não estamos mais, portanto, no império das artes e das ciências, que fez da Europa ilustrada uma civilização para apreciação e usufruto de poucos. No início dos anos de 1830, pelas federações americanas, Tocqueville fala de um povo que pouco se preocupa – ou sequer tem tempo para se preocupar – com o verniz das belas-letas. Essa América sequer possui sua própria literatura, uma vez que a maioria dos que se dedicam a tal ofício são meros imitadores das tradições estrangeiras. É nos jornalistas que Tocqueville reconhece os verdadeiros escritores americanos, estes sim

falando a língua do país e se fazendo entender por ela. Os jornalistas – que não são exatamente grandes escritores, ele confessa – são as vozes que mais se conectam aos espíritos dos americanos.

Aos olhos de Tocqueville, o cotidiano americano surge, assim, marcado pela tranquilidade pública, uma vez que estão todos sempre em sinergia, movimentando-se dentro da realização de uma “obra comum”: “somente um jornal é capaz de depositar no mesmo momento em mil espíritos o mesmo pensamento” (2004, p. 137), diz o francês acerca de um comunicar-se e agir em comum, que só pode ser feito habitual e comodamente com o auxílio de um jornal, “um conselheiro que você não precisa procurar, que se apresenta por si mesmo e que lhe fala todos os dias e brevemente do assunto comum” (p. 137). É na América dos homens das multidões – e não na Europa dos grandes homens, que, por sua vez, arrastam as multidões atrás de si – que floresce o verdadeiro *império dos jornais*: “o império dos jornais tende a crescer à medida que os homens se igualam.” (p. 140).

Apropriando-nos da afirmação, podemos, enfim, falar com clareza dessa terra ficcional a que nos referimos desde o início como América: pois não seria ela, em grande medida, a própria noção de um comum que os monumentos tanto buscam construir e proteger? Pelo Passeio Nacional e pelos corredores do *Newseum*, podemos facilmente reconhecer similar dinâmica: ali, os americanos são lembrados constantemente sobre a singularidade e a estatura de seu projeto social, e sobre sua missão na aplicação e ampliação do experimento americano. Nesse empreendimento, a imprensa americana só poderia surgir como instituição absolutamente fundamental. “A imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade” (2005, p. 398), vangloria um epíteto tocquevilliano que poderia muito bem se juntar aos demais pelas paredes do museu do jornalismo. “Seria reduzir sua importância crer que só servem para garantir a liberdade; eles [os jornais] mantêm a civilização” (2004, p. 137). Tal grandiloquente missão pode ser traduzida em uma valiosa síntese da ação do jornal para a sociedade democrática:

Surge um jornal que expõe aos olhares o sentimento ou a idéia que se havia apresentado simultânea, mas separadamente, a cada um deles.  
*Todos logo se dirigem para essa luz, e esses espíritos errantes, que se*



*procuravam desde havia muito nas trevas, por fim se encontram e se unem. O jornal os aproximou e continua a lhes ser necessário para mantê-los juntos. (p. 138, grifos nossos).*

Aqui, se vamos além da crítica de Schudson, encontramos, na releitura da América toquevilliana feita por um outro francês, a possibilidade de colocar em questão as relações de saber e poder que constituem o espaço de experiência no qual os discursos sobre o jornalismo americano se sustentam. Em “O continente democrático” (1995), Jacques Rancière nos permite encontrar aspectos de tal espaço quando compreende a América enquanto regime de visibilidade.

Segundo Rancière, o indivíduo americano – aparentemente livre de grandes centralidades e verticalidades de poder e de saber – se inventava na desvinculação dos laços de soberania que não fossem os da própria possibilidade de se construir e reconstruir socialmente. Não há tradição que se imponha, não há hereditariedade que se perpetue, não há circunstância que não possa ser superada. A sociedade americana só poderia ser, assim, uma “multidão incoerente e agitada” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 67), uma vez que se constitui o tempo todo na dinâmica que é própria de sua natureza igualitária e livre, de posições mescladas e confundidas, de conhecimentos e poderes divididos ao infinito e espalhados por toda parte.

É extremamente elucidativa a atenção que Rancière dedica à maneira como a geografia se abre no mapa toquevilliano, como uma grande floresta, pela qual a multidão de americanos viaja “secando os pântanos, corrigindo os rios, povoando os descampados e domando a natureza.” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 87). Mas é a ordenação desse movimento que chama atenção de Rancière, ordenação essa que produz um movimento constante e que leva os americanos sempre ao mesmo ponto onde se encontram e, de lá, os reconduz novamente a todas as partes. O centro móvel da América é aquele que se institui como tal não pelo que concentra, mas pelo eixo que oferece a um fluxo daqueles que se encontram mesmo “sem se buscar, sem perceber e sem se conhecer” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 287) - fluxo que é, sobretudo, de pensamento. Rancière chama atenção para um trecho de uma correspondência enviada por Tocqueville ao Conde Molé, em 1835, na

qual explica porque é infinitamente mais fácil adquirir ideias claras e noções precisas sobre a União americana do que sobre a Grã-Bretanha:

Na América, todas as leis procedem de certo modo, do mesmo pensamento. Toda a sociedade, por assim dizer, está fundada sobre um único fato; tudo decorre de um princípio único. Poder-se-ia comparar a América a uma grande floresta atravessada por uma infinidade de estradas em linha reta que confluem para o mesmo ponto. Trata-se apenas de encontrar a praça circular, e tudo se des-cortina com um único relance de olhos. (2005, p. XVII-XVIII).

Rancière encontra aqui uma metáfora do espaço simbólico americano como espaço da visibilidade integral e da semelhança infinita. Ele sintetiza:

Uma vez mantido o princípio, a igualdade das condições, vê-se tudo. Tudo é identicamente repetição do princípio. A igualdade é uma estrutura do visível: a igual visibilidade do semelhante. A América é o lugar da visibilidade perfeita das condições e é o lugar que se assemelha infinitamente a si mesmo (1995, p. 192).

Por tal percepção, podemos entender em que medida – e somente nessa medida – o jornalismo pode ser visto como uma metáfora do experimento americano: na medida em que, neste, tudo se abre por um mesmo princípio organizador, seja encarnado em George Washington, na Primeira Emenda, ou no jornal deixado na soleira pelas manhãs. Vislumbramos, com Rancière, o universo da “mimese radical”, cuja visibilidade perfeita do semelhante é o que instaura todos os visíveis, dizíveis e possíveis. A América se presta, assim, a uma metáfora do consenso, onde tudo é uma representação do mesmo, visível de toda parte e em toda parte igual a si mesmo, invisível para ela própria, porém visível de qualquer lugar para o observador que carrega consigo sua praça circular. O continente democrático é, para Rancière, um território que absorve o excesso o tempo todo, o “ser a mais” que é a perturbação democrática. Como aponta Rancière, trata-se da idealização da política auto-anulada. Estamos na “*utopia sociológica*”, terra onde a democracia é exatamente semelhante à sua ausência, do visível absolutamente exposto/absolutamente opaco, cuja “excepcionalidade é a realização da democracia na forma de seu desaparecimento.” (1995, p. 194).

Cabe observar aqui que os apontamentos de Rancière são bastante diferentes daqueles já bastante conhecidos elaborados por Noam Chomsky (2002) que, ao se apropriar da expressão de Walter Lippmann sobre um “consenso fabricado”, desfia uma árdua crítica ao domínio ideológico das grandes corporações midiáticas. Chomsky também recorre a Tocqueville para justificar seus argumentos, quando o filósofo francês pressente com temor a possível insurgência na América de uma tirania da maioria. No entanto, é com grande unilateralidade que o autor trata das questões e critica a imprensa “*agenda-setter*”, com ênfase especial ao *New York Times*, em termos de doutrinação e subordinação da sociedade a um pensamento hegemônico. Nesse sentido, Rancière se coloca muito mais próximo do próprio Tocqueville quando aponta para um regime de forças muito mais estruturante das relações sociais.

Quando toma a América como metáfora da utopia sociológica, Rancière chama atenção para um ideal de democracia auto-anulada – “democracia insensata ou anestesiada, portanto “boa” (p. 200) em contraposição a uma compreensão das relações de força baseada em uma democracia problemática, provisória e ambígua, da verdade inverossímil, constituída num constante combate pela visibilidade, e portanto “má”. Rancière argumenta que se pode muito bem encontrar a mesma “boa” democracia, com a devida substituição do otimismo pelo pessimismo, em outras viagens sociológicas do século XX avançado, como na América encontrada por Baudrillard, aquela das *freeways* e da hiper-realidade. “O sociólogo contemporâneo, no caso Baudrillard, pode estar inteiramente afastado das intenções políticas tocquevillianas. Mas ainda é a América de Tocqueville que ele vê: a gigantesca mimese opaca que se chama indiferentemente democracia ou televisão” (p. 200). Se compreendemos a que essa provocação se presta, no reino da mimese radical, o jornal encarna melhor seus mais altos ideais, sejam eles nobres ou nefastos, quanto mais idealizada for sua representação.

Relações diferentes se abrem para Rancière quando ele aciona uma América que pouco se parece àquela dos sociólogos viajantes, que tampouco reconheceríamos pelo Passeio Nacional ou menos ainda pelas galerias do *Newseum* – e por que ali haveríamos de buscá-la? Uma América de alguns de seus ficcionistas, autóctones ou de adoção. Essa América é

um território onde há, não apenas um índio ou um bandido virtualmente oculto atrás de cada arbusto, porém, mais profundamente, um segredo por trás de cada porta e cada corpo: um alienado escondido em cada diretor de asilo, um culpado em cada inocente e um inocente em cada culpado, uma turba histérica em cada multidão de pessoas honestas e [...] uma inverossimilhança em cada verdade. (p. 192).

Reconhecem-se aqui os personagens, os espaços e os conflitos que o filósofo encontra no cinema de Fritz Lang e na literatura de Poe e Hawthorne. De Lang, Rancière cita *O segredo da porta fechada*, *Fúria e Suplício de uma alma*, três filmes da profícua obra do realizador alemão em sua fase *noir* nos EUA. De Poe, ele se refere ao conto satírico *O sistema do doutor Alcatrão e do professor Pena* e, de Hawthorne, ao romance *A letra escarlata*. Rancière encontra nessas obras:

a fronteira instável, perpetuamente contestada e perpetuamente cruzada, às vezes erguida em barricada, a fronteira onde se definem as relações entre ver e não ver, ser visto ou não ser visto, ser visível ou ser dizível; a fronteira onde o anônimo dá a si mesmo um nome que é o de alguma comunidade, onde o qualquer dá a si mesmo uma forma que é a da multidão, mas também, ao contrário, o lugar onde aquilo que estava reunido se dispersa novamente, condenado à mentira o que era verdade, onde a promessa desfeita corre o risco de se transformar em ódio que reúne. (p. 200).

Curiosamente, Rancière aborda o que a obra desses três autores que tanto contribuíram para o florescimento de experiências do fantástico, na literatura e no cinema, possui de mais evidente, muitas vezes literal, no que se refere à exploração dos temas da política e da justiça, invadidas pelo que há de mais impuro, pela violência que nelas nasce, por suas inversões e pelos seus fracassos. São perfeitas fábulas acerca de uma terra que contraria os mapas traçados por ambições monumentais e sustentados por pedras fundamentais.

As críticas de Rancière são tanto mais provocativas quanto menos se dirigem a argumentos específicos ou a fatos sociológicos. “O continente democrático” é, assim, um investimento sobre relações de saber e de poder que configuram condições do visível, fundando consigo uma

série de possibilidades de discursos e formas de vida. Esquivemo-nos definitivamente de tentar encontrar o jornalismo e a sociedade estadunidense também nos escritos toquevillianos, e de tentar, com isso, suprir seus débitos e corrigir seus erros. Mas não deixemos de, minimamente, reconhecer a existência de relações mais finas e complexas que circulam à margem de qualquer epíteto e que apontam, finalmente, para tensões negligenciadas por Schudson e Rancière. A crítica à América monumental só se enriquece se levamos em conta que, se as funções toquevillianas são compostas por equações quase sempre muito bem compostas, seu equilíbrio é sempre frágil, e seus males estão sempre prestes a irromper.

Não é necessário sequer plantar ali a suspeita sobre as possibilidades de cumprimento de tão necessário papel do jornalismo. Nesse universo, a suspeita nasce por seus próprios termos. “Na América, a maioria traça um círculo formidável em tomo do pensamento”, afirma Tocqueville (2005, p. 299). Os limites desse círculo são os limites da liberdade, dentro do qual – e somente ali – a liberdade é permitida. Não há ideia que se escreva na América que não se submeta às regras majoritárias do território: “Dentro desses limites, o escritor é livre; mas ai dele se ousar sair! Não que deva temer um auto-de-fé, mas vê-se diante de desgostos de todo tipo e de perseguições cotidianas.” (p. 299) O preço por proferir publicamente o indizível é o de ter que, no mínimo, ceder e dobrar-se ao silêncio e ao remorso.

E não é essa acusação muito semelhante às das configurações da política do consenso que Rancière tanto combate? Uma cena que estabelece a própria parte dos sem parte? E não é essa cena tão próxima àquela pela qual Hester Prynne passa em *A letra escarlata*, cuja punição de carregar no peito a marca do crime e do pecado recai sobre ela justamente porque ela se recusa a entregar a verdade ao escrutínio da maioria? Prynne é muito perigosa para o equilíbrio da comunidade, porque não se subjugava a cair em remorso, sentimento silencioso que corroi a vida de seu amante, o reverendo Arthur Dimmesdale. Descobrimos então algo muito mais problemático nas sombras dessas terras, talvez discretas demais aos olhos do crítico que busca na América toquevillianiana o paradigma da “boa” democracia, mas que tão profundamente se alastra pelo espírito do continente democrático: “Os

hábitos são tanto mais regulares e os atos tanto mais uniformes quanto mais viva a paixão. Podemos dizer que é a própria violência de seus desejos que torna os americanos tão metódicos. Ela perturba a alma deles, mas arruma-lhes a vida.” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 286).

Estamos, enfim, no mundo onde o equilíbrio das forças que guiam todas as relações é sempre tão delicado porque faz de sua própria mobilidade, sua marca tão distintiva, sua potência. Por isso, também, esse equilíbrio é tão intensamente sujeito à maior de todas as forças corruptivas que é o tempo. É justamente essa temporalidade, que invade e transforma um espaço de experiência americano, que impede que essa democracia seja resumida em sua estrutura. O que encontramos se abrimos esse mundo onde a concordância parece tão natural às marcas discordantes que o tempo também imprime? Pois é somente por uma suspensão temporal que o experimento americano se sustenta íntegro. Que outras possibilidades poderão ser avistadas se abrirem-se temporalidades tão anacrônicas como a de certos ficcionistas estadunidenses do seu século, como Poe e Hawthorne? Deixemos que a América redescoberta possa, ao final, ser devolvida às narrativas jornalísticas, e que tais narrativas possam, enfim, rasgar o seu mapa com o tempo que lhes foi usurpado pelos monumentos.

### 3.3 O véu negro

É em homenagem ao grande George Washington que sua mãe o batiza. E seria ao primeiro presidente dos EUA que Washington Irving dedicaria seu último trabalho, uma biografia publicada em cinco volumes de 1855 a 1859. Irving é frequentemente reconhecido como um dos fundadores da literatura americana. O novaiorquino é um dos autores que faria sua ficção se espriar pela história do país. Sua contribuição mais memorável, entretanto, não seria para a perpetuação da estatura de americanos ilustres, a ser celebrada em postos institucionais, mas para a instauração de uma série de rumores que, no máximo, encontrariam seu lugar de glória pelas tradições oficiais na noite de Halloween.

Irving nasce no ano em que se encerra a Guerra de Independência, em 1783, e cresce em meio à profusão de discursos de afirmação

nacional. Durante sua vida, enquanto contribui para um conjunto de crônicas que registram a vida nos EUA pós-revolucionários com suas biografias e seus artigos para periódicos – Irving inicia sua carreira aos dezenove anos escrevendo para o jornal novaiorquino *Morning Chronicle* –, ele faz nascer, dessa mesma matéria, os personagens que habitaram seus contos fantásticos. *Rip Van Winkle* e *A lenda do cavaleiro sem cabeça*, seus dois contos mais famosos, são exemplares de uma vida menor, que se desenvolve à margem do processo de modernização do país, experienciando a revolução de sua fronteira, dentro do vale do rio Hudson, seu recorrente cenário. Irving escreve sobre essa vida menor ao mesmo tempo em que uma importante geração americana de artistas plásticos gestam a Escola do Rio Hudson, usando suas telas para a *performance* de uma exuberante paisagem nacional. Nos cenários de Irving, a exuberância natural é o território onde o país se elabora reflexivamente, muitas vezes no renascer de histórias dos folclores britânico e germânico.

Muito diferente da agitação que toma o povoamento urbano e do afimco que impulsiona a população americana continente adentro, nesses dois contos, Irving nos apresenta terras silenciosas de pequenas e antigas vilas que, de alguma maneira, resistem às mudanças que atravessam o país e que, por sua vez, são rodeadas por montanhas e florestas de um lânguido sossego que “parece depositar-se sobre a terra e penetrar a própria atmosfera” (IRVING, 2011, p. 12). No entanto, é sob o silêncio dessas terras que se movem as criaturas sobrenaturais que entram em ação quando provocadas. Em *Sleepy Hollow*, a população já parece habituada às aparições de assombrações e a toda sorte de fenômenos mágicos. Aos olhos do narrador, homem racional da cidade que por ali se aventura, o sobrenatural que habita o vilarejo é sintoma da própria credulidade simplória de seu povo.

Eles são propensos a todo tipo de crenças inacreditáveis; sujeitos a transe e visões, e frequentemente veem coisas estranhas e escutam música e vozes no ar. Toda vizinhança está repleta de lendas próprias, locais assombrados e superstições duvidosas; estrelas cadentes e visões de meteoros ocorrem com mais frequência no vale do que em qualquer outra parte do país, e o pesadelo, com todos os

seus vários desdobramentos, parece tornar o cenário o favorito de suas traquinagens. (p. 14).

Não tardamos a descobrir, no entanto, que é Ichabod Crane, homem que veio de fora para trazer as luzes da civilização à população de Sleepy Hollow, que o cavaleiro sem cabeça vem perseguir, até expulsá-lo da comunidade. Ao final, não se trata tanto de descobrir se aquele é mesmo um monstro das trevas ou se tudo não passa de uma peça pregada por um dos habitantes da vila que se vê ameaçado pela presença do professor. Se, ao final, Ichabod retorna para a cidade, vai estudar direito e escrever para jornais, o que resta no vilarejo é o fantasmagórico lamento de uma força externa que ousou deslocar a dinâmica de forças de um território.

A escola, tendo se tornado deserta, logo ficou em ruínas, e diziam ser assombrada pelo fantasma do infeliz pedagogo, e um jovem do campo, voltando para casa numa noite tranquila de verão, insistiu em dizer ter ouvido a voz do professor ao longe, cantando um salmo melancólico na solidão de Sleepy Hollow, o vale sonolento. (p. 66).

Assim, à medida que a América parece se abrir para a instalação do projeto social para o qual está destinada, Irving povoa esse movimento com pequenos focos de resistência. Em Sleepy Hollow, conta o autor, as pessoas “são como aqueles pequenos recessos de água parada, próximos a um córrego veloz, onde podemos ver palha e bolhas flutuando, lentamente ancoradas ou revolvendo-se em seu porto simulado, imperturbadas pelo ritmo da correnteza.” (p. 14). Toda a vila se apresenta, assim, como uma espécie de microcosmos, uma cidade fantasma perdida no tempo e no espaço da monumental narrativa americana.

Apesar de muitos anos terem se passado desde que coloquei pela última vez meus pés nas soporíferas sombras de Sleepy Hollow, ainda assim me questiono se não encontraria as mesmas árvores e as mesmas famílias enraizadas em seu seio protegido. (p. 14).

Seríamos injustos se considerássemos, como muitos, as aparições sobrenaturais, duvidosas ou inegáveis, das histórias de Irving meras figuras de nostalgia, como se representassem uma relutância branda



em relação às mudanças no país – nada que não fosse superado pelo seu otimismo nacionalista. É inegável que sua contribuição ao romantismo estadunidense, que tanto lhe seria devedor, possui carga muito distinta daquela que lhe imprimem Poe, Hawthorne e Melville, a ponto de se distinguir recorrentemente o “light romanticism” de Irving do “dark romanticism” dos outros – estilos que Walnice Nogueira Galvão chama, em português, de “romantismo solar” e “romantismo das trevas” (GALVÃO, 2013). No entanto, as relações comuns que Irving desenha em seus pequenos vilarejos encontram fortes lastros nas ficções dos demais, transformando-se e ampliando-se até dimensões muitas vezes terríveis.

Podemos nos lembrar dos vilarejos puritanos da Nova Inglaterra nas histórias de Hawthorne. Enquanto todos se concentram diante do cadafalso, onde se expõem à vergonha pública e à luz do dia aqueles que, naquela terra, se voltaram contra a moral, circunda-os a todos a mais densa e sombria floresta. Por entre suas árvores, onde as bruxas dançam à noite na companhia do Diabo, correm livres os segredos, os pecados, as verdades indizíveis na clareira. Seja Boston de *A letra escarlata* ou Salém de *O jovem Goodman Brown*, a floresta é o lugar onde habita o próprio Homem das Trevas, quando se apresenta em pessoa ou se transforma em todas as criaturas das sombras:

Tudo era tão ermo quanto é possível; tamanha solidão tem a peculiaridade de deixar o viajante sem saber quem poderia estar escondido nos incontáveis troncos e nos galhos grossos sobre sua cabeça; de tal modo que, embora marche solitário, poderia estar passando entre uma multidão invisível.

“Pode haver um índio diabólico atrás de cada árvore”, disse Goodman consigo mesmo; e deu uma olhadela medrosa atrás de si, acrescentando: “E se o demônio em pessoa estivesse aqui do meu lado?” (HAWTHORNE, 2006, p. 58).

Conduzido pelo velho com o cajado de serpente, Goodman Brown alcança o ponto mais profundo da floresta, região na qual realidade e pesadelo não se distinguem. De lá, ele só poderá voltar a caminhar entre os seus pela aldeia, encarar a esposa Faith em casa e sentar-se à igreja para o sermão do ministro com uma profunda e permanente

suspeita de que todos eles foram marcados pela maldade no ritual noturno na floresta.

É certo que, com Hawthorne, nos deparamos com o Massachusetts do século XVII ou do século XIX, com a Boston ou a Salém dos peregrinos que pisam na pedra de Plymouth para fundar a colônia puritana, que perseguem suas bruxas e que encabeçam a revolução americana. Mas estamos também na cabana reclusa de Hawthorne e, com ele, no espaço de experiência que o assombra, como também são assombrados os próprios habitantes da *Casa das sete torres*. Hawthorne é condenado, pelos próprios laços de sangue, a reviver a desgraça de seus antepassados – sua história conecta-se particularmente com a de seu tataravô, o juiz John Hathorne, um dos responsáveis pelas condenações por bruxaria de 1692, de quem busca se desassociar formalmente com a mudança da grafia do sobrenome. É uma temporalidade fantástica que constitui suas comunidades, cujos limites são permanentemente tensionados por um tempo que não respeita a fronteira cronológica ou geográfica, ou mesmo aquela que se colocaria entre espaço e sujeito.

Boston é também o berço de Poe, fato que, recentemente, os bostonianos têm tanto reivindicado para si, tendo erguido, em 2014, uma estátua em homenagem ao escritor. Poe trata de se afastar disso sempre que pode e, com eles, sempre mantém uma relação difícil – “Bostonianos são pessoas bem-criadas – como pessoas muito entediadas geralmente são” (POE, 1856, p. XXI, no original em inglês), diz ele em relação ao povo que acusa de elevado moralismo e ausência de alma. Saindo de sua cidade natal, Poe perambula por diversas partes, sempre como um *outsider*, como são muitos de seus protagonistas. Mais ainda que Hawthorne, Poe fez de seus cenários as mais terroríficas alegorias por meio das quais seus personagens e suas comunidades debatem-se consigo mesmos.

A América de Poe se reconhece pelas ruas sombrias e chuvosas das cidades – ainda que sejam elas Londres ou Veneza, ou mesmo terras fabulares distantes –, ou então por mansões isoladas, castelos góticos, quartos ou catacumbas. É em uma cabana afastada no interior de Nova York que Poe vive o padecimento de sua esposa Virgínia, falecida em 1847 com tuberculose. Os lastros dessa experiência, no entanto, encontram-se por toda a parte na civilização que Poe mapeia em sua

obra, particularmente naquele reino atacado pela peste em *A máscara da Morte Vermelha*, cuja elite se reúne dentro da abadia fortificada do príncipe Prospero.

Dentro de sua fortaleza, cercada por muralhas fortes e elevadas e por portões de ferro, o príncipe retira-se com seus mil amigos são e despreocupados, em uma profunda reclusão regada a vinho, música, dança e beleza. Lá fora, o império da morte se alastra marcado pelo sangue.

Decidiram não deixar meio algum de ingresso para os repentinos impulsos de desespero, e tampouco de saída para o frenesi dos de dentro. A abadia estava amplamente aprovisionada. Com tais precauções, os cortesãos podiam assim desafiar o contágio. O mundo exterior que tomasse conta de si mesmo. (POE, 2012, p. 143).

Antes mesmo da invasão da morte no salão, à meia-noite, em meio ao festejo, a multidão de valsistas desenvolve suas evoluções em um ambiente profundamente pesadelar. Pelo castelo, há “beleza em excesso, luxúria em excesso, *bizarro* em excesso, um quê de terrível, e não pouco do que poderia ter suscitado aversão. Esgueirando-se aqui e ali pelos sete salões o que se via de fato era uma multidão de sonhos.” (p. 146). Não temos, em Poe, aqueles palácios cujo conjunto de salões abre uma visão da extensão completa, de perspectiva longa e desobstruída do espaço.

Aqui o caso era bem diferente; como seria de esperar devido ao apreço do duque pelo *bizarro*. Os apartamentos eram tão irregularmente dispostos que a visão não abarcava mais do que um de cada vez. Havia uma curva abrupta a cada vinte ou trinta metros e, a cada curva, uma sensação de novidade. À direita e à esquerda, no meio de cada parede, uma janela gótica alta e estreita dava para um corredor fechado que percorria os meandros do conjunto. [...] Não havia luz de espécie alguma emanando da lamparina ou de vela dentro do conjunto de salões. Mas nos corredores que atravessavam o conjunto ficava, diante de cada janela, um pesado tripé portando um braseiro incandescente que projetava seus raios através do vidro colorido e, desse modo, iluminava intensamente o ambiente. E assim se produzia uma variedade de fenômenos extravagantes e fantásticos. (p. 145).

Algumas décadas depois, enquanto relata os horrores da Guerra Civil, o jornalista Ambrose Bierce nos leva ao centro de terras desoladas,

de volta a florestas fantásticas em seu conto *Chickamauga*, homônimo da sangrenta batalha travada em setembro de 1863. Não é a guerra dos jornais que Bierce nos apresenta, mas o que dela retorna em forma de pesadelo, no regresso de um pelotão de moribundos desmembrados arrastando-se pela mata densa.

Eram homens. Rastejavam sobre as mãos e os joelhos. Usavam apenas as mãos, arrastando as pernas. Usavam apenas os joelhos, com os braços pendendo à toa junto deles. Esforçavam-se para se porem de pé. Mas caíam de bruços na tentativa. Não faziam nada com naturalidade, e não tinham nada em comum, a não ser a caminhada passo a passo na mesma direção. Solitários, aos pares, e em pequenos grupos, seguiam vindo da escuridão, alguns vez ou outra parando, enquanto outros passavam por eles arrastando-se devagar, para depois retomarem o movimento. Vinham às dúzias e às centenas; estendiam-se de cada lado até onde se podia divisá-los na escuridão densa, e a mata negra atrás deles parecia inexaurível. O próprio chão parecia se mover na direção do riacho. (BIERCE, 2008, p. 392).

À frente do exército fantasma, sua sombra responsiva, a criança surda-muda conduz solene a marcha pela mata, “ajustando seu ritmo ao deles e ocasionalmente voltando-se para ver se suas forças não a desgarravam” (p. 393), até que alcançam as ruínas incandescentes de uma habitação: “Desolação por todos os lados!” (p.394).

Em todos esses casos, encontramos uma terra assombrada que se destrincha fantasticamente pelos rincões da América, ao mesmo tempo em que não poderia estar mais conectada com a sua experiência. Estamos, sem dúvida, em terreno americano, que nasce em suas sombras, seus pesadelos, seu delírio, sua noite, na qual, ainda que recolhidos e seguros dentro das casas, os americanos tentam dormir sob o vôo livre das bruxas: “naquele período, com frequência ouviam-se as vozes delas, em seus passeios aéreos com Satã, a sobrevoar os agrupamentos de chalés ou um ou outro mais isolado.” (HAWTHORNE, 2011). Na América fantástica, que só pode nascer via narrativa, a força disruptiva da discordância adquire grande significância no que se refere à construção da relação de seus habitantes com o espaço. Não se pode percorrê-la sem que sua integração esteja sempre tensamente

vinculada à sua ruína. Andamos por uma América viva-morta e, dentro dela, nós mesmos só podemos habitar como vivos-mortos.

Essas dimensões não são consideradas por nenhum dos grandes pensadores do experimento americano, pelo menos não por aqueles homenageados pelos monumentos do Passeio. Elas certamente nascem da mesma América, mas possuem algo de indizível e de incontrolável, sempre impedindo que a sua obra se feche por completo. A figura do alienado, nesse sentido, tão presente nas histórias de Poe, é sempre um desafio a essa obra, porque impede que qualquer concordância possa prevalecer e, assim, que qualquer julgamento possa fixá-lo na ordem da experiência. O delirante ocupa uma posição absolutamente desafiadora, posição ao mesmo tempo maldita e privilegiada, como o próprio narrador de *O coração denunciador*:

A doença tinha aguçado os meus sentidos – não destruído –, não amortecido. Acima de tudo, aguçado estava o sentido da audição. Eu escutava todas as coisas no céu e na terra. Eu escutava muitas coisas do inferno. Como posso estar louco? Ouça com atenção! E veja com que sanidade, com que calma sou capaz de contar a história inteira. (POE, 2008, p. 280).

Enquanto se busca estabelecer um império da liberdade pela América, possibilitado pelo império dos jornais, os personagens das narrativas fantásticas americanas criam suas próprias formas de agir, pensar e, principalmente, padecer da liberdade. Pelas arenas do sonho, nas quais a moralidade, as regras e as hierarquias são muito mais facilmente subvertidas, o americano encontra potencialidades novas em relação àquelas da razão comum. É o próprio Poe que dedica *Eureka* (1986), seu livro de ensaios de filosofia da ciência, “àqueles que puseram fé no sonho como única realidade!”. Gesto semelhante faz seu personagem de *O encontro*, que admite: “sonhar tem sido o ofício da minha vida. Construí para mim, como o senhor vê, um caramanchão de sonhos” (POE, 2011, p. 33). O excêntrico personagem ergue para sua moradia uma barafunda de adornos arquitetônicos.

A castidade jônica é ofendida por padrões antediluvianos, e as esfinges egípcias se estendem sobre tapetes dourados. Mas o efeito só é incongruente para uma mente acanhada. [...] Eu mesmo já fui

um adepto do decoro; mas esta sublimação da insensatez entediou minha alma. Tudo isto, agora, é mais adequado ao meu propósito. Como estes incensórios cheios de arabescos, meu espírito se retorcer em chamas, e o delírio do cenário me predispõe para as visões alucinantes da terra dos sonhos reais, para a qual estou partindo, agora, rápido. (p. 33-34).

Há aqui um claro desprezo pela frieza do bom gosto e do bom senso e assumir uma vida que o distancia de tudo isso significa ter que se isolar da maioria. Esse isolamento é físico e social, mas é também, e, sobretudo, um isolamento epistemológico.

É certo que existem outros mundos além deste, outras ideias além das ideias da maioria, outras especulações além das especulações do sofista. Quem poderá questionar, então, tua conduta? Quem poderá te censurar por tuas horas visionárias, ou denunciar tuas ocupações como desperdício de vida, quando elas eram somente a superabundância das tuas energias inesgotáveis? (p. 21).

Aqui está em ação o conhecido desprezo de Poe pelo empreendimento civilizatório e do pensamento prático que, na América, ganha marcha e alcunhas tão particulares. “O grande movimento’ – tal era o jargão utilizado – seguia adiante: uma molesta comoção, moral e física”, afirma em retrospecto o fantasma de *O colóquio de Monos e Una*. Ele se lamenta da ascensão dos “utilitários” na história, incultos pedantes que, em nome de ideias do conhecimento e da democracia, olham com escárnio para as mentes poetas, nobres exceções do desgoverno geral.

[O homem] se recobriu de generalidades. Entre outras bizarras ideias, a da igualdade universal ganhou terreno: e adiante da analogia e de Deus – a despeito da elevada voz admonitória das leis da *gradação*, tão conspicuamente tudo permeando, na Terra e no Céu – delirantes tentativas de uma onipresente Democracia foram feitas. E contudo esse mal brotou necessariamente do mal primeiro, o Conhecimento. (POE, 2012, p. 245).

Apenas na morte Monos e Una encontram possibilidade de purgação e regeneração e as condições para refletir sobre a vida de si próprios e de toda a civilização, quando já não mais se envenenam no conhe-

cimento. Naquele momento, podem reler os anais da Terra e aprender “a procurar pela mais vasta ruína o preço da mais elevada civilização” (p. 246-247): China, Assíria, Egito, Núbia, todas elas revistas pelo seu renovado poder de reflexão. “Na Morte, ambos descobrimos a propensão do homem em definir o indefinível.” (p. 244) .

Como sabemos, é também um francês que encontra em Poe uma América muito diferente daquela dos ideais revolucionários. Baudelaire, em prefácio à obra do escritor estadunidense, afirma: “notaremos que esse autor, produto de um século orgulhoso de si mesmo, filho de uma nação mais orgulhosa de si mesma que qualquer outra, viu com clareza e afirmou impassivelmente a perversidade do homem.” (BAUDELAIRE, 2012, p. 10). Poe surge, assim, aos olhos de Baudelaire, como um sopro em meio à sufocante atmosfera americana, esfomeada por materialidades, e que se erguia sobre sua prepotência em relação ao projeto civilizatório, projeto esse que, ao mesmo tempo, essa atmosfera corrompe: “Jovem e velha ao mesmo tempo, a América fala pelos cotovelos e caduca com uma volubilidade espantosa.” (p. 8).

Assim, diferentemente das ambições de um experimento que assume a tarefa de construir, em terreno virgem, um mundo idealizado durante séculos pelos pilares da civilização ocidental, e que se oferece ao resto do mundo como exemplo a ser seguido, Baudelaire vê em Poe uma sabedoria rara que se levanta como destroço. O francês não esconde seu desprezo pelo

nobre país de Franklin, o inventor da moral de balcão, o herói de um século dedicado à matéria. É bom chamar atenção constantemente para tais maravilhas de brutalidade em um tempo em que a mania pela América se tornou quase uma paixão de bom tom, a ponto de um arcebispo poder nos prometer, sem rir, que a Providência nos chamaria logo a gozar desse ideal transatlântico. (p. 15).

Nas narrativas obscuras de Poe, Baudelaire encontra o emblema de uma clarividência que o próprio Poe reivindica em seus ensaios ao direcionar-se aos poetas. Clarividência que é corolário de uma percepção viva do mundo, da justiça ou mesmo da proporção – e que se evidencia na utilização de parâmetros que se cruzam das discussões que vão da política à estética. O progresso, afirma Baudelaire, “essa

grande heresia da decrepitude” (p. 12), é atacado por Poe em diversas oportunidades: “De fato, poderia ser dito, ao ver o ardor empregado, que ele se vingava como que de uma vergonha pública, de uma ofensa de rua.” (p. 12).

É preciso, finalmente, que nos atentemos para a maneira como tais âmbitos fantásticos só são possíveis por meio de uma temporalidade particular, que, além de ser muito distinta daquela temporalidade do progresso e dos novos tempos, é também diferente do tempo que rege as dinâmicas do princípio único. No tão bizarro cenário do príncipe Prospero, o tempo é o próprio avatar da morte, que vem de encontro à cadência da dança e da música daquele grupo, e se oferece como inquietante cessação de todas as coisas – cessação que é provisória até que a sua máscara seja enfim retirada. No canto do salão, o bater do relógio obriga que todos interrompam o movimento e se deparem com a estranha consciência de si mesmos.

Havia nesse aposento, ainda, encostado na parede oeste, um gigantesco relógio de ébano. Seu pêndulo oscilava de um lado para o outro com um ruído surdo, pesado, monótono; e quando o ponteiro dos minutos completava seu percurso diante do mostrador, e soava a hora, dos brônzeos pulmões do relógio brotava um som distinto, alto, profundo, extraordinariamente musical, mas vibrando com nota e ênfase tão peculiares que, ao lapso de cada hora, os músicos da orquestra eram obrigados a fazer uma pausa momentânea em sua apresentação, para escutar o som; e desse modo os valsistas forçosamente interrompiam suas evoluções; e um breve desconcerto tomava conta de toda a alegre comitiva; e enquanto o carrilhão do relógio ainda soava, observava-se que os mais agitados iam ficando pálidos, e os mais idosos e entorpecidos passavam a mão na testa como que em confuso devaneio ou meditação. (POE, 2012, p. 145).

Na ficção de Irving, a experiência dos paradoxos temporais se dá na convocação de emblemáticas figuras de uma aporia insuperável. Quando retorna de sua experiência mágica nas montanhas Catskill e de sua noite de sono que dura vinte anos, Rip Van Winkle regressa à sua comunidade, que, por sua vez, não é mais aquela que deixara no dia anterior. Com isso, o personagem abstém-se de viver a revolução no país. Encontra agora uma república independente, governada pelo



general George Washington, e passa a ser, naquele contexto, recordação viva de um passado que tão fortemente define seu caráter: altruísta, desapegado de materialismos e de urgências práticas.

Nos quatro autores – Irving, Hawthorne, Poe e Bierce –, encontramos rastros que se reconhecem nos discursos cartográficos do experimento americano e, ao mesmo tempo, os transfiguram. E as dialéticas que marcam as experiências de suas obras não se restringem àquelas tensões para as quais aponta Rancière, o qual buscava as dinâmicas problemáticas da América de seus ficcionistas nos temas das perturbações que suas intrigas apresentam. Nesse sentido, passando ao largo das análises de Rancière, o fantástico emerge como uma forma de refletir sobre o mundo comum que tem no insólito algumas das mais potentes ações do dissenso. Mais uma vez, a batida do relógio em Poe surge como um belo exemplo de tal ação. Ainda, se nos lembramos do conto *O véu negro do ministro*, encontramos no adorno inexplicavelmente adotado pelo pároco da vila a misteriosa opacidade que se impõe entre os indivíduos da comunidade e seu principal guia. É à verdade, à bondade, ao consolo que se tem o acesso negado pelo pequeno pedaço de crepe, instaurando em todos ali um horror “nem claramente confessado nem cuidadosamente disfarçado” (HAWTHORNE, 1992, p. 27).

– Como é estranho! – comentou uma senhora. – Um véu negro, tão simples, que qualquer mulher podia trazer pendurado em sua touca, pode se transformar em algo terrível quando pendurado diante do rosto do sr. Hooper!

– Na inteligência do sr. Hooper deve haver alguma deficiência – observou seu marido, médico da aldeia. – Mas a parte mais estranha dessa extravagância é o efeito que causa até mesmo num homem equilibrado como eu. O véu preto, embora cubra apenas o rosto do nosso pastor, influencia toda a sua pessoa, torna-o fantasmagórico da cabeça aos pés. Você não acha?

– Claro que sim – respondeu a mulher. – Por nada deste mundo eu ficaria a sós com ele. Será que ele não tem medo de ficar a sós consigo mesmo? (p. 25).

Nunca mais, então, o comum se encontraria e se reconheceria no líder espiritual, e a suspeita que o véu levanta retorna para o cotidiano coletivo como uma potente fagulha dissensual. Trata-se da mesma

fagulha de dissenso que recai sobre a vida de Goodman Brown, da suspeita instaurada na experiência da clareira depois que ele retorna das trevas da floresta.

Mas, novamente, é por meio de uma dialética temporal que essas figuras do dissenso inauguram uma experiência fantástica da América. É narrativamente que a América é figurada numa constante tensão que tais autores, de diferentes maneiras, convocam para o centro da constituição poética. É também nessa dinâmica narrativa que o fantástico de ficcionistas americanos do século XIX nos oferece outras formas de compreender a história que nele se envolve e que dele retorna como ruína viva.

Não percorremos, com Bierce, o cenário da Guerra, como não perfizemos, com Irving, aquele da Revolução, ou, com Hawthorne, o do julgamento das bruxas, ou mesmo, com Poe, o das pestes da vida civilizada e urbana. Se há, para nós, alguma relevância das referências factuais na experiência de suas narrativas, essa relevância é o que, delas, se oferece como resto, como vestígio, como fantasma que só nos domínios da morte consegue traduzir o inefável. Tais domínios nos permitem perceber as tensões que se calam sobre a demanda da monumentalidade. Assim, as ruínas da América se levantam para uma nova vida – como fez Hawthorne ao fazer reviver, em sua ficção, aquele pedaço de tecido bordado com uma letra A, encontrado pelo autor quando revirava os arquivos da alfândega onde trabalhava.

Sem muito esforço, encontraríamos ainda inúmeras outras facetas fantásticas pela América de H. P. Lovecraft, Charlotte Perkins Gilman, Shirley Jackson e tantos outros, se nos detivermos somente aos campos da literatura. De todos os grandes escritores americanos, foi Mark Twain que o *Newseum* optou por resgatar, o jornalista que se eleva como um dos pais do realismo literário na América. Às sombras de seu tinteiro resguardado, toda uma descendência fantástica americana aguarda o momento de invadir as notícias que na América se produzem.

### **3.4 The New York Times, 11 de abril de 2008**

Um mapa móvel da América se desdobra diariamente em seus periódicos. De fato, há muito pouco que garanta a continuidade e a coesão

americanas nas páginas dos jornais. Frequentemente, a continuidade e a coesão da América correm o risco de se fragmentarem perante a contingência dos espaços, personagens e acontecimentos que ali emergem. No entanto, há sempre um operador que, de alguma forma, oferece uma oportunidade de reconhecimento, garantia mínima de que, naquelas páginas, o leitor encontrará as coordenadas de que precisa para se mover pelas vias comuns de uma história – que, de alguma maneira, será a sua. Esse operador, como afirma Mouillaud (2002), é o nome do jornal, insígnia que estabelece algo perene entre os abismos presentes em uma mesma edição e entre uma edição e outra. A cada jornal, o mundo é refundado, aberto ao redescobrimento dos leitores. O nome do jornal funciona, assim, como instituição por meio da qual o americano pode construir seu senso de pertencimento, mais nos termos de experiências que se abrem do que de identidades que se firmam.

Nesse caso, no entanto, não se trata de um nome qualquer. Desde Ochs, o *New York Times* constrói sua escalada para se tornar não apenas o grande jornal de referência dos americanos, mas também o grande jornal de referência de todos, na medida em que a América se torna um terreno simbólico a ser vivenciado, ocupado, invadido por qualquer um. Ao lado de seu nome, os dizeres “All the news that’s fit to print” atestam, assim, além da profusão de acontecimentos que se abrem em suas páginas, sua capacidade de não deixar que nos percamos por eles. Essas palavras são também, talvez antes de tudo, a legitimação de sua própria autoridade na definição de quais visibilidades – e somente aquelas – cabem no mapa que o *New York Times* oferece ao leitor.

No entanto, nas narrativas configuradas por suas matérias, há uma heterogeneidade que se abre para além da arquitetura que conecta um texto a outro ou um jornal a outro. Mediados pela tessitura de cada intriga, que é, sempre, em termos ricoeurianos, uma síntese do heterogêneo (2010a, p. 114), mesmo os postos mais monumentais e os discursos mais perenes que insistem em se erguer pelos nossos espaços de experiência se oferecem aqui como (apenas) possível matéria de prefiguração. Não só estão, assim, sujeitos à configuração de novas experiências abertas em cada intriga, como dependem também da refiguração da leitura, que pode ou não reconhecer suas referências – pode, inclusive, estabelecer referências muito distintas.

Da primeira página do jornal, escaneamos uma série de eventos anunciados, colocados em sequência por nosso olhar. Algumas matérias se iniciam e logo indicam sua continuação edição adentro. Outras matérias são somente anunciadas e nos convocam para sua leitura mais adiante, aglomeradas com menor destaque na parcela inferior da página. Folheando, então, as suas noventa e seis páginas organizadas em seis cadernos, percorremos de maneira errante os seus textos, deixando que nosso olhar se fixe provisoriamente em certos lugares que só se tornam informações na medida em que os percebemos enquanto tais e que os conectamos a uma narratividade. Entre notícias, artigos, fotografias, infográficos, classificados e peças publicitárias, somos orientados acerca da programação cultural da cidade, dos resultados de destaque nos esportes, dos planos de viagem, sobre as variações do tempo e da economia, tudo isso descoberto e incorporado mais ou menos expressivamente às tramas de nossas rotinas pelo mundo. Todo esse conteúdo se acumula e ecoa imediatamente em seguida, à medida que nosso trajeto pelo jornal se desdobra.

# The New York Times

Vol. CLXXXI, No. 54,277      WEDNESDAY, APRIL 11, 2008      \$1.25

## From Welfare Shift in '96, '08 Reminder for Clinton

**By THE EDITOR**

In the instant of 2008, President Bill Clinton returned to the stage in "and another day in the life of the Clinton family." The Clinton family, of course, has a long history of public service, and it is fitting that the Clinton family should be remembered in the context of a political shift that took place in 1996.

Clinton's political career began in 1978, when he was elected governor of Arkansas. He served two terms, and then lost to George Bush in 1992. Clinton returned to the White House in 2001, and served two terms until 2009.

Clinton's political career was marked by several key events, including the impeachment of Bill Clinton in 1998, the passage of the Clinton Health Care Reform Act in 1993, and the passage of the Clinton Crime and Drug Abuse Act in 1994.

Clinton's political career was also marked by his personal life, including his marriage to Hillary Clinton in 1975, and their two children, Chelsea and Marcia.

Clinton's political career was a testament to his leadership and his commitment to public service.



An Iraq soldier, left, with an American soldier in Iraq. The photo of the Baghdad operation was captured by a soldier.

## Bush Signals No Further Reduction of Troops in Iraq

**As Militian Room Allows, Iraqi Army Takes Brunt**

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

The Iraq war has been going on for almost three years, but the military has not seen a significant reduction in troops. The military has been fighting in Iraq since the start of the war in 2003.

The military has been fighting in Iraq since the start of the war in 2003. The military has been fighting in Iraq since the start of the war in 2003.

## Commander Gets 'All the Time He Needs'

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

The commander of the Iraq war has been getting all the time he needs. The commander of the Iraq war has been getting all the time he needs.

## Stuck at the Airport in Transit, Recruits Face a Hardship Test

**By THE EDITOR**

Recruits who are stuck at the airport in transit are facing a hardship test. The recruits who are stuck at the airport in transit are facing a hardship test.

## Abuse Trails Central American Girls Into Gangs

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

The abuse trails Central American girls into gangs. The abuse trails Central American girls into gangs.



The girl's father returned from the U.S. in 2006, and she was left behind. The girl's father returned from the U.S. in 2006, and she was left behind.

The girl's father returned from the U.S. in 2006, and she was left behind. The girl's father returned from the U.S. in 2006, and she was left behind.

## Assessing General Flight

**By THE EDITOR**

Assessing general flight. The assessing general flight.

## Lacking the Credits to Graduate, Some Students Learn a Shortcut

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

Lacking the credits to graduate, some students learn a shortcut. The lacking the credits to graduate, some students learn a shortcut.

## As Olympic 'Crises' Unfold

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

As Olympic 'crises' unfold. The as Olympic 'crises' unfold.

## After Raid, The Details

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

After raid, the details. The after raid, the details.

## Opening Day of the Masters

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

Opening day of the Masters. The opening day of the Masters.

## Women in the Driver's Seat

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

Women in the driver's seat. The women in the driver's seat.

## Opera Stars, Living Large

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

Opera stars, living large. The opera stars, living large.

## Look At About It

**By MICHAEL S. SCHWARTZ**

Look at about it. The look at about it.

**Late Edition**  
Today, mostly cloudy, a hard rain at night. In English, a low cloud cover, low in the Southwest, mostly sunny and clear with scattered clouds at night. Weather.com Page 25

Figura 6: Capa do New York Times de sexta-feira, 11/04/2008

Quando alcançamos a página B2, no canto inferior direito, adentramos propriamente uma matéria e somos apresentados à personagem Jane Pollicino. Com ela, o jornal nos leva ao sul de Manhattan em “Downtown, a set for a movie is also a tribute to sacrifice” [“Em Downtown, o set de um filme é também um tributo ao sacrifício”] (DUNLAP, 2008, s/p). Não sabemos, tampouco saberemos, muito a respeito da personagem. Por outro lado, logo reconhecemos muitos aspectos de uma experiência coletiva que nela se ela acumula, e que por ela se desdobra naquela quinta-feira, justo aquele dia, em que Jane vai pela primeira vez assumir uma tarefa difícil: “Dentre todos os dias, Jane Pollicino escolheu a quinta-feira para começar a prestar serviços voluntários no Centro de Visitantes em Tributo ao WTC, em frente ao marco zero” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). A matéria é iniciada já com uma indicação temporal de que algo excepcional aguarda pela personagem. O primeiro dia do trabalho, que traz algo de uma circunstância mundana, acaba por coincidir com a excepcionalidade do que estaria adiante.

Logo na primeira frase da matéria somos levados, com Jane, ao local que, até sete anos atrás, vinha servindo como um importante marco de um mundo comum. Desde então, naquele local se refundariam relações fundamentais desse mundo, se redimensionariam suas fronteiras, se reestabeleceriam suas regras de conduta, se renovariam os laços simbólicos, tudo em função de um grande e inesperado dano que expôs sua fragilidade e interrompeu seus fluxos cotidianos. Nós nos posicionaremos em frente ao “marco zero”, cenário que tantas outras vezes ocupamos, e participaremos do ritual que nos oferece um espaço de experiência a ser habitado. É de saída, portanto, que o passado é convocado a tomar parte nas expectativas no presente.

Jane, que então surge como condutora dessa memória, é evidenciada como marca viva de um dano: “O centro busca ‘pessoas que tiveram suas vidas profundamente transformadas pelo 11 de Setembro’ para guiar visitantes pelo local e transmitir a dimensão pessoal da história” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). Descobrimos então que o marido de Jane, Steve Pollicino, fora comerciante na empresa Cantor Fitzgerald, um dos ocupantes das torres que vieram abaixo sete anos antes. Dessa maneira, Jane oferece sua tragédia pessoal à experiência de uma tragédia coletiva, na medida em que lhe confere tal “dimensão pessoal”.

“E dentre todos os lugares”, insiste-se na coincidência do destino, “a senhora Pollicino saiu do metrô pela estação da Church Street, ao lado da Capela de St. Paul” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). Aqui pela primeira vez Jane ganha presença material, fortemente conectada ao cenário. De marca incorpórea do sofrimento, Jane se transforma em indivíduo que emerge do subsolo da cidade, justo para ser surpreendido por ela. Ela se esbarra com a capela que está em Nova York desde meados do século XVIII e que, por sua vez, se tornara uma fortaleza quando permaneceu intacta, sem qualquer vidro quebrado, enquanto seu entorno era tomado por destruição naquele dia de terror. Durante semanas, aquele prédio serviu de refúgio para os feridos e para os que vasculhavam os escombros da região.

Mas se tudo isso se mescla de modo familiar à história da personagem, hoje Jane encontra algo inesperado ao emergir do metrô. Algo se abre diante de seus olhos, algo nos toma pelo suspense: “Aquilo me deixou sem ar”, ela disse.” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). A ansiedade construída narrativamente nos conduz justamente pelo prenúncio do inesperado, de um horizonte próximo que sabemos ser significativo, mas que nos é o tempo todo sonogado. Tal horizonte, no entanto, não se trata de um futuro absoluto, mas da possibilidade de nos encontrarmos, no futuro, com algo que ainda não é absoluto passado. E mesmo quando a personagem, nossa guia, se coloca diante daquilo que nos aguarda, tal aparição nos acomete ainda enquanto presença ausente.

Naquele cenário fluido e suspenso, vislumbramos então uma parcela concreta que se ergue, uma “grande cerca de ferro em volta da capela” (DUNLAP, 2008, s/p). Sobre ela, acumulam-se os primeiros indícios de uma estranha cena, um conjunto de artefatos que não mais pertenciam materialmente àquele local: “centenas de homenagens aos mortos: fotos, flores, velas, bichinhos de pelúcia, bandeiras americanas aos montes, santinhos, camisetas do Corpo de Bombeiros de Nova York e jaquetas de combate a incêndio, entremeadas a bilhetes de despedida escritos à mão” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). O cenário insólito, cujo estranhamento vem da familiaridade extemporânea, de uma experiência terrível que retorna inexplicavelmente, revela então marcas definitivas de que por ali o mundo parece fora da

ordem do tempo: “Duas árvores próximas estavam até com os troncos frondosos.” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). Com isso, e de tal maneira anacrônica, somos decisivamente transportados a um recorte preciso de um espaço de experiência: “Era como se sete anos tivessem sido retrocedidos de uma só vez.” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês).

Somos impelidos a olhar mais próximo e logo descobrimos. “Um olhar mais atento revelou alguns avisos colados na cerca. Eles diziam ‘set de filmagem’. Essa incrível evocação era, na verdade, uma questão de encenação” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). O mobiliário que reconhecemos se justifica, assim, numa simulação histórica feita por um diretor de arte, responsável pela produção dos cenários do filme *Julie e Julia*. Pelo pouco que a matéria nos informa, depreendemos que não se trata de um filme sobre os ataques do 11 de Setembro, tampouco de uma obra que possui naqueles acontecimentos uma âncora marcante para a trama. O filme conta a história de Julie Powell, uma novaiorquina que decide criar um *blog* sobre suas recriações das receitas da *chef* Julia Child. “A rápida cena em Church Street mostra Amy Adams, no papel de Julie Powell, saindo do metrô e caminhando próximo à cerca do memorial montado” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). Nesse sentido, o que as relações que se acumulam pela matéria expõem de tão significativo é justamente a conexão da personagem do filme a um cotidiano maior, dentro do qual sua história particular se funde à história de muitos outros. Jane, a voluntária, e Julie, a blogueira, ambas personagens da matéria, se encontram quando saem daquela estação do metrô e alcançam a capela.

Quando a estranheza do cenário finalmente se explica, somos informados que Jane passa a viver a experiência com tamanha admiração que até considera trazer seu primeiro grupo de visitantes para conhecer a cerca da capela, seu portal para o passado. “Aquilo que estava aqui naquele dia, independente do que fosse, nunca deveria ter sido tirado”, disse ela. “Olha só toda essa gente parando e tirando fotos. Elas *precisam* disso” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês, grifos nossos). Tal necessidade de tornar o passado tangível evidencia, assim, que é pela atualidade que os problemas do tempo podem ser solucionados. Em vez de nos assombrarem, o passado e o futuro podem se tornar



efetivos, presentes e mesmo as mais terríveis experiências podem ser dominadas e expostas publicamente. Atualizado, assim, até mesmo o dano pode ser reincorporado ao mundo como monumento.

Uma visitante aproxima-se para endossar a admiração pelo cenário. Sabemos que Susan Moyer, personagem ainda mais genérica que as outras, vem de Detroit, pisando pela primeira vez em solo nova-iorquino, para se reencontrar com o marco zero. “Fico feliz que eles estejam fazendo isso”, disse, ‘porque é uma coisa que *não deve ser esquecida*” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês, grifos nossos). É dessa personagem qualquer, vinda de qualquer ponto de um mundo comum, que emerge o epíteto tão largamente repetido em tantas circunstâncias nesse mundo: na América pós 11 de Setembro, o *never forget* [*nunca se esquecer*] alimenta-se da monumentalização da memória do atentado para justificar uma espécie de reação. No sentido mais evidente, essa monumentalização impulsiona a reconstrução do espaço de experiência em crise e sua mais severa afirmação, o lançamento à “guerra ao terror”, fortificando suas fronteiras e ampliando seu ordenamento dentro e fora dos Estados Unidos. Trata-se, portanto, da mesma convocação à atualização do passado como forma de ação no presente.

Além disso, quando enunciado na matéria, o *never forget* nos conecta a diversas experiências para as quais ele se fez significativo. Por meio de seu imperativo, por exemplo, somos remetidos à herança do Holocausto, expressivo acontecimento a partir do qual lançamos mão do epíteto. E pouco mais de um ano antes que a Capela de St. Paul fosse recoberta pelo mobiliário do passado, também a América lançara mão do recurso diante de outra desgraça, o massacre de Virginia Tech: “*neVer forgeT*” fora a grafia recorrente do *slogan* naquela ocasião.

No cenário da matéria, seguem-se então ações que oferecem à reapropriação do espaço de experiência um caráter performático ainda mais forte: “Como crédito oblíquo aos diretores de arte e cenógrafos de ‘Julie e Julia’, alguns visitantes deixaram no local objetos reais de recordação. A equipe de filmagem permitiu que eles permanecessem no lugar colocado.” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). Há uma complexa trama temporal sendo tecida por esse trecho. Se, ao longo da matéria, o insólito parece ser apaziguado pelas coordenadas da atualidade, aqui ele pode ser percebido em um funcionamento tão oblíquo

quanto o gesto dos visitantes. Por aqui, a aporia vivida no início se revela instalada no seio de um mundo que se ergue e se alimenta da ficcionalização do espaço de experiência. É o próprio artifício que faz com que o passado ressurgja agora como uma presença ausente, materialização de uma dor vivida que serve de matéria-prima não para o monumento, mas para a fantasmagoria que o rodeia. A homenagem aos mortos, construída a partir de uma reencenação portadora de uma estranha artificialidade, é tornada cenário para uma nova abertura de relação com a morte, que então oferecerá seus artefatos ao cenário ficcional da narrativa do filme.

Em seguida, Jane reaparece para sintetizar o percurso com mais uma inflexão histórica: “A senhora Pollicino notou uma espécie de simetria. O cenário real no marco zero após o 11 de Setembro, ela lembra, era tão inacreditável que às vezes parecia mesmo um cenário de cinema. E agora, um *set* de filmagem evocava aquilo que já foi a paisagem ao longo da Church Street.” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). É a dobra definitiva entre presente e passado que faz daquele cenário o terreno vivo-morto de uma realidade invadida pelo fantástico, realidade tão terrível que só pode ser traduzida nos termos de uma ficção.

Ao final, temos uma tentativa de redenção, com a conclusão de Jane: “‘Para mim,’ disse ela, ‘dizer que isso parece real, sem me abalar, talvez seja um passo adiante no processo de superação’” (DUNLAP, 2008, s/p, no original em inglês). Aqui, a redenção representa a retomada dos domínios da concordância e sua potência integrativa. Trata-se, é claro, de uma redenção possível oferecida pelo jornal a qualquer um que tem em Jane um avatar, de alguma maneira. E tal possibilidade reside em colocar algo terrível no terreno do possível e do dizível, e tornar-se enfim transparente. No entanto, se o cenário da capela pode, em alguma medida, ser atravessado livremente por nós, leitores, sem que ele nos ofereça resistência é porque nós mesmos podemos ocupá-lo como fantasmas, restos da morte, da memória, de discursos e monumentos.

A redenção, por sua vez, é absolutamente provisória. Como em muitos casos, e esse certamente é um deles, a demanda por visibilidade é evidência de um incômodo que é tão menor quanto mais destrinchado à luz do dia. Aqui, o incômodo está intimamente associado à sensação de vulnerabilidade do mundo, que encontra-se, permanen-

temente – inclusive ao final da matéria –, sob ameaça da discordância. Essa ameaça persiste com o término da matéria e nos segue à medida que tornamos a errar pelas páginas do jornal e pelos riscos que nos aguardam.

Enquanto seguimos nosso percurso pelo *New York Times*, não é difícil encontrar outras fantasmagorias pela mesma edição. Uma das mais contundentes, e que perpassa espaços de experiência próximos aos que se abriram com a matéria anterior, se constitui por uma pequena nota intitulada “Nomes dos mortos” (NAMES, 2008, s/p, no original em inglês). Limitado por uma pequena caixa na página A14, lê-se o texto:

O Departamento de Defesa já identificou 4,020 membros das Forças Armadas americanas que faleceram desde o início da Guerra do Iraque. Estão confirmadas as mortes dos seguintes compatriotas esta semana:

HARTLEY, Jeffery L., 25, Sargento de Pessoal, Exército; Hempstead, Texas; Terceira Divisão de Infantaria.

HUGHES, Jeremiah C., 26, Especialista, Exército; Jacksonville, Florida; 25ª Divisão de Infantaria.

KAZARICK, Jason C., 30, Especialista, Exército; Oakmont, Pennsylvania; Segundo Regimento de Cavalaria Blindada.

LILLY, Michael T., 23, Sargento, Exército; Boise, Idaho; Segundo Regimento de Cavalaria Blindada.

McNEAL, Jeremiah E., 23, Sargento de Pessoal, Guarda Nacional Militar; Norfolk, Virginia; 91º Comando de Tropa.

ROSENBERG, Mark E., 32, Major, Exército. Miami Lakes, Florida; Quarta Divisão de Infantaria.

SCOTT, Stephen K., 54, Coronel, Exército; New Market, Alabama; Batalhão do 356º Quartel-Mestre.

SMITH, Timothy M., 25, Sargento, Exército; South Lake Tahoe, California; 10ª Divisão de Montanha.

VAUGHN, Richard A., 22, Sargento, Exército; San Diego; Quarta Divisão de Infantaria.

WOLFER, Stuart A., 36, Major, Exército; Coral Springs, Florida; 104ª Divisão. (NAMES, 2008, s/p, no original em inglês)

O texto nos permite realizar um recuo, que, por sua vez, possibilita percebê-lo por uma narratividade que se estende por outras edições do jornal. O leitor do *New York Times* passa por esses números que se acumulam até aqui desde 2003, quando se iniciou a contagem das mortes de americanos no Iraque. Por um tempo significativo, o nome completo do inventário – que começou com levantamentos diários – foi “A NATION AT WAR; Names of the dead” [“UMA NAÇÃO EM GUERRA: Nomes dos mortos”]. O título traz, assim, o alarme do conflito, e logo nos evidencia que é a América que está em guerra, ainda que a batalha aconteça em terras distantes. Seu/nosso oponente é um detalhe menor em relação ao fato de que o conflito está instaurado dentro de nosso mundo, e que são os nossos que são perdidos diariamente. Em 2008, o mesmo ritual da contagem daria início a um novo inventário, dessa vez relativo a outra guerra, a do Afeganistão. O abandono do estado de alerta do escandaloso “NATION AT WAR” sugere a passagem de uma situação anômica para a construção de uma normalidade, em alguma medida, na qual a morte dos soldados se mistura aos outros eventos do cotidiano.

Não há na nota, é claro, evidências de questionamento sobre a razoabilidade dos motivos que justificam ou não o sacrifício de tantas vidas. Mas a polêmica se instaura na medida em que percebemos a lista rodeada por uma série de matérias que tratam de conflitos armados, particularmente aquele no Iraque. Em volta da caixa com a lista dos mortos, vemos a matéria: “Making perfunctory preparations for combat in anti-American Cleric’s stronghold” [“Fazendo preparativos de combate negligentes no reduto de um clérigo antiamericano”]. Na página seguinte, em tom de angústia, lemos o título “Bush signals no letup for troops levels in Iraq” [“Bush assinala nenhum recuo para níveis de tropas no Iraque”], seguido de outro, “Car bomb in Afghanistan kills as many as eight civilians” [“Carro-bomba mata pelo menos oito pessoas no Afeganistão”]. Sempre conectado a essas discussões que há tempos se fazem presentes no jornal, mas funcionando de maneira um tanto autônoma, há anos o inventário da morte se segue em um luto discreto. Sua aparição diária é mais impactante. O número duro de vítimas do conflito – quatro mil e vinte –, quase sempre desconhecidas, nos envolve em uma menor carga de padecimento do que a sequencia-

lidade da listagem que desdobramos com a leitura diária. É o esboço de um personagem que nasce e morre a cada linha, uma das mais cruéis materializações da dialética concordante-discordante, e é justamente a eminência da continuidade da lista, uma aparentemente inevitável reticência que, nós sabemos, se desdobrará em uma edição próxima, e na seguinte, que faz desse o recrutamento de um pelotão fantasma.

Algumas páginas adiante, descobrimos perturbações intensas nas ordens do tempo. É importante notar que estamos em 2008, quando uma sombra paira sobre nosso mundo, enchendo-o de incerteza. A cada dia, os jornais trazem notícias que alimentam essa ansiedade. Em “Consumer confidence wanes; import prices rise” [“Cai a confiança do consumidor; cresce o preço das importações”] (GRYNBAUM, 2008, s/p), somos lançados a uma narrativa constantemente tensa, cuja atmosfera sombria pouco se diferencia daquelas das terras devastadas pelo medo das ficções góticas. De início, somos colocados em uma trajetória de depressão, que nos leva a uma encruzilhada temporal: “A confiança dos americanos na economia tem esmuracido nas últimas semanas, atingindo os níveis mais baixos desde a recessão no início dos anos 1980” (GRYNBAUM, 2008, s/p, no original em inglês).

Sequer conhecemos ainda os indícios dos últimos estragos causados aos bens comuns. Somos apresentados a uma perturbação simbólica pela projeção de uma voz coletiva anunciada, que, em uníssono, teme pelos rumos do equilíbrio geral. Essa perturbação logo se conecta a uma referência mnemônica de uma ansiedade já vivida antes, a de um momento no passado que se provaria avassalador. Ainda em 2008, o mesmo gesto seria realizado em edições seguintes do jornal, quando a referência se aprofundaria e passaria da recessão do início dos anos de 1980 para a Grande Depressão americana dos anos de 1930.

Uma série de choques financeiros recentes, incluindo o colapso do banco de investimentos Bear Stearns, e o considerável enfraquecimento do mercado de trabalho parecem ter sido fortemente sentidos pelos americanos que temem uma desaceleração severa e prolongada da economia, como aponta uma pesquisa divulgada na sexta pela Reuters e pela Universidade de Michigan.

Os americanos demonstram uma perspectiva mais pessimista do que qualquer outra desde a observada em julho de 1980, fim defi-

nitivo do período de estagflação que assolou o país durante anos. (GRYNBAUM, 2008, s/p, no original em inglês).

Vemos agora um cenário cujas imagens são de uma força disruptiva incontrolável e funesta. Diante dos “choques financeiros” e do “colapso do banco de investimentos”, a sombra que tais sinais de derrocada lançam no futuro só pode minar qualquer possibilidade de tranquilidade. O medo que se instaura em relação a pragas já familiares nos coloca a todos em situação de alerta, uma vez que nossa leitura do jornal jamais se realiza de maneira individual.

“Eu acho que nós deveríamos estar nos preparando para um longo período de baixa significativa no consumo”, afirmou Ian Shepherdson, economista no instituto de pesquisa High Frequency Economics, em Londres.

Isso significaria que a economia do país tem um caminho duro pela frente, uma vez que mais de dois terços dela são sustentados por gastos com consumo. (GRYNBAUM, 2008, s/p, no original em inglês).

Nota-se aqui a configuração narrativa de um abalo marcada pela envergadura histórica que promove e pelos movimentos internos que precipita. O desmoronamento de certos esteios do presente e os fantasmas que se levantam de ruínas do passado promovem um desarranjo do equilíbrio da vida comum. Não são laços de solidariedade que se enfraquecem, mas a habilidade de partilhar de hábitos fundamentais para a sustentação de sua estruturação social. A ansiedade instaurada aponta para um movimento de reclusão e resguardo, e esse próprio movimento, mais do que os eventos que o precederam, é potencialmente danoso.

Na terra do crescimento constante, impulsionado pelas glórias da história, a configuração de uma crise abusa familiarmente da associação entre desolação e medo e os movimentos adversos do capital, a recessão, a desaceleração, a queda. Todos esses movimentos são, também, as forças que se contrapõe à própria progressão narrativa do constante avanço. É a própria crise que se tece na matéria, já em ação, antes mesmo que ela se fizesse concretizada nos anos que se seguiriam.

Pela matéria, percorremos ainda uma série de indicadores que surgem menos como justificativa para o mal-estar do que como novos fatores para alimentá-lo: “Reiterando essas preocupações, um relatório do governo sobre preços de importação mostrou que o custo de bens importados cresceu 2,8% em março”; “Os preços de importação subiram quase 15%, o maior aumento anual desde que os registros começaram a ser feitos, em 1983”; “O crescimento veio embalado pela alta recorde no preço do petróleo, mas os custos parecem ter se infiltrado em meio a outros bens”; “Os preços de exportação cresceram 1,5% em março, e vêm somar a um aumento de 8% registrado nos últimos 12 meses, sendo os alimentos e os produtos agrícolas aqueles que tiveram a maior alta” (GRYNBAUM, 2008, s/p, no original em inglês). Estamos imersos na busca da materialização de danos que são fundamentalmente abstratos e especulativos – como acontece com o conjunto vasto de números, gráficos e tabelas que tomam conta de toda a página C7 e de metade da página C8, na seção “Market Gauges” [“Medidores de Mercado”]. Ainda que a experiência seja de profundo temor, somos lançados à busca de formas de criar uma coerência para um cenário que será tão mais problemático quanto mais suas medições nos escaparem. Se as oscilações do capital possuem sempre algo de imprevisível, a contenção da crise – modulação máxima da imprevisibilidade – inicia-se pela compreensão de seus fatores. Calcular as perdas faz parte do próprio mecanismo de reparação do espaço de experiência pelo percurso narrativo. Paradoxal condição histórica: nos gestos de tornar atuais os nossos danos, encontramos a possibilidade de superá-los, ao mesmo tempo em que fazemos disso a nossa experiência cada vez mais profunda da crise.

Modulação semelhante nos guia pelas paisagens da América em outra matéria da edição, intitulada “Severe storms moving across Central U.S.” [“Fortes tempestades atravessam a região central dos EUA”] (HOLUSHA, 2008, s/p), na qual um cenário de calamidade se desenha: “Fortes tempestades, com tornados e precipitação volumosa, atravessaram o sul da região central do país nesta quinta, após atingirem o norte do Texas durante a madrugada, onde destruíram casas, derrubaram árvores e causaram queda de energia” (HOLUSHA, 2008, s/p, no original em inglês). Diferente da ameaça dispersa que se busca materializar

na matéria anterior, o cataclismo que nos acomete aqui é localizado e concreto. Sua emergência e a destruição que ele provoca são mapeadas cuidadosamente. É a isso que vem se prestar a matéria, cuja narrativa é uma constante construção de visibilidades assustadoras para a abertura de novas visibilidades possíveis: “O Serviço Nacional de Meteorologia emitiu alertas de tornado para pontos mais ao norte da região central do Texas, afirmando que tempestades agressivas que atravessavam o local poderiam transformar-se em tornados a qualquer momento” (HOLUSHA, 2008, s/p, no original em inglês).

Tempestades, aguaceiros, tornados são crises que se abrem frequentemente no tempo, e cercá-las é um empreendimento importantíssimo na rotina histórica dentro da qual o jornalismo é fundamental mediador. Há poucas coisas mais atemorizantes do que a imprevisibilidade da natureza, uma praga que pode se manifestar a qualquer momento, em qualquer lugar e acometer a qualquer um, seja na forma de fenômenos climáticos, de eventos astronômicos, ou de doenças e desarranjos ambientais. E por mais eventuais que sejam, por mais individuais que sejam seus estragos, esses danos são sempre narrados como histórias de uma ameaça constante: “O mau tempo causou uma morte em Oklahoma, onde uma mulher faleceu na quarta quando seu carro derrapou em uma rodovia durante um aguaceiro” (HOLUSHA, 2008, s/p, no original em inglês). Ir ao seu encontro e estar preparado para o seu novo acontecimento eminente é a demanda que move a narrativa. Em certo momento, ela se torna a narrativa das próprias expectativas em relação ao cataclismo que se abriram recentemente:

A expectativa era que as tempestades se movessem na direção nordeste durante o dia, rumo a áreas no sul de Missouri e Arkansas que já estão alagadas devido às últimas chuvas. Alertas de enchente foram emitidos para 23 municípios no sudeste de Missouri.

A expectativa era que, ao longo da tarde, a probabilidade de enchente se estendesse até mais ao norte, na região sul de Illinois.

O serviço de meteorologia alertou que a chuva forte poderia encobrir os funis de tornados até que eles ficassem próximos o suficiente para oferecer riscos. Também foi dito que os temporais poderiam vir acompanhados de pedras de granizo do tamanho de bolas de golfe. (HOLUSHA, 2008, s/p, no original em inglês).



Por meio de imagens fascinantes, o mundo se abre fortemente à experiência da ficção, que não é menos real porque nasce de demandas especulativas. Essa evidência nos permite reelaborar a máxima do *Newseum* “Nada não é notícia”: no terreno da narrativa jornalística, tudo – mesmo a ficção – pode fazer parte das tramas da realidade. Na matéria, tampouco a consecutiva irrealização do cataclismo elimina a possibilidade de sua ameaça. “Até o meio da manhã, nenhum tornado havia sido registrado” (HOLUSHA, 2008, s/p, no original em inglês). Somos levados, em seguida, a outras partes onde a destruição pode ser comprovada: “Chuvas fortes inundaram estradas em parte do estado [Arkansas] e levaram ao fechamento de algumas escolas” (HOLUSHA, 2008, s/p, no original em inglês). A experiência da ameaça é tão mais pública quanto mais se oferece como violência contra os esteios comuns.

Detemos-nos, enfim, em uma última matéria, iniciada na página B1, cujo título adianta uma interessante relação entre visibilidade e invisibilidade na ordenação da nossa experiência da história: “Security measures, seen and unseen, are planned for the pope’s visit” [“Medidas de segurança, visíveis e não visíveis, são planejadas para a visita do papa”] (BAKER, 2008, s/p). Logo vislumbramos uma síntese do que estará por vir, na frase destacada em meio à massa de texto: “Nenhuma ameaça específica à cidade ou ao pontífice, mas muitas precauções” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês).

A abertura inaugura uma impressionante imagem de um terreno vasto que estará em vias de se fechar assim que o adentrarmos. Partes do céu sobre nós, os mares ao redor e as ruas de toda Nova York serão fechadas na próxima semana quando o Papa Bento XVI chegar à cidade” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). A chegada da ilustre figura ali imediatamente chama nossa atenção para uma série de questões que povoam nosso imaginário em relação à liderança católica. No entanto, a matéria trata logo de definir quais dessas questões deverão permanecer em nossas mentes, e é com suas consequências que lideramos até o final: “Como um líder religioso e chefe de estado, recentemente acusado por Osama bin Laden de liderar uma cruzada contra os muçulmanos, o papa coloca para a cidade e para as autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis federais um desafio sobre segurança de notável complexidade” (BAKER, 2008, s/p, no original

em inglês). A conexão entre o papa e o líder da al-Qaeda logo evidencia que quem quer que possa ocupar um lugar no mundo dos leitores do jornal novaiorquino, todos estarão sujeitos às posições que seu espaço de experiência os condiciona a ocupar.

A referência a Bin Laden evoca um conjunto de outras narrativas acumuladas, inclusive aquela que vivenciamos por meio da primeira matéria. Com a associação do declarado inimigo número um da América à visita do papa – posicionado aqui como alvo das críticas do líder muçulmano –, é a nossa segurança que se coloca em jogo. Algumas de nossas edificações ilustres se levantam pela rota desenhada na matéria, ao redor das quais muralhas serão erguidas: “O planejamento teve início em outubro, considerando uma viagem de três dias, que envolve visitas a alguns dos maiores e mais importantes pontos da cidade: o marco zero, a Catedral de St. Patrick, o Estádio dos Yankees, o prédio das Nações Unidas e a Sinagoga de Park East” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês).

Entre as medidas de segurança, a matéria nos apresenta aquelas que são, em suas palavras, as medidas visíveis – “mergulhadores no East River, atiradores patrulhando os telhados, helicópteros e limusines blindadas” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês) – e outras que não o seriam – “detetives disfarçados em meio à multidão ou policiais portando em seus cintos detectores de radiação do tamanho de um *pager*” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). O que temos aqui é uma curiosa cena de montagem de um esquema de blindagem que se configura diante de nossos olhos, e na qual todos os seus elementos são aparentes. Menos aparente é a instalação de insegurança que se alimenta da própria amostra de tamanho esforço.

Em grande medida, essa blindagem é a própria marca das investidas da concordância, sempre evidências da própria dialética na qual se insere. No entanto, é outra relação com o visível que se segue: “Não falamos sobre planos e métodos”, afirmou Darrin L. Blackford, agente especial do Serviço Secreto em Washington. “Mas vamos empreender uma série de recursos para isso” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). Nesse momento, temos uma invisibilidade instaurada que é fortemente pulsante e que escapa à exposição pública. A fala de Blackford aparece como uma informação que nos orienta e nos impõe

um ponto cego. Abre-se, ao nosso redor, sem que tenhamos total clareza de seus caracteres, uma vida que corre pelas sombras, uma batalha oculta que sabemos acontecer, mas que não temos condições de rastrear.

Resta-nos permanecer na parcela visível do território que nos é reservada e a certeza de que algo pode estar acontecendo – e que pode, a qualquer momento, invadir a cena. A matéria desenha um mapa detalhado da passagem do papa, para onde nossa atenção é dirigida:

O papa, viajando em sua aeronave, Shepherd One, deve chegar ao Aeroporto Kennedy na próxima sexta de manhã, um dia antes do início da Páscoa judaica.

Ele vai falar com os representantes das Nações Unidas às 11h e, em uma conversa privada, com outros membros da organização. À tarde, ele deve visitar a Sinagoga de Park East, na East 67th Street, e mais tarde, a Igreja de St. Joseph, na East 87th Street, de acordo com Joseph Zwilling, porta-voz da Arquidiocese de Nova York. (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês).

Em seguida, ficamos conhecendo os endereços precisos do local no qual o papa se hospedará, do lugar seminário em que realizará um evento para a juventude, do estádio onde celebrará uma missa, do trajeto que percorrerá com o papamóvel, da igreja onde realizará uma visita. Mas é somente por essa narrativa que nos é autorizado conhecer tais ambientes, como se pudéssemos somente avistá-los, do lado de cá das barreiras de segurança. Enquanto potenciais espectadores da visita do papa, nossa conduta é imediatamente orientada: “Os espectadores devem se dirigir à igreja pelo cruzamento da Avenue of the Americas com as ruas 50th ou 51th, e deverão passar por detectores magnéticos” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). E mesmo que buscássemos distância de tais circunstâncias, somos imediatamente obrigados a seguir uma “recomendação de trânsito altamente complexa” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês): descobrimos a área onde aviões serão proibidos, onde as águas do East River são inacessíveis, as zonas restritas para táxis. Todas as informações podem ser complementadas, inclusive, por um outro percurso que o jornal abre para nós, leitores, indicando, no canto da matéria, que “[dois repórteres do *Times*, Laurie

Goodstein e Ian Fisher, estão respondendo dúvidas de leitores sobre o papado de Bento XVI e sua visita aos Estados Unidos: [www.nytimes.com/the pope](http://www.nytimes.com/the pope)” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês).

No meio disso tudo, a matéria é interrompida, e sua continuação na página B5 é indicada. Para chegar até lá, passamos rapidamente por uma série de outros conflitos, maiores ou menores, de diferentes implicações que marcam a configuração da cidade: “New York’s top judge sues over judicial pay” [“Principal juiz de Nova York processa por salário judicial”], “Carrying the Olympic Torch, and protesting it, too” [“Carregando a Tocha Olímpica, e também protestando”], “Wounded officer kills gunman” [“Policial ferido mata atirador”] e a própria história de Jane pela grade da Capela de St. Paul.

Na página B5, a matéria tem continuidade, acompanhada de uma fotografia. Na imagem, o papamóvel é escoltado por um conjunto de seguranças vestidos de terno, passando por entre uma multidão de pessoas que acenam de trás, dos lados, da frente – uma mão, cujo dono esconde-se no fora de campo, ergue-se em aceno logo no primeiro plano, colocando-se entre nós e o líder religioso. Não poderia ser um registro da passagem do papa por Nova York, afinal, essa passagem ainda ocorrerá. Na legenda da foto, descobriremos que se trata de uma outra situação, que devemos tomar como referência: “Uma multidão se aglomerou nas ruas de Cologne, na Alemanha, para ver o Papa Bento XVI em 18 de agosto de 2005. Ele deve visitar Nova York na próxima semana” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). Logo abaixo, em uma fotografia menor, a imagem é complementada pela figura de um policial, que observa algo à distância com seus binóculos. Atrás dele, ergue-se um pôster do papa, não Bento XVI, mas alguém que aqui vem representar a mesma força institucional: “Um policial nova-iorquino vigia a multidão enquanto o Papa João Paulo II celebra uma missa no Central Park, em 1995” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). Qualquer anacronia entre a primeira foto e o texto é logo suprida, de certa forma, pela relação que o conjunto estabelece. Assim, a visita futura do papa, ou, mais ainda, as ações de segurança em torno dela são antecipadas nos esforços de atualidade do jornal.

Na continuação da matéria, logo somos levados a outras dimensões do mundo, por onde nos veremos, mais uma vez, cercados pela força da

concordância, que é tão mais opressora quanto maior o risco da irrupção discordante. “Sempre que uma grande personalidade mundial visita uma cidade de oito milhões de habitantes, surgem inúmeras complicações, mas Nova York está acostumada a isso”, afirmou Michael A. L. Balboni, vice-secretário de segurança pública do estado de Nova York” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). A *expertise* anunciada, adquirida a duras penas, sugere uma conexão latente, mais uma vez, com os ataques ao World Trade Center, que logo se evidencia: “Nosso foco de atenção nessa visita é o paradigma de ameaças do pós 11 de Setembro relacionado aos monumentos icônicos e aos alvos de alta visibilidade”, disse Balboni” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). Percebemos, assim, como a estruturação da vigilância e a visibilidade tensa que ela cria envolve dos mais expostos marcos aos meandros do fluxo informativo que circula pela narrativa. Novamente a sensação de insegurança generalizada é evocada, seguida imediatamente por sinais de possível quietação – “Representantes de diversas instâncias do governo afirmaram que não foram identificadas ameaças específicas ou convincentes contra a cidade ou o papa” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). O movimento se desdobra com uma retomada da necessidade de vigilância, à medida que as forças de inteligência contraterrorismo “continuam a monitorar ameaças dentro e fora do país”, e que “o planejamento tem sido intensificado à medida que nos aproximamos do dia da visita do papa” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês).

Mais uma vez, vamos ao encontro de Balboni, que se oferece como porta-voz das forças que orientam as condutas de todos aqueles que habitam tal narrativa, inclusive nós mesmos. Ali, nem nossas vidas passam incólumes às luzes frias de uma visibilidade total – porque a ameaça também é total –, ainda que jamais sejamos nós aqueles que avistarão sua totalidade.

“Você tenta antecipar toda situação possível em que alguém pode fazer algum mal”, disse. “Você faz essas avaliações de vulnerabilidade e risco das ameaças. Então você observa, ‘Qual é o ponto fraco? Há algum furo? Alguma brecha?’ Há certas coisas que você pode consertar, mas o que você vai fazer é fazer tudo que puder para minimizar aquela ameaça específica.” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês).

O percurso da matéria é encerrado com uma última declaração de Balboni, explicando que toda a operação é significativamente dispendiosa, sobretudo por causa dos dias nos quais ela se desenrola: “Sábado e domingo são dias mais caros para nós; é este o mundo em que vivemos” (BAKER, 2008, s/p, no original em inglês). A fala do secretário de segurança pública, muito mais do que esclarecer os custos de um investimento, vem justificar a condescendência confundida com necessidade absoluta de nos defender de uma ameaça inevitável. A ameaça que é fonte de tanta insegurança, evidentemente, não precede a aparentemente necessária defesa contra ela.

Nossa leitura se encerra, assim, com um emblema de sua própria experiência. Percorremos um trajeto que não nos permite saber ao certo de que lado estamos da fronteira entre a festa e a desolação, a clareira e a floresta, ainda que essas fronteiras sejam constantemente reerguidas. Nas dialéticas temporais das notícias, os baluartes da liberdade estão sempre a um passo de serem engolidos pelas trevas. Pelas páginas do *New York Times*, reúnem-se todas as notícias possíveis, e todas as notícias do possível; e, no entanto, suas narrativas padecem constantemente de uma impossibilidade ontológica, que é aquela da América, mas que é, sobretudo, a da função jornalística tal como a preveem seus inúmeros monumentos.

É com essa impossibilidade, e não apesar dela, que o jornal alimenta o regime de historicidade compreendido no capítulo e nele se insere. O constante esforço de encontrar a sustentação do presente nos pilares do passado – seja nas glórias herdadas das civilizações, no sucesso do experimento americano ou na grandiosidade da história de sua imprensa – parece se tornar tão necessário quanto mais evidente são suas fissuras. A possibilidade de ruína de um suposto espaço de experiência comum, absolutamente marcante nas diversas matérias do jornal, é o que parece orientar, em grande medida, as vidas, seja na forma de reação ou de tormento. E tal possibilidade é ameaçadora, porque não apenas desperta os fantasmas de um passado intempestivo, como os leva consigo futuro adentro, tornando turvos os horizontes de expectativas ao reivindicar sua parte maldita no nunca-se-esquecer.



Figura 7: Monumento a Washington

## capítulo 4

# O JORNAL DO FUTURO

QUANDO INAUGURA sua reforma editorial em 2010, a *Folha de S.Paulo* é o diário impresso mais vendido do Brasil de meados dos anos 1980 até então, e uma das mais proeminentes mídias informativas no país. Fazendo referência direta às discussões em torno do futuro do jornalismo impresso, a *Folha* anuncia o lançamento do seu “Jornal do Futuro”, se colocando na vanguarda dos históricos processos de constituição da dita imprensa moderna brasileira. Tal gesto reinventa gestos semelhantes que foram performados diversas outras vezes na história, não apenas pela própria *Folha*, mas também por outros periódicos dos quais ela se coloca como herdeira direta ou indireta.

Nesse sentido, o material de divulgação da reforma – que inclui um caderno especial encartado na edição de seu lançamento, um vídeo documentário no site do diário e *spots* publicitários para televisão e internet – promove uma atualização não apenas do lugar da *Folha* no cenário midiático, mas de importantes preceitos sobre o papel do jornalismo enquanto mediação fundamental da modernidade brasileira. Explorar tal material na condição constitutiva de um dispositivo de legitimação do jornalismo nos permite, então, compreender tais esforços



orientados por uma remissão ao futuro como estratégia de ordenamento da mediação da história; permite-nos, ainda, nos conectar com diferentes momentos da história nos quais a expectativa de futuro se oferece como importante estratégia de modulação da experiência tempo – diferentes oportunidades, portanto, de nos encontrarmos, mesmo no passado, com a fundação do “jornal do futuro”. E à medida que nos aprofundamos nesse movimento, nos deparamos com contradições que marcam aspectos da história do Brasil e de sua imprensa, na qual o passado é frequentemente colocado às sombras do futuro e da própria arbitrariedade e violência da teleologia como imperativo do tempo.

Buscamos, em síntese, apontar para a constituição de um regime de historicidade cujo horizonte de expectativa se delinea na frequente projeção ao futuro como modo de ordenação do mundo em direção ao progresso. Tal aposta pode ser descoberta em diferentes momentos da história do Brasil em meio a processos de urbanização, democratização e desenvolvimento – sob o símbolo da modernidade – nos quais ela é movida por interesses e preocupações fortemente circunstanciais e contraditórios. Em cada um deles, o jornalismo é apontado como instituição fundamental para a orientação da história, na medida em que se oferece como porta-voz da modernidade, seja enquanto divulgador dos seus ideais, seja enquanto sua própria materialização como meio moderno de comunicação. Percebemos que os discursos de modernização da imprensa brasileira tentam, reiteradamente, reinaugurar novos tempos para o jornalismo e para sua comunidade de leitores, que, no entanto, são fortemente amparados na atualização de estratégias utilizadas no passado. Percebemos, ainda, que os esforços orientados ao futuro são tão mais intensos quanto mais esse futuro se prenuncia como ameaça, principalmente, pela própria impossibilidade de domínio sobre ele – e, nesse sentido, antecipar o futuro surge como tentativa de minar sua intempestividade. Ao mesmo tempo, é também a intempestividade do passado que se busca evitar, na medida em que alcançar o futuro significaria superar os aspectos da realidade que obstruem a realização de um país moderno.

Como no capítulo anterior, a estruturação do nosso movimento passa por quatro etapas. Partimos de uma exploração das textualidades que compõem o dispositivo convocado, o material de lançamento da

reforma editorial da *Folha*, apontando para as maneiras como suas textualidades orientam as dinâmicas da historicidade que ele nos apresenta. Em seguida, analisamos tais dinâmicas à luz de contribuições de autores que nos permitem colocar em perspectiva a compreensão da mediação jornalística em meio a processos de modernização no Brasil. Inflexionamos, então, nossa reflexão no universo ficcional da literatura fantástica brasileira, que nos ajuda a consolidar um olhar sobre as experiências históricas constituídas no âmbito do regime de historicidade estudado. Lançamos-nos, por fim, à leitura das narrativas configuradas pelas notícias da edição de inauguração da reforma da *Folha*, nos atentando para os paradoxos temporais que fundam a experiência histórica de uma realidade atormentada pelas próprias expectativas que a constituem.

#### 4.1 Novíssima

“Enquanto se discutia o futuro do jornal, a *Folha* fez o jornal do futuro” (JORNAL, 2010a). A cartela, sobre o silêncio de um fundo negro, é invadida por crescentes ruídos de uma agitação urbana. A agitação não indica qualquer transtorno e é elevada a uma intensidade que não nos soa incômoda. Em meio à indistinção de massa sonora, os únicos ruídos que se pronunciam com clareza são os do canto de alguns pássaros.

Planos panorâmicos da cidade são revelados, numa paisagem composta por altos edifícios e longas vias, que se multiplicam quando espelhadas pelas águas do rio. Não fosse pelo desimpedido fluxo de veículos, pelos pequeninos vultos que podemos observar à distância – fluxo que se faz ainda mais corrente pela leve, mas notável, aceleração das imagens –, a movimentação da cidade estaria presente apenas nos ruídos que persistem na paisagem sonora – fluxo sonoro que segue ininterrupto no passar de um plano a outro.



Figura 8: *Folha, O Jornal do Futuro* (1)

Os mais familiarizados com o cenário da cidade de São Paulo reconhecerão, no primeiro plano, um trecho da Marginal Pinheiros, que poderia apenas nos servir de porta de entrada para o contexto genérico da capital paulista. No entanto, desse ângulo, podemos avistar parte de uma ponte estaiada que se insinua ao fundo. Aquela ponte, inaugurada em 2008, leva o nome de Octavio Frias de Oliveira, antigo dono da *Folha*, falecido em 2007. Em sociedade com o empresário Carlos Caldeira Filho, Frias compra o diário em 1962. É, sobretudo, sob a sua regência e, posteriormente, sob a de seus filhos, que a empresa se torna uma das maiores no ramo da comunicação no país, e centro de um conglomerado midiático erguido em seu entorno.

De volta ao fundo negro da tela, uma nova cartela anuncia o título do filme: *O Jornal do Futuro*. A peça criada para a divulgação da reforma da *Folha* é um vídeo de 18 minutos assinado por uma das maiores agências de publicidade do Brasil, a *África*. A peça audiovisual foi um dos produtos encomendados para a campanha, disponibilizada no dia da inauguração da reforma, 23 de maio de 2010, no site do diário – junto de outras duas versões abreviadas do filme, para espectadores com cada vez menos tempo à disposição. Segundo a marcação exibida no vídeo, estamos em 23 de abril de 2010, o que nos oferece a inflexão temporal que dá sentido ao filme: estamos *há* um mês e *a* um mês do

lançamento da reforma. O documentário é, assim, tanto uma obra retrospectiva quanto a história da construção do futuro do jornal o qual agora adentramos.

Mas a reforma do diário é simbolizada no vídeo, em primeiro lugar, pelas marcas de uma reforma que toma conta do “velho” edifício da *Folha*. A ele somos apresentados pela locução de Otavio Frias Filho, diretor de redação, jornalista na *Folha* desde 1975, ano em que seu pai inaugura uma de suas importantes reformas editoriais. Como diretor de redação, na década seguinte, Frias Filho encontra-se à frente da criação do Projeto *Folha*, plano que sistematiza as diretrizes editoriais do diário e que ainda hoje é pilar de sustentação dos seus discursos institucionais.

Frias Filho nos apresenta o edifício que é sede da *Folha* desde meados dos anos 1960. O espaço está agora tomado por operários e materiais de construção. “Aqui a gente chama de *o velho* saguão das rotativas” (2010a), diz ele, enfatizando a entonação dos índices do passado. “Atualmente é uma área que está em reformas, inclusive. É uma parte desativada. É um lugar no térreo que tem um pé direito muito alto, um assoalho de madeira *antiga*, até pouco tempo atrás havia uma *velha* rotativa da marca *Ross*, feita *ainda nos anos 1940*” (2010a). Para Frias Filho, aquele é um cenário interessante. Não que ele seja adequado ao “jornal do futuro”, mas oferece ao jornal a matéria sobre a qual as máquinas da reforma se instalam. No jornal do futuro, o recurso ao passado importa na medida em que ele impulsiona o presente adiante. Em sua primeira edição após a reforma editorial, em 23 de maio de 2010, a *Folha* traz a indicação em seu cabeçalho: “Desde 1921”.

No vídeo, Frias Filho é seguido por Sérgio Dávila, produtor executivo e diretor da atual reforma do diário. Alguns minutos depois, no vídeo, Dávila conta que fora correspondente da *Folha* em Nova York, cobrindo a eleição de Bush, o ataque ao World Trade Center e a Guerra do Iraque, antes de ser convidado a chefiar as mudanças do diário. Dávila também inaugura sua participação no vídeo dizendo algo sobre aquele edifício: “O prédio velho da *Folha*, pra mim, é um motivo de orgulho. Porque é um jornal que tem noventa anos, então é um jornal sólido, de tradição, tem uma história; ao mesmo tempo é inquieto, é moderno, é nervoso.” (2010a). Os dizeres de Dávila são ilustrados por

imagens internas do edifício. São planos estáticos de espaços amplos, claros e limpos. Em meio a esses espaços, no entanto, movem-se agitada e rapidamente espectros de pessoas, que, como os carros na cidade, estão ali menos para se instalar como vidas do que para registrar traços de movimento.



Figura 9: *Folha, O Jornal do Futuro (2)*

O vídeo nos leva ainda à sala de reuniões da redação, onde estão vários jornalistas do alto escalão, devidamente identificados por seus trajes sociais, pequenas xícaras de café e expressões de austeridade. Eles se aglomeram em volta de uma mesa, por onde se espalham páginas de jornal, e se debruçam sobre os detalhes de sua configuração. Dávila, sobretudo, conduz os olhares e observa a recepção de Frias Filho. A música da cena, lenta e tensa a princípio, se explode em uma animada toada de *rock*. Fragmentos de cenas da reunião e das páginas do jornal na mesa se intercalam com imagens rápidas do trabalho dos operários da obra do edifício, das faíscas das máquinas e do velho saguão tomado por entulhos.

A reforma de 2010 inaugura a fusão de duas redações que funcionavam autonomamente, a do jornal diário impresso e a da até então chamada *Folha Online*. Trata-se, em um sentido, de uma estratégia para otimizar os processos da empresa. Mas, afinal de contas, como insistem vários

entrevistados ao longo do vídeo, trata-se, principalmente, de afirmar que o trabalho da *Folha* se constitui em produzir notícias, e não em manter uma ou outra “plataforma”. “A gente não vende papel, a gente vende informação”, afirma orgulhosa Maria Cristina Frias, jornalista da seção de negócios, também filha de Octavio Frias – a mesma frase seria repetida por Dávila em outro vídeo promocional realizado no ano seguinte, em comemoração dos 90 anos do diário<sup>6</sup> (TODA, 2011).

Mais uma vez, entremeadas entre os relatos, vemos cenas do parque gráfico da *Folha*, das máquinas funcionando, impressoras rodando e rotativas deslizando rolos de páginas do jornal. Motes semelhantes são também encontrados no vídeo de 2011: rotativas, esteiras, páginas de jornal, ruídos de máquinas, galpões da gráfica, depósitos... E se as imagens da potência industrial da *Folha* ainda não são suficientes, nos são oferecidos dados que quantificam alguns dos aspectos do diário para lhe conferir ares de importância jornalística concreta: “384 textos por edição”, “103 metros de texto por edição”; e mesmo alguns cacoetes de um pensamento industrial tentando lidar com o vocabulário digital: “600 links de informação por dia”, “1 terabyte de informação por dia” (TODA, 2011). Como não poderia ser diferente, por detrás dos textos em destaque, páginas de jornal deslizam indistintamente.

O termo “plataforma” é recorrente nos dizeres da reforma de 2010, e vem justamente minimizar a importância do meio em função do seu conteúdo, ainda que vários de seus esforços surjam no sentido de tentar adaptar o impresso a parâmetros do mundo digital e em rede. Assim, por um lado, afirma-se que a qualidade das informações produzidas pela estrutura jornalística da *Folha* está acima de suas vitrines de exposição. Por outro, não se deixa de tentar reformular suas estratégias e formas de composição e exposição, ainda que sob a justificativa de que elas não alteram, ao cabo, sua “essência”.

Logo se percebe a ambiguidade do discurso do “jornal do futuro”. Por um lado, tal discurso marca a disponibilidade e o anseio para o novo, anseio manifesto em vários outros momentos da peça publicitária. Frias Filho, sentado em seu escritório, enfatiza que, durante todo o processo, esteve aberto a ideias originais que pudessem modernizar o diário. Dávila, em um auditório, diante de toda a equipe da redação, para a qual apresenta as diretrizes da reforma, abre seu discurso dizendo: “A

gente tá vivendo uma nova edição, uma nova fase, um novo momento do Projeto Folha.” (JORNAL, 2010a).

Ao mesmo tempo, o apego a concepções cristalizadas de jornalismo, materializadas inclusive pelo Projeto Folha, faz da reforma uma oportunidade também de atualização de certas tradições, ainda que sob o pretexto de uma tradicional demanda pelo novo. Na edição de inauguração da reforma, a *Folha* abre seu editorial “O espelho do mundo” afirmando:

Dedicados a acompanhar o dia a dia de um mundo em contínua e rápida evolução, é natural que os jornais também mudem. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata de um jornal como este, que procura cultivar a autorrenovação periódica como postulado. (ESPELHO, 2010, p. A2).

No entanto, trata-se, principalmente, de uma nova demanda pelo tradicional. O texto aponta, imediatamente, para um lugar da *Folha*, tal como a conhecemos, no futuro: “Em meio às mudanças, é oportuno ressaltar o que permanece.” (p. A2). E sob tal égide, a importância da *Folha* na história do jornalismo brasileiro, sob o ícone do pioneirismo, é retomada como âncora de sustentação dos novos horizontes.

A fim de compensar os riscos, em que todo jornalismo incorre, de cometer injustiças, criaram-se mecanismos de autocontrole bem antes que esse debate viesse a ser travado no Brasil. Um manual de redação dado a público, a fim de permitir ao leitor e aos personagens do noticiário cobrar compromissos assumidos. Um profissional de alto nível – o ombudsman – remunerado exclusivamente para submeter a própria Folha à crítica sistemática e pública. (p. A2).

É interessante lembrar que, no final dos anos 1990, a *Folha* adota um *slogan* que assinala tanto seu destaque em meio aos outros veículos quanto a reafirmação da função necessária da mediação jornalística: “*Folha*: não dá pra não ler” – o *slogan*, é importante notar, ainda é conhecido pelo uso (duplo) da afirmação negativa, indo de encontro a convenções da publicidade e marcando também, com isso, a estatura de arrojo do jornal. Em 2010, em um pequeno vídeo promocional produzido pela *Folha* para anunciar a sua nova reforma, a atriz

Fernanda Torres – uma das pessoas que integra o novo conjunto de colunistas do jornal – atualiza o slogan, sem abrir mão do tradicional: “Não dá pra não clicar, acessar, receber, não dá pra não ler.” (JORNAL, 2010b).

E é com uma exclamativa que a *Folha* apresenta a seus leitores seu último esforço de inovação do jornalismo, quando estampa com letras garrafais na capa do caderno especial que dedica à reforma: “Novíssima!” (NOVÍSSIMA, 2010, p. 1).



Figura 10: *Folha*, *Novíssima* (1)

No canto superior da capa do caderno, vemos uma coluna com a evolução da tipografia da marca do jornal. Redesenhada, ela está em destaque no topo da coluna. A lógica que guia o infográfico é a mesma que guia todas as outras linhas do tempo presentes no caderno: o mais novo sobre o mais antigo, o que, em momento algum, indica qualquer tipo de movimento retrospecto para um reencontro com o passado,



mas, sim, para, mais uma vez, se colocar à sua frente.

Na nova marca, a superação da forma antiga é discreta. Na seção “Renovação gráfica” do caderno especial, há um grande esforço não só para enfatizar a importância do novo desenho e o seu impacto no jornal, mas para que consigamos mesmo identificar seus traços diferentes – “mais contemporâneos” (NOVÍSSIMA, p. 6) – em relação ao anterior, caso nos passem despercebidos.



Figura 11: *Folha, Novíssima (2)*

Não bastasse a evidência material da inovação, há, novamente, a reiteração do tradicional imperativo da renovação: “Desde os anos 80, a *Folha* mantém um papel de vanguarda nas inovações visuais da imprensa brasileira.” (p. 6). E nenhum aspecto gráfico, obviamente, vem desarticulado da função que deve exercer na composição global do “jornal do futuro”. É à otimização da mediação da experiência histórica realizada pelo jornalismo, afinal, que a reforma aparentemente se destina, nos salvaguardando das novas e preocupantes condições do mundo do leitor:

Não há, porém, legibilidade e identidade que resistam a uma página confusa. Se a oferta caótica de informações dos meios eletrônicos é uma marca da vida contemporânea, cumpre ao jornal selecionar as informações com cada vez mais rigor e clareza e levar ao leitor o que é realmente importante e útil. (p. 6).

De todos os aspectos implicados na reforma, é à reforma gráfica, e apenas a ela, que a ombudsman Suzana Singer escolhe dedicar suas observações em sua coluna na semana seguinte, no dia 30 de maio de 2010. Recuperando uma série de reclames dos leitores que lhe escreveram, Singer enfatiza a má recepção do uso excessivo de certo tom de azul, aquele usado inclusive na capa do “Novíssima!” e replicado abundantemente nas páginas do jornal. A coluna é ilustrada pelo desenho de um Fusca azul logo abaixo do título: “O azul que ofusca” (SINGER, 2010, p. A8). Em resposta aos comentários, Singer apresenta a justificativa da coordenadora de design, que explica que “o azul ‘ilumina’ as páginas e faz uma ligação com a internet. ‘Azul luminoso’ é das cores mais usadas em sites, blogs, no Twitter, por exemplo. É um jeito de colocar a *Folha* em conversa com a mídia digital.” (p. A8).

É evidente, assim, que a reforma de 2010 vem servir principalmente à reafirmação do jornal diário impresso, símbolo institucional de um jornalismo que não se desvanece ao se misturar ao universo ilimitado, desregulado e “caótico” dos tempos de informação em rede. Mesmo as inovações técnicas e formais propostas na reforma do diário são tímidas, ou mesmo conservadoras, profundamente atreladas às lógicas de um jornalismo industrial. Sobre os novos aspectos gráficos do jornal – o seu “redesenho”, nos termos da coordenadora de design Eliane Stephan (JORNAL, 2010a) –, o comentário jocoso do colunista José Simão no vídeo é mais revelador do que deveria: “Fez uma lipo, não é isso? Tirou as olheiras!” (2010a).

Já podemos perceber, por aqui, que os esforços de atualização constituem uma preocupação profundamente ambígua. Por um lado, tais esforços se apresentam como forma de se adequar aos tempos de hoje, de superar aspectos do diário que já não condizem com a realidade dos leitores, ainda que a mudança não abra mão de aspectos que, como tanto tentam nos convencer, funcionam como garantia de continuidade de um projeto de jornalismo. Por outro lado, a atualização do jornal sob a alcunha do futuro – enquanto se discute o futuro do jornal – demonstra uma preocupação em colocar-se numa situação de vantagem em relação ao próprio presente, e, em alguma medida, tentar antecipar o tempo futuro. Ora, tentar tornar o futuro atual não deixa de ser uma estratégia de combate às ameaças do futuro incerto, ameaças que, aqui, mais do que

nunca, colocam em questão a própria viabilidade do jornalismo diário impresso e de tudo o que ele parece representar. Em última medida, tal gesto, mais do que antecipar o futuro, acaba por esvaziá-lo de sua historicidade. Se há algum resquício do passado que se resguarda no espaço de experiência, ainda que como relíquia, o horizonte deixa de ser um operador nos discursos do “jornal do futuro”, aparentemente um jornal sem futuro.

Uma cosmética da atualidade, é claro, não é a única estratégia adotada pelo jornal para tentar fazê-lo mais integrado às novas tecnologias. Ao final de vários textos no caderno especial, por exemplo, a *Folha* oferece um endereço da *web* indicando informações complementares, sobretudo em conteúdo multimídia, vídeos, áudios e infográficos em *flash* – prática que ela passa a levar adiante no espaço do jornal. Mas, em 2015, cinco anos futuro adentro, se procuramos tal material, já encontramos os links do caderno especial quebrados e as páginas esvaziadas. A rigor, no “jornal do futuro”, assim como no jornal do passado, a informação não é produzida para sobreviver ao tempo.

Na história da construção do futuro da *Folha*, a apresentação da reforma de 2010 se conecta de maneira importante a outras medidas tomadas pelo jornal em outros momentos em que o futuro se coloca em jogo. Em cada um deles, encontramos uma série de traços emblemáticos da historicidade não só do diário paulistano, mas da imprensa brasileira e mesmo do Brasil em processo de modernização.

Nesse aspecto, uma reforma editorial inaugurada em 1975 é eloquente, inclusive pelas conexões que estabelece com a reforma de 2010. Trata-se de um importante passo na composição de uma imagem da *Folha* como um jornal moderno, de classe média, liberal, democrata e com estruturação tecnológica elevada, além de avançar em uma linha editorial que culminaria com o Projeto *Folha* na década seguinte.

Um caderno especial intitulado “Folha 75” (FOLHA, 1974) vem a público encartado na edição de 31 de dezembro de 1974, dessa vez não no dia da inauguração do novo projeto, mas um dia antes, na edição que antecipa a virada e prenuncia a chegada do novo. Com 16 páginas, o caderno se dedica quase que integralmente a apresentar as inovações técnicas implementadas pelo jornal. Impressas nas folhas do diário, imagens do maquinário da gráfica, das estruturas dos galpões,

dos veículos de transporte, de pessoas trabalhando na redação, na impressão e na distribuição do jornal aparecem abundantemente em toda a edição, num verdadeiro portfólio industrial do jornal.

Nos textos, o apelo à modernização é encontrado em síntese nos títulos de cada uma das seções: “O grande salto tecnológico” (FOLHA, 1974, p. 4), “Máquinas cada vez mais rápidas” (p. 5), “Mais notícias em muito menos tempo” (p. 3), “Criar e editar em alta velocidade” (p. 2), “O segredo da entrega rápida” (10). Todos eles, enfim, abrindo a história para a chegada do jornal dos novos tempos: “A opção de agilidade cria um novo jornal” (p. 13), anuncia mais um título, e outro ainda diz, “A nova visão de um jornal moderno” (p. 8). Quase como mea-culpa, misturada às outras, surge a seção “Veloz e dinâmico, mas muito humano” (p. 14).

Nas legendas das fotografias, o texto atinge o ápice de sua eloquência tecnocrática, inclinada a encher os olhos de leitores sedentos por sinais do progresso. Na seção “Uma nova visão de um jornalismo moderno”, sob as fotos do parque gráfico, lemos:

1 – Os imponentes conjuntos impressores “Goss-Metro”; 2 – Um dos 240 veículos de distribuição, numa remota estrada do interior; 3 – O “vídeo” da “Compuscan” e uma página que está sendo lida pela máquina; 4 – Parte do conjunto de fotocomponedoras; 5 – Uma parte do jornal corre dentro da rotativa; 6 – A máquina que produz os fotolitos (detalhe); 7 – A preparação das cores para as chapas; 8 – A fita perfurada que alimenta as fotocomponedoras. (p. 8).

Em outros momentos marcantes, o jornalismo brasileiro apostou nas inovações tecnológicas da imprensa como imagem da abertura de novos tempos. A primeira página do *Jornal do Brasil* da edição comemorativa de 15 de novembro de 1900 é inteiramente preenchida por ilustrações que reproduzem cenas do seu maquinário na virada para o novo século. Já em 01 de janeiro de 1950, é o *Diário Carioca* que nos apresenta, em oito páginas da edição, a sua nova sede: as reportagens “Na casa nova do futuro ‘Diário Carioca’” e “Em oficinas novíssimas será feito um jornal novo” (DIÁRIO, 1950, p. 1) exploram minuciosamente, com o abuso de fotografias, os “três pavimentos de máquinas as mais modernas para fazer um jornal moderníssimo [...] onde as

inovações se casam com um planejamento técnico perfeito” (p. 1).

Como sempre acontece, é o pioneirismo – sempre relativo – do próprio veículo que se afirma na abertura de novos tempos. Na “Folha 75”, no artigo “O grande salto tecnológico”, lemos: “A *Folha* é o primeiro jornal brasileiro de larga tiragem no qual a idade de chumbo já pertence ao passado” (FOLHA, 1974, p. 4). A referência aqui é às impressões feitas por linotipo – máquina inventada nos EUA no fim do século XIX, cujo uso foi predominante no Brasil até meados do século XX, quando houve a inserção da impressão *offset*. No jornalismo do futuro da década de 1970, a *Folha* nos apresenta ao mundo *high-tech* de um tradicional cenário *sci-fi*:

São quase 300 pessoas de ambos os sexos, a grande maioria jovens por volta dos 20 anos, todos com aventais brancos ou azuis. O ambiente asséptico lembra uma enorme sala de cirurgia, comparação que é reforçada pelos estranhos bisturis de cabos amarelos que os de avental branco empunham. Amplos espaços intensamente iluminados. Temperatura constante e agradável. Enigmáticas máquinas elétricas que desafiam a imaginação dos que não as conhecem. Um mundo de fitas perfuradas e fotocomponedoras, que inevitavelmente evoca a lembrança de alguma cena de filme ou passagem de livro de ficção científica. O mundo do jornal do futuro, que na *Folha* já é presente. (p. 4).

A construção de tal cenário não se dá da noite para o dia. No filme “Conheça a história por trás das 29.907 edições”, lançado também como material de comemoração dos 90 anos da *Folha* em 2011, a jornalista Ana Estela de Sousa Pinto afirma que, quando Frias e Caldeira assumem a empresa nos anos 1960, os novos donos tratam de cuidar fortemente “da saúde financeira, da modernização e do crescimento da parte empresarial” do diário (CONHEÇA, 2011). E, como nos mostra a jornalista, é impossível compreender tal esforço de maneira separada de uma circunstância política delicada no país, diante da pressão e da censura dos militares – enquanto os aspectos industriais do jornal se tornam prioridade e se potencializam.

Nesse sentido, a *Folha* acumula, dez anos depois, um grande capital midiático, como outros veículos de imprensa que crescem no período, beneficiando-se, de certa forma, da condescendência – ou mesmo da

parceria – com o governo dos militares e da escalada econômica por eles movida no país. O “jornal do futuro” de 75 tem como condição de possibilidade aquela que, como afirma Renato Ortiz (1999), é conhecida como a Segunda Revolução Industrial no Brasil. Como lembra o sociólogo, a censura possui duas facetas, uma repressiva, outra disciplinadora. Enquanto a primeira é puramente negativa, a outra, mais complexa, afirma e incentiva determinado tipo de orientação. O golpe, portanto, “não é simplesmente uma manifestação militar, ele expressa autoritariamente uma via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” (1999, p. 115).

Já no livro *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*, os jornalistas Maria Helena Capelato e Carlos Guilherme Mota apontam para as primeiras investidas da *Folha* no debate da distensão em meados dos anos 1970 (CAPELATO & MOTA, 1980, p. 230). Em uma série de editoriais importantes que a *Folha* produz, afirmam os autores, o pragmatismo imediatista e pedestre é descartado, “embora nem sempre fosse fácil – ou até mesmo possível – sustentar posições avançadas numa fase em que a ideologia tecnocrática, fabricada na época do ‘milagre’, dominava todos os setores da vida nacional.” (p. 231). Vemos, então, a utopia futurista desenhada pelo “jornal do futuro” da época ser tensionada por uma posição temerosa em relação ao que está por vir. Além de uma preocupação com os rumos democráticos do país, o colapso energético, uma eminente recessão econômica e os empecilhos à sustentação do esforço industrial que caracteriza o processo de desenvolvimento fazem com que a crise se anuncie nos horizontes do jornal, ainda que os militares insistissem em uma imagem do Brasil como ilha de prosperidade em um mundo em recessão.

Colocar-se diante do futuro ganha, assim, uma dimensão grave em outras páginas da *Folha*. No editorial “Uma realidade”, de 30 de março daquele 1975, em referência à comemoração de 11 anos da “Revolução de 31 de março” (UMA, 1975, p. 3) e à consolidação do regime militar, o jornal faz um balanço da história recente, e delinea uma reflexão sobre o destino do país:

Em nossos dias, a Política, classicamente entendida como o governo da sociedade pelo Estado, não mais pode ser concebida na for-

ma de um simples jogo de posições ou de mero aproveitamento de oportunidades. Significa isso, antes de tudo, que é sempre preciso definir e bem conhecer os princípios da ação futura, para que se possa então entrar no campo de suas aplicações. Vale dizer, é indispensável a prévia formulação de uma concepção geral da vida que se postula para cada um dos cidadãos e a Nação.” (p. 3).

A reflexão, no entanto, passa ainda longe de um enfrentamento frontal e substantivo dos problemas da realidade no regime militar. Para o jornal, afinal, “não se poderá negar, em boa fé, que o saldo final apresentado é altamente positivo.” (p. 3).

O que se deve e se pode esperar, portanto, é que o regime se aprimore, que os erros e excessos sejam eliminados, mas que os benefícios colhidos persistam, para que a sua marcha ascensional continue sem tropeços, e afinal se efetive aquela concepção de vida livre, segura e democrática que se almeja para cada um dos cidadãos e para a Nação. (p. 3).

Dois anos depois, os editoriais já assumem a discussão da “normalização institucional do País”, uma vez que a ideia estaria já “se esboçando no corpo da sociedade brasileira” (OS DOIS, 1977, p. 2). Em 18 de agosto de 1977, a *Folha* critica duas posições polares em relação à questão, aquela que aposta na abertura política como uma panaceia universal, remédio para todos os males, e outra que se coloca contra a abertura, temendo o surgimento de um “regime político anacrônico que, por sua vez, necessariamente levará o Brasil à anarquia, ao caos ou ao totalitarismo de esquerda” (p. 2). No dia seguinte, o editorial “Preparação para o Futuro” dá prosseguimento à discussão, afirmando que a abertura é “um imperativo da consciência nacional, por mais perplexa que esta aparentemente possa estar” (PREPARAÇÃO, 1977, p. 2). O apontamento de uma sociedade democrática se coloca, então, como grande desafio no horizonte.

Estaremos preparados efetivamente para a prática diária da existência democrática, se a ela chegarmos? Estaremos preparados para um regime democrático que não conterà a política, como outrora se fez no Brasil, dentro dos limites estritos e formais do liberalismo, mas que, ao contrário, caminhará para novos modos

de participação e decisão – rumo àquilo que os sociólogos vêm denominando ‘democracia substantiva?’ Saberemos todos que essas transformações, em ocorrendo, exigirão que se adote um novo conceito de coexistência social, adequada a um País, que já não é mais predominantemente rural a uma sociedade que substitui os valores do moralismo religioso e da passividade patriarcalista, a uma juventude que aspira a mudanças estruturais? Terão as lideranças políticas, militares, empresariais e mesmo sindicais iniciado uma conscientização com referência a tudo isso?

Não sabemos. (p. 2).

É impossível, nesse sentido, compreender a história do “jornal do futuro” sem que consideremos as diversas maneiras pelas quais o aprimoramento técnico e editorial dos jornais, seus investimentos e suas omissões se fazem em relação às preocupações diante de dilemas políticos e econômicos no país. A história da modernização da imprensa no Brasil se conecta intimamente com a composição de projetos de país e de propostas de ordenamento histórico. E, dessa maneira, se os momentos sombrios de crise e de repressão são sempre emblemáticos na convocação do papel da imprensa ao desvelamento da realidade, os momentos de euforia econômica e de abertura política são especialmente marcantes nos processos de institucionalização do jornalismo e de constituição de diretrizes de sua ação para a história. Momentos como esses se oferecem, nesse sentido, como verdadeiras oportunidades de refundação do jornalismo em sua missão de mediação dos tempos que se abrem.

É um ano antes do fim do regime militar que a Folha formaliza o Projeto Folha e sintetiza seu *Manual Geral de Redação*, quando o país se encaminha para a inadiável abertura – e é um ano após a abertura que o manual é levado a público. O artigo que anuncia, no jornal, o lançamento do Projeto Folha, na edição de 27 de julho de 1985, sob o título “Um jornalismo moderno e necessário” (UM JORNALISMO, 1985, p. 37), traz, no centro, uma grande e significativa ilustração. Em destaque na figura está a letra “F”, perfeitamente composta sobre linhas construtivas visíveis que compõem a ordem estrutural do tipo. Barras, hastes e serifas, tudo perfeitamente planejado dentro de uma página que também reflete o esforço de organização do material do



jornal em colunas perfeitamente alinhadas. A ordenação do desenho do jornal não é diferente, ainda, da cidade diante da qual ele se coloca em primeiro plano. O mundo atrás de tal jornal também se ergue em blocos e colunas que compõem uma malha construtiva coesa. É apenas mais um indício de que um ideal de modernização no jornalismo e os esforços técnicos que ele invoca nunca dizem respeito apenas ao jornal, mas, também, à construção de um mundo por ele mediado.

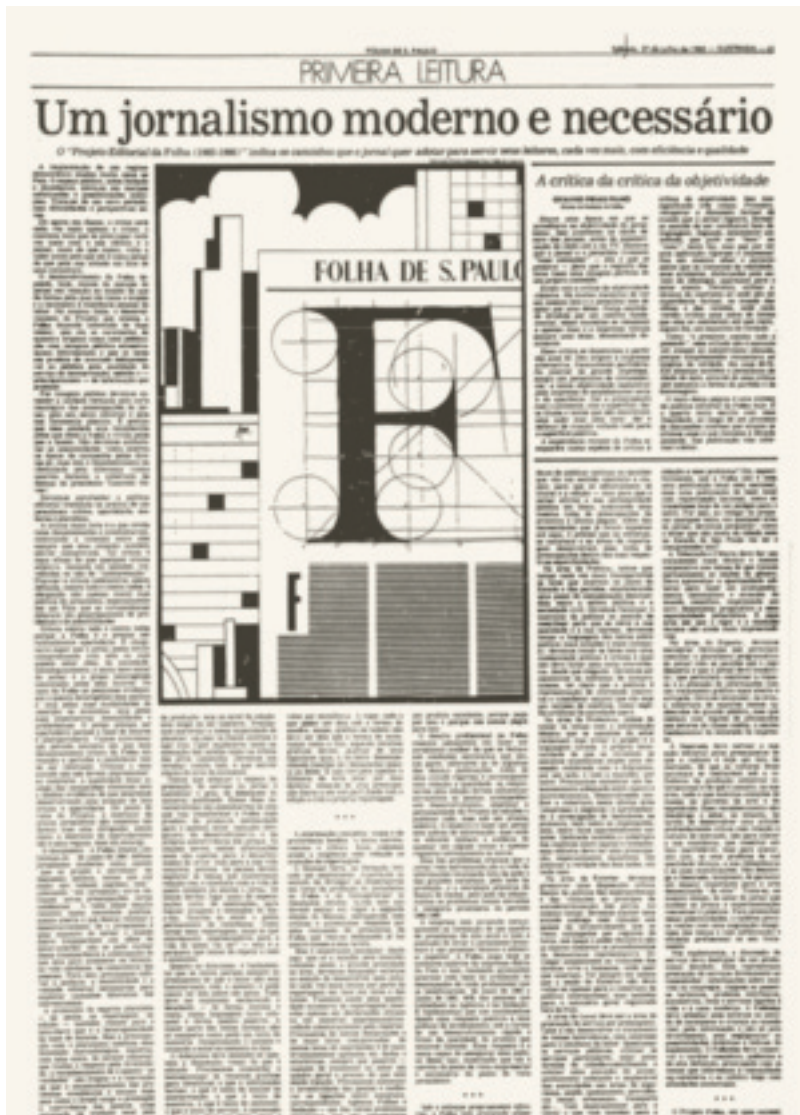




Figura 12: *Folha*, “Um jornalismo moderno e necessário”

“O ‘Projeto Editorial da Folha (1985-1986)’ indica os caminhos que o jornal quer adotar para servir seus leitores, cada vez mais, com eficiência e qualidade”, lemos no subtítulo do artigo (p. 37). Nele, as demandas de uma nova realidade por um novo jornalismo são então sintetizadas:

A implantação de um regime democrático mudou muita coisa no País. O espaço público, antes fechado e dicotômico, abriu-se a matizes sofisticados e possibilidades múltiplas. Trata-se de um novo período, com dificuldades e perspectivas novas.

De agora em diante, o crime será cada vez mais apenas o crime, o cientista terá que se preocupar cada vez mais com a sua ciência e o jornal, mais do que nunca, volta a valer antes pelo que ele é como jornal do que pela sua atitude em face de uma conjuntura. (p. 37).

Tal “jornal do futuro” é, então, ao mesmo tempo, a tomada de uma nova postura e um chamado a um antigo ideal de jornalismo. Ordenar a matéria da qual o jornalismo deve se compor é, mais uma vez, uma tarefa urgente. Não é, afinal, apenas a organização das rotinas jornalísticas que está em jogo, mas a própria capacidade do jornalismo de oferecer uma ordem ao mundo, e gerar as condições de antecipação do futuro: “Se o jornalismo é uma maneira de tornar o mundo diário transparente aos olhos do leitor-cidadão, não se pode excluir dessa transparência a antecipação do que está para acontecer na técnica, na vida cotidiana, na consciência das pessoas.” (p. 37).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a *Folha* se posiciona em favor de reformas estruturais praticáveis e concretas, capazes, sob um ponto de vista técnico, de “contribuir para uma sociedade mais justa, mais organizada e desenvolvida”, ela lança mão do *Manual Geral de Redação*, “que define o método e os procedimentos práticos que consideramos apropriados para atingir esse objetivo”, além de um programa de metas que “registra periódica e quantitativamente o quanto estamos avançando nessa direção”. (p. 37) Novamente, é o aprimoramento das tradicionais estratégias que vem garantir o sucesso do “jornal do futuro”: “São os instrumentos fundamentais na realização desse trabalho coletivo que deverá conduzir à institucionalização de um novo tipo de jornalismo diário” (p. 37).

Curiosamente, de volta à edição de 2010, de inauguração do novíssimo “jornal do futuro”, se o editorial pouco se dedica à atualização de questões políticas e econômicas da realidade nacional, a coluna do megaempresário Emílio Odebrecht, ao lado do editorial, se propõe a levantar aspectos a serem levados em consideração para o sucesso do Brasil no seu futuro próximo. Sintomaticamente, os aspectos levantados por ele dizem respeito ao aumento da competitividade das (grandes) empresas brasileiras – como o investimento na educação, com ênfase para a profissionalizante, a desburocratização e redução

do tamanho do estado e “marcos regulatórios estáveis, previsíveis e de longo prazo” (ODEBRECHT, 2010, p. A2); e, mesmo assim, seu texto carrega o título “Onde foi que erramos?”. Odebrecht fecha seu artigo com uma pergunta:

É da tradição da política brasileira reinventar o país a cada década. Parece que optamos por construir aqui uma civilização do curto prazo. Conhecemos as carências, debatemos à exaustão, às vezes até encontramos os caminhos, mas em alguns temas permanecemos imobilizados em uma inércia constrangedora. Talvez a pergunta a responder seja esta: onde foi que erramos? (p. A2).

Mas quando descemos pela mesma página e encontramos a coluna de Carlos Heitor Cony, a obsessão pelo ordenamento histórico e pela normatização das suas próprias práticas perde toda a austeridade que o jornal tanto se esforça pra construir. Cony conta que, nos anos 1970, um jornal carioca contratou sofisticada equipe de revisores para dar correção, transparência e uniformidade aos textos de sua equipe:

Entre as regras trazidas pela equipe, figurava a cristalina evidência de que o alfabeto então em vigor havia cassado o ‘y’, o ‘k’ e o ‘w’. Cassar, por sinal, era mania da época. Nas poucas vezes em que era citado, meu nome passou a ser Coni. Quando saiu um dos volumes das memórias de JK, o nome do ex-presidente passou a ser JC – sigla que habitualmente indica Jesus Cristo. Kubitschek era pouco citado, por motivos políticos, mas quando o era, transformou-se em Cubitscheque. A regra da revisão era: ‘Qualquer um escreve o próprio nome como quiser. Mas a redação só tem compromisso com as regras oficiais da ortografia’. Ok. Quer dizer: óquei. (CONY, 2010, p. A2).

Se nem mesmo a preocupação com a adaptação dos textos jornalísticos às diretrizes nacionais escapa à ironia de Cony, menos ainda lhe foge a assepsia dos ideais que sustentam o caderno de regras. Como ele nos mostra, dar conta do mundo significa, para o jornalismo, tentar, na eterna refundação do mesmo falível esforço, dar ordem ao seu caos:

A correção de textos devia ter sido estendida à reprodução de quadros. Com um computador de última geração, pode-se corrigir aquele caos de “Guernica”, com cavalo e mulher aos pedaços, bem

como toda a obra de Brake, Picasso e Dali. Virtualmente – e virtualmente –, poder-se-ia corrigir imagens e fotos para maior unidade, transparência e compreensão por parte dos leitores. (p. A2).

É nesse sentido, então, que as palavras de Otavio Frias Filho, na apresentação do livro *Primeira página* (FRIAS FILHO, 2000, p. 7) – uma das coletâneas de imagens de capas memoráveis da história da *Folha* –, fazem uma síntese do caráter temporal da experiência do jornalismo, convocando nossa atenção para a primeira página como um importante centro de mediação histórica:

é sobretudo na Primeira Página que o jornalismo interpela a posteridade, apresentando-se como rascunho da História. Daí a gravidade dramática de certas páginas, que percorremos hoje quase com um calafrio, ao trazerem de volta um dia que nos acostumamos a ver como crucial, decisivo, espantoso. (p. 7).

E, para além das grandes manchetes do jornalismo, Frias Filho fala ainda sobre as notícias que se destinam à banalidade do dia a dia, às trivialidades que formam “o tecido subcutâneo da História”, e que se dirigem “ao leitor da manhã seguinte, não ao pesquisador do futuro” (p. 7). E a ordenação do caos é mais uma vez retomada como clichê necessário:

Como mostram as páginas a seguir, a legitimidade dos jornais se concentra cada vez mais na sua pretensão, ainda quando vã, de imprimir certa ordem ao caos e deduzir, do turbilhão de informações fervilhantes, alguma síntese. Seu lastro é o mais essencial dos ritmos, a periodicidade que deu origem a todos os calendários, a alternância entre dia e noite, sono e vigília – lapso de tempo em que cabe todo um mundo de supresas e a promessa de outro amanhã. (p. 7).

Ironicamente, quando chega às bancas, a primeira página da *Folha* de 23 de maio de 2010 só pode ser encontrada depois da propaganda de quatro páginas de uma marca de carros – o “FEIRÃO” da “Chevrolet” –, a grande anunciante do “jornal do futuro”, que nos fornece, a rigor, a capa da edição.

Mas de que caos os discursos sobre o jornalismo tentam nos resguardar, afinal? Seja a pulverização da informação no mundo hipermi-

diático, o descontrole da democracia, o atraso do subdesenvolvimento; o futuro do mundo mediado pelo jornalismo está sempre ameaçado por aquilo que, em certo momento, desafia sua ordem do tempo. E é essa ameaça que move o próprio jornalismo, ainda que seus discursos busquem apontar para um horizonte livre das aflições.

Se em qualquer momento, os esforços de refundação do jornalismo diante dos dilemas históricos surgem sempre como novas oportunidades para a legitimação institucional do próprio jornalismo, não é de se espantar que para a *Folha* do século XXI, a fragilidade de sua força institucional deva se tornar o centro das preocupações que movem a reforma. E se nos aprofundamos o suficiente na descendência dos discursos de institucionalização da experiência histórica mediada pelo jornalismo no Brasil, podemos nos deparar com o “jornal do futuro” mesmo na primeira edição do *Correio Braziliense*, em junho de 1808, antes mesmo que a República fosse uma possibilidade no horizonte brasileiro. É num momento de refundação da centralidade do país e de fundação da imprensa oficial brasileira que lemos:

O primeiro dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, ve a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tîram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepecia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do fucturo. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, represêntam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as soldidas conjecturas sobre o futuro. (CORREIO, 1808, p. 3)

Entre esse parágrafo e a *Folha* de 2010 não há uma linearidade histórica capaz de criar qualquer forma de continuidade. Ao contrário, o que vemos entre as aparentes semelhanças é justamente o abismo que se abre, criando entre os dois jornais uma contemporaneidade absolutamente estranha e assincrônica. O passado, com suas próprias e

urgentes questões, atravessa o “jornal do futuro” como um fantasma que assombra suas novas edificações, e que é, ao mesmo tempo, seu fardo e sua possibilidade de sobrevivência.

É evidente, assim, que, por diversas maneiras, passado e futuro se dobram pela história do país e da imprensa que se coloca à sua disposição. Convocar, então, para o centro da discussão algumas das contradições que têm marcado certos processos comunicacionais em meio a empreendimentos de ordenação histórica no país é um passo fundamental para que alcancemos as dinâmicas temporais que movem as nossas narrativas diárias nas páginas dos jornais. Por meio delas, podemos perceber articulações mais profundas da modernização da imprensa no país com outros empreendimentos que se lançam a diferentes formas de concepção da alvorada brasileira.

#### **4.2 Tudo se transforma em alvorada**

De maneira geral, é importante perceber, como nos mostram pesquisadores da comunicação que têm relido a história do jornalismo (ALBUQUERQUE, 2008 e 2010; BARBOSA, 2007, 2011 e 2012; JÁ-COME, 2014; RIBEIRO, 2002 e 2007; entre outros), que o acionamento de uma noção de imprensa moderna no Brasil sempre nos obriga a considerar dilemas importantes da história do desenvolvimento do país. Tais dilemas dizem respeito a processos heterogêneos que fazem percorrer pelo país intensivos empreendimentos de urbanização, industrialização, burocratização, institucionalização e inserção no cenário capitalista internacional. Nesse cenário, certas ações transformam o imperativo do ordenamento histórico em ações efetivamente regulatórias das dinâmicas de comunicação social, na medida em que se deposita no jornalismo não apenas a função de divulgação de certos ideais modernizantes, mas a expectativa de se oferecer como evidência de uma modernidade proclamada.

Essas transformações são fortemente marcadas por relações que se intensificam entre Brasil e EUA ao longo do século XX, e a configuração de um ideal de jornalismo passa a ser um dos símbolos dessa interlocução. Como apontam os intérpretes da modernização da imprensa, no Brasil, costuma-se dizer de uma incorporação de um “modelo ame-

ricano” de jornalismo para se designar um conjunto de valores e procedimentos que passam a compor a cultura jornalística brasileira – como acontece, de diferentes modos, em vários outros países.

O reconhecimento de tal processo costuma vir identificado por certos marcos históricos. Alguns deles datam antes mesmo de a influência estadunidense na indústria cultural (e não somente nela) se tornar hegemônica no Brasil, depois da Segunda Guerra Mundial. Ribeiro (2002) nos mostra que, entre eles, o I Congresso Pan-Americano de Jornalismo, realizado na cidade de Washington em 1926, contando com a participação de 14 representantes brasileiros, é recorrentemente apontado como o marco embrionário nesse processo. Nesse evento, afirma Ribeiro, os palestrantes estadunidenses ensinam aos companheiros da América Latina “algumas regras para se fazer um bom jornalismo” (RIBEIRO, 2002, p. 8).

Tal processo ganha emblemático contorno por volta dos anos de 1950, época em que a modernização no Brasil é marcada por um intenso espírito de desenvolvimentismo, pelo crescimento econômico e por conquistas de garantias democráticas. É um momento em que, como afirma Ribeiro, gesta-se na imprensa, sobretudo na imprensa carioca, um clima de renovação, que marca não apenas o surgimento de diários inovadores, mas também a reformulação radical dos antigos. (p. 1). Assim, a série de reformas editoriais de jornais relevantes, encabeçada pela reforma do *Diário Carioca*, é outro marco daquela que é recorrentemente vista como a “era de ouro” do jornalismo no país. E ícone dessa reforma é o documento “Regras de Redação”, escrito pelo chefe de redação do *Diário Carioca*, Pompeu de Sousa, inspirando-se nos *style books* dos jornais estadunidenses<sup>7</sup>.

Todos esses marcos constituem, ainda hoje, importantes espaços de experiência do pensamento sobre o jornalismo no país. Na emergência de tais reformas frequentemente se identifica a refundação de um ideal de modernidade no país e em sua imprensa. Marialva Barbosa diz da corrente noção de que ali se instaura uma “nova imprensa brasileira” (BARBOSA, 2006). Nilson Lage chega a se referir ao *Diário Carioca* como o “primeiro degrau para a modernidade” (LAGE, 2004). Em entrevistas recentes com um conjunto de jornalistas vistos como protagonistas nesses processos, Ribeiro nota um entusiasmo e um en-



gajamento de uma comunidade na afirmação de um ideal jornalístico, ideal que, além de técnico, é também ético: “Éramos uma equipe muito exigente no estilo, talvez porque estivéssemos imbuídos de um certo espírito de causa: o sentimento de que fazíamos a revolução na imprensa”, conta Pompeu de Sousa (RIBEIRO, 2002, p 9).

Nessa trajetória de consecutivas renovações, a *Folha de S.Paulo* ocupa papel de destaque a partir da segunda metade do século XX, colocando-se como herdeira de uma tradição de jornalismo no país ao mesmo tempo em que passa a se colocar na dianteira da abertura de novos rumos. Como afirma Albuquerque, uma série de reformas jornalísticas, realizadas em contextos históricos diversos e dotadas de características diferentes, reivindicam para si a continuidade do legado da “reforma original”. “E particularmente importante, deste ponto de vista, é o modo como o fazem os ideólogos da reforma da *Folha*, ocorrida na década de 1980” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 108).

Momento marcante de tal reforma é o lançamento do *Manual da Redação da Folha*. Tomando como referências nominais o antigo manual de redação do *Diário Carioca* e o manual do *New York Times*, o manual da *Folha* é um importante dispositivo de sua autolegitimação, instituído em um momento em que ela se firma como maior jornal do país – em 2013, o *Manual* chega a sua 19ª edição atualizada; e, se o *New York Times* ocupa um lugar de referência na composição dos parâmetros regulatórios da *Folha*, com a reforma de 2010, ela passa a trazer um suplemento semanal com uma seleção de matérias do próprio diário novaiorquino.

Entre os dispositivos regulatórios criados pelo *Diário Carioca* e pela *Folha*, no entanto, devemos notar, com Albuquerque, que há uma significativa diferença no que diz respeito ao tipo de discurso ideológico que os ampara. No caso do primeiro, afirma ele, observa-se um discurso que reproduz argumentos do movimento progressivo e uma concepção do jornalista profissional como elemento central da mudança. Já no segundo, o manual é desenvolvido sob a égide de um argumento liberal, que vê na empresa jornalística o agente fundamental da transformação (ALBUQUERQUE, 2010, p. 110). Nesse sentido, como argumenta Albuquerque, o manual da *Folha* assume um papel ainda mais importante, uma vez que não apenas fornece diretrizes gerais para o

novo modelo de jornalismo a ser perseguido, mas constitui efetivamente um elemento de controle das suas rotinas jornalísticas. Em ambos os casos, no entanto, Albuquerque reconhece os empreendimentos de processos de modernização de caráter fortemente autoritário no cenário jornalístico brasileiro.

Essa modernidade autoritária é exemplificada por Albuquerque nos vários relatos sobre a história de nossa imprensa, que frequentemente apresentam Pompeu de Sousa como um mediador entre o mundo modelar do jornalismo estadunidense e o mundo profano do jornalismo brasileiro. Entre eles, a noção de excepcionalidade encontra-se no centro da concepção de um “novo” jornalismo, cujos gestos fundadores demarcam “as fronteiras entre um ‘antes’ e um ‘depois’, entre a ‘barbárie’ e o jornalismo ‘civilizado.’” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 95). Assim, afirma o autor, a “geração de ouro” se coloca como parâmetro de uma virtude profissional e moral que se opõe diametralmente à de seus antecessores. São jornalistas novos e puros, “gente zero quiômetro”, nos termos de Sousa em “Era uma vez o nariz de cera” (1990). Tal postura coloca atrás de si os velhos e viciados jornalistas do passado, frequentemente descritos em termos pejorativos, “apresentados como tecnicamente despreparados e moralmente desqualificados, ou, dito de forma mais simples, como ‘boêmios’ e ‘picaretas.’” (p. 98). A leitura de Albuquerque surge na esteira das análises de Ribeiro, que nota a recorrência de uma postura civilizatória de discursos da modernização da imprensa brasileira, e da clara demarcação dos limites jornalísticos que diferenciam “os verdadeiros profissionais” dos “outros” (RIBEIRO, 2002, p. 9).

Nesse sentido, as inovações técnicas da imprensa das grandes reformas surgem como esforços de superação de parâmetros procedimentais e estilísticos de uma geração de jornalistas ultrapassados, que desde o século XIX, em sua maioria, vinham recrutados entre literatos e políticos. O lide, menina de ouro do suposto jornalismo moderno do século XX, vem superar o “nariz de cera”, arcaico e excessivo, e tudo o que ele representa dentro de um universo simbólico – e não meramente técnico, portanto – que se quer sepultar.

Se, na história do Brasil, a possibilidade de abertura de novos tempos faz do futuro uma categoria marcante em certos discursos de

ordenação temporal, ela nunca está desassociada de uma complexa relação histórica que se constitui entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. E, nesse aspecto, é fundamental compreender em que medida os esforços orientados para o futuro surgem, em diferentes circunstâncias da modernização do país, absolutamente dependentes daquilo que muitas vezes se busca apagar: o passado e tudo o que dele persiste no presente – e que faz do futuro, muitas vezes, a própria negação do passado.

Ao se centrar nas transformações do jornalismo carioca no fim do século XIX, Marialva Barbosa nos mostra como os principais periódicos da República nascente já passam a orientar seus modos de produção e seus discursos autorreferenciais no sentido de se oferecerem como ícones da modernidade. As reformas urbanas e as novas tecnologias, capazes de fornecer outra dimensão à concepção temporal e espacial são, afirma Barbosa, decisivas na conformação de um novo mundo simbólico que emerge naquele final de século, numa cidade que se pretende símbolo de um novo tempo (BARBOSA, 2007, p. 22).

Em meio ao clima de renovação na capital, a imprensa se coloca como mediadora decisiva da inauguração não apenas de uma nova etapa do país, mas de um novo país.

Nesse momento, procura-se construir a imagem de que um novo tempo começara e que não guardava nenhuma relação com a história anterior do país. A República, na construção discursiva vigente, e na qual a imprensa teve papel fundamental, se constituía como o momento em que se instaurava uma ideologia do progresso, igualada a valor positivo, mas sobretudo à idéia de redenção. Uma redenção localizada num futuro, aonde inexoravelmente estaria a civilização. (BARBOSA, 2011, p. 130).

Se, com isso, Barbosa nos aponta para a maneira como o futuro passa a se instaurar permanentemente no jornalismo, objeto de projeções, antecipações, esperas e esperanças, a autora também nos sugere que tal empreendimento é marcado por uma tensa relação com o passado. Em conexão com outros discursos, como o médico-higienista e o jurídico, afirma Barbosa, essa imprensa cumpre a tarefa de disseminar um ideal que deve levar a realidade brasileira à superação dos resquícios de um

passado colonial. Se, por vezes, os problemas do passado são objeto de escrutínio, frequentemente o passado é obliterado nas páginas das publicações diárias. “Têm-se olho apenas para o futuro inaugurado com a inclusão do país num novo tempo: a República. Apaga-se quotidianamente o passado filiado obrigatoriamente à origem colonial, a um momento histórico que se quer esquecido.” (BARBOSA, 2007, p. 24). Assim a autora sintetiza a dinâmica temporal predominante da imprensa carioca:

Os periódicos procuram, assim, na esteira de um novo tempo, no qual a marca mais incisiva é a sua relação com as novas tecnologias que informam sobre a inclusão do país num lugar cuja valorização é positiva, tornar pública e visível a existência em seu cotidiano dos artefatos do progresso. Um tempo que aponta sempre para um futuro. Nesse sentido, a temporalidade espelhada quotidianamente por esses periódicos reproduz a linearidade da vida de cada indivíduo. O tempo social do Rio de Janeiro na virada do século configura-se como linear e orientado. No futuro, a redenção. No passado, o esquecimento. (p. 25).

A síntese nos oferece uma envergadura importante da experiência histórica que Barbosa enxerga na imprensa em questão. Mas em vez de nos limitarmos ao esquema temporal que ela fixa em função de uma única ordem do tempo, o que devemos atentar aqui é para uma relação complexa e problemática que se estabelece com a história no Brasil, mesmo quando o mundo parece se configurar como pura alvorada. Quanto a isso, uma relação tensa com o passado é um aspecto que devemos também levar em consideração, não somente no que se refere à constituição de uma relação do jornalismo brasileiro com a história, mas de considerável parte da produção intelectual realizada no Brasil desde então.

Nesse sentido, a conhecida obra do historiador Nelson Werneck Sodré é emblemática e se torna ainda mais importante uma vez que, ainda hoje, muito do que compreendemos da história do jornalismo brasileiro se deve ao seu pioneiro trabalho sobre o campo. É sua *História da Imprensa no Brasil* (1966) que aponta para a maneira como a passagem à república assinala também a transição da pequena à grande imprensa – da imprensa artesanal à industrial – e que estabelece

um traçado das relações entre o desenvolvimento do jornalismo e os dilemas do desenvolvimento nacional pelas décadas seguintes. Ao mesmo tempo, por toda sua obra, Sodré se dedica a observar as contradições da realidade histórica brasileira e aposta na compreensão do passado como lugar de fundação dos impasses ao país.

A obra de Nelson Werneck Sodré se conecta a uma efervescência intelectual que se intensifica no Brasil, na medida em que o problema do desenvolvimento avança no século XX e que as transformações no país se intensificam e evidenciam diferenças historicamente herdadas. Como afirma o historiador José Carlos Reis (1999), pensadores célebres como Sodré, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior fazem parte de um rol de autores que promovem um “redescobrimento” do Brasil.

Sob tal chave, podemos observar como, ao se debruçar sobre aspectos políticos, econômicos e culturais do país, Sodré se atenta para a história sempre na medida em que ela lhe permite revelar a existência – ou a insistência – do velho no novo, do arcaico no desenvolvido, do rural no urbano, do colonial na república, do passado no presente. Em 1958, em *Introdução à Revolução Brasileira*, o autor afirma: “O Brasil é ainda suficientemente colonial para que se denunciem, por toda a parte, em variados aspectos, a presença do passado, e do passado distante, num momento em que se processa a mais acelerada transformação de sua história.” (SODRÉ, 1958, p. 73).

Para a compreensão de contradições históricas tais, é conhecido na obra de Sodré o emprego da noção de “contemporaneidade do não coetâneo”. Ela, obviamente, vai de encontro à repartição cronológica que, nas palavras de Sodré, “não passa, no fim das contas, de simples ficção de ordem didática, destinada a distinguir melhor cada uma das fases, na realidade perfeitamente encadeadas” (p. 64). O valor heurístico que a noção adquire na sua obra, no entanto, diz respeito não a uma opção meramente metodológica, mas à condição de exposição de dialéticas que marcam a experiência temporal da realidade brasileira.

É importante ressaltar, assim, que a postura de Sodré sobre a história possui um caráter evidentemente engajado na crítica a problemas estruturais no país. O próprio autor manifesta em *Formação histórica do Brasil* (1962) que sua obra não deriva de um interesse acadêmico,

mas da “necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o país à situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo. Não é este, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política.” (SODRÉ, 1962, p. IX)<sup>8</sup>

Como reintérprete da história, Sodré oferece sua leitura como o fazem vários outros que compõem o debate em torno de projetos para o Brasil frente a profundas alterações da realidade brasileira no século XX. Nesse aspecto, o historiador busca apontar para possibilidades de superação dos obstáculos que impedem o pleno desenvolvimento, a democratização e o alcance de autonomia nacional. Sodré comemora, em sua obra, as conquistas dos processos de modernização que percebe ao seu redor, inclusive aquelas que se prenunciam com as mudanças observadas na imprensa das grandes reformas da “era de ouro”.

Lembremos que o historiador se admira com a implementação da técnica estadunidense do lide pela imprensa brasileira, aspecto que, para ele, diz de como “o jornal avançou muito, entre nós, particularmente desde o início da segunda metade do século XX” (SODRÉ, 1966, p. 452). Sodré também preza pelo “esforço pioneiro de reforma na técnica de apresentação de notícias, entre nós, o que foi realizado no *Diário Carioca*, em 1951, quando da fase iniciada na nova sede, à Avenida do Rio Branco 25 e Rua São Bento 19, vendida a velha sede da avenida Presidente Vargas” (p. 453). É importante sublinhar que o longo processo de escrita de sua “História da imprensa” se dá em pleno período das reformas.

A aposta de Sodré no avanço da modernidade brasileira talvez explique, portanto, certa frustração que marca sua obra tardia. É em meados da década de 1990 que Sodré faz uma retomada da história do desenvolvimento brasileiro, no texto que já indica no título suas duras críticas aos modos capitalistas hegemônicos: “A farsa do neoliberalismo” (SODRÉ, 2010). Atualizada, sua leitura da história se vê diante da intensificação das contradições e da multiplicação das marcas perversas das transformações que, “na etapa atual, comandam aquilo que, no Brasil, ultimamente foi batizado, com grande dose de ironia, como modernidade, buscando justificar e legitimar o processo de alienação a que estamos sendo submetidos.” (SODRÉ, 2010, p. 123).

Assim, no país pós-ditadura, Sodré se encontra com novas promessas de abrir o país a novos tempos, atualizando discursos de desenvolvimento que por tantas décadas prometeram livrar o país de suas heranças malditas do passado. Ali ele insiste que o “Brasil arcaico está em nossos dias” (p. 133). Tal constatação, é importante que se perceba, também implica considerar que um futuro que tanto se buscou para o país, aquele que marca decisivamente a diferença com o passado, não se efetivou. Diante disso, Sodré se investe de um espírito de causa – o de, mais uma vez, sugerir caminhos para a construção de um país moderno no futuro.

No entanto, as alternativas que oferece em nada apontam para o mesmo Brasil dos neoliberais, que pregam cinicamente que “realmente, as estruturas estão arcaicas e que é preciso ‘modernizá-las.’” (p. 133) Para o historiador, o neoliberalismo é ele mesmo arcaico, revive coisas superadas, etapas ultrapassadas e conceitos velhos numa época nova. Revelar as estratégias de atualização das antigas estruturas e colocar a falsa modernidade entre aspas é, mais uma vez, um investimento de sua consequência política, frente a uma ideologia historicamente conservadora:

Enquanto estes conceitos velhos, apresentados como “modernos”, para convencer todos aqueles que se recusam a aceitar a permanência das velhas estruturas, são facilmente descartados, os novos, definidos como revolucionários, criam uma situação em que negá-los passa a ser heresia. Quem pode recusar o novo, quem aceita ser qualificado como infenso ao que é moderno? Trata-se de uma chantagem que vem sendo alimentada por largos recursos porque serve a poderosos interesses. Os modelos antigos estão superados, esgotaram as suas possibilidades. Mas, então, é preciso considerar as raízes das coisas, dos fenômenos. Considerar as raízes é ser radical, realmente. Mas aquilo que se apresenta como novo tem por característica essencial a de conservar as velhas estruturas, de não tocar nas velhas estruturas. (p. 133)

Desde suas primeiras publicações, Sodré é criticado por um dogmatismo que sustenta suas leituras da realidade. É conhecida, por exemplo, a maneira como um tipo de análise marxista determina seu olhar sobre o jornalismo, na medida em que, para ele, os “meios de comunicação

são meros instrumentos; não são geradores das estruturas, mas resultados delas, servidores delas” (p. 146). Sobre sua obra, Reis afirma que, como outros de uma geração de marxistas que se destacaram nos anos de 1950 e 1960, Sodré incorre em “uma análise histórica apressada, imediatista, sem muito cuidado conceitual” (REIS, 1999, p. 172); e tal aspecto, para Reis, diz justamente do sintoma de uma postura apaixonada, que expressa “um vivo desejo de mudança, imediata, profunda e acelerada” (p. 172).

O redescobrimiento do Brasil, nesse sentido, nos surge por meio de Sodré como uma importante oportunidade de apreensão do caráter de experiências da história que emergem em meio aos processos de modernização do país – considerando-se que uma experiência da história, apesar de individual, sempre se faz em articulação com sentidos compartilhados de realidade. Modulando tal caráter, estão não apenas aspectos epistemológicos, mas desejos e aflições que fazem da história um constante campo de conflitos e ambiguidades temporais.

Quem nos chama atenção para tal dinâmica é o mineiro Silvano Santiago, em recente reflexão de caráter fortemente autobiográfico. No artigo “Anatomia da formação”, publicado no caderno *Ilustríssima* da *Folha de S. Paulo* em 07 de setembro de 2014, o autor faz remissão a uma série de obras fundamentais para sua formação intelectual sobre a história e a cultura brasileira. Mas Santiago, menos preocupado em definir a especificidade de seu próprio olhar, chama atenção para a maneira como a própria ideia de *formação* se constitui como verdadeira episteme – no sentido foucaultiano do termo – no Brasil. Segundo ele, considerando as especificidades ideológicas e a variedade dos objetos que ela compreende, a ideia de formação estrutura, pelo século XX, múltiplos saberes confessionais, artísticos e científicos que compartilham determinadas características gerais ou formais do nosso ser e estar em processo de desenvolvimento (SANTIAGO, 2014, p. 4). Santiago, aqui, tem em mente obras clássicas da produção intelectual nacional, tais como “Minha formação” de Joaquim Nabuco, “Formação da literatura brasileira” de Antonio Candido, “Formação do Brasil” de Caio Prado Jr. ou “Formação econômica do Brasil” de Celso Furtado. Todas elas, em alguma medida, guardam um desejo de afirmação de emancipação histórica, o que significa se firmar na história e afirmar uma identidade da história brasileira.



Diferentemente de todos os esforços em que uma afirmação na história incorrem em tentativas do apagamento ou esvaziamento do passado, a síntese de Santiago aponta para a profusão de discursos de formação que percorrem a história brasileira. Tais discursos são erguidos, em geral, sob a égide do desenvolvimento como tarefa prioritária no crescimento de uma nação brasileira. E, ademais, o autor aponta para o recente esgotamento desses discursos. “A exaustão é a própria consequência otimista do paradigma que movimentou transformações significativas tanto no cidadão quanto na sociedade brasileira” (p. 5), conclui Santiago com uma nota positiva, ainda que preocupada.

Cabe observar que, em 2014, a perspectiva aberta por Santiago nos possibilita encontrar o ensaísta no fim dos anos 1970 e início dos 1980, cuja obra (SANTIAGO, 1978 e 1982) se constitui em meio a uma geração de pensadores que se debatem com a falência de certos discursos de modernidade – o que, no Brasil, se conecta intimamente com o declínio do regime militar. São autores que movem as discussões sobre a dita crise da modernidade e sobre o pós-moderno no país. Aqui, hoje, Santiago já se coloca em outro momento, o de tentativa de formulação de novos projetos para a identidade histórica brasileira, particularmente a da literatura do país. E é apontando para o horizonte que ele encerra seu texto, à beira da normatividade na proposição de um “novo paradigma”:

Tendo sido esclarecido (e não resolvido, obviamente) o modo como o sujeito brasileiro se automodelou como cidadão e acomodou nos trópicos a emancipação de uma sociedade jovem e moderna, delega-se hoje ao Estado nacional democrático papel e funções internacionais. Cosmopolita, a nação está habilitada a tomar assento no plenário do planeta.” (SANTIAGO, 2014, p. 5).

Bem menos otimista é um álogo gesto memorialístico recente da socióloga Maria Conceição Tavares – autora que tanto se dedica à discussão dos aspectos conservadores da modernização brasileira (TAVARES, 1985; TAVARES & FIORI, 1993; entre outros) – em entrevista ao documentário “Um sonho intenso” (UM SONHO, 2014). Ali ela se recorda do estimulante cenário intelectual no Brasil dos anos 1950 e 1960, no qual a autora se forma, bem como da inauguração

de símbolos da modernidade brasileira, de Brasília à Bossa Nova. No entanto, em amarga ironia, ela afirma: “O meu amigo Darcy Ribeiro escreveu nessa altura que o Brasil ia ser uma democracia e uma civilização original dos trópicos. E eu realmente acreditei. Até hoje estamos esperando o original. Mas tá vindo, viu? Agora tá vindo. O sonho do Darcy está chegando.” (2014) O comentário é menos fator de uma artificial polarização sobre os rumos do país do que evidência da instabilidade que marca as consciências históricas da modernidade brasileira e das diversas maneiras de se inscrever de maneira atual e intempestiva em relação a ela.

Se voltássemos ao Brasil no início dos anos 1980, poderíamos retomar as perspectivas de um editorial da *Folha* de 22 de abril de 1980 como espécie de prenúncio de um esgotamento, antes que as angústias sobre o futuro se dissolvessem em qualquer possibilidade de solução. Nele, realiza-se um balanço do projeto desenvolvimentista brasileiro encarnado em Brasília – cidade pretensamente moderna por natureza, obra de JK que vem para superar as reformas sempre insuficientes da antiga capital e consolidar o Brasil além-Tordesilhas: “Tudo se transforma em alvorada nesta cidade que se abre para o Amanhã”, lemos na inscrição, em granito, em um busto brasiliense dedicado ao presidente, localizado em frente ao edifício do Memorial JK.

Na comemoração de 20 anos da inauguração da cidade e da recém iniciada obra do Memorial, lemos, no jornal, em nota bem menos otimista que a do próprio Santiago:

Brasília surge nesse contexto em que se somavam os esforços – mais ideológicos que reais, é bom que se diga – para transferir o centro dinâmico da economia brasileira de fora para dentro do País. As teorias desenvolvimentistas de Celso Furtado [...] definem com precisão o sentido dos esforços de atualização do Brasil naquele período. [...] Para coroar esse amplo projeto de uma sociedade em busca de seu futuro, a “Capital da Esperança” hospedaria uma universidade moderna, a Universidade de Brasília” [...]. Mas é preciso dizer que, aos 20 anos de vida, Brasília ainda está longe de ser um marco de civilização. Ou melhor: concebida como a cidade da democracia, a cidade dos iguais, a cidade do futuro, Brasília ficou no meio do caminho. Se o projeto inicial das superquadras se fundava na ideia de que o ministro e o contínuo poderiam viver lado a lado,

o desvio histórico foi tremendo. O modelo sócio-econômico pre-  
valecente nos últimos 20 anos levou a “cidade do futuro” à breca,  
porque não chegou a tempo da sociedade do futuro. (BRASÍLIA,  
1980, p. 2, grifos nossos)

Constitutiva, pois, de um profícuo debate sobre o progresso no Brasil – debate que aqui podemos apenas tangenciar –, está uma recorrente suspeita sobre nossas possibilidades de realizá-lo e mesmo sobre a própria possibilidade de encontrar no progresso a solução de nossos contratempos. E enquanto a ideia de “esgotamento” alcança uma percepção paradigmática dos processos de modernização no Brasil, ela certamente não é a melhor palavra para dizer das experiências que se delineiam, em meio a esses processos, por certos âmbitos de reflexão sobre a realidade brasileira. Quando nos lançamos às narrativas ficcionais que a literatura nacional nos oferece, percebemos como as dinâmicas formadoras que orientam o país em diversos momentos são compostas por relações temporais fundamentalmente tensas, nas quais o futuro se exprime, por princípio, como um problema à experiência da história.

### 4.3 O país das quimeras

Recorremos a Rubião em diferentes oportunidades para evidenciar certas formas de ser e agir que borram as fronteiras erguidas entre o mundo insólito do fantástico e o suposto mundo da ordem do jornalismo. Aqui, quando a história do futuro do Brasil se torna uma questão inflexionada ao universo narrativo da história da literatura brasileira, podemos encontrar outras contribuições em obras notáveis de escritores que fazem da história do progresso brasileiro uma experiência constantemente errática, a começar por uma referência que é tão mais significativa quanto menos ela se impõe como força canônica e necessária.

Joaquim Maria Machado de Assis tem 19 anos quando começa a trabalhar na redação do *Correio Mercantil* no Rio de Janeiro, em 1859. E mesmo que leve, ainda, alguns anos para que publique suas obras célebres, Machado já se dedica às letras há alguns anos como revisor, cronista e poeta. É nesse momento que se publica, no periódico, seu

ensaio *O jornal e o livro*, no qual o jovem escritor anuncia a revolução promovida por aquela invenção moderna.

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções. O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social. Quem poderá marcar todas as conseqüências desta revolução? (ASSIS, 1859, s/p).

É ao progresso que se presta, em grande medida, o elogio de Machado. E não ao “progresso na sua expressão genérica” (s/p), mas em uma de suas expressões específicas, o jornal como “sintoma do adiantamento moral da humanidade.” (s/p). O jornal que encanta Machado em meados do século XIX muito pouco – ou rigorosamente nada – se parece com os diários noticiosos pelos quais vibram os espíritos do “grande jornalismo” de nosso tempo. E, no entanto, não nos soa tão distante a afirmação de que o jornal é uma “reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a idéia de, um homem, mas a idéia popular, esta fração da idéia humana” (s/p). Se o autor aposta, em seu texto, na possibilidade do aniquilamento do livro, ícone de duração, pelo jornal, índice do movimento, é porque o segundo lhe surge como a forma mais adequada aos instintos da humanidade.

Retomando as palavras de Machado na *Folha de S.Paulo* de 05 de fevereiro de 2012, no artigo “O erro de machado”, o crítico literário Paulo Roberto Pires curiosamente percebe no “[p]recipitado, profético e palavroso” ensaio uma analogia dos “atuais arautos do fim do livro impresso e da mídia ‘tradicional’” (PIRES, 2012, p. 3). A analogia, no mínimo anacrônica, perde de vista algo mais profundo ao qual o texto se presta do que à questão estritamente midiática. “Quem enxergasse na minha idéia uma idolatria pelo jornal teria concebido uma convicção parva”, antecipa Machado (1859, s/p). É preciso, pois, que se perceba

que a reflexão do escritor celebra algo que o desenvolvimento da “imprensa-jornal” indica. Trata-se não apenas de perceber um sintoma de um tempo, mas a possibilidade de um novo tempo, a aurora de uma época de ouro. Machado, assim, conclui seu texto apontando para o futuro: “É a luz de uma aurora fecunda que se derrama pelo horizonte. Preparar a humanidade para saudar o sol que vai nascer, — eis a obra das civilizações modernas.” (s/p).

Nesse sentido, podendo a carta de boas vindas à imprensa de Machado ser vista como uma espécie de manifesto da modernidade, o conjunto de sua obra parece, por tantas oportunidades, contrariar-lhe. Na crônica, afirma Reis com razão, “Machado agarrava-se a certezas – moeda rara em sua obra futura.” (REIS, 2012, p. 3). Mas nem por isso a obra de Machado deixa de ser fortemente moderna. Ao contrário, ela é de uma modernidade que se mostra mais complexa na medida em que nos aprofundamos por seus escritos, nas contradições de uma consciência histórica fortemente orientada por certo desejo de futuro.

Em seu texto, Machado é o primeiro a reconhecer que suas palavras são movidas pelo espírito da juventude: “Minhas tendências, minhas aspirações, são as aspirações e as tendências da mocidade; e a mocidade é o fogo, a confiança, o futuro, o progresso.” (s/p). Mas não precisaríamos nos lançar à obra da maturidade machadiana para vislumbrar tais evidências. Basta que lembremos um conto publicado três anos depois, no periódico literário *O Futuro*, no qual o escritor nos apresenta efetivamente aos espíritos cuja influência marca a experiência do ser humano de seu tempo. Enquanto se perdia em suas solitárias reflexões numa noite tempestuosa, o protagonista Tito – um poeta de “fraquezas de caráter que quebram, um tanto ou quanto, as virtudes que o enobrecem” (ASSIS, 1862, s/p) – é visitado por uma sílfide. Por ela, com ele, ascendemos a um céu limpo, transparente e celeste, e para além dele, até chegar ao País das Quimeras. Ali vivem seres vaporosos, as Quimeras e as Utopias, que durante a noite saem para visitar homens e mulheres, levadas de mãos entrelaçadas com a loura Fantasia, companheira desleuada dos que pensam e dos que sentem, consoladora companhia que nos distrai de todas as misérias e pesares.

Ali, o poeta descobre o lugar onde se prepara a massa constitutiva da mente de estadistas, poetas e apaixonados, homens e mulheres que, no nosso planeta, vivem com verdadeiras disposições àquele país. “É massa quimérica?”, pergunta Tito ao Gênio soberano, que confirma: “Da melhor que se há visto até hoje.” (s/p). É ali também de onde saem as novas modas, preparadas para vir ao nosso mundo substituir as antigas; enquanto, mais adiante, muitos quiméricos com ares finos e espertos discutem os diferentes modos de inspirar aos diplomatas e diretores deste nosso mundo os pretextos para encher o tempo e apavorar os espíritos com futilidades. “Havia ordem do soberano para não entrar naquela sala em horas de trabalho; um guarda estava à porta. A menor distração naquele congresso seria considerada uma calamidade pública.” (s/p).

Ir ao encontro do País das Quimeras e conhecer seus mistérios de perto, no entanto, faz com que o poeta não seja mais o mesmo. Quando retorna ao nosso mundo, ele passa a perceber em seu entorno a influência daqueles seres celestiais. Como o jovem Goodman Brown de Hawthorne, Tito passa a desconfiar de todos, à diferença de que percebe, entre as pessoas, não a marca de segredos malditos, mas a da providência das quimeras. “Desde então Tito possui um olhar de lince, e diz, à primeira vista, se um homem traz na cabeça miolos ou massa quimérica. Devo declarar que poucos encontra que não façam provisão desta última espécie.” (s/p).

Ainda que a obra de Machado de Assis, como a de outros grandes nomes da literatura brasileira – Mário de Andrade e Guimarães Rosa, por exemplo –, raramente seja incluída no rol do *fantástico* no Brasil, encontramos, por muitos dos seus escritos, com o fantástico modulando experiências do tempo e da história. Como em *O País das Quimeras*, transgressões dos limites entre morte e vida, sonho e vigília, mundo quimérico e mundo real são movimentos recorrentes nas narrativas machadianas. Contos como *A segunda vida* e *O imortal* se baseiam precisamente na experiência de configurações temporais que se fazem extemporâneas à ordem da vida, com sua linearidade e seus limites, então desdobrados ou estendidos pela experiência de seus protagonistas.

Colocados em conexão, todos esses casos constituem uma consciência histórica heterogênea, móvel e incompleta, que tem profunda consciência

dos dispositivos de ordenação do tempo e que se constitui sobre eles. Nesse sentido, as linhas de “O jornal e o livro” são muito mais do que simples expressões ingênuas da mocidade de Machado diante das possibilidades de abertura ao futuro. São, portanto, proposições constituintes de modos de ser e agir em relação a horizontes de expectativa de uma errante modernidade. E, se entre jornalistas e estudiosos brasileiros, encontramos diferentes esboços dessa dinâmica, a ficção brasileira é rica de uma narratividade que faz da relação com a história um campo de conflitos no qual o futuro surge como categoria absolutamente fantástica.

Assim, de Machado de Assis a narradores contemporâneos de uma chamada imprensa moderna brasileira do século XX – tendo, muitos deles, tomado efetivamente parte nos processos de modernização da imprensa –, o que vemos é um aprofundamento nas questões que movem a modernidade no país, sobretudo aquelas que recolocam em jogo o progresso brasileiro. Entre alguns deles, percebemos claras relações com novas e importantes emergências históricas que fazem redimensionar nossos espaços de experiência e, conseqüentemente, nossos horizontes de expectativa.

Sobre esse aspecto, encontramos emblemático exemplo em Rachel de Queiroz, que, como nos mostra Bráulio Tavares (2003), além de jornalista, foi tradutora, responsável pela tradução ao português de romances fantásticos, como *O morro dos ventos uivantes*, de Emily Brontë, *O romance de uma múmia*, de Théophile Gautier, e *Miguel Strogoff*, de Júlio Verne. Queiroz tampouco costuma ser reconhecida pelos traçados do fantástico em sua obra – embora muitos se recordem de sua crônica “Objeto voador não identificado”, escrita originalmente à revista *O Cruzeiro*, em junho de 1960, na qual relata sua experiência de avistamento de um ovni. No mesmo ano, a escritora publica o conto *Ma-Hôre* em uma antologia que marca aquela que ficou conhecida como a Primeira Onda da ficção científica brasileira. O conto chamava-se inicialmente *História do acontecerá*, nome que cedeu ao título da antologia. E é com a mesma importante inflexão temporal que a narrativa tem início: “Foi num dia de sol, daqui a muitos anos.” (QUEIROZ, 2003, p. 21).

No futuro de Queiroz, no auge do progresso da civilização, o ser humano se encontra, em uma viagem ao espaço, com uma versão pri-

mitiva de si mesmo. Ma-Hôre é um homúnculo, pequenino aborígene, habitante do planeta Talôï, que os “gigantes” astronautas alcançam com sua nave. Ali, futuro e passado se encontram, quando Ma-Hôre avista a nave espacial boiando como uma bala de prata no mar, em torno da qual quatro gigantes se afadigavam, vaporizando soldas, rebatendo emendas, respirando pelos *aqua-lung* que traziam às costas.

Ma-Hôre não é mera versão atrasada dos astronautas. A começar, como todos os membros do povo Zira-Nura, ele apresenta algumas características de anfíbios: dedos interligados por membranas e braços curtos semelhantes a nadadeiras, como se guardasse as heranças antepassadas de um processo evolutivo. Aquele povo sequer faz do fogo “pai de toda civilização humana na Terra” (p. 21). Na verdade, temem-no. Diante de tamanho primitivismo, os humanos tratam de apresentar os artefatos de sua civilização, “livros, instrumentos de ver ao longe, e outros, de utilidade ignorada”, que são imediatamente levados para o museu, “arrastados como carcaças de bichos pré-históricos.” (p. 21).

Por outro lado, não demoraria para que os humanos descobrissem nos Zira-Nura outra analogia com sua história superada:

Ma-Hôre, depois de escutar com respeito da boca dos homens (que ainda não tinham perdido a mania da propaganda) a história da sobrevivência e da civilização, explicava, como se pedisse desculpas, que dadas as facilidades das suas condições de vida, os Zira-Nura tinham caminhado mais no sentido da arte que da técnica. [...] No mais, eram monógamos, politeístas, democratas, discursadores, com uma elevada noção do próprio ego: e o comandante os definiu numa palavra única:

- Uns gregos.

Ao que a tripulação assentiu, no velho hábito da unanimidade: sim, uns gregos. (p. 26).

Impelido pela curiosidade, o pequeno Ma-Hôre se vê preso na nave dos humanos, que decola, negando ao clandestino a possibilidade de permanecer no mundo de origem, naquele estágio de vida que deveria aprender a deixar para trás. Superar a condição de intruso implica, então, submeter-se ao processo de educação que os astronautas lhe impõem. Aprender a linguagem dos homens avançados, adaptar-se a suas rotinas, estudar suas técnicas parece, a princípio, sinais de sua docili-



dade e diligência. Diariamente, Ma-Hôre acompanha atento o controle diário do comandante do cérebro eletrônico da nave, que rumo à Terra.

É por isso que Ma-Hôre nos toma de sobressalto quando assassina os astronautas enquanto dormem, momento em que nos damos conta da verdadeira violência empreendida pelos humanos ao humanoide. Acompanhamos, então, a redenção do personagem, que lança mão do conhecimento adquirido para cuidadosamente inverter o curso da viagem e reparar-lhe o destino de que lhe tinham alienado. “E afinal foi espiar pela vigia, para ver se o céu mudara na *marcha de regresso* para a terra dos Zira-Nura.” (p. 28, grifos nossos).

A nave, bem como a locomotiva, a autoestrada, a fábrica e o arranha-céu são motivos recorrentes na ficção fantástica no Brasil do século XX. Alegorias do progresso e do desenvolvimento, sua importância se efetiva narrativamente na medida em que suas composições espaciais são colocadas à obra de configurações temporais. Nesse sentido, é nas dinâmicas de um percurso que suas narrativas delineiam, uma história que elas abrem, um futuro para o qual elas apontam, e uma progressão que elas constituem que o fantástico se instala intempestivamente.

À época em que Queiroz nos oferece sua fantástica e perturbadora fábula do progresso, nos últimos anos da era JK, publica-se no Brasil o primeiro livro de um dos nomes que, como Rubião, se tomariam como marco da literatura fantástica brasileira. Também como Rubião, José J. Veiga sai do interior – a pequena Corumbá de Goiás – para se formar em direito e se dedicar ao jornalismo. Por um tempo, em Londres, trabalha para a *BBC*, no fim dos anos 1940, e no Rio, na década seguinte, para os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. Em sua ficção, J. J. Veiga apresenta-nos a um universo profundamente afetado pelas transformações no país, mas nunca de frente a esses processos e nunca pela perspectiva dos seus agentes.

Nesse sentido, o ambiente de muitas de suas narrativas nos desloca do cerne da modernidade brasileira dos grandes centros urbanos para um cenário interiorano, rural. Como afirma a pesquisadora de literatura Maria Zaira Turchi (2005), a região natal deixa marcas indeléveis na obra de Veiga. Elas estão na adjetivação que se pode depreender da cartografia dos contos – o distante, o longínquo, o isolado –, nos espaços e costumes cotidianos que compõem o enredo, e no despojamento da

voz narrativa que se assemelha à “do narrador primitivo da oralidade, próprio das histórias que vivem no sertão, que prendem a atenção dos ouvintes na força da fabulação.” (TURCHI, 2005, p. 148). Muitas vezes, é pelo olhar de uma criança que a história se constitui, sobrepondo camadas de uma consciência experiente e perplexa à de um olhar virgem e espontâneo. Todo esse substrato, contudo, não faz de suas narrativas um retrato estritamente regionalista ou memorialista, mas configura trajetórias por onde se desdobram questões de uma universalidade tal qual “a condição humana submetida à opressão e à violência de diferentes tipos de poder” (p. 147).

Nos pequenos vilarejos da ficção de Veiga, o desenvolvimento e o progresso surgem como o pressentimento de uma ameaça, um dano, ou mesmo na forma de uma presença esvaziada. É no seu primeiro livro, de 1959, que encontramos *A usina atrás do morro*, uma das mais belas sínteses de um espaço de experiência tipicamente veiganiano, perturbado por investidas da modernidade, instaurando o horizonte de expectativa como diferença, linha de receita e medo.

Um belo dia, chegam os caminhões:

Chegaram de madrugada, e eram tantos que nem pudemos contá-los. A nossa lavadeira, que morava no alto do cemitério, disse que desde as três da madrugada eles começaram a descer um atrás do outro de faróis acesos. Atravessaram a cidade sem parar, descendo cautelosamente as ladeiras, sacudindo as paredes das casas nas ruas estreitas, passaram a ponte e tomaram o caminho da chácara como uma enorme procissão de vaga-lumes. (VEIGA, 2000, p. 23).

Atravessando a pequena comunidade, a construção da usina se instala às margens do vilarejo, nunca completamente vista. Dos estrangeiros misteriosos que chegam ali para planejar a obra nada se sabe, nem mesmo se entende sua língua. Sequer se sabe para que serve tal empreendimento, ou a interesse de quem vieram – aos responsáveis se seguirá apenas se referindo como “a Companhia”. Aos poucos a população se adapta a ter aquela gente estranha por perto, sem nunca perdê-la de vista. Desde que os primeiros chegaram e se instalaram na vila, sua opacidade causou profundo incômodo: “Não sabendo o que eles faziam ou tramavam no sigilo de seu quarto ou no mistério de suas ex-

cursões, tínhamos medo que o resultado, quando viesse, pudesse não ser bom. Vivíamos em permanente sobressalto.” (p. 16).

Percebe-se, assim, que a impossibilidade de conhecer os planos dos estrangeiros e de estabelecer relações com eles faz com que sua simples presença seja uma ameaça à tranquilidade local. E isso não diz de qualquer ingenuidade ou passividade dos moradores, aspecto que demonstra como a ficção de J. J. Veiga é profundamente ambígua, destituída de qualquer forma de nostalgia. Por ali, o problema com o outro, que não submete sua vida à exposição pública e ao controle daqueles que tanto se habituavam a saber quem chega e quem sai, é que ele insiste em permanecer enquanto outro. Chegaram a levantar uma cerca de arame em volta da chácara onde a fábrica seria construída, muito mais alta do que as cercas comuns, e de fios mais unidos, e atrás delas armaram sentinelas em ronda. E sem qualquer domínio sobre seu destino, as pessoas do vilarejo se veem reféns da Companhia, quando ela espalha pela comunidade espíões para informá-la de seus passos e suas conversas: “não podíamos mais saber com quem estávamos falando, e o resultado foi que ficamos vivendo numa cidade de mudos, só falávamos de noite em nossas casas, com as portas e janelas bem fechadas, e assim mesmo em voz baixa.” (p. 27).

A distância que se mantém, assim, é mais simbólica que geográfica, e sua ação é sentida justamente como contato anômalo. Do amanhecer ao anoitecer, os estrondos atrás do morro chacoalham as panelas nas cozinhas, tão fortes que nas paredes não resta um espelho inteiro. Passada a construção e inaugurada a fábrica, um ruído contínuo passa a ressoar de trás do morro, e um enorme clarão passa a tingir o horizonte das noites, intranquilas dali em diante.

Eu estava quase perdendo a esperança de voltarmos à vida antiga, e já não me lembrava mais com facilidade do sossego em que vivíamos, da cordialidade com que tratávamos nossos semelhantes, conhecidos e desconhecidos. Quando eu pensava no passado, que afinal não estava assim tão distante, tinha a impressão de haver avançado anos e anos, sentia-me velho e deslocado. Para onde nos estariam levando? Qual seria o nosso fim? (p. 27).

A usina atrás do morro causa efeitos ainda mais drásticos na vida do vilarejo. De súbito, e sem nenhum motivo aparente, casas passam a

pegar fogo. Os motociclistas da usina que atravessam a vila com suas máquinas vivem atropelando pessoas distraídas, também sem qualquer motivo, apenas cuidando de seu trabalho: “nós é que estávamos atrapalhando, como um formigueiro que brota num caminho onde alguém tem que passar e não pode desviar. Depois do estrago é que vinha a curiosidade de ver como é que estávamos resistindo.” (p. 26).

Aos poucos, à medida que o trabalho da fábrica avança, o vilarejo se desmantela. Como já não se vê motivo para consertar nada, as casas se enchem de goteiras, o mato invade os quintais e entra pelas janelas das cozinhas, até que os poucos habitantes vivos decidem abandonar o local.

Não me lembro de outro dia tão triste. Uma neblina cinzenta tinha baixado sobre a cidade, cobrindo tudo com aquele orvalho de cal. As galinhas empoleiradas nos muros, nos galhos baixos dos cafezeiros, ou encolhidas debaixo da escada do quintal, pareciam aguardar tristes notícias, ou lamentar por nós algum acontecimento que só elas sabiam por enquanto. (p. 28).

O conto é grande exemplo do modo como o fantástico atua pela ficção de Veiga. Frequentemente o insólito nasce de ações e contextos ordinários, quase tão aparentemente pueril quanto o universo do qual dificilmente se destaca. Seu fantástico, como nos diz Turchi, “não diz respeito ao acontecimento insólito, mas ao sentimento de uma incerteza existencial que os personagens experimentam diante de um mundo familiar em crise” (TURCHI, 2005, p. 149).

O fantástico é, a Veiga, especialmente estratégico, quando suas críticas aos rumos da burocracia e do antropocentrismo são inflexionados aos tempos de ditadura no país. Romances como *A hora dos ruminantes* (1966) e *Sombra de reis barbudos* (1972), além da coletânea de contos *A estranha máquina extraviada* (1968), dedicam-se mais ainda a questões sociais e nos abrem para experiências de uma opressão sufocante, de violência acentuada, ordenamentos rígidos e arbitrários e invasões inesperadas. Da coletânea, *Um galo impertinente* e *A máquina extraviada* são dois de seus mais famosos contos, centradas no tensionamento de alegorias do progresso ao limite do absurdo.

Bem menos misteriosos que os funcionários da Companhia são os homens da obra que se constrói no primeiro dos dois contos – o que

não os torna menos estrangeiros ao povo que observa a construção das colinas das imediações nem menos insólita sua evolução. Esses engenheiros vêm, com o capacete na mão, ao encontro dos curiosos, para dar-lhes explicações, mostrar o projeto no papel e esclarecer o significado de sinais que só eles entendem. A complexidade da obra é tamanha, e sua construção tão demorada que, com o passar do tempo, diz-se que “desmanchavam e refaziam trechos enormes da estrada por não considerá-los à altura de sua reputação. Eles não estavam ali construindo uma simples estrada; estavam mostrando a que ponto havia chegado a técnica rodoviária. (VEIGA, 2000, p. 123).

Diferente também é a reação do povo local, que, apesar de alienado da obra – uma vez que “havia guardas por toda parte com ordem de não deixar ninguém pisar nem apalpar” (p. 124) – de longe se via “que a estrada era uma obra magnífica.” (p. 124). E quem tem que atravessar a região, enquanto a obra não se complete, que saia abrindo picadas pelo mato, passando rios com água no peito, subindo e descendo morros cobertos de malícia e unha-de-gato. No entanto, finalmente inaugurada a obra, diante da imponência da estrada, o povo logo “esqueceu a longa espera, herança de pais e filhos, esqueceu os parentes e amigos que haviam morrido sem ver aquele dia, esqueceu as voltas que teve de dar, e agora só cuidava de elogiar o trabalho dos engenheiros.” (p. 124)

Mas basta que os primeiros viajantes se lancem ao percurso da estrada, “embalados pela lisura do asfalto” (p. 125), que a narrativa de Veiga dê seu derradeiro golpe fantástico no desenrolar da intriga. E novamente não há um elemento sobrenatural que nos tome de surpresa, mas um galo, que invade a pista na frente dos carros, emperrando o fluxo pela magnífica via. A insólita persistência do animal é superada pelo insólito esforço dos humanos para eliminar sua inconveniente presença. Depois de várias tentativas, como último recurso, apela-se para o ministério da guerra, que primeiro manda um canhão e, em seguida, apela para um tanque, com ordem de destruir o galo de qualquer maneira. Atirando à exaustão, é o tanque que é derrotado, pegando fogo após um estouro abafado, “como de jaca caindo” (126). Impotentes diante do bicho, a estrada é abandonada, até ser esquecida, como se nunca tivesse existido.

Se um dia uma raça de homens novos derrubar a mata que lá existir, certamente notará aquela trilha larga coberta de capim e plantas rasteiras; e investigando mais para baixo descobrirá a capa de asfalto, os túneis, as pontes, os trevos e tudo o mais, e não deixará de admirar a perfeição com que se construíram estradas nesse nosso tempo. (p. 126).

De maneira distinta, os empreendimentos da modernidade vão à falência em *A máquina extraviada*. O narrador do conto nos interpela como seu compadre e nos diz: “Você sempre pergunta pelas novidades daqui deste sertão, e finalmente posso lhe contar uma importante.” (p. 133). A novidade rara se trata do artefato que chegara à pequena cidade, adotado pela população, mesmo sem que ninguém saiba quem encomendou nem para que serve. “É claro que cada qual dava o seu palpito, e cada palpito era tão bom quanto o outro.” (p. 133).

Não demora para que se contrate alguém para tomar conta e, por que não, tratar de mantê-la em perfeito estado. O moço regularmente “aplica caol nas partes de metal dourado, esfrega, sua, descansa, esfrega de novo – e a máquina fica faiscando como joia.” (p. 133-134). Os mais entusiasmados tratam de iniciar um movimento para declarar a máquina monumento municipal. Descobrir sua finalidade e colocá-la em ação é, afinal, algo que ninguém ali realmente pretende. Ao contrário: “Estamos tão habituados com a presença da máquina ali no largo, que se um dia ela desabasse, ou se alguém de outra cidade viesse buscá-la, provando com documentos que tinha direito, eu nem sei o que aconteceria, nem quero pensar.” (p. 134).

A máquina de Veiga, prenúncio de progresso que surge sem convite à cidadela, é esvaziada de suas funções e, ressignificada, adquire nova e inesperada importância. Dessa forma, o autor faz da composição da intriga uma metáfora do próprio dispositivo de transgressão operado por sua obra ficcional. O objeto, artefato anacrônico, é tomado pelo fantástico justamente quando lhe é conferido outro lugar no tempo, e sua extraordinariedade é subvertida pelas significações do mundo ordinário. Nada mais intempestivo seria, então, do que a possível chegada de um estrangeiro virtuoso que colocasse tudo em risco, surgindo como agouro de um arranjo histórico.

O meu receio é que, quando menos esperarmos, desembarque aqui um moço de fora, desses despachados, que entendem de tudo, olhe máquina por fora, por dentro, pense um pouco, e comece a explicar a finalidade dela, e para mostrar que é habilidoso (eles são sempre muito habilidosos) peça na garagem um jogo de ferramentas e sem ligar a nossos protestos se meta por debaixo da máquina e desande a apertar, martelar, engatar, e a máquina comece a trabalhar. (p. 135)

É o próprio progresso, portanto, que surge como ameaça, reivindicando o devido funcionamento de seus instrumentos contra os próprios usos que deles se faz. Nesse sentido, é ele o estrangeiro, cujos padrões do bem-funcionar do mundo se mantêm acima da vida que nele se vive.

Cerca de dez anos depois, já em estágio avançado do cenário de ditadura militar no país, encontramos com as contradições da modernização brasileira em aprofundado estágio de degradação na obra de Lygia Fagundes Telles. Em seu icônico livro de contos que se lançam ao fantástico, *O seminário dos ratos*, de 1977, tal degradação é marcante na maneira como os seus espaços se oferecem como expressões da ação do tempo e da história.

O mundo em processo de edificação é materializado por diversas vezes na literatura brasileira. Em 1965, Rubião mesmo nos oferece em “O edifício” sua narrativa da interminável elevação de “um monstro de ilimitados pavimentos” (RUBIÃO, 2013, p. 65) – 1965, é importante lembrar, é o ano que marca o momento em que o Brasil se torna um país majoritariamente urbano, no curso do vertiginoso crescimento das grandes cidades no país. Já os edifícios de Telles não delineiam a fundação de quimeras ou seu processo constituição, mas são justamente o que resta delas e das perspectivas de futuro, tomadas por sombra e névoa.

No conto *A presença*, o título anuncia a incômoda intromissão de um jovem em um hotel, onde uma comunidade de idosos se encontra recolhida do mundo para viver seus últimos tempos – um “hotel-mausoléu” (TELLES, 2009, p. 116). A decadência da vida que encontramos no local é marcada pela própria condição de seus moradores, tomados por “tantas doenças reais e imaginárias, artritismo, bronquite crônica,

asma, pressão alta, flebite, enfisema pulmonar... Sem falar nas doenças mais dramáticas. Ocioso enumerar tudo. A própria velhice já era uma doença.” (p. 115-116). Ao velho funcionário do hotel o jovem pergunta se por ali não há fantasmas: “sempre sonhara com um hotel de fantasmas. Os fantasmas somos nós, respondeu-lhe o velho e ele riu alto.” (p. 120).

Se todos ali foram antes hóspedes em tenra idade, envelheceram junto ao local, cuja renovação e cuidado dispensava os luxos da juventude. Naquela morada fria como um hospital, a piscina está coberta por folhas caídas. Já os espelhos foram deliberadamente retirados, para o alívio dos hóspedes, enfim livres daquelas testemunhas que os captavam em todos os ângulos: “O prazer com que a juventude se vê refletida num espelho! Mas a velhice ali concentrada chegava a ser tão cruel que os espelhos acabaram por ser afastados.” (p. 116).

O conto de Lygia não apenas desenha um cenário de decadência. Com a chegada intempestiva do jovem que, por alguma razão inexplicada, resolve passar uma temporada em tal lugar, a autora promove um desequilíbrio em uma ordem temporal. Lygia coloca em cena o próprio conflito que move sua narrativa, confrontando as sombras da velhice por meio da iluminação da juventude, antiga medida de todas as coisas: “Essa medida eles já tinham esquecido. Com sua simples presença, iria revolver tudo: a revolução da memória.” (p. 118). E se o insólito não é fator evidente ali, ele emerge justamente da síntese anacrônica: “Ao se deitar, depois de ter tomado o chá servido às vinte e uma horas, ele já não se sentia bem.” (p. 121).

No conto *O seminário dos ratos*, as edificações fantásticas de Telles ganham conotações políticas notáveis. A autora parte de uma referência que já dimensiona, para nós, o universo ao qual adentramos: “Que século, meu Deus! – exclamaram os ratos e começaram a roer o edifício”, introduz a epígrafe, versos do poema *Edifício Esplendor* de Carlos Drummond de Andrade.

O seminário, organizado para traçar as coordenadas de uma ação conjunta contra a infestação de ratos que se alastra pelo país – já em sétima edição, depois de todas as outras tentativas sem sucesso –, se passa em uma mansão que deveria ser o quartel general da batalha e, no entanto, é símbolo maior da decadência das forças de um projeto de mundo que insiste em se manter e que está prestes a sucumbir. Em



reunião com o Secretário do Bem-Estar Público e Privado, o Chefe das Relações Públicas reproduz o comentário feito por um insolente noticiarista de um vespertino: “tanto edifício em disponibilidade, que as implosões até já se multiplicam para corrigir o excesso. E nós gastando milhões para restaurar esta ruína” (p. 154).

Sentado, agonizando de dor com a perna tomada por gota, o velho Secretário é a encarnação mais direta do contexto político do país. Intrigado com ruídos que desviam sua atenção da conversa, ele comenta com o RP que, por sua vez, nada parece escutar: “Pois eu escuto demais, devo ter um ouvido suplementar. Tão fino. Quando fiz a Revolução de 32 e depois, no Golpe de 64, era sempre o primeiro do grupo a pressentir qualquer anormalidade.” (p. 157).

Mas dentro da crítica social, a narrativa de Telles nos insere em outras dimensões do mundo que não se anunciam à luz do cenário apresentado. “Seu objetivo é menos a realidade do que aquelas zonas de atordoamento e dúvida em que ela se move”, afirma o crítico José Castello no texto “Lygia na penumbra” (p.171). Entre as ações e os personagens do seminário, a intriga é percorrida pela vibração que aumenta e diminui, se aproxima e se afasta, ora como ondas do mar, ora como a respiração de um vulcão, e que se consideraria se tratar mesmo de um fantasma. E é com semelhante modulação que a autora injeta o fantástico na nossa realidade, seja com a visita noturna de formigas que insistem em restituir o corpo a um cadáver desmembrado (*As formigas*), ou com o despontar da morte que nos interpela por trás (*A mão no ombro*), fazendo da trajetória humana sempre um percurso incoerente e incerto. E ainda que a nuvem de ratos invada os lugares pelas portas e janelas, só perceberemos que efetivamente têm o controle sobre o mundo no murmuro secreto, rascante, que parece vir da Sala de Debates da mansão, todos lá, de portas fechadas, enquanto todos os homens já fugiram desesperados: “Quando olhou para trás, o casarão estava todo iluminado.” (TELLES, 2009, p. 164).

De todos os grandes nomes que se lançaram ao fantástico no Brasil e que, de alguma forma, colocaram o destino do país em ação por suas narrativas, Moacyr Scliar é um daqueles cujo ofício estabeleceu íntima relação com a prática jornalística, ainda que o autor nunca tenha sido jornalista. No entanto, para nós, é de grande significância retomar o

gesto que Scliar promove em uma série de crônicas escritas entre 2004 a 2008, reunidas em um livro sob o título *Histórias que os jornais não contam*. É o próprio autor quem discorre sobre seu experimento:

[Escritores f]requentemente partem da realidade – um episódio histórico, um personagem conhecido, um fato acontecido – para, a partir daí, construir suas histórias. Uma experiência que tive muitas vezes ao longo da minha trajetória literária. Mas confesso que não estava preparado para a verdadeira aventura que teve início quando, anos atrás, e a convite de editores da *Folha de São Paulo*, comecei a escrever textos ficcionais baseados em notícias de jornal. Não é, obviamente, algo novo; já aconteceu muitas vezes. Mas, praticada sistematicamente, essa atividade foi se revelando cada vez mais surpreendente e fascinante. Descobrir que, atrás de muitas notícias, ou nas entrelinhas destas, há uma história esperando para ser contada, história essa que pode ser extremamente reveladora da condição humana. O jornal funciona, neste sentido, como a porta de entrada para uma outra realidade – virtual, por assim dizer. Neste momento o texto jornalístico, objetivo e preciso, dá lugar à literatura ficcional. À mentira, dirá o leitor. Bem, não é propriamente mentira; são histórias que esqueceram de acontecer. O que o escritor faz é recuperá-las antes que se percam na imensa geleia geral composta pelos nossos sonhos, nossas fantasias, nossas ilusões. (SCLIAR, 2009, p. 11-12).

Dos vários textos que produz, Scliar subverte a ambição factualística das notícias que seleciona, traindo-as não por abandonar o mundo que configuram, mas por inserir nele elementos e dinâmicas que fogem e contornam as disposições necessárias. Conhecemos, por exemplo, a inusitada história de um homem chamado Ano Novo – baseada na notícia de que há 5.659 chineses registrados com o nome equivalente em mandarim (“Yuandan”), vários deles tendo nascido no dia 1º de janeiro – ou aquela de uma boneca que escreve à dona avisando da revolução que ela e centenas de outros bonecos defeituosos preparam contra os fabricantes que lhes negam o concerto – escrita a partir de uma notícia sobre o *recall* de uma marca de bonecas.

Nesse sentido, a crônica *A vingança do homem invisível* apanha o trecho de uma notícia como esboço de linhas construtivas de certas relações do homem com a modernidade: “Mediante um material

especial capaz de desviar raios de luz, pesquisadores da Universidade da Califórnia tornaram possível a invisibilidade.” (p. 27). Levada a premissa adiante, a narrativa de Scliar se lança ao horizonte da notícia e realiza a aposta da nova e incrível tecnologia. Implementada em uma pequena capa da invisibilidade, o artefato é celebrado pelos cientistas, não mais orgulhosos do feito do que entusiasmados com as possibilidades de lucro e de um prêmio Nobel da física. No entanto, a capa é feita aquém do porte de qualquer um dos cientistas do laboratório e, para que o primeiro teste seja feito, convoca-se o menor homem dali, um baixinho e velho servente. Mas a perspectiva da invisibilidade, que se abre como possibilidade de glória, é motivo de pavor para o humilde senhor, ciente de tantas experiências com resultados inesperados e catastróficos. Em lágrimas, aceita levar o teste adiante sob a ameaça de perder o emprego.

Observa-se, mais uma vez, com a crônica, um descompasso que não é mero conflito geracional, mas trata-se de distintas e inconciliáveis perspectivas de mundo e da relação com o futuro. A redenção do protagonista é construída, então, em detrimento das expectativas dos ambiciosos homens da ciência e da violência com que impõe o futuro ao subordinado. Logo que desaparece, o senhor não demora e se dar conta de que, invisível, pode tomar posse de sua condição – e dos documentos do revolucionário projeto, que trata de oferecer à venda para outros laboratórios rivais. Invisível e enriquecido, suas novas perspectivas são bem mais animadoras do que esperaria, e bem mais ordinárias do que a dos grandes inventores: comer de graça nos melhores restaurantes, viajar em navios de cruzeiro e dormir nos melhores hotéis: “A invisibilidade, sobretudo para os baixinhos humildes, é uma promessa de excitantes aventuras.” (p. 28).

Por fim, é na crônica *Na contramão da história*, texto que abre a coletânea, que encontramos um significativo movimento de enfrentamento da ordenação do tempo, estrategicamente sintetizado no título, se revelando, na crônica, muito mais singelo do que esperaríamos. Parte-se da seguinte nota, absolutamente ordinária: “Um comerciante foi detido pela Polícia Militar Rodoviária após dirigir na contramão da Rodovia dos Imigrantes por 1 km. Segundo a polícia, ele parecia embriagado.” (p. 13). Com Scliar, no entanto, descobrimos o ponto de vista do moto-

rista, que se surpreende ao entrar na rodovia e ver que um carro vem em sua direção. “Contramão!”, ele gritou indignado. O motorista do outro carro também gritou: ‘Contramão!’” (p. 13).

A estranha experiência se repete uma vez, e novamente, até que o motorista é levado a questionar a sanidade do mundo: teriam todos enlouquecido? Pois ele sabe bem do caminho que sempre faz, da estrada que percorre diariamente, e sabe que não pode estar indo de encontro ao ordenamento estabelecido. “Continuaria dirigindo e fazendo sinais para os imprudentes até que todos se dessem conta da verdade.” (p. 13). Como sabemos, seu fim não pode ser feliz, o que não significa que o motorista seja levado a abdicar de suas convicções. Ao ser detido, aceita a prisão com resignação. “Um dia, porém, a Verdade apareceria naquela estrada. Avançando celeremente, e na mesma mão em que ele estava.” (p. 14).

Em suas crônicas tardias, das histórias que os jornais não contam, Scliar inverte perspectivas, cria outras, ou as coloca onde não esperávamos. Com isso, se em nenhum momento o autor esboça diretrizes de uma compreensão geral da historicidade contemporânea, seu gesto lança-nos a experiências fantásticas do nosso tempo, capturadas em vislumbres do irrealizado do cotidiano noticioso, encontrando os interstícios da história na qual outras temporalidades podem se instalar. O país do futuro, assim, ressurgue despontando para uma outra modernidade, que não é a reversão do progresso, mas a intempestiva experiência da atualidade.

#### **4.4 Folha de S. Paulo, 23 de maio de 2010**

Se insistíssemos na metáfora do “espelho do tempo”, tão cara a uma retórica jornalística, e tomássemos a primeira página do jornal como síntese dessa metáfora, que tempo vislumbraríamos ao lançarmos um olhar de relance à edição do dia da *Folha*? Em sua edição de inauguração, a organização formal do “jornal do futuro” não segue tão diferente anseio daquele jornal da ilustração dos anos 1980, cujas colunas e blocos de textos e imagens nos oferecem a ordem como imperativo da experiência. Além disso, ele nos oferece uma série de ancoragens

temporais que fazem com que o presente permita nos impelirmos ao horizonte.

Na manchete de destaque, conhecemos as projeções do nosso então atual presidente: “Lula articula seu futuro na ONU ou no Banco Mundial”. Enquanto isso, ao longo de toda a coluna esquerda da página, a construção do panorama se desenvolve, panorama esse no qual o futuro de distintos aspectos da vida social é colocado em pauta: “Dilma cresce em todas as regiões, indica Datafolha”; “NOVÍSSIMA!: projeto editorial prioriza furos e interpretação”; “Jornal dos EUA cobra por acessos e eleva vendas”; “‘Lost’, que acaba hoje, é prévia da TV do futuro”; “EDITORIAIS – Leia ‘Espelho do mundo’, sobre as mudanças na *Folha* e o papel do jornalismo; e ‘Farra esportiva’, acerca das obras para a Copa e para as Olimpíadas”. Ao lado da última chamada, vemos a foto de uma grande e reluzente taça prateada sendo erguida por um esportista – “Prévia da Copa? O goleiro Júlio César, da seleção brasileira, beija a taça da Copa dos Campeões, ganha por seu time, a Inter de Milão, após vitória (2 a 0) sobre o Bayern”.



Na edição, estratégica para a *Folha de S. Paulo*, somos lembrados que estamos a alguns meses de novas eleições presidenciais e a alguns anos da realização de megaeventos esportivos no Brasil, dois grandes acontecimentos que modulam grande parte das expectativas coletivas. Mas se a lógica de reprodução da metáfora do espelho tem limitado alcance na compreensão da experiência histórica mediada pelo jornal, somente uma noção dinâmica da mimesis – a reprodução da ação, a ação criadora – poderia efetivamente nos voltar para as experiências temporais que se abrem nas tessituras narrativas desenvolvidas nas páginas do jornal, para além dos breves esboços da capa.

Folheando as páginas do jornal, atraídos pelos rumos administrativos do país, encontramos tentativas sistemáticas de materializar e compreender as perspectivas que se abrem com a emergência cada vez mais concreta dos futuros candidatos na cena pública. Se qualquer período eleitoral faz precipitar questões sobre a renovação de projetos de país, aqui estamos prestes a eleger um projeto que deve suceder a dois governos consecutivos de um presidente e de um partido cujos discursos são marcados pelo questionamento de antigas estruturas sociais do Brasil. Na página A18, lemos que “Serra foca em segurança, e Dilma, pobreza” (COSTA & FRANCO, 2010, p. A18). Na matéria, conhecemos um pouco mais das vias dos dois principais nomes (de oposição e situação) das eleições, “[a] pesar de os programas de governo dos pré-candidatos à Presidência ainda estarem sendo rascunhados” (2010). Assim que as primeiras promessas de campanha começam a se configurar, a *Folha*, antecipadamente, busca a análise de “especialistas sobre a viabilidade e possível eficácia de compromissos assumidos pelos presidencialistas” (2010).

No entanto, enquanto toda a tônica temporal da notícia nos coloca em função do futuro – seja em relação à consolidação próxima do perfil das campanhas dos candidatos e da consequente escolha do próximo presidente, seja em relação à atuação do governo seguinte na condução do país –, assim que as promessas se anunciam elas trazem consigo as marcas de tensões históricas no país. “As principais propostas de Serra estão na área da segurança, um dos eixos do ‘tripé’ que o tucano invariavelmente cita em discursos e entrevistas, ao lado de saúde e educação” (2010). A criação do Ministério da Segurança Pública surge

nas promessas do pré-candidato como a possibilidade de um novo dispositivo institucional de combate à insegurança social diante de uma adversidade tão familiar.

O recurso, menos do que um conforto, nos lembra da dificuldade de superação de certas condições do país e das heranças com as quais nos debatemos, mesmo aquelas que visaram – aparentemente sem sucesso – justamente possibilitar o ordenamento da vida pública: “O tucano promete tornar a União protagonista das ações de combate à criminalidade, ainda que seja necessário mudar a Constituição” (2010). Diante da proposta, somos lançados imediatamente à virtualidade que ela abre, em uma projeção de sua viabilidade: “Terá que se discutir com governadores e prefeitos para se chegar a um consenso. Ninguém quer perder poder, por isso o tema nunca avançou no Brasil” (2010), ouvimos da especialista convocada, a socióloga Jacqueline Muniz.

Semelhante dinâmica guia a apresentação da perspectiva da outra pré-candidata: “A mais relevante promessa anunciada por Dilma é a de erradicar a pobreza extrema no Brasil até 2014.” (2010). A proposta também é seguida dos fundamentos formais que dão a medida de sua viabilidade, o estudo sobre pobreza e políticas públicas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): “O próprio estudo diz que a erradicação da pobreza extrema se daria em 2016 – se repetidos ‘os melhores desempenhos brasileiros’” (2010). Se a data prevista na avaliação não é tão otimista quanto à prometida pela presidenciável, ela parece ficar ainda mais distante quando submetida à frieza das aspas que condicionam seu sucesso.

A matéria é complementada por um *box* que anuncia que a “Folha estreia hoje seção que vai avaliar promessas” (2010). O chamado “Promessômetro” do jornal traz um conjunto de gráficos que criam uma escala imagética da viabilidade das propostas dos pré-candidatos. A escala coloca as perspectivas em análise no eixo que contém a distância entre os polos do “possível” e do “impossível”. De um polo a outro, o eixo é composto por 18 unidades de medida, que se não conseguem prever o futuro, pelo menos tentam colocá-lo quantitativamente à disposição dos parâmetros de possibilidade de que se dispõe. No gráfico de Serra, as medidas para o aumento da segurança pública no futuro estão a seis casas do possível, o que se traduz nos termos “há limitações”; enquanto,



no de Dilma, seis casas separam sua futura eliminação da miséria do impossível, o que se resume como “difícil de cumprir” (2010).

O esforço de sistematização e quantificação da realidade, particularmente em tempos de eleições no país, se desdobra pela *Folha* em sua constante busca por parâmetros aritméticos não apenas de fatos e dados, mas de tudo aquilo que se insere na virtualidade do tempo, viabilidades, possibilidades e intenções. E a marca mais evidente disso aqui são suas regulares medições das intenções de voto, pelas quais o Grupo *Folha* é referência no Brasil. Na página A10, muitos números, tabelas e gráficos nos fornecem um mapa das perspectivas de votos, desenham percursos evolutivos, configuram tendências, e organizam o mundo relativamente a uma série de diferentes parâmetros: sexo, escolaridade, renda, faixa etária, região.

No percurso pela série de estatísticas que tentam colocar as expectativas de futuro ao alcance de nosso controle, nos deparamos, na página seguinte, com o título “Datafolha mobiliza 313 profissionais” (MACHADO, 2010, p. A11), que abre outras dimensões para a narrativa da corrida eleitoral. Na foto que acompanha a manchete, vemos um homem de feição franzida sentado nos bancos de uma embarcação. Pela janela ao seu lado, a água toma conta da paisagem. A matéria então nos lança ao cenário:

Uma hora e meia após zarpar do porto Boizão, em Manaus (AM), o barco *The Flash* pifou e ficou à deriva no rio Amazonas. Falta-vam ainda 30 minutos para chegar a Manaquiri, cidade de 21 mil habitantes onde Maurício de Aquino deveria entrevistar 14 pessoas para o Datafolha.

O resgate aos 50 passageiros veio uma hora depois na forma da lancha *Glória a Deus*, que navegava ao som de Bruno e Marrone. (2010).

A fotografia é, assim, inserida em um arco temporal que não transcorre em uma simples sucessão de acontecimentos. Pela tessitura da intriga, construída em função do objetivo final do personagem, vamos ao encontro do pesquisador Aquino no ponto em que nele se acumulam o tempo do consumo pela duração da viagem até ali e o tempo da espera pela duração que ele deve suportar ainda até seu destino. Tensionando

os dois tempos, abre-se ainda o tempo ocioso da deriva, da água que toma conta da vista, sem qualquer sinal do ponto de partida, do ponto de chegada ou mesmo do movimento de um a outro.

A rede temporal é composta, ainda, por uma série de elementos significantes que percebemos pelo percurso. É impossível desconsiderar que, se o cenário pode ser familiar e banal para muitos brasileiros, ele emerge pela matéria como algo de vulgar e arcaico. Os nomes estrategicamente convocados – porto “Boizão”, lancha “Glória a Deus” ou o irônico barco “The Flash” – possuem um valor na narrativa do jornal paulistano que é menos informativo do que qualitativo. Com o pesquisador, vamos ao conflito com uma temporalidade muito diferente daquela do universo urbano, acelerado e transparente, que o jornal tem como referência.

Embora mais rápida que o “The Flash”, a nova embarcação não consegue evitar o atraso do pesquisador, que chega ao seu destino com pouco tempo para realizar sua tarefa. Depois de tudo, no entanto, a tarefa se revela relativamente simples, graças à própria dimensão do local: “Como a cidade é pequena e cheguei quase na hora do almoço, acabou sendo fácil abordar as pessoas”, conta Aquino.” (2010). A que serve, enfim, o drama de uma tarefa que, apesar de tudo, é cumprida, se não à narrativa do esforço de acesso a um universo nos limites do mundo que nós, leitores da *Folha*, habitamos? Para nos apresentar à dimensão do trabalho de pesquisa do instituto Datafolha, somos levados, de uma vez, até os confins do país, ao distante estado amazonense (novamente a distância é simbólica, e não geográfica) e então adiante, pelo rio Amazonas, até a pequena cidade que receberia a possibilidade de ser considerada no computo das intenções de voto para a presidência da república.

“No Datafolha desde 2003, Aquino é um dos 192 pesquisadores externos que cobriram 162 cidades brasileiras para a pesquisa publicada ontem. Afora os resultados em si, eles constituem a face mais perceptível do instituto.” (2010). Aquino cumpre, assim, seu objetivo na narrativa, o de materializar o trabalho de uma instituição que, para se legitimar enquanto moderno dispositivo da tecnologia da informação no país, revela sua conflituosa rotina de superação das distâncias e das barreiras do atraso. O contraste torna-se evidente à medida que a matéria avança no gesto de configuração de visibilidade de sua estrutura.

Mas o trabalho do Datafolha é garantido por uma estrutura invisível que envolveu, no caso dessa pesquisa, 313 profissionais responsáveis pelo planejamento do processo, recebimento e processamento dos dados e checagem das informações, entre outras tarefas. Ao longo do ano, o instituto Datafolha conta com uma equipe fixa de cerca de cem pessoas e realiza aproximadamente 500 pesquisas, a maioria das quais não são eleitorais, mas de mercado. Enquanto tocava a pesquisa de intenção de voto, o Datafolha mantinha outros 35 projetos em andamento. (2010).

Nos frequentes discursos de autolegitimação da *Folha*, nos encontramos com Sérgio Dávila, que emerge na narrativa chamando o processo das pesquisas de uma “operação de guerra”, e explicando a importância do sigilo em torno dos resultados antes de sua publicação: “Eventuais vazamentos seriam muito graves. Isso se justifica porque o mundo político usa o Datafolha como verdadeira pedra de toque para confirmar ou negar tendências no cenário eleitoral”, afirma Dávila (2010).

Na faixa inferior da página, a matéria é ilustrada por infográficos que sintetizam as etapas de pesquisa do instituto, do planejamento da pesquisa à publicação no jornal – nos quais a viagem do barco “The Flash” não é levada em consideração. A imagem de Aquino à deriva, no topo, é enfrentada então por silhuetas de executivos em ternos reunidos em torno de uma mesa, dos quais erguem-se balões de diálogos. Dentro deles, um mapa do Brasil e uma folha de questionário.

Se seguirmos folheando a edição do jornal, passaremos por uma série de etapas em que a construção do futuro do Brasil é colocada em questão, sempre no conflito que se instaura com as dificuldades para alcançá-lo, ainda que tais etapas apareçam sob ameaça da imprevisibilidade.

Na página A4, na matéria que desenvolve a manchete de capa, “Lula negocia para assumir a ONU ou o Banco Mundial” (ALENCAR, 2010, p. A4), nos encontramos com o presidente do país iniciando articulações com outros líderes mundiais para definir seu futuro após deixar o cargo. E à medida que, com o nosso representante, nos projetamos em um jogo de poder de dimensões internacionais, a matéria redimensiona uma trajetória conflituosa de desenvolvimento, não mais em relação às barreiras do subdesenvolvimento que persistem dentro do

nosso território, mas àquelas antigas condições que o país deve superar para se afirmar externamente. Mas então descobrimos em jogo a ação de forças do passado não apenas naquilo que nos condena à frágil condição de país subdesenvolvido, mas que configura a própria condição tradicional de hegemonia das lideranças mundiais, uma ordem do tempo em que somos nós os extemporâneos: “Não interessaria a Lula virar secretário-geral da ONU no atual formato, muito dependente dos EUA e dos outros vencedores da Segunda Guerra Mundial – Reino Unido, França, Rússia e China.” (2010).

Na mesma página, o empreendimento de afirmação internacional do país encontra outras oportunidades de se realizar. No “Painel”, lemos sob o título “Te vejo em 2014”:

No dia 11 de julho, no primeiro “break” comercial após o término da final em Johannesburg, todas as emissoras de TV do mundo com direito de transmissão da Copa da África do Sul (menos a brasileira Rede Globo) levarão ao ar uma propaganda de um minuto sobre o Brasil, sede do Mundial de 2014.

O filme, dirigido pelo cineasta Fernando Meirelles para a Embra-tur, procura vender o que o governo chama de “novo conceito de Brasil”: moderno, alegre, mas não restrito ao Carnaval e ao Rio de Janeiro. A peça, que terá também uma versão de 30 segundos, será veiculada por aproximadamente 20 dias. (LO PRETE, 2010, p. A4).

Descobrimos, assim, que a Copa do Mundo é uma oportunidade de renovação do país, que passa pela própria necessidade de renovação dos discursos sobre o país. O descompasso histórico de tal identidade do país em construção se desdobra ainda em várias outras matérias ao longo do jornal. Na primeira página do caderno de Negócios, lemos que “Crédito pró-Copa turbinou preparação para 2014” (BORGES & VIOTTO, 2010, p. N1). A notícia de que BNDES, FAT e Mtur lançam linhas especiais de crédito se desdobra em uma narrativa cuja propulsão nos guia por entre ações que são apenas da ordem do acontecido, mas também da ordem do estímulo, do impulsionamento. E, nesse sentido, a experiência da narrativa noticiosa não se dá de maneira tão diferente das narrativas publicitárias: “Pode ser que o restante do país só tenha olhos para a Copa-2010, que começa em três semanas. Mas, no caso

do time dos micro e pequenos empresários brasileiros, a hora de se armar para marcar o gol em 2014 é agora.” (2010). Na página seguinte, a matéria “Oportunidades novas exigem planejamento” se inicia com a vinheta “De 2010 a 2013”, período da história que se lança em função do país da Copa: “Esses quatro anos são um grande laboratório para a empresa testar ações, campanhas, promoções e lançamentos de produtos, a fim de atrair clientes e se preparar para a demanda do evento” (BB, 2010, p. N2), ouvimos de Eduardo Corch, especialista em marketing.

Não é preciso, assim, qualquer conexão direta entre essas e a notícia no caderno de Mercado, na página B6, para que a consciência dos problemas estruturais do país se revele de forma perversa: “Aeroporto de Seul é o anti-Cumbica”, sintetiza o título (LORES, 2010, p. B6). Quando adentramos a matéria, percorremos a impressionante estruturação do aeroporto sul-coreano, seja na agilidade dos seus serviços, seja no luxo dos seus atributos – de *spa* e campos de golfe a terminais de autoatendimento com tecnologia *touch screen* nos restaurantes self-service. E à medida que somos apresentados ao avançado aeroporto, por diversas vezes, seus atributos surgem como base para a imediata apresentação da antítese brasileira.

Um passageiro gasta em média 13 minutos somando imigração e alfândega ao desembarcar e 16 minutos na hora de embarque (a média internacional é 45 minutos e 60 minutos respectivamente, mas em Cumbica a chegada ultrapassa os 90 min).

Por cinco anos consecutivos, o aeroporto de Seul recebeu o prêmio de melhor aeroporto do mundo pelo Conselho Internacional de Aeroportos, a partir de pesquisas de satisfação de passageiros.

Tudo o que a Infraero nem sonha em oferecer ao usuário brasileiro reluz em Seul. (2010).

No jogo de confrontamentos que a matéria configura narrativamente, somos constantemente transportados por meio de ordens distintas do tempo, levados ao aeroporto da Coreia do Sul ao do Brasil e de volta ao da Coreia do Sul. E, se é evidente que o atraso encarnado no aeroporto brasileiro é intensificado pelo contraste com o aeroporto sul-coreano, a experiência da modernidade erguida por Seul é indissociável de sua

medida anacrônica. Nesse sentido, é somente como espíritos de outro tempo que podemos percorrer os corredores do cenário futurístico na matéria. Quando nos deparamos com as lojas do espaço *duty-free*, nossa condição extemporânea é particularmente intensa, uma vez que a única referência de caráter aparentemente positivo ao Brasil fala de um país que é, para a maioria de nós, absolutamente anacrônico: “Mas onde o aeroporto fatura mesmo é na Air Star Avenue (‘avenida da estrela do ar’), uma Oscar Freire dentro do terminal com 90 lojas e 70 restaurantes.” (2010).

Há de se observar que uma relação expressa da matéria com a estrutura aeroportuária brasileira diante do desafio da realização dos mega-eventos no país se dá, efetivamente, na mesma página, não em outra matéria assinada pelo jornal, mas por meio de uma peça assinada pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil do Estado de São Paulo. No texto “Apressado come cru” (APRESSADO, 2010, p. B6), criticam-se as licitações, alegadamente inconstitucionais, realizadas pelo governo federal, realizadas para acelerar as obras para os eventos esportivos. Nota-se, assim, que o futuro é um empreendimento em constante disputa e que, pelas páginas do jornal, as parcelas desse futuro são vendidas das matérias-anúncio aos informes publicitários.

As questões de estrutura do país são levadas adiante quando abrimos o caderno “Cotidiano”, na página C12, e alcançamos novas dimensões dos paradoxos de uma modernidade brasileira. No topo da página, somos colocados diante da incômoda imagem de um homem maltrapilho, parcialmente exposto, deitado na calçada imunda da cidade, ao lado de um velho sofá. Na manchete, sob a vinheta “Foco”, lemos: “Rejeitados, sofás entulham ruas de São Paulo” (WESTIN, 2010, p. C12). E se a contradição perturbadora se dá de imediato, ela é levada adiante pelas primeiras linhas da matéria: “Eles foram desovados nas esquinas. Por alguma razão, não são mais bem-vindos na sala de estar: estão carcomidos, quebraram ou simplesmente saíram de moda. Da periferia aos bairros ricos, os sofás abandonados proliferam em São Paulo” (2010).

Encontramo-nos, assim, na maior metrópole brasileira, com os restos obsoletos de uma população abandonados na via pública, nos cantos desolados onde se acumulam as sobras da história. Trata-se,

nesse sentido, de testemunhar inicialmente um gesto de abandono do passado, que é imediatamente ressignificado como gesto de obstrução do progresso. Tal obstrução é acentuada em seguida, quando, nos fazemos saber que, no Pacaembu (zona oeste), um sofá preto “jaz” de cabeça para baixo diante de um muro; que, numa praça da Mooca (zona leste), “um três-lugares” chamuscado “resistiu” a uma tentativa de incêndio; e que, enfim, no Glicério (região central), “um morador de rua prefere o chão ao sofá bem ao lado, encardido, molhado de chuva e malcheiroso” (2010).

Os sofás que encontramos espalhados pela cidade são sujeitos das ações – e, nesse sentido, jazer não é menos uma ação de resistência do que a própria ação de resistir a um incêndio –, distintos uns dos outros, ainda que para povoar o espaço urbano de uma população heterogênea de corpos. Quando o morador sem nome e sem rosto surge ao lado de um sofá, ele serve de plataforma para que nos lancemos a uma dimensão para além de um parâmetro de degradação concebível. E é quando o fluxo pela cidade cessa que os sofás abandonados circulam diante de nós: “Em dias de tempestade, sofás são vistos boiando nas ruas, arrastados pelas enxurradas” (2010).

Diante disso, conhecemos o esforço formal de desobstrução da cidade, na retirada da espantosa recorrência dos entulhos, e da tentativa de expurgação de sua presença inconveniente para força de uma ordem temporal que efetivamente habitamos: “Os caminhões da prefeitura recolhem algo em torno de 10 mil sofás por ano das ruas de São Paulo – uma média de 27 a cada dia. O destino é um aterro sanitário de entulhos no limite com Guarulhos” (2010).

Descobrimos, então, que as “famílias estão se livrando dos velhos sofás porque nunca foi tão fácil comprar um novo. (2010). Nesse sentido, a proliferação dos restos obsoletos da vida cotidiana se relaciona justamente por um inflacionamento da disponibilidade do novo. “O consumo de sofás costuma explodir em fim de ano – com o 13º salário – e, justamente agora, véspera de Copa do Mundo – quando as famílias adquirem TVs novas e, embaladas, acabam trocando a sala toda” (2010).

Quase como em uma incursão nostálgica, escutamos a fala da personagem Gina Soares, de 47 anos, que comenta ao ver um sofá largado numa calçada: “As pessoas têm mania de grandeza, estão

sempre desejando um sofá melhor” (2010). A mulher então dá dois chutinhos no sofá, reconhece certo valor que lhe resta, para fatalmente negar-lhe a restituição: “Tem muita madeira dentro, vê? É coisa boa. Não precisaria ser jogado fora. Se eu pudesse, levaria para casa, trocaria o tecido e pronto” (2010).

A restituição, em alguma medida, dos vestígios do passado ao tempo é novamente negada quando descobrimos que “mesmo as entidades beneficentes, que sempre foram o destino certo dos móveis usados” (2010), já estão saturadas do artefato. Dessa vez, no entanto, a profusão intempestiva dos móveis nos mostra que o próprio ramo vê sua persistência como ameaça: “Quase chegamos ao colapso no Natal. Não tínhamos mais onde colocar tanto sofá doado, lembra Cecília Lucchesi, supervisora de doações das Casas André Luiz” (2010).

Retornamos, então, às ruas para presenciar um novo encontro com a emergência do antigo objeto que insiste em não desaparecer, em mais uma tentativa fracassada de ser reincorporado à vida corrente:

Na segunda-feira passada, a *Folha* viu um dois-lugares marrom obstruindo a entrada de uma loja de móveis usados na Bela Vista (região central). Havia sido largado ali na calada da noite.

“Era só o que me faltava”, praguejou o vendedor enquanto arrasava o móvel para poder abrir a loja naquela manhã. “Quem vai querer comprar isso aqui?” (2010).

A questão do descontrole com relação ao abandono de velhos sofás na cidade é, então, levada às autoridades, que se pronunciam. Evaldo Gomes, porta-voz do setor de limpeza da Subprefeitura da Sé (região central) chama atenção para a Operação Cata-Baguho, que faz percorrer pela cidade, aos sábados, os caminhões que passam “recolhendo ‘objetos inservíveis’” (2010). É como obstáculo incontrolável de uma experiência funcional da história que chegamos ao fim da matéria. Na fala de Gomes, a desconjunção das ações dos habitantes do mundo moderno é sintetizada: “Quando põem esse tipo de lixo fora de casa, as pessoas acham que estão resolvendo um problema. Na realidade, estão criando um problema” (2010).

Nossa leitura se volta, finalmente, para uma matéria da página seguinte, intitulada “Comunidade espera há 11 anos retorno de profeta



morto” (GUIBU, 2010, p. C13). O título nos transporta até um recorte espaço-temporal que imediatamente se impõe como um universo extemporâneo à nossa realidade. Acostumamo-nos, afinal, a nos encontrar, em nossos grandes jornais, com universos tradicionais da religiosidade e da espiritualidade, aspectos tão fortes na cultura brasileira, incorporados a certas rotinas de ordenamento do mundo; no entanto, quando não emergem, como na maioria das vezes, como questões estritamente políticas, econômicas ou científicas – âmbitos pelos quais o ser humano efetivamente promoveria o domínio da sua história rumo ao futuro – , tais universos parecem estar inevitavelmente atrelados a uma dimensão exógena dos tempos modernos. O sobrenatural e a magia não passam, assim, despercebidos por nossas narrativas jornalísticas, mas parecem configurar naquela parcela da realidade em que fenômenos de outra ordem são autorizados a se performarem, ali dentro dos limites condescendentes de uma cena folclórica. Nada disso quer dizer, no entanto, que tais universos são tratados de maneira pacificadora pelas narrativas noticiosas, e que sua leitura se constitua como a obra de uma experiência racional da realidade.

Quando damos os primeiros passos na leitura da matéria, percebemos que não estamos simplesmente diante de mais um cenário de intensa religiosidade perdido nos interstícios do mundo moderno. Estamos no limite do desaparecimento de uma etapa histórica: “Último profeta do sertão pernambucano, Meu Rei costumava dizer que não morreria. No máximo, viajaria e voltaria depois. Mas, em janeiro de 1999, contrariando as previsões, ele morreu, aos 113 anos de idade” (2010). Estamos, então, há 11 anos da morte do último profeta sertanejo, Cícero José de Farias, e, no entanto, ainda vamos ao encontro de sua comunidade do Vale do Catimbau, a quase 300 quilômetros da capital pernambucana, como se ainda tentássemos lembrar os seus crédulos seguidores que sua profecia não se realizara.

Hoje, 11 anos depois de sua morte, há quem o espere voltar da viagem. Na fazenda Porto Seguro, onde ergueu seu reino entre serras e grutas, fiéis mantêm intacto seu “palácio”, uma construção em forma de torre, com cinco andares, cheia de passagens e escadas apertadas e assimétricas.

Lá, tudo está do jeito que ele deixou, após 23 anos de reinado. Os aposentos estão sempre limpos. Na mesa usada em reuniões e festas, a toalha continua bem esticada, enfeitada com um vaso de flores de plástico.

O corpo do líder, peregrino e conhecedor das dificuldades dos sertanejos, foi enterrado no subsolo. (2010).

Quando percorremos o vilarejo, parecemos nos abrir à experiência de um outro tempo, que não é a de um passado em degradação, de uma subsistência na história, mas de uma alteridade que nos abre às possibilidades da fantasia. Mas, sua alteridade se faz sentir, sobretudo pela experiência de um tempo que parece não se mover, pelo menos não à maneira como esperamos que seu movimento se dê. E, nesse sentido, a viagem ao vilarejo nos conduz a limites da história no sentido mesmo de que nos vemos em um mundo em vias de se deslocar do próprio tempo. Ali, munidos de nossos parâmetros temporais, nos vemos profundamente desorientados.

Nesse sentido, se tal universo não se impõe, de fato, como obstrução das dinâmicas da cidade moderna, ele não deixa de nos desafiar, ainda que insistamos, junto da matéria, a enfrentar seus habitantes com ceticismo: “Último assessor de Meu Rei, Edvaldo Bezerra de Melo, 67, diz que o profeta voltará à fazenda em 2040 para continuar a comandar ‘o processo de universalização da paz no terceiro milênio.’” (2010). No embate com o assessor, somos confrontados com perspectivas que, por sua vez, nos soam ainda mais extremas: “Melo diz, inclusive, que Meu Rei já está entre nós. Seu espírito teria reencarnado quatro meses após a sua morte, em um bebê nascido na comunidade. O menino não mora mais no local e o seu nome é mantido em sigilo.” (2010). Diante de tais impossíveis visões, nos desviamos para o esmiuçar de aspectos que efetivamente dominamos: a burocracia.

A fazenda, para onde retornaria aos 41 anos, pertence hoje a Deus. A doação foi feita por Meu Rei no cartório do 2º Ofício de Buíque, três anos antes de ele morrer. O documento informa que Deus assinou os papéis “representado por Sadabe Alexandre de Farias Rei”, codinome que identificava o profeta como filho Dele.

Meu Rei criou também uma moeda própria, o talento, para ser usada nos tempos de bonança universal. Nas cédulas plastificadas,

foram impressos o seu rosto e a “origem” das notas: a “Casa da Moeda Divina”. (2010).

Quando cercamos tal realidade com nossos parâmetros de ordenação do mundo, percebemos dimensões da comunidade criada pelo profeta do Sertão que nos parecem estranhas. E, se por um lado, a descoberta da moeda própria da comunidade aparece como uma versão ridícula de nossas próprias práticas, ela também guarda a embaraçosa perspectiva de que somos nós objetos de uma sátira insólita. Percorremos com insolência e com fascínio aquele universo, impondo-lhe a única ordem do tempo que nos pareceria razoável, para perceber que em nada podemos controlar aqueles que se organizam sobre regras que não são as nossas, movimentam sua economia por meios que não são os nossos, acreditam no que não podemos acreditar e condenam – de fato desconstroem – práticas que nos são caras:

Hoje, as poucas pessoas que continuam na fazenda cuidam para que os ensinamentos do líder se perpetuem. Na vila, não se matam animais nem se joga futebol.

“Meu Rei dizia que o futebol gera disputa e violência”, conta Maria do Carmo Florêncio, 57, que começou a acompanhar o profeta aos 17. (2010).

O mundo de Meu Rei, afinal, não pode ter lugar no futuro que concebemos para nós. E não precisamos aqui das forças formais do estado para recolhê-lo do caminho, se temos a ação simbólica da tessitura narrativa que nos permite empreender sua desocupação: “Das 42 casas erguidas, apenas sete estão ocupadas” (2010), concluímos a visita ao vilarejo. Seu espírito intempestivo, todavia, insiste em discordar, e em sugerir que, em nosso mundo moderno, sete daquelas casas ainda resistem.

Não precisamos, assim, ter nossos horizontes cercados pelas grandes incertezas das crises para que nos percebamos sujeitos à intempestividade de uma história que não se coloca à nossa disposição. Tampouco tal intempestividade nos assalta quando menos esperaríamos. Pelas páginas dos jornais, diariamente a buscamos, varrendo nossa realidade em impulsos de atualização de tudo aquilo

que foge às nossas ordens do tempo. Talvez por isso, para nós, seja tão difícil sustentar o otimismo que, por vezes, no passado, se deposita no jornal como forma de orientação do mundo em progresso, mesmo que ainda o tomemos como mediação necessária em alguma medida. Porque aqui insistimos em uma errática tentativa de ordenação da realidade quando já é difícil para nós apostar em qualquer tipo de utopia de futuro – mesmo aquela utopia de um jornal do futuro.

É nesse sentido que, no regime de historicidade que compreendemos, a aposta no futuro como modulação do presente constitui um perpétuo problema. Diferentemente do regime americano, não encontramos por aqui um profundo orgulho ou apego a nossas heranças políticas, culturais, sociais ou mesmo jornalísticas, ao não ser por aquelas que se impõem, no passado, como marca distintiva de exortação ao novo. Para nós, o futuro, que marcaria a diferença – ou a revolução mesmo – em relação ao passado, se torna uma ameaça justamente quando o horizonte de expectativas se desenha como fracasso dessa marcação. Seus fantasmas, nesse sentido, surgem ao mesmo tempo da irrealização de certos projetos históricos, e da própria sobrevida intempestiva de um espaço de experiência, que é real demais para ser solapado pelas supostas narrativas da ordem e do progresso configuradas pelo jornal.



Figura 14: Memorial JK

## NOTAS

1. Constantin Guys, como se tornaria notório.
2. Sobre as relações entre as obras Hoffmann e Mérimée com suas biografias e circunstâncias históricas, Dorothea von Mücke desenvolve importantes análises em proveito da descoberta de implicações poéticas da historicidade do fantástico.
3. Inúmeros trabalhos se dedicam, inclusive, a discutir as conexões entre jornalismo e literatura no Brasil, entre eles o recente estudo *Pena de aluguel*, de Cristiane Costa (2005) e a própria Marialva Barbosa (2007), que dedica um capítulo de seu trabalho à relação entre literatura e jornalismo na história da imprensa brasileira.
4. Livro de 2010, escrito por Seth Gahame-Smith; filme de 2012, dirigido por Timur Bekmambetov.
5. Caber, no slogan, também significa estar apto para ser impresso. Voltamos a essa relação na seção 4.4.

6. A Folha da Noite foi criada em 1921, seguida pela Folha da Manhã em 1925 e pela Folha da Tarde em 1949. Os três diários se fundiram com a criação da Folha de S.Paulo em 1960.
7. Pompeu de Sousa é um dos vários exemplos de figuras importantes no jornalismo brasileiro que tiveram significativa formação profissional e acadêmica nos EUA e a colocaram em prática em suas experiências (profissionais, acadêmicas e mesmo políticas) no Brasil.
8. É importante lembrar que Sodré foi autor notável para o pensamento marxista no Brasil, e que, inclusive, por isso, foi perseguido pelos militares durante a Ditadura – ainda que tivesse, ele próprio, seguido carreira militar antes do golpe.

## REFERÊNCIAS

Agostinho. **As confissões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

ABIGAIL Aadams to John Adams. Founders Online, 31 ago. 1776. Disponível em: <<http://founders.archives.gov/documents/Adams/04-02-02-0074>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

ALBUQUERQUE, Afonso. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 100-115, 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 95-116, 2008.

ALCIDES, Jota. **O papel do jornal**. Observatório da Imprensa, 10 mar. 2015. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/\\_ed841\\_o\\_papel\\_do\\_jornal/](http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed841_o_papel_do_jornal/)>. Acesso em: 01 mai. 2015.

ALMIRON, Núria. **Journalism in crisis: corporate media and financialization**. Cresskill: Hampton Press, 2010.

ALTSCHULL, J. Herbert. **From Milton to McLuhan: the ideas behind American journalism**. Boston: Ally & Bacon, 1990.

AMAR, Akhil Reed. **Bill of Rights**. New Haven: Yale University Press, 1998.

AMARANTE, Ana Helena. Notas para uma filosofia contra o tempo. **Revista Sul-Americana de Filosofia da Educação**, Brasília, n. 13, p. 11-18, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Carta 2**. Murilo Rubião, 9 nov. 1947. Disponível em: <<http://www.murilorubiao.com.br/correspCarlos2.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ANDRADE, Mário de. **Carta 3**. Murilo Rubião, 27 dez. 1943. Disponível em: <<http://www.murilorubiao.com.br/correspMário3.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ANTUNES, Elton. *Videntes Imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas. UFBA. Salvador, 2007.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Domínio público, 1881. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000167.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. Machado de Assis: obra completa, 1859. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/cronica/mac13.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ASSIS, Machado de. **O País das Quimeras**. Domínio público, 1862. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000167.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

AZEVEDO, Aluísio. Demônios. COSTA, Flávio Moreira da (Org.) **Melhores contos fantásticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 605-628, 2006.



BARBOSA, Marialva. Cenários de transformação: jornalismo e história no século XX. **Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, 2012.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e encenações de modernidade no início da República. **Vivencia**, Natal, v. 38, p. 129-142, 2011.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, p. 215-234, 2006.

BATALHA, Maria Cristina (Org). **O fantástico brasileiro: contos esquecidos**. Tijuca: Caetés, 2011

BATALHA, Maria Cristina. Murilo Rubião e as armadilhas do verbo: a euforia e o desencanto. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 99-113, 2003.

BAUDELAIRE, Charles. Prefácio: outras anotações sobre Edgar Allan Poe. POE, Edgar Allan. **Contos de imaginação e mistério**. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p. 7-24.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BELAU, Angel Faus. **La ciência periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidade de Navarra, 1966.

BENJAMIN, Walter. Franz Kafka: a propósito do décimo aniversário de sua morte. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Volume 1. Brasília: Brasiliense, 1987.

BIERCE, Ambrose. Chickamauga. CALVINO, Italo (Org.). **Contos fantásticos do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 389-396.

BORRAT, Héctor; FONTCUBERTA, Mar de. **Periódicos: sistemas complejos, narradores em interacción.** Buenos Aires: La Crujía, 2006.

BUZZATI, Dino. O bicho-papão. COSTA, Flávio Moreira da (Org.). **Melhores contos fantásticos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 581-585.

CAILLOIS Roger. **Au coeur du fantastique.** Paris: Gallimard, 1965.

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. **Historia da folha de S. Paulo (1921-1981).** São Paulo: Impres, 1980.

CARONE, Modesto. **De grande escritor do século 20, Kafka passou a ser um dos maiores do século 21.** Revista Cult, São Paulo, set. 2014, p. 48-49.

CARVALHO, Carlos Alberto de. A tríplice mimese de Paul Ricoeur como fundamento para o processo de mediação jornalística. Encontro da Compós, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Algumas reflexões sobre a dimensão epistemológica do Jornalismo. CARVALHO, Carlos Alberto de; BRUCK, Mozahir Salomão. **Jornalismo: cenários e encenações.** São Paulo: Intermeios, 2012. p. 17-26.

CASTELLO, José. Lygia na penumbra. TELLES, Lygia Fagundes. **Seminário dos ratos: contos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 169-175.

CESERANI, Remo. **O fantástico.** Curitiba: Eduel, 2006.

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s. **European Journal of Communication**, vol. 11, n. 3, 1996, 303-326.

CHEETHAM, James. **The Life of Thomas Paine.** Toronto: University of Toronto Libraries, 1817.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media.** New York: Pantheon Books, 2002.

COMMITTEE of Concerned Journalists. Reynolds Journalism Institute, [201-]. Disponível em: <<https://www.rjionline.org/ccj>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

CONSTRUCTION of the monument. National Park Service. Disponível em: <<http://www.nps.gov/nr/twhp/wwwlps/lessons/62wash/62facts3.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DAHLGREN, Peter. The troubling evolution of journalism. ZELIZER, Barbie (Org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthiness.** New York: Routledge, p 146-160, 2009.

DAVIS, Lennard J. **Factual Fictions: the origins of the English novel.** **Nova York:** Columbia University Press, 1983.

DEFOE, Daniel. **Histórias de fantasmas.** São Paulo: L&PM, 1997.

DEFOE, Daniel. **The storm.** The University of Adelaide, 2014. Disponível em: <<https://ebooks.adelaide.edu.au/d/defoe/daniel/storm>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol 1. São Paulo: Ed. 34, 2009.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo.** Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

EMERY, Michael. **America's Front Page News 1690-1970.** Nova York: Doubleday & Co, 1970.

EMERY, Michael; EMERY, Edwin; ROBERTS, Nancy. **The press and America: an Interpretive history of the mass media.** Boston: Allyn and Bacon, 1996.

FARRÉ, Marcela. **El noticiero como mundo posible: estrategias ficcionales em la información audiovisual.** Buenos Aires: La Crujía, 2004.

FIRST Amendment. Ligal information institute. Disponível em: <[https://www.law.cornell.edu/constitution/first\\_amendment](https://www.law.cornell.edu/constitution/first_amendment)>. Acesso em: 01 fev. 2014.

FLANDERS, Judith. **Jack the Ripper.** British Library, [201-]. Disponível em: <[www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/jack-the-ripper](http://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/jack-the-ripper)>. Acesso em: 01 fev. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da (Org). **Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. Posfácio a Flaubert (A Tentação de Santo Antônio). FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos III: literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 75-109.

FRANKLIN, Benjamin. **Apology for printers.** The History Project, 27 mai. 1731. Disponível em: <<http://www.humanities.uci.edu/history/ucihp/Partnershipsandpresentations/BenFranklinW11/Benjamin%20Franklin%20Apology%20for%20Printers%20Context%20Activity.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

FREUD, Sigmund. O estranho. FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Volume XVII. Ímago: Rio de Janeiro, 1969.

FRIAS FILHO, Otavio. Apresentação. PRIMEIRA página: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Romantismo das trevas. **Teresa**: revista de literatura brasileira, Rio de Janeiro, n. 12/13, p. 65-78, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tche, 1987.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: 34, 1998.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra escarlate**. São Paulo: Penguin/ Companhia das Letras, 2011

HAWTHORNE, Nathaniel. O jovem Goodman Brown. COSTA, Flávio Moreira da. (Org.) **Melhores contos fantásticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 57-69.

HAWTHORNE, Nathaniel. O véu negro do ministro. HAWTHORNE, Nathaniel. **Os melhores contos de Nathaniel Hawthorne**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992. p. 21-36.

IRVING, Washington. **A lenda do cavaleiro sem cabeça**. São Paulo: Leya, 2011.

JACKSON, Rosemary. **Fantasy**: the literature of subversion. London: Routledge, 1988.

JÁCOME, Phellipy; LEAL, Bruno; MANNA, Nuno. A 'crise' do jornalismo: o que ela afirma, o que ela esquece. **Líbero**, São Paulo, v. 17, p. 145-154, 2014.

JÁCOME, Phellipy; LEAL, Bruno; MANNA, Nuno. Jornalismo, realidades múltiplas e o insólito: um conto chinês e suas variações. HOFF, Tânia Márcia Cezar; dos SANTOS, Goiamérico Felício (Orgs.). **Poéticas da mídia**: midiatizações, discursividades, imagens. Goiânia: Cegrafe, 2012. p. 139-150.

JÁCOME, Phellipy. Jornalismo e autolegitimação: a Historicidade dos discursos Autorreferentes. **Leituras do Jornalismo**, Bauru, v. 1, p. 54-66, 2014.

JOÃO do rio. **A alma encantadora das ruas**. Domínio público, 1910. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action&co\\_obra=2051](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2051)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

KELLNER, Douglas. A crítica de Nietzsche à cultura de massa. **Famecos**, Porto Alegre, n. 13, p. 12-22, 2000.

KING, Elliot. Coverage of Washington. SLOAN, W. David; PARCELL, Lisa Mullikin (Orgs.) **American journalism**: history, principles, practices. Jefferson: McFarland, 2002. p. 163-170.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

LAGE, Nilson. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 133-144, 2004.

LATOUR, Bruno. “Não congelarás a imagem”, ou” como não desentender o debate ciência-religião. **Mana**, Rio de Janeiro, Volume 10, número 2, p. 349-376, 2004.

LEAL, Bruno Souza. Do texto ao discurso: as normas sem história dos manuais de telejornalismo. GOMES, Itania (Org). **Análise de telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador: EdUFBA, 2012. p.117-142.

LEAL, Bruno Souza. Estéticas do jornalismo em transformação: perspectivas para uma pesquisa em comunicação. SILVA, G et ali (Orgs). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses, perspectivas**. Salvador: EdUFBA/Compós, 2011. p.103-118.

LEAL, Bruno Souza. Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 25-48.

LOBATO, Monteiro. **America**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

MANN, Heinrich. **O pensamento vivo de Nietzsche**. São Paulo: Martins, 1975

MANNA, Nuno. A chave azul: ação do leitor em textos fantásticos. **Galáxia**, São Paulo, v. 27, p. 214-226, 2014a.

MANNA, Nuno. **A tessitura do fantástico: narrativa, saber moderno e crises do homem sério**. São Paulo: Intermeios, 2014b.

MANNA, Nuno. Memória insensata: um passeio por lembranças fantásticas. TOLEDO, Mônica (Org.). **Performances da memória**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2013a. p. 249-266.

MANNA, Nuno. O esqueleto no armário da redação: a impertinente relação entre o fantástico e o jornalismo. LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto de (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas**. São Paulo: Intermeios, 2013b. p. 191-206.

MANNA, Nuno. Política do fantástico. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 98-112, 2012.

MARQUES DE MELO, José. Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.30, n.2, p. 15-40, 2007.

MARQUES DE MELO, José. Prefácio. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p 7-10.

MAUPASSANT, Guy de. O Horla. KON, Noemi Moritz (Org.); MAUPASSANT, Guy de. **125 contos de Guy de Maupassant**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 689-713.

McKAY, Jenny. Defoe's The Storm as a model for contemporary reporting. KEEBLE, Richard; WHEELER, Sharon (Orgs). **The Journalistic imagination: literary journalists from Defoe to Capote and Carter**. Nova York: Routledge, 2007. p. 15-28.

MELVILLE, Herman. Hawthorne and his mosses. NEIDER, Charles (Org.). **Essays of the masters**. Nova York: Cooper Square Press. 2000. p. 250-268.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Contexto, 2007.

MONLEÓN, José B. **A specter is haunting Europe: a sociohistorical approach to the fantastic**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Crise nos paradigmas do jornalismo**. Observatório da Imprensa, 21 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da210820022.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia Benetti (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 144-167.



MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Contracampo**, Niterói, v. 12, n.1, p. 23-49, 2005a.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. **Comunicação & Política**, Porto Alegre, v. 24, p. 45-70, 2006a.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Notícias do fantástico: jogos de linguagem e efeitos de sentido na comunicação jornalística. Encontro da Compós, Niterói, 2005b.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Notícias do Fantástico**: jogos de linguagem na comunicação jornalística. São Leopoldo: Unisinos, 2006b.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Unb, 2002.

NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricoeur. PARADA, Maurício (Org.). **Historiadores**: clássicos da história. v. 3. Campinas: Vozes, 2014. p. 15-45.

NIETZCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ONIONS, C. T; FRIEDRICHSEN, G.W.S; BURCHFIELD, R.W. **The Oxford dictionary of English etymology**. Oxford: At the Clarendon, 1966.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PARK, Robert E. The natural history of the newspaper. **The American Journal of Sociology**, Chicago, vol 29, n. 3, p. 273-289, 1923.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento. STEINBERG, Charles Side (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 168-185.

POE, Edgar Allan. A máscara da Morte Vermelha. POE, Edgar Allan. **Contos de imaginação e mistério**. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p. 143-150.

POE, Edgar Allan. **Eureka**. São Paulo: M. Limonad, 1986.

POE, Edgar Allan. O colóquio de Monos e Una. POE, Edgar Allan. **Contos de imaginação e mistério**. São Paulo: Tordesilhas, 2012. p. 243-254.

POE, Edgar Allan. O coração denunciador. In: CALVINO, Italo (Org.). **Contos fantásticos do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 279-284

POE, Edgar Allan. O encontro. In: POE, Edgar Allan. O escaravelho de ouro e outras histórias. São Paulo: L&PM, 2011.

POE, Edgar Allan. **The selected works of Edgar Allan Poe**. With a memoir of the author. Vol 1. Poems. Tales of mystery. Dessau: Katz Brothers, 1856.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Insular, 2005.

PORZIO, Domenico. Introdução. BUZZATI, Dino. **As noites difíceis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 7-14.

PREUSS, Peter. Introduction. NIETZSCHE, Friedrich. **On the advantage and disadvantage of history for life**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1980. p. 1-3.

QUEIROZ, Rachel de. Ma-Hôre. TAVARES, Bráulio (Org.). **Páginas de sombra: contos fantásticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. O continente democrático. RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: 34, 1995.

REIS, JOSÉ CARLOS. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

REPORT on the Australian capital territory. Parliament of Australia, 1961. Disponível em: <[http://www.aph.gov.au/parliamentary\\_business/committees/house\\_of\\_representatives\\_committees?url=reports/1961/1961\\_pp91.pdf](http://www.aph.gov.au/parliamentary_business/committees/house_of_representatives_committees?url=reports/1961/1961_pp91.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2014.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. Encontro da Compós, Rio de Janeiro, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Mídia e História: ambigüidades e paradoxos*. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, Recife, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Uma história da imprensa, enfim*. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo, v.31, n.1, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010C.

ROAS, David. **Tras los limites de lo real: una definición de lo fantástico**. Madrid: Paginas de espuma, 2011.

RUBIÃO, Murilo. **Obra completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RUSSO, David Paul. The origins of local news in the U.S. contry press, 1840s-1870s. **Journalism monographs**, University of Minnesota, Minneapolis, v 65, p. 1-45, 1980.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal**: a Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: 1978.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões politico-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCARBOROUGH, Dorothy. **The supernatural in modern English fiction**. Nova York: Octagon Books, 1917.

SCHLESINGER, Philip. Is there a crisis in British journalism? Media Culture Society, Glasgow, vol. 28 no. 2, p 299-307, 2006.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimdo a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social history of American newspapers. New York, USA: Basic, 1978.

SCHUDSON, Michael. Public spheres, imagined communities, and the underdeveloped historical understanding of journalism. ZELIZER, Barbie (Org.). **Explorations in communication and history**. New York: Routledge, 2008. p 181-189.

SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in American journalism. **Journalism**, v.2, n.2, p 149-70, 2001.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 1995.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. New York: Norton, 2003.

SCHUDSON, Michael. Tocqueville's interesting error: on journalism and democracy. SHAPIRO, Robert; JACOBS, Lawrence (Orgs.). **The**

**Oxford Handbook of American Public Opinion and the Media.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 61-73.

SCLIAR, Moacyr. **Histórias que os jornais não contam.** Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHAFER, Jack. Down with the Newseum! Slate Magazine, Nova York, 7 fev. 2008. Disponível em: <[http://www.slate.com/articles/news\\_and\\_politics/press\\_box/2008/02/down\\_with\\_the\\_Newseum.html](http://www.slate.com/articles/news_and_politics/press_box/2008/02/down_with_the_Newseum.html)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (Org.) **Desenvolvimento brasileiro e a luta pela cultura nacional.** Ottoni Editora, Itu, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3306/1/Livro\\_desenvolvimentobrasileiro.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3306/1/Livro_desenvolvimentobrasileiro.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1958.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

STARR, Paul. An unexpected crisis: the news media in postindustrial democracies. *International Journal of Press/Politics*, v. 17, n. 2, p. 1-9, 2012.

STEWART, Donald Henderson. **The Opposition Press of the Federalist Period.** Nova York: State Univ of New York Press, 1969.

TALESE, Gay. **O reino e o poder**: uma história do New York Times. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Bráulio. **Páginas de sombra**: contos fantásticos brasileiros. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, Jose Luis. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TELLES, Lygia Fagundes. **Seminário dos ratos**: contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Livro I. Leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Livro II. Sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

TRANSCRIPTION of alien and sedition acts. Our documents, 1978. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=16&page=transcript>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

TURCHI, Maria Zaira. As variações do insólito em José J. Veiga. **Organon**, Porto Alegre, v. 19, n. 38-39, p. 147-157, 2005.

VEIGA, José J. **Os melhores contos de J.J. Veiga**. São Paulo: Global Editora, 2000.

VENUTI, Lawrence. **Dino Buzzati's fantastic journalism**. *Modern Fiction Studies*, Baltimore, v. 28, n. 1, p. 79-91, 1982.

VICTORIA, Luiz A. P. **Dicionário da origem e da evolução das palavras**. Rio de Janeiro: Científico, 1963.

VILLAS BÔAS, Luciana. Reinhart Koselleck. PARADA, Maurício. (Org.). **Historiadores: clássicos da história: de Ricoeur a Chartier**. v. 3. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 56-72.

VON MÜCKE, Dorothea E. Von. **The seduction of the occult and the rise of the fantastic tale**. Stanford: Stanford University Press: 2003.

VOS, Tim P. A mirror of the times. *Journalism Studies*, London, v. 12, n. 5, p. 575-589, 2011.

WERNECK, Humberto. Vida e obra de Murilo Rubião. RUBIÃO, Murilo. **Obra completa**. São Paulo: Companhia das Letras: 2013.

WEST, Richard. **Daniel Defoe: the life and strange, surprising adventures**. Nova York: Carroll & Graf, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

YOUNG, Sally. The journalism "crisis": is Australia immune or just ahead of its time? **Journalism Studies**, v. 11, n. 4, p 610-624, 2010.

ZELIZER, Barbie. Public spheres, imagined communities, and the underdeveloped historical understanding of journalism. ZELIZER, Barbie (org.). **Explorations in communication and history**. New York: Routledge, 2008. p 181-189.

ZELIZER, Barbie. Why journalism's changing faces matter. In: ZELIZER, Barbie (org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthiness**. New York: Routledge, 2009. p 1-10.

**REFERÊNCIAS EM JORNAIS****Jornal do Brasil**

A PECUÁRIA baiana. Rio de Janeiro, 3 abr. 1943. p. 5.

ANÚNCIOS. Rio de Janeiro, 3 abr. 1943. p. 8.

DESVENDADO pela D. G. I. o assassinato do capitalista.. Rio de Janeiro, 3 abr. 1943. p. 7.

PELA CULTURA nacional. Rio de Janeiro, 3 abr. 1943. p. 5.

POVOS que não querem morrer. Rio de Janeiro, 3 abr. 1943. p. 7.

UM CASO estranho verificado na Baía. Rio de Janeiro, 3 abr. 1943. p. 6.

**New York Times**

BAKER, Al. Security measures, seen and unseen, are planned for the pope's visit. Nova York, 3 abr. 2008. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2008/04/11/nyregion/11security.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/04/11/nyregion/11security.html?_r=0)>. Acesso em: 01 fev. 2016. s/p.

DUNLAP, David W. Downtown, a set for a movie is also a tribute to sacrifice. Nova York, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/11/nyregion/11fence.html>>. Acesso em: 01 fev. 2016. s/p.

GRYNBAUM, Michael M. Consumer confidence wanes; import prices rise. Nova York, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/11/business/11cnd-econ.html>>. Acesso em: 01 fev. 2016. s/p.

HOLUSHA, John. Severe storms moving across central U.S. Nova York, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/11/us/10weather.html>>. Acesso em: 01 fev. 2016. s/p.

NAMES of the Dead. Nova York, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/11/us/11list.html>>. Acesso em: 01 fev. 2016.



ROTHSTEIN, Edward. Chasing the News: Mark Twain's Inkwell to Blogger's Slippers. Nova York, 3 abr. 2008. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/learning/teachers/featured\\_articles/20080414monday.html](http://www.nytimes.com/learning/teachers/featured_articles/20080414monday.html)>. Aceso em: 01 fev. 2016. s/p.

### **Folha de S.Paulo**

ALENCAR, Kennedy. Lula negocia para assumir a ONU ou o Banco Mundial. São Paulo, 23 mai. 2010. p. A4.

APRESSADO come cru. Informe publicitário. São Paulo, 23 mai. 2010. p. B6.

BB. Oportunidades novas exigem planejamento. São Paulo, 23 mai. 2010. p. N2.

BORGES, Bruna Borges; VIOTTO, Jordana. Crédito pró-Copa turbina preparação para 2014. São Paulo, 23 mai. 2010. p. N1.

BRASÍLIA, 20 anos. São Paulo, 22 abr. 1980. p. 2

CONY, Carlos Heitor. Maiúsculas e minúsculas. São Paulo, 23 mai. 2010. p. A2.

COSTA, Breno; FRANCO, Fernando Mello; BRAGON, Ranier. Serra foca segurança, e Dilma, pobreza. São Paulo, 23 mai. 2010. p. A18.

DE LUCENA, Eleonora. O futuro dos jornais. Folha de S.Paulo. São Paulo, 8 jun. 2008.

ESPELHO do mundo. São Paulo, 23 mai. 2010. p. A2.

FOLHA 75. São Paulo, 31 dez. 1974.

GUIBU, Fábio. Comunidade espera há 11 anos retorno de profeta morto. São Paulo, 23 mai. 2010. p. C13.

LO PRETE, Renata. Te vejo em 2014. São Paulo, 23 mai. 2010. p. A4.

LORES, Raul Juste. Aeroporto de Seul é o anti-Cumbica. São Paulo, 23 mai. 2010. p. B6.

MACHADO, Uirá. Datafolha mobiliza 313 profissionais. São Paulo, 23 mai. 2010. p. A11.

NOVÍSSIMA. São Paulo, 23 mai. 2010. p. 1-12

ODEBRECHT, Emílio. Onde foi que erramos? São Paulo, 23 mai. 2010. p. A2.

OS DOIS Mitos. São Paulo, 18 ago. 1977. p. 2.

PIRES, Paulo Roberto. O erro de Machado. Ilustríssima. São Paulo, 05 fev. 2012. p. 3.

PREPARAÇÃO para o Futuro. São Paulo, 19 ago. 1977. p. 2.

SANTIAGO, Silviano. Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. Folha de S. Paulo, Ilustríssima. São Paulo. 07 set. 2014. p. 4-5

SINGER, Suzana. São Paulo, 30 mai. 2010. p A8.

UM JORNALISMO moderno e necessário. São Paulo, 27 jul. 1985. p. 37

UMA realidade. São Paulo, 30 mar. 1975. p. 3.

WESTIN, Ricardo. Rejeitados, sofás entulham ruas de São Paulo. São Paulo, 23 mai. 2010. p. C12.

### Outros periódicos

ALTERMAN, Eric. **Out of print:** the death and life of the American newspaper. The New Yorker, Nova York, 31 mai. 2008, Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2008/03/31/out-of-print>>. Acesso em: 01 fevereiro 2014.

CORREIO Braziliense. Londres, 01 jun. 1808. p. 3-4.

DIÁRIO Carioca. 4ª seção. Rio de Janeiro, 01 jan. 1950.

MILLER, John J. **Writing up a storm**. The Wall Street Journal, Nova York, 13 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB10001424053111904800304576476142821212156>>. Acesso: 10 mar. 2015.

O ESPETO. Passagem de Mariana. 2ª semana de maio de 2013.

PROSPECTUS to the Boston Mirrorr. Boston Mirror, Boston, 22 October, 1808. p. 1.

## VÍDEOS

45 WORDS: a story of the First Amendment. Newseum, EUA, [20--].

CONHEÇA a história por trás das 29.907 edições. Folha de S. Paulo, Brasil, 19 de fev. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=84TjtHSg1dc> Acesso em em 01 fev 2014.

DEMOCRACY'S diary. Larry O'Reilly. EUA, RKO-Pathe, 1948.

JORNAL do futuro. Folha de S. Paulo, Brasil, 24 mai. 2010a. Disponível em: <<https://vimeo.com/13704875>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

JORNAL do futuro. Folha de S. Paulo, Brasil, 24 mai. 2010b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tUk3jvf37xs>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

NEWSEUM opening ceremony – Steven Colbert clip. Newseum, EUA, 11 abr. 2008. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=3pjjXXrALsU>. Acesso em 01 fevereiro 2014.

TODA a Folha. Folha de S. Paulo, Brasil, 18 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3LujW-cYLjY>>. Acesso em: 01 fev 2014.

UM SONHO intenso. José Mariani. Andaluz Produções, Brasil, 2014.

## **NUNO MANNA**

é mineiro, de Campina Verde. Formou-se jornalista pela UFMG e atuou como colaborador, com reportagens e ficções, da revista Piauí, entre outras publicações. Também pela UFMG desenvolveu sua pesquisa de mestrado, publicada no livro *A tessitura do fantástico: narrativa, saber moderno e crises do homem sério* (Intermeios, 2014). O presente estudo é fruto de seu trabalho de doutorado, realizado na mesma instituição, com estadia de pesquisa na Columbia University. É pesquisador dos campos da narrativa e da história, do fantástico e do jornalismo, membro do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais.